



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

JOSÉ APARECIDO DE LIMA DOURADO



MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: expropriação camponesa e
precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa
Senhora (BA)



CATALÃO (GO)
2011

JOSÉ APARECIDO LIMA DOURADO

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração:

Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa:

Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Helena Angélica de Mesquita

**CATALÃO (GO)
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(GPT/BSCAC/UFG)

D739m	<p>Dourado, José Aparecido de Lima. Modernização da agricultura [manuscrito] : expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) / José Aparecido de Lima Dourado. – 2010. 234 f.: il., figs, tabs.</p> <p>Orientadora: Prof^ª. Dra. Helena Angélica de Mesquita.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão – Departamento de Geografia, 2010. Bibliografia. Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas. Apêndices.</p> <p>1. Projeto irrigação – nordeste. 2. Agronegócio - manga. 3. Precarização do trabalho – camponês. 4. Agronegócio da manga – Livramento de Nossa Senhora (BA). I. Título.</p> <p>CDU: 631.67 (813.8)</p>
-------	--

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ APARECIDO LIMA DOURADO

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em ___ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Helena Angélica de Mesquita
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão

Prof. Dr. João Cleps Júnior
Membro convidado
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro convidado
Universidade Federal de Goiás

Aos dois grandes amores da minha vida, Ednar e Miguel, meus pais, camponeses caatingueiros, fortes e simples, que me ensinaram a chorar quando necessário, sorrir, abraçar o outro sem medo e lutar sempre. O amor que estes têm pelo campo será a maior herança que levarei para toda a vida.

A todos os camponeses e camponesas da Caatinga, “cabras-da-pestre” que fazem o Semi-Árido continuar, mesmo que a despeito de todos os reveses, a ser o lugar para onde sempre desejarei voltar.

AGRADECIMENTOS

Enfim...

Chegou o momento de agradecer por todas as contribuições que, de alguma forma, possibilitaram que esta pesquisa pudesse ser realizada sem maiores contratempos, embora eles sejam quase inevitáveis, pois não se trata de um trabalho cujo foco de análise seja estático, desprovido de subjetividade ou a-histórico. Sozinho eu poderia, talvez, ter conseguido realizar este feito, porém, certamente, a solidão o tornaria menos GRATIFICANTE para mim. A extensa lista não está posta aqui por mero acaso, mas pelo fato de que muitos foram aqueles que acolheram a mim e a minha proposta de pesquisa, confiaram e se entregaram, de alguma maneira, para colaborar com um projeto que inicialmente era só meu, mas que com o passar dos meses transformou-se em um desejo coletivo, feito a muitas mãos.

Nesse primeiro momento elevo meus pensamentos para agradecer a Iemanjá e a Xangô, pela LUZ e pela FORÇA quando o desânimo e as incertezas indicavam o caminho da derrota.

A Luciano, “Xuxu”, por ter apresentado a mim o Programa de Pós-Graduação em Geografia de Catalão e, como se não bastasse, ter convencido os demais integrantes da tão badalada República de Estudantes *Greenhouse* a me acolher durante o processo seletivo. Naquele momento percebi que os goianos eram, assim como os baianos, “gente boa”.

Aos “desbravadores” da Primeira Turma: Roberli, Jaqueline, Kelly, Priscila, Vanderlea, Letícia e Kátia “Kat’ança” que, no decorrer do curso, transformaram-se em bons amigos.

À Priscila Querino, sempre tão hábil e prestativa a nos atender em nossas “urgências”, colaborando para que as solicitações, quase sempre fora de hora, fossem atendidas com rapidez.

Aos amigos de sala: Klayton, Gisele, Márcia, Marly, Luciano Abrão, Alex Tristão, Cláudia Bispo, Juniele, Rosimeire e Núbia pela amizade tão sincera e acolhedora. Tenham a certeza de que vocês fazem parte de momentos que serão lembrados com muito carinho e repletos de saudades.

Aos professores Manoel Fernandes, Alexandrina Luz e Artur Veiga, pelas

contribuições dadas para esta pesquisa. Não poderia esquecer também do querido professor Manoel Oliveira, exemplo de dedicação e respeito à docência, sempre me incentivando a prosseguir em meus estudos.

Ao GETeM – Grupo de Pesquisa “Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais”, onde, além das discussões teóricas, fiz grandes amigos: Gisele, Santiago, Willer, Walkíria, Anderson, João Vitor, Ricardo, Helen e Luciano “Xuxu”.

Não poderia esquecer do meu amigo Gottardo e de minhas queridas amigas Kálita, Ana Paula Oliveira e Ariane, com quem passei momentos divertidos e de muita alegria.

À minha eterna irmãzinha, Ana Paula de Medeiros Ferreira, fiel escudeira com quem dividi sonhos, angústias e muitos sorrisos.

À Ana Paula Pires, amiga incondicional e onipresente, sempre acreditando em meus sonhos e sonhando comigo ao longo de tantos anos, sem demonstrar cansaço ou desafeto por mim. Mais que uma amiga é uma eterna companheira de luta rumo às minhas/nossas conquistas.

A Sandro, Fabrício, Cátia Oliveira, Marcílio e Raimundo Marinho, fiéis amigos baianos que, por diversas vezes, me socorreram, quando a distância se tornava um obstáculo para a pesquisa. À Rita, que me acolheu em Goiânia e, tantas vezes, assumiu o papel de minha mãe, cuidado e torcendo para que eu conseguisse superar as dificuldades.

Aos camponeses Seu Manoel “Caculé” e Dona Alice, que, juntamente com seus filhos, Brenda e Zé me receberam tão bem em sua casa, fazendo com que a minha pesquisa fosse, além de um momento de grande aprendizado, uma oportunidade para fazer muitos amigos. De modo ESPECIAL agradeço à Dona Alice, que sempre preparava seus irresistíveis bolinhos fritos de tapioca saboreados por mim durante o momento em que ela aproveitava para relatar os “causos do tempo dos revoltosos”. Entre bolinhos fritos e boas risadas, muitas foram as vezes em que bati a sua porta e em todas elas fui recebido como um ente familiar. A todos vocês, meu muito obrigado.

Aos produtores de manga que me receberam de maneira respeitosa e atenderam às minhas solicitações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*.

À CAPES que me proporcionou, através da concessão de bolsa, as condições financeiras adequadas para que eu pudesse ter a tranquilidade para executar e concluir esta

pesquisa.

Aos professores Idelvone Ferreira e Valdivino Borges de Lima pelas críticas feitas aos mapas, com o intuito de elucidar da melhor maneira possível os espaços cartografados.

À Banca Examinadora, composta pelos professores Dr. João Cleps Júnior e Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, cujas críticas, sempre respeitosas e construtivas, contribuíram para dar maior coesão à pesquisa, de modo que eu pudesse refletir sobre os caminhos percorridos e refazer alguns percursos para aparar as arestas que poderiam prejudicar a leitura da realidade pesquisada.

Aos camponeses e trabalhadores da manga que “abriram os livros de suas vidas”, permitindo que eu pudesse folheá-los e assim mergulhar em seus cotidianos, experimentando suas angústias, seus sonhos e perspectivas.

Ao professor Marcelo Mendonça pelo aprendizado que a sua convivência proporcionou para o meu amadurecimento profissional e pelos “conselhos” sempre tão pertinentes no transcorrer do mestrado.

À professora Helena Angélica de Mesquita que, com pulso firme e uma sensibilidade que somente a alma feminina possui, conduziu a orientação desta pesquisa, tecendo críticas quando necessário e sempre incentivando e mostrando o “caminho das pedras”. Geógrafa e educadora de corpo e de alma me ensinou uma Geografia que eu ainda não conhecia, compromissada socialmente e coerente com seus princípios de vida. A orientação acabou mas a amizade que construímos seguirá por longos anos, mesmo que a distância física nos separe.

Aos irmãos, José Maria e Floriano, às irmãs Ia, Marina, Dora, Lene e Fau, sobrinhos, cunhados e tios que durante este tempo em que estive longe de casa torceram por mim, me incentivaram, sonharam, se angustiaram comigo e por minha causa.

Por último registro aqui, os meus agradecimentos aos dois grandes amores da minha vida, Miguel e Edinar, figuras emblemáticas em minha história de vida, por quem tenho um profundo sentimento de respeito e admiração, pois mesmo distante e solitário senti, todos os dias e em todas as horas, a presença marcante de vocês em minha vida, através dos ensinamentos que levarei por toda a vida. Se aqui cheguei, vocês são os maiores responsáveis por isso.

A todos, meu MUITO OBRIGADO!

[...]

*E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida
como a de há pouco, franzina
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.*

[...]

(MELO NETO, 2000)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender as transformações espaciais ocorridas na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA) a partir da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, na década de 1980, e seus desdobramentos no que se refere à relação capital *versus* trabalho no agronegócio da manga. A escolha do recorte espaço-temporal levou em consideração as ações da Política de Irrigação para o Nordeste Semiárido, pela qual o Estado buscou, através da disponibilidade de infraestrutura, modernizar o território e, assim, fornecer as condições adequadas para o capital territorializar-se. A territorialização do capital em Livramento de Nossa Senhora ocorre através do agronegócio fruticultor exportador de manga. Nesse sentido, tornam-se evidentes as novas dinâmicas espaciais tanto no campo quanto na cidade, decorrentes da funcionalidade que o município assume como polo produtor frutícola. As lavouras voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade passaram a ocupar cada vez menos espaço e, em contrapartida, a mangicultura tem tido um crescimento considerável, situação que coloca o município como um importador de produtos básicos da alimentação, como arroz e feijão. A metodologia utilizada na pesquisa esteve pautada na abordagem qualitativa, compreendendo diversos instrumentos de coleta de dados, tais como entrevistas, diário de campo, registro fotográfico e relatos orais. No referencial teórico, discuti-se os conceitos de campesinato e trabalho no contexto da implantação dos projetos de irrigação no Nordeste semi-árido, com base nos estudos sobre a recriação do campesinato enquanto produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Questionou-se quem são os beneficiados com as ações da Política de Irrigação implementada no Nordeste semi-árido, de modo a trazer à tona as contradições e movimentos que permeiam tais ações, cujos resultados têm sido camuflados pelo Estado para atender às demandas do capital financeiro. Nesse contexto, defende-se a importância de pensar os sujeitos que vivem na Caatinga a partir de suas singularidades, havendo, para isso, a necessidade de conceituar esse sujeito como *camponês caatingueiro* por reconhecer que o seu modo de vida, em seus diferentes aspectos (culturais, sociais e econômicos), difere significativamente dos sujeitos denominados de “sertanejos”. Com a inserção do agronegócio da manga no município, presenciou-se profundas transformações nas relações de trabalho no campo, como a quase extinção de relações não capitalistas de produção (parceria e meação), ao passo que houve uma intensificação do assalariamento. A exploração de camponeses e trabalhadores que mesmo morando na cidade voltam ao campo para trabalhar tem aumentado, sendo que a presença dos empreiteiros “gatos” tem contribuído, sobretudo, para que isso ocorra. Estes trabalhadores ocupam-se temporariamente em atividades nas lavouras, galpões e *Packing houses*, em sua maioria, sem ter garantidos os direitos trabalhistas, haja vista que trabalham como boias-frias e diaristas, sem registro em carteira e sob condições precárias de trabalho.

Palavras-Chave: Projeto de Irrigação no Nordeste Semiárido. Agronegócio da manga. Camponês caatingueiro. Precarização do trabalho. Livramento de Nossa Senhora.

ABSTRACT

The present dissertation has as objective to understand the occurred transformations in the agriculture of Release of Ours Lady (BA) from the implantation of the Project of Irrigation of the Valley of the River Brumado, in the decade of 1980, and it's unfolding as for the capital relation versus work in the mangoculture. The choice of the clipping space-weather took in consideration the action of the Politics of Irrigation for the Northeast in the local space, when the State search's through the infrastructure availability to modernize the territory and thus to supply the adequate conditions so that the great capital can be territoriality. The territorilization of the great capital in Release of Ours Lady occurs through the agro business centered in the fruit farming irrigated based in the mango production. In this direction, the new space dynamic in the field how much in the city, decurrent of the functionality become in such a way evident that the city assumes as fruit farming producing polar region. The farming's directed toward the production of sorts of first necessity had started to occupy each time little space and, on the other hand, the mangoculture has verified a considerable growth, placing the city as an importer of basic products of the feeding as it is the case of the rice and the beans. The methodology used during the research was correct in the qualitative boarding. In the theoretical referential we argue the concepts of campesinato and work in the context of the implantation of the projects of irrigation in Brazilian Half-Barren, based in the studies on the simulation of the campesinato while product of the different and combined development of the capitalism. Problematic on who is the benefited ones with the actions of the Politics of north-eastern implemented Irrigation half-barren, in order to bring to a bob the contradictions and movements that permeate such actions, whose resulted they have camouflaged for the State to take care of to the demands of the financial capital. In this context we defend the importance to think the citizens that live in Brazilian Half-Barren from its singularity, having for this the necessity to search to appraise this citizen as "caatingueiro" peasant for recognizing that its way of life, in its different aspects (cultural, social and economic) differs significantly from the called citizens of "sertanejos". With the insertion of the agrobusiness of the mango in the city one witnessed deep transformations in the relations of work in the field, as almost the extinguishing of not capitalist relations of production (partnership and would "mearia") to the step that had an intensification of the salaried. The exploration on urban peasants and workers has increased, being that the presence of the contractors "cats" has contributed for in such a way, finding these busy ones temporarily in activities in the farmings, sheds and packing houses, in its majority without having guaranteed the labor laws, has seen that they work as buoy-cold and day-workers without register in wallet and under precarious conditions of work.

Key-words: Half-Barren. Project of Irrigation. Agrobusiness of the mango. "Caatingueiro" peasant. Precarious of the work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões Geoeconômicas do Estado da Bahia com destaque para a Região Geoeconômica da Serra Geral onde se localiza o município de Livramento de Nossa Senhora (BA).....	41
Figura 2 – Microrregião de Livramento de Nossa Senhora (BA).....	43
Figura 3 – Mapa da Vegetação do Estado da Bahia 2008	45
Figura 4 - Localização de Livramento de Nossa Senhora (BA).....	46
Figura 5 - Brasil – Polígono das Secas	119
Figura 6 - Bahia - Projetos de Irrigação 2009	122
Figura 7 - Espacialização dos projetos de irrigação - CODEVAF/DNOCS	125
Figura 8 – Localização do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado – Livramento de Nossa Senhora (BA)	136
Figura 9 – Maiores produtores de manga no Estado da Bahia.....	161
Figura 10 – Bahia. Produção de Manga (em hectares)	167
Figura 11 – Polo Frutícola Livramento de Nossa Senhora (BA).....	171
Figura 12 – Mercado consumidor da manga produzida no município de Livramento de Nossa Senhora (BA).....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da População de Livramento de Nossa Senhora (BA).....	88
Quadro 2 - Distribuição dos Perímetros Irrigados sob a jurisdição do DNOCS no Polígono das Secas	126
Quadro 3 – Perímetros Irrigados implantados sob a coordenação da CODEVASF	127
Quadro 4 – Proposta original do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado	141
Quadro 5 – Relação dos Principais Insumos utilizados na Produção de Manga em Livramento de Nossa Senhora (BA).....	175
Quadro 6 – Número de Postos de Trabalho com Carteira Assinada no Agronegócio da Manga	200

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – <i>Camponeses caatingueiros</i> almoçando á sobra do ônibus antes de começar o trabalho de poda na lavoura de manga	32
Foto 2 – <i>Camponeses caatingueiros</i> fazendo a limpeza do Canal de Irrigação que leva água para o Bloco II do Perímetro Irrigação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA).....	97
Foto 3 – <i>Camponês caatingueiro</i> em sua labuta cotidiana. Em segundo plano, paisagem da Caatinga em tons acinzentados. Livramento de Nossa Senhora (BA)	99
Foto 4 – <i>Camponês caatingueiro</i> com vestimenta típica para o trabalho de pastoreio do gado. Lagoa Real (BA)	101
Foto 5 - Barragem de derivação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. Ao fundo, vista panorâmica da Cachoeira do Rio Brumado, local onde é feita a captação da água para Irrigação. Livramento de Nossa Senhora (BA)	138
Foto 6 – Canal de derivação. Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. As terras por onde passa o Canal de Irrigação são consideradas área de segurança nacional sob intervenção do Poder Federal. Livramento de Nossa Senhora (BA)	139
Foto 7 – Fazenda localizada no interior do projeto de irrigação. Atualmente nesta propriedade não há moradores. No passado o proprietário desta fazenda produzia arroz, cana-de-açúcar, milho, utilizando de relações não capitalistas de produção. Livramento de Nossa Senhora (BA).	145
Foto 8 – Trabalhadores embalando Manga no Galpão. Livramento de Nossa Senhora (BA)	156
Foto 9 - Mangas embaladas para exportação. As frutas são seladas individualmente. <i>Packing house</i> Katopé, Livramento Nossa Senhora (BA).....	159
Foto 10 – Paisagem homogeneizada pelo agronegócio da manga no Perímetro Irrigado do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA). Trabalhadores camponeses diaristas colhendo manga.....	163
Foto 11 – Camponês do Assentamento do Bloco II trabalhando na lavoura de mandioca. Em segundo plano estão as plantações de banana e maracujá desenvolvidas em sistema de rotação de culturas.....	165

Foto 12 – Galpão localizado no Bairro Taquari, nas proximidades da Rodovia BA-148. Este Galpão funciona apenas no período de safra da Manga. Ao fundo, trabalhadores realizam a seleção, embalagem e empilhamento das caixas de manga. Livramento de Nossa Senhora (BA).....	178
Foto 13 - Galpão localizado às margens da Rodovia BA-148, no Bairro Piçarrão. Trata-se de um Galpão com boas instalações, sendo um dos maiores da cidade	179
Foto 14 – Bairro Benito Gama, criado na década de 1980. Livramento de Nossa Senhora (BA)	181
Foto 15– Trabalhadores urbanos aguardando a chegada do transporte que irá levá-los até as lavouras de manga. Homens, Mulheres e Adolescentes aguardam a distribuição feita pelos empreiteiros. Livramento de Nossa Senhora (BA)	184
Foto 16 – Trabalhadores sendo transportados para as lavouras de manga. Livramento de Nossa Senhora (BA).....	185
Foto 17 – Trabalhador fazendo a poda da mangueira. Livramento de Nossa Senhora (BA).....	203
Foto 18 – Trabalhadores embalando Manga no Galpão. Livramento de Nossa Senhora (BA)	205
Foto 19 – Trabalhadores na linha de embalagem de Manga de uma <i>Packing house</i>	207

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 Esquema metodológico da dissertação.....	37
Fluxograma 2 Cadeia produtiva do agronegócio da manga.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Gini (1940 a 2006) em Livramento de Nossa Senhora..	153
Gráfico 2 – O que mais encarece a produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 23 produtores entrevistados.....	176

Gráfico 3 – Local onde reside os trabalhadores da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	180
Gráfico 4 – Formas de comercialização da manga pelos produtores. Amostra referente a 23 produtores entrevistados	186
Gráfico 5 – Quantidade de Produtores que exportam a produção de manga. Amostra referente a 23 produtores entrevistados	190
Gráfico 6 – Pretende ampliar a área plantada com lavoura de manga nos próximos anos. Amostra referente a 23 produtores entrevistados	192
Gráfico 7 - Tradição da família da família dos trabalhadores com o trabalho na agricultura. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 23 produtores entrevistados	194
Gráfico 8 – Lavouras cultivadas pela família dos trabalhadores da manga antes da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 23 produtores entrevistados	195
Gráfico 9 – Possui quanto tempo de trabalho na produção de manga. Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	197
Gráfico 10 – Remuneração recebida pelo trabalhador da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	199
Gráfico 11 - Nível de escolaridade dos trabalhadores da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	201
Gráfico 12 – Lugar de ocupação dos trabalhadores da produção de manga de Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados.....	204
Gráfico 13 – Ocupação dos trabalhadores antes de trabalhar na produção de manga de Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	209
Gráfico 14 – Trabalhadores com carteira assinada na produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Produção Agrícola Municipal. Livramento de Nossa Senhora (BA) ..	87
Tabela 2 – Produção de manga na Região Nordeste.....	90
Tabela 3 – Tamanho das propriedades indenizadas	152

LISTA DE ABREVIATURAS

ADAB - Agência de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia
ADIB - Associação do Distrito Irrigado do Brumado
ANA - Agência Nacional de Águas
APROMOL - Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora
ASA - Associação do Semi-Árido
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Mundial
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CAC - Campus Catalão
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASAS - Centrais de Abastecimento
CEGET - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CETEB - Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
CHESF - Companhia Hidrelétrica de São Francisco
CLT - Códigos de Leis Trabalhistas
COBA - Consultoras de Obras, Barragens e Planejamento
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Vale do Rio Parnaíba
COPEFRUL - Cooperativa de Produtores de Frutas de Livramento de Nossa Senhora
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERN - Engenharia de Recursos Naturais
GEOGRAFAR - Geografia dos Assentamentos Rurais
GETeM - Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho de Movimentos Sociais
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
TEM - Ministério
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIVIC - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento do Nordeste
PROBEC - Programa de Bolsas de Extensão e Cultura
PROJETO SERTANEJO - Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste
PROLICEN - Programa de Projetos de Pesquisa na Licenciatura
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos de Sociais da Bahia
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Bahia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
INTRODUÇÃO	26
1 CAPÍTULO 1 CAMPESINATO E TRABALHO NO SÉCULO XXI: teias de relações no Nordeste semiárido.....	32
1.1 O caminho metodológico da pesquisa: entre (in)certezas, (des)construções e avanços na leitura da realidade do campo brasileiro...	34
1.1.1 Problema: o elemento-chave da pesquisa.....	38
1.1.2 Situando a pesquisa no espaço/tempo	39
1.1.3 A escolha das fontes, a coleta e o tratamento dos dados	48
1.1.4 O trabalho de campo como um exercício teórico para a pesquisa	51
1.2 Estudos sobre campesinato: o limite epistemológico para a compreensão do camponês enquanto sujeito social.....	53
1.2.1 Os estudos sobre campesinato no Brasil: entre decadência e permanência, um olhar sobre a <i>(Re)existência</i>	63
1.3 Transformações no mundo do trabalho: contribuições da Geografia para a análise das relações de trabalho no campo brasileiro.....	76
2 CAPÍTULO 2 O NORDESTE SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL: da “penumbra” política à miséria anunciada.....	92
2.1 O camponês caatingueiro no contexto das políticas de desenvolvimento regional	97
2.2 Da terra esturricada à opulência dos Projetos de Irrigação: os (des) caminhos da política de planejamento regional para o Nordeste no pós- 1970.....	108
2.3 A Política de Irrigação no Nordeste: considerações a partir da questão agrária na Bahia	116
2.4 Eis que surge um oásis na Caatinga: o projeto de irrigação e a modernização da agricultura de Livramento de Nossa Senhora.....	130
3 CAPÍTULO 3 A RELAÇÃO CAPITAL VERSUS TRABALHO NA	

	MANGICULTURA EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	
	(BA).....	156
3.1	O que há de “novo” no Velho Sertão brasileiro!?	158
3.2	O “Vale da Fartura” e o agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA).....	168
3.3	O sabor amargo do desenvolvimento: a precarização do trabalho na produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA).....	193
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
	REFERÊNCIAS	218
	ANEXOS.....	228
	Anexo 1-Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética.....	229
	Anexo 2-Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética – Alteração.....	231
	Anexo 3-Roteiro de entrevista com os produtores de manga.....	232
	Anexo 4-Roteiro de entrevista com os camponeses expropriados.....	233
	Anexo 5-Roteiro de entrevista com os trabalhadores da produção de manga.....	234
	Anexo 6 - Ata de Aprovação da Banca de Defesa.....	235

APRESENTAÇÃO

Antes de continuar, preciso dizer algumas palavras sobre o meu lugar social - o lugar de onde falo - as pessoas para quem eu escrevo, pois esta pesquisa é de algum modo, uma homenagem aos feitos de meus conterrâneos de nascimento ou por paixão, de território, de pesquisa, de empreitada pelo ser Nordeste, Sertanejo e/ou Caatingueiro. Escrevo para Josué de Castro, Graciliano Ramos, Paulo Freire, Francisco Julião, Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Luiz Gonzaga, como forma de agradecimento por suas memoráveis contribuições para a compreensão dos espaços nordestinos. Essa pesquisa é, também, uma contribuição para todos os camponeses que, na labuta cotidiana, enfrentam e contestam a ideia de que “o campo se tornou uma fábrica”. Espero contribuir para dar mais visibilidade à realidade do Semiárido com suas pluralidades de paisagens e mosaicos sociais.

Ao perspectivar sobre o futuro não posso deixar de olhar para o passado e lembrar com saudade das peripécias de uma criança que viveu a infância em sua plenitude, com suas correrias pelas capoeiras, com as pernas arranhadas nas escaladas dos umbuzeiros. Não esqueço do adocicado do araticum¹, dos “beijos arroxeados” pelo cuaçú, da pregança da melancia, do sabor inigualável do pegado de requeijão com rapadura feito por minha mãe e da pescaria de mungunzá², no “tempo das águas”, com meu pai. Os anos passaram, mas os odores, os sabores, os sons e as imagens da Caatinga permanecem com uma vivacidade tamanha na memória que é como se eu jamais tivesse saído daquele lugar.

O meu envolvimento com o campo se deu desde muito cedo, desde quando me entendi no mundo, com meus pais, *camponeses caatingueiros* que nasceram e permanecem no campo ainda hoje, vendo-os trabalhar, juntamente com meus irmãos, nos roçados de feijão catador, de milho, de algodão e nas lavouras de arroz, durante o período chuvoso, e nos tratos dos quintais de palmas³, utilizadas na alimentação do gado durante os meses de estiagem. A minha infância e o início da adolescência foram divididos entre atividades como ir à escola em um momento, e em outro, levar almoço na roça para meu pai e meus irmãos. No campo, tive os primeiros aprendizados sobre o cultivo das lavouras, sobre a Caatinga com sua

¹ Cientificamente conhecida como *Annona coriácea* essa fruta é regionalmente conhecida como araticum, sendo encontrada nas áreas preservadas de Caatinga e também nas áreas de Cerrado.

² Armadilha feita com cipós utilizada para pescar durante os períodos de cheia dos rios.

³ *Nopalea coccinellifera*.

diversidade de fauna e flora, bioma que abriga uma riqueza de paisagens, culturas, com seus vaqueiros, violeiros, camponeses, benzedeadas, rendas, xilogravuras e cordéis. Foi através da vivência com meus pais que aprendi a reconhecer o mandacaru⁴, a jurema preta⁵, a macambira⁶, a imburana⁷, o juazeiro⁸, a aroeira⁹, sendo que algumas das plantas da Caatinga são utilizadas pelos *camponeses caatingueiros* no preparo de chás, como é o caso da imburana e da catinga-de-porco¹⁰, e de xaropes, como o cravo-do-mato¹¹.

Aprendi a ler na escola, de zona rural, Marechal Deodoro da Fonseca, a alguns quilômetros de distância da casa de meus pais, com a minha primeira professora, que também era minha irmã primogênita. Lá tive os primeiros ensinamentos sobre o mundo da “cultura dos livros” e foi despertado o desejo, mais e mais, de estudar. Naquele tempo, o caminho para a escola era repleto de travessias inusitadas e aventuras assustadoras. Recordo do rio, de águas barrentas e revoltas nos “tempos das águas”, quando a sua travessia era feita com o auxílio de uma corda para não se ser levado pela correnteza, o que transformava o trajeto até a escola na mais emocionante (para não dizer aterrorizadora) aventura. Durante os meses de verão, o caminho alongava-se sob o sol “de Fabiano”, sol de meio-dia pelo qual teimávamos em seguir todos numa tagarelice sem fim.

Em 1992 mudei para a cidade de Brumado (BA), onde cursei da 5ª série ao 1º Ano de Magistério, no Colégio Estadual de Brumado. Retornei para Livramento de Nossa Senhora em 1997, onde finalizei o Ensino Médio em 1998. O ingresso na carreira de professor ocorreria em 2001 quando da minha aprovação no concurso público para professor do município de Livramento de Nossa Senhora. A opção pela Geografia foi “acidental” e se deu apenas momentos antes da inscrição para o vestibular no ano de 2004. Já na universidade, o contato com os estudos agrários ocorreu em 2006, quando visitei um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em Vitória da Conquista (BA), durante a VI Semana de Geografia realizada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Naquele momento fiquei “encabulado” como aquelas pessoas que ali estavam assentadas tinham convicção sobre a legitimidade da luta que haviam travado contra o sistema hegemônico. Desde então foi sendo mais e mais despertado o meu interesse pelas questões

⁴ *Cereus jamacaru*.

⁵ *Mimosa laticifera*.

⁶ *Bromélia balansae*.

⁷ *Amburana cearensis*.

⁸ *Solanum icarceratam*.

⁹ *Myracrodruon urundeuva*.

¹⁰ *Caesalpinia sp.*

¹¹ *Pimenta pseudocaryophyllus*.

voltadas para o campo; passei a ler mais sobre o tema e foi quando, em um destes felizes momentos, deparei com o “pequeno” livro *Modo capitalista de produção e agricultura*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que suscitou em mim uma forte empatia com o que o autor expressava em cada linha de seu texto. Nesse contexto, a clareza sobre o que representavam aquelas sensações de inquietação em relação ao projeto de irrigação viria, anos mais tarde, quando “olhei” aquele lugar com os olhos da teoria que viria aclarar as motivações que faziam surgir as inquietações em relação à predominância da manga no cenário do projeto de irrigação em Livramento de Nossa Senhora.

Em 2006 seria aprovado em mais um concurso público para professor pelo município de Rio do Antônio. Assim, as leituras durante a graduação foram divididas com os compromissos profissionais nos municípios de Livramento de Nossa Senhora (BA), onde trabalhava na coordenação pedagógica, e em Rio do Antônio, como professor do Ensino Fundamental e do Médio. Essa situação exigia grande esforço para realizar o curso com qualidade e compromisso, pois as idas e vindas sempre tomavam muito tempo e o cansaço, por vezes, se abatia sobre mim. Mesmo assim, todos os contratemplos foram superados e, em junho de 2008, finalizei o curso, sem atrasos, condição fundamental para que eu pudesse preparar um esboço de projeto para concorrer ao processo de seleção para o mestrado na Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão. A escolha pela pós-graduação em Catalão levou em consideração o meu interesse em discutir um problema que estivesse relacionado ao tema “Trabalho e Movimentos Sociais”, desejo que eu já havia protelado na graduação. Foi nesta aventura pelas paisagens do Cerrado goiano que conheci a professora Dr^a. Helena Angélica de Mesquita. Quando da minha aprovação no mestrado em Geografia, sob a orientação da professora Helena Angélica de Mesquita, iniciei mais um processo de desreterritorialização, deixando a “segurança que dois concursos públicos podem oferecer” para mergulhar nas incertezas que a minha nova condição social me reservariam: a de um desempregado. Realmente tive que aprender novamente a “contar e valorizar as moedas”.

O interesse de pesquisar as transformações espaciais ocorridas em Livramento de Nossa Senhora (BA) em função da implantação do Projeto de Irrigação surgiu muito antes que eu tivesse adentrado os muros da universidade, embora eu só fosse tomar consciência disso anos depois, quando tive os primeiros contatos com os geógrafos que discutem a realidade do campo brasileiro. Desde muito, sentia certo desconforto ao observar a paisagem homogênea das lavouras de manga, cuja monotonia, em forma e na cor verde escuro, entrava em conflito com a cor acinzentada, mas não homogênea da Caatinga. Aquela paisagem era

muito diferente daquela que eu estivera acostumado a com-viver na roça de meu pai com seus roçados de feijão catador, mandioca, melancia, andu, moranga, entre tantas outras culturas. Lá, no pequeno sítio de meus pais, se praticava verdadeiramente o que poderia chamar de “agricultura da fartura” ou “geografia da fartura”.

Ao passar pelo projeto de irrigação, a inquietação era temporariamente desfeita somente quando, espremidas aos pomares de manga, apareciam uma “rocinha” aqui outra “rocinha” acolá, de mandioca, milho, feijão, lavouras diferentes naquele espaço porque se apresentavam um tanto quanto “bagunçadas” se comparadas às “bem organizadas mangueiras” sempre enfileiradas, como se ali reinasse também o positivismo comtiano. Naquele tempo não sabia explicar qual o significado de tamanha confusão de sentimentos, mas parecia que as várias roças eram a paisagem ideal (assim era como eu pensava), o mosaico que adequadamente deveria compor o cenário agrícola do Vale do Rio Brumado, bem como a Caatinga em sua beleza e diversidade. A lavoura de manga foi introduzida no município pelo Sr. Raelson Ribeiro em sua propriedade particular localizada no Vale do Rio Brumado, passando a ser cultivada no projeto de irrigação no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Após os anos 2000, a mangicultura se expandiu para várias localidades do município, embora as áreas com maior expressividade concentrem-se na área do perímetro irrigado do Vale do Rio Brumado.

O que motivou a realização deste estudo foi o interesse de questionar a veracidade do discurso encampado pelo agronegócio, de ser o responsável por promover a erradicação das desigualdades sociais locais. Por meio das reflexões suscitadas, procuro desvelar a realidade de uma posição pouco cômoda, ou seja, da perspectiva daqueles que sofreram e sofrem diretamente os efeitos da implantação do projeto de irrigação e cujas vidas foram significativamente transformadas por conta da desapropriação das terras e da intensificação do assalariamento no campo.

Este estudo não aconteceu de maneira aleatória. Trata-se de uma ação deliberadamente política, e por meio da qual apresento as minhas visões de mundo, projetos de vida e de ciência procurando pensar as transformações em curso no campo brasileiro e, mais especificamente, em Livramento de Nossa Senhora (BA) a partir da perspectiva daqueles que sempre viveram na/e da terra.

A caminhada até a dissertação foi sinuosa, de muita labuta, mas jamais solitária. A cada nova leitura e novo encontro para orientação, um mundo de dúvidas se descortinava diante de mim com uma complexidade tamanha que causava medo. Nesses momentos percebi

que as certezas eram muito efêmeras, frágeis e que havia muitas “verdades” a serem superadas, máscaras por despedaçar e outras tantas por construir. Foi assim, no constante devir teórico, que percebi a quantidade de tijolos que haveriam de ser colocados na edificação do conhecimento para que a “leitura” geográfica do fenômeno pesquisado acontecesse sem atropelos e sem uma visão idílica.

A concessão da bolsa de mestrado pela CAPES em outubro de 2009 veio em muito boa hora, sendo fundamental para que tivesse as condições favoráveis para realizar as leituras e cumprir os prazos sem atropelos. O engajamento no Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM, a participação em congressos e projetos de extensão foram relevantes para que a pesquisa fosse ganhando cada vez mais espaço em meu cotidiano. Durante o mestrado dediquei-me exclusivamente à pesquisa, intercalando os momentos de leituras com a participação em projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do GETeM¹² ou participando como colaborador em projetos desenvolvidos por outros cursos, como o Literatura no Vestibular, curso pré-vestibular oferecido gratuitamente e aberto à comunidade em geral, sob a coordenação do Curso de Letras da UFG – CAC. Destaco as contribuições do Estágio Docência realizado por mim na disciplina Formação Sócio-espacial, sob a regência do professor Ms. Valdivino Borges de Lima, momento em que pude estabelecer um contato direto com os alunos da graduação, momento de muito aprendizado para a minha carreira profissional.

Feitas as leituras principais, e construído um arcabouço teórico-conceitual e metodológico, fiz várias imersões no universo da pesquisa com o propósito de trazer de dentro para fora questionamentos, inquietações e opiniões na tentativa de primar por uma pesquisa que tivesse deliberadamente a função de contribuir para ampliar os referenciais teóricos da Geografia, além de disponibilizar para os sujeitos envolvidos nesse processo o acesso ao conhecimento de que eles foram parte integrante. O momento da pesquisa foi de inúmeras descobertas, algumas muito bem vindas, outras extremamente frustrantes e para as quais eu não estava preparado para enfrentar, pois não havia lido nada parecido nos manuais de metodologia científica.

A mais frustrante das experiências foi deparar, durante as entrevistas com os trabalhadores da manga, com um ex-aluno meu, dos tempos em que lecionava no colégio de

¹² Em 2009 o GETeM ministrou um curso de formação continuada para os professores das redes públicas municipal e estadual de ensino de Catalão e municípios circunvizinhos, com duração de 150 horas, sob a coordenação da profª. Dra. Helena Angélica Mesquita. Também em 2009, foi iniciado o Curso de Agroecologia ofertado para jovens estudantes de escolas da zona rural do município de Catalão, com duração de 2 anos, sob a coordenação do prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, projeto esse financiado pelo CNPq.

Ensino Fundamental na zona rural do município de Livramento de Nossa Senhora (BA). Naquele momento, mais que em qualquer outro no transcorrer de toda a pesquisa, eu senti que era impossível ser um pesquisador neutro diante de fatos ou acontecimentos que incomodam profundamente o nosso ser. Diante do constrangimento de meu ex-aluno, que ao me ver abaixou a cabeça com vergonha, por ter abandonado a escola para trabalhar na produção de manga, eu me vi totalmente despreparado para aquela situação, pois esperava todo tipo de situação, exceto aquela; engoli em seco por algumas vezes, sentindo uma profunda sensação de impotência, pois ocorreu-me pensar, furtivamente, que eu, enquanto educador, havia fracassado em relação aquele adolescente, agora trabalhador da lavoura de manga, que não encontrara condições favoráveis para permanecer na escola. O inesperado episódio serviu para aflorar ainda mais o meu descontentamento enquanto pesquisador em relação ao modelo fruticultor agroexportador adotado por Livramento de Nossa Senhora (BA), que a todos explora em função da satisfação de uns poucos.

Se os sujeitos pesquisados não podem ser analisados de maneira descolada do movimento do real, tampouco o pesquisador encontra-se em uma condição de sujeito apolítico. Pensando assim, acredito que as experiências no campo, vivenciadas por mim desde a infância, através das labutas diárias de meus pais e irmãos, possibilitaram-me, sob a luz da teoria, vislumbrar o protagonismo de outros sujeitos e de uma outra paisagem para o Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA), diferente daquela que predomina, com seus pomares de manga. Certamente a influência das vivências enquanto filho de *camponeses caatingueiros* acabaram por direcionar as minhas reflexões, pois as teço a partir de um campo político de enfrentamento em relação às proposições dos que defendem e legitimam a importância e a infalibilidade do agronegócio para o campo brasileiro, tido pelas políticas públicas como o mais curto e adequado caminho para superar os conflitos e desigualdades sociais dos milhões de camponeses espalhados pelos mais distantes rincões deste imenso Brasil.

INTRODUÇÃO

O cenário historicamente construído pelos diversos sujeitos no processo de ocupação e transformação do campo brasileiro tem sido caracterizado por aspectos contraditórios, em seus componentes econômicos, políticos, sociais e culturais. Do ponto de vista da interlocução destes aspectos, os conflitos que emergem no campo ultrapassam a esfera do concreto e assumem feição ideológica, como estratégia para (des)articular e/ou (des)construir o tecido social e, assim, favorecer-se a solidificação de novas estruturas de poder e dominação, sem que isso venha a significar necessariamente, o rompimento com o conservadorismo presente nas antigas relações de poder fossilizadas ao longo dos anos.

As escalas de articulação do Estado com o capital, local, regional e nacional devem ser consideradas como elementos importantes para a integração dos mais longínquos lugares à lógica global. Assim, as capilaridades e vértices deste processo materializam nos territórios, constantemente forjados, cujos desdobramentos são sentidos diferentemente por cada sujeito, dependendo da função que cada um possui, demonstrando assim, a necessidade de compreender os processos que perpassam o campo a partir da ideia de conflito, da luta de classes travada da sociedade capitalista.

Nesse sentido, ao se tratar de questões materializadas na Região Nordeste do Brasil não se pode perder de vista as relações de mandonismo e a organização oligárquica, que assumiram feições muito marcantes no passado e que ainda não foram superadas. Muitas abordagens sobre o Nordeste semiárido trazem consigo arraigadas a ideia de tragédia social e econômica causada pela natureza, o que demonstra pouca condição de entender a realidade a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e mediadas pelo trabalho enquanto condição ontológica e condição ineliminável do ser humano. Se a bibliografia que se ocupa do “problema da seca” é extensa, há, ainda muito por ser refletido e analisado, visto que a reestruturação produtiva do capital trouxe novos elementos para as relações de trabalho e produção no campo, colocando para os pesquisadores a necessidade de se compreender como as raízes do conservadorismo, de uma estrutura arcaica, no meio agrário nordestino têm favorecido, hoje, sobremodo, a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital, com rebatimentos para as populações tradicionais camponesas, quilombolas e ribeirinhas, entre outras.

Assim, o presente estudo tem por objetivo compreender as transformações ocorridas na agricultura do município de Livramento de Nossa Senhora (BA), após a

implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, na década de 1980, e seus desdobramentos, no que se refere ao confronto capital *versus* trabalho no agronegócio da manga. A execução da pesquisa demandou o estabelecimento de critérios teórico-metodológicos para alcançar o objetivo de entender como se dá, a partir das informações obtidas em campo, a construção de um conhecimento dotado de especificidades que sejam capazes de explicar frações da realidade, sem que se possa desuni-las do todo ou desconsiderá-las.

Nesse momento, deparou-se com uma situação geradora de conflitos desestabilizadores porque a “clareza” que aparentemente se tinha em relação aos fenômenos que compunham a realidade estudada se tornou insuficiente para explicá-los. Percebeu-se haver a necessidade de estabelecer um esforço maior para poder-se relacionar a reflexão teórica e a observação da realidade, pois, a apreensão do universo pesquisado somente aconteceria se a dinamicidade do fenômeno em questão pudesse ser apreendida em sua essência. Chegando-se a essa conclusão, verificou-se a necessidade de se analisar a realidade “com outros olhos”, despidos de certos brios e (pré)conceitos, para poder se perceber os elementos e seus liames, que dão coesão à realidade social, e, assim descobrir os tecidos que a compõem e os fios que a costuram. Para isso foi necessário um constante “mergulho” na investigação e na teoria, que teve a finalidade de fornecer os elementos para a mediação na construção do conhecimento.

Assim, a elaboração da dissertação implicou num exercício constante de revisão da proposta inicialmente pensada, em virtude da ampliação do horizonte teórico-conceitual, decorrente das leituras sobre campesinato e trabalho e devido à proximidade com os sujeitos da pesquisa. Os resultados ora apresentados estão permeados pela vivência do pesquisador, que não pode ser dissociada das considerações tecidas no decorrer do texto, bem como pela vivência dos sujeitos que constroem e reconstroem o lugar objeto desta pesquisa, pois acredita-se na Geografia que considera os sujeitos sociais construtores do espaço geográfico, que valoriza as suas experiências e trajetórias de vida, sem, contudo, transformá-los em coisas, peças de um “quebra-cabeça acadêmico”.

A proposta metodológica da dissertação está estruturada da seguinte forma: a) apresentação do problema, b) delimitação espaço/temporal, c) procedimentos relacionados à escolha das fontes, coleta de dados e organização das informações e, por fim, a contribuições do trabalho de campo para a pesquisa em Geografia e, mais especificamente, para a Geografia Agrária, com foco para a pesquisa cujos resultados são apresentados a seguir. O universo

pesquisado é constituído pelos *trabalhadores da terra*, famílias de camponeses expropriadas pelo DNOCS, para a implantação do Projeto de Irrigação e pelos produtores e trabalhadores da produção de manga, que muitas vezes são um mesmo indivíduo. A identificação desses sujeitos ocorreu a partir da definição das variáveis a serem utilizadas como parâmetro na pesquisa, das quais, destacam-se a forma de organização social das famílias expropriadas, os tipos de lavouras cultivadas nas propriedades antes da implantação do Projeto de Irrigação, o tamanho das propriedades desapropriadas, o valor das indenizações pagas, o número de famílias expropriadas, os critérios adotados pelo DNOCS para a seleção dos irrigantes e reassentados, as condições de vida das famílias após a expropriação, a quantidade de empregos gerados pela produção de manga, as condições de trabalho e a remuneração recebida pelos trabalhadores na produção de manga.

As informações apresentadas no decorrer desta pesquisa foram obtidas mediante a análise de fontes documentais e através da pesquisa de campo, realizada em quatro etapas complementares. A realização dessa pesquisa foi referendada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás que emitiu parecer favorável (Anexo 1) em 05/10/2009, ratificado em 05/04/2010 (Anexo 2), após alterações feitas no Projeto de Pesquisa em atendimento às sugestões da Banca Avaliadora do II Simpósio Interno de Mestrados realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão. A primeira visita a campo ocorreu nos meses de julho e agosto de 2009; a segunda etapa deu-se entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2010; a terceira etapa foi realizada em maio de 2010 e quarta etapa, que finalizou a pesquisa de campo em setembro de 2011, após o exame da banca de qualificação, com o propósito de atender às solicitações da mesma. Durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas (Roteiros em anexo) e observações do cotidiano dos camponeses e trabalhadores da produção de manga, cujas registradas no diário de campo, além de registro fotográfico, consulta a acervos particulares e obtenção e registro de relatos orais. A interpretação das informações obtidas foi um trabalho minucioso de associação entre o método científico e a realidade empírica, de modo a possibilitar a compreensão do universo da pesquisa.

Diante da impossibilidade de precisar o número de famílias expropriadas e da quantidade de trabalhadores empregados na produção de manga, optou-se por definir uma quantidade prévia de sujeitos a serem entrevistados e, em seguida, fez-se a “imersão” à campo para realizar as entrevistas. O fato de não se poder determinar percentualmente o tamanho da amostragem não se constitui um problema metodológico porque o teor dos dados

obtidos, em sua maioria, dispensa o tratamento quantitativo. A opção por não fazer um capítulo exclusivamente teórico se deu por entender que a teoria deve permear toda a prática e a prática deve estar fundamentada na teoria, numa relação dialética. Assim a teoria aparece “dissolvida” ao longo dos capítulos, ora mais ora menos implícito.

Frente à empreitada encetada, a dissertação está organizada em seis partes: apresentação, esta introdução, três capítulos e as considerações finais.

No **Capítulo 1** denominado *Campesinato e Trabalho no Século XXI: as teias de relações no Semiárido baiano*, apresenta-se o caminho metodológico percorrido durante a pesquisa, a metodologia utilizada e as dificuldades encontradas ao longo de sua realização. Ainda neste capítulo são abordadas as bases teórico-conceituais utilizadas em relação aos estudos sobre Campesinato e Trabalho na Geografia, com a intenção de contribuir para o recente debate que evidencia os limites epistemológicos da teoria marxista para a compreensão do que se passa no interior da classe trabalhadora no limiar do século XXI, em função do processo de reestruturação produtiva do capital¹³. Diante da necessidade de fortalecer o debate sobre os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, tanto no campo quanto na cidade, propõe-se aprofundar a reflexão sobre o papel da Geografia, com vistas a combater a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Neste capítulo são abordadas algumas questões introdutórias fundamentais para respaldar a defesa da existência de um novo campesinato no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado no município de Livramento de Nossa Senhora (BA) e que serão discutidas com maior profundidade no Capítulo II.

As reflexões elaboradas no Capítulo 1 têm como centralidade a releitura de obras clássicas de autores como Marx (1983), Chayanov (1975), Lenin (1985) e Shanin (1972) quando discutem o destino do campesinato no contexto da expansão do capitalismo, em suas diferentes perspectivas teórico-políticas. Estes estudos fundamentam as análises sobre o campo brasileiro, feitas por autores como Oliveira (1986) e Martins (1990), entre outros. No tocante ao debate sobre Geografia do Trabalho serão utilizadas obras de Thomaz Júnior (2003) e Mendonça (2004), e buscadas contribuições em autores de outras áreas como Antunes (2007)

No **Capítulo 2**, intitulado *O Nordeste semiárido e as políticas de planejamento regional: da “penumbra” política à miséria anunciada*, aborda-se o Nordeste semiárido no

¹³ De acordo com Thomaz Júnior (2003, p. 11) a reestruturação produtiva do capital é “um projeto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma nova hegemonia do capital na produção, mas é também poderoso instrumento de desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora” .

contexto das políticas de desenvolvimento regional, com foco na Política de Irrigação e as transformações na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA), a partir da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, na década de 1980. As contradições que envolveram a implementação da Política de Irrigação no município demonstram como o Estado cria a infraestrutura para possibilitar a inserção do agronegócio em detrimento do campesinato. Nesse contexto, a leitura do fenômeno é feita a partir da disputa por território entre o campesinato e o agronegócio, como sujeitos antagônicos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A expansão das lavouras de manga é analisada a partir do movimento do capital que busca integrar os países “periféricos” no processo produtivo como fornecedores de matérias-primas. Ainda no Capítulo 2 defende-se a necessidade de refletir sobre as implicações político-ideológicas da utilização do termo “sertanejo” para referir-se aos camponeses do Semiárido, propondo como alternativa, a utilização do termo *camponês caatingueiro*, cunhado com a intenção de que seja mais fiel à realidade. As reflexões desenvolvidas acerca do conceito de sertanejo tem como aporte teórico autores como Almeida (2003), Cunha (1991), Brandão (2009) e Malvezzi (2007). Nesse sentido, defende-se a existência de um novo campesinato no Projeto de Irrigação, cujas mudanças ocorridas nas relações de produção e de trabalho dos camponeses se constituem como alternativas ao modelo agroexportador representado pela mangicultura em Livramento de Nossa Senhora (BA).

As discussões do Capítulo 2 têm como base teórica autores como Ianni (1981), Bursztyn (1985), Andrade (2005), Carvalho (1988), Castro (1992) e Oliveira (1981), cujas abordagens da Região Nordeste partem de uma análise crítica em relação aos vários discursos ideológicos que perpassam o imaginário da seca associado na Região Nordeste e as contradições da Política de Irrigação implantada naquela região a partir da expansão dos projetos de irrigação no Semiárido.

No **Capítulo 3** apresenta-se uma discussão sobre como ocorre a relação capital *versus* trabalho na mangicultura desenvolvida no Projeto de Irrigação no município de Livramento de Nossa Senhora (BA), de modo a evidenciar como estão estabelecidas as relações entre trabalhadores e produtores de manga e quais os mecanismos utilizados para explorar a mão-de-obra assalariada. Para tanto, há que se reconhecer as implicações da reestruturação produtiva do capital que dão outra roupagem às relações de trabalho, tanto no campo como na cidade, que passam a ser cada vez mais precarizadas. Isso implicará recorrer às informações obtidas na pesquisa de campo para enfatizar como a modernização do campo

em Livramento de Nossa Senhora (BA) veio acompanhada pela ampliação do trabalho destituído dos benefícios e direitos garantidos ao trabalhador pela legislação vigente no Brasil.

Com a expansão da produção de manga, houve um acelerado crescimento da cidade, com a formação de bairros periféricos que passariam a abrigar, tanto as famílias expropriadas quanto os trabalhadores da mangicultura, vindos de outros municípios. Nesse processo, evidencia-se a ocorrência de um elevado índice de desemprego durante a maior parte do ano entre os trabalhadores da produção de manga, totalmente subjugados ao período de safra para obterem um trabalho.

Para dar sustentação teórica às análises feitas neste capítulo utilizamos autores como Thomaz Júnior (2004, 2005a, 2006, 2008), Antunes (2007, 2002, 2004), Mendonça (2004), Mesquita (1993) e Mészáros (2007, 2009a, 2009b). Aqui são tratados aspectos como mobilidade e plasticidade do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital e seus desdobramentos para o mundo do trabalho. Os conceitos e teses trabalhados por estes autores fundamentam a discussão feita sobre a relação capital *versus* trabalho na produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA).

Nas **Considerações Finais** destaca-se o papel assumido pelo Projeto de Irrigação, enquanto fração do território delimitada para a materialização da política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste semiárido por meio da modernização conservadora. Como efeito disso, a disputa pelo controle de frações do território entre campesinato e agronegócio coloca em evidência as contradições que perpassam a implantação da Política de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA), com um intenso processo de substituição de lavouras voltadas para o autoconsumo por áreas ocupadas pela agricultura empresarial, bem como com a acumulação de lotes no projeto pelos produtores de manga mais capitalizados. Do mesmo modo, essa realidade demonstra a dinamicidade do campesinato que se cria e recria, mesmo em situações pouco favoráveis. Coloca-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o papel das políticas públicas implementadas pelo Estado no Nordeste semiárido, no sentido de colocar camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos na condição de sujeitos autônomos. Por fim, chama-se a atenção para a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento forjado para o campo brasileiro, centrado no agronegócio, que tem contribuído, sobretudo, para a intensificação do assalariamento no campo e, conseqüentemente, para a precarização do trabalho no campo e na cidade, realidade essa vivenciada em Livramento de Nossa Senhora (BA).

CAPÍTULO 1
CAMPESINATO E TRABALHO NO SÉCULO XXI: TEIAS DE
RELAÇÕES NO SEMIÁRIDO BAIANO



Foto 1- Camponeses almoçando à sobra do ônibus antes de começar o trabalho de poda na lavoura de manga. Em segundo plano paisagem da Caatinga. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

**CAMPESINATO E TRABALHO NO SÉCULO XXI: TEIAS DE RELAÇÕES NO
SEMIÁRIDO BAIANO**

[...]
Somos muitos Severinos
Iguais em tudo na vida
Na mesma cabeça grande
Que a custo se equilibra
No mesmo ventre crescido
Sobre as mesmas pernas finas
E iguais também porque o sangue,
Que usamos tem pouca tinta
[...]
Esse somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
Morremos de morte igual,
Mesma morte Severina
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte
De fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
É que a morte Severina
Ataca em qualquer idade,
Até gente não nascida).
[...]

(MELO NETO, 2000)

1.1 O caminho metodológico da pesquisa: entre (in)certezas, (des)construções e avanços na leitura da realidade do campo brasileiro

*[...] mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir.
(BRANDÃO, 1987)*

Para autores como Freire (1999), Khun (2005), Demo (1984) e Morin (2004) a Ciência constitui um elemento potencializador, ou não, das classes sociais no sistema capitalista, pois todo conhecimento acaba sendo transformado em poder e, na maioria das vezes, é apropriado pelo capital em sua constante expansão. Ainda na perspectiva dos autores citados, a Ciência tem o papel precípua de mediar a compreensão do movimento do real, por si mesmo contraditório e dialético, em um contexto marcado por ebulições sociais, políticas, econômicas e culturais cujos condicionantes interferem diretamente no modo de vida dos sujeitos que se apropriam do espaço e o transformam através de suas interações com o meio e com os outros homens. Outro aspecto importante, abordado por Freire (1999) e Demo (1984), é a centralidade do componente político para o processo de mediação entre a teoria e a prática.

Passado o momento histórico de predominância das interferências do positivismo (década de 1960, principalmente) com seus modelos objetivistas e seu rigor na quantificação estatística dos sujeitos e fenômenos, as pesquisas nas ciências sociais, e mais especificamente na Geografia, passaram a romper com aqueles modelos de técnicas e procedimentos de análise que serviam para aparar as arestas daquilo que era pesquisado, como uma forma de enquadrá-lo em um intervalo de variação e torná-lo homogêneo. Deste modo, as investigações que tratam das complexas relações estabelecidas na sociedade a partir do antagonismo de classes, bem como as disputas por território entre campesinato e agronegócio são realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive pela Geografia, e especialmente pela Geografia Agrária, cuja inserção nessa seara de ideias e intensos debates tem tido como resultado profundas e interessantes análises sobre a realidade do campo brasileiro

A crítica em à forma de analisar os fenômenos a partir de parâmetros naturais constitui um marco nas pesquisas qualitativas, como uma expressão do próprio Movimento de Renovação da Geografia¹⁴. Assim, as pesquisas qualitativas, atualmente, envolvem várias

¹⁴ A partir da década de 1970, a Geografia passou por profundas transformações, com a crítica à Geografia

formas de interpretação e compreensão dos processos, significando o constante e dialético mergulho na realidade vivenciada pelos sujeitos escolhidos para fornecerem, através das suas experiências e saberes os elementos para que o pesquisador possa construir o conhecimento a partir do real.

A utilização da pesquisa qualitativa pelos estudos de Geografia Agrária tem gerado importantes contribuições para a compreensão das territorialidades camponesas em um contexto marcado pela efetivação do capitalismo no campo e pelos efeitos da reestruturação produtiva, as mutações ocorridas no mundo trabalho e seus desdobramentos para os camponeses e *trabalhadores da terra*¹⁵. Outra questão, muitas vezes colocada como um obstáculo à pesquisa qualitativa é o fato de, com ela, haver uma multiplicidade de interpretações para um único fenômeno, haja vista ser o pesquisador um sujeito carregado de subjetividade. Embora se reconheça a existência das “múltiplas interpretações”, isso não é algo danoso para a ciência e, conseqüentemente, para a sociedade. Ao contrário, isso acaba por enriquecer os olhares sobre a realidade, de maneira a aprofundar as análises sobre a sua complexidade, pois como afirma Santos (2008, p. 15), “olhando a mesma figura, ora vemos um vaso grego branco recortado sobre um fundo preto, ora vemos dois rostos gregos de perfil, frente a frente, recortados sobre um fundo branco. Qual das imagens é verdadeira? Ambas e nenhuma.”

É importante saber que os resultados de uma pesquisa, qualitativa ou não, refletem, na verdade, as experiências de vida, o projeto político, as escolhas metodológicas por parte de quem se propõe a analisar uma dada realidade, pois, como destaca Freire (1999), o conhecimento da realidade concreta se dá a partir da relação entre a objetividade e a subjetividade. Assim, pode ser um equívoco pensar a pesquisa científica a partir de dois polos estanques (pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa) e incomunicáveis, visto que, em determinados momentos, pode-se recorrer à análise de dados estatísticos, sem que isso venha descaracterizar uma pesquisa qualitativa, do mesmo modo que as análises objetivas estão eivadas de posições políticas, logo, carregadas de subjetivismo porque expressam posturas, modos de perceber e compreender a realidade. Porém, isso de não separar ou hierarquizar os tipos de pesquisa não significa falta de conhecimento em relação às particularidades de cada

Tradicional. As obras de Lacoste (2006) e Santos (2008) foram seminais para o acirramento dos debates, constituindo-se em momentos profícuos de avanço na redefinição da Geografia, enquanto ciência social de inspiração dialética e marxista. s

¹⁵ De acordo com Mendonça (2004, p. 29) este termo refere-se aos que exercem o labor na terra e dela retiram as suas condições de existência. Tratam-se de trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, devido a uma situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.

uma. Essa disputa entre o que é certo ou não no ato de pesquisar, foi incentivada pelos positivistas ao defenderem que as pesquisas qualitativas são desprovidas de cientificidade. Para Matos e Pessôa (2009, p. 279) “enquanto a pesquisa quantitativa procura estabelecer e seguir um plano elaborado com rigidez, os estudos qualitativos costumam ser direcionados ao longo do desenvolvimento”. Inclusive no decorrer de muitas pesquisas, o tratamento dos dados e a relação do pesquisador com o arcabouço de informações construído revela o lugar social em que o pesquisador se encontra. Kaiser (2006, p. 103) chama a atenção para o fato de que “as escolhas feitas a respeito da doutrina, dos métodos e dos objetivos da pesquisa determinam diretamente a utilidade social desta e, conseqüentemente, a margem de satisfação moral e política que o pesquisador consciente pode daí retirar”.

Nesse sentido, as reflexões tecidas no decorrer da presente pesquisa buscarão a articulação entre a teoria e a empiria (Fluxograma 1). Certamente, em determinados contextos se confirmarão as teorias chamadas para o debate enquanto que em outras situações estas não serão suficientes para explicar a realidade, ou ainda serão negadas pela empiria, havendo, pois, a necessidade de se avançar na discussão, de buscar novas e mais adequadas teorias que permitam a compreensão do movimento do real. As escolhas teórico-metodológicas feitas para guiar esta pesquisa foram fundamentais para proporcionar uma maior compreensão, para analisar o fenômeno, que, embora espacializado em um determinado lugar sofre as interferências de outros lugares e de sujeitos externos a ele.

Assim, ao se estabelecer os eixos que articulam os dados empíricos com a teoria procurou-se direcionar as análises de maneira a evitar uma abordagem engessada em conceitos que não têm relação com o cotidiano dos sujeitos pesquisados, porque essa realidade, esse cotidiano, já estampa uma teoria que vai sendo construída no dia-a-dia, portanto, é dinâmica. Essa postura é assumida pelo pesquisador pelo fato de que ele acredita que o método e os processos investigativos vão sendo construídos ao longo da pesquisa, pois as situações diversificadas que surgem no decorrer das investigações exigem novos diagnósticos e planejamentos, visto que a cada etapa concluída surgem outras e desafiadoras questões a serem respondidas, que levam ao amadurecimento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa. O parâmetro utilizado para agrupar as afinidades teóricas e os fenômenos a serem interpretados, foi uma abordagem mais genérica sobre campesinato enquanto classe trabalhadora para, a partir da perspectiva dos territórios em disputa, trazer essas questões para o plano regional e local. Esse esforço de síntese, no plano da escala geográfica, não significa que concebe-se a existência dos fenômenos de maneira sincrônica e linear. Ao contrário, a abordagem da realidade está calcada na contextualização dos fenômenos por se conceber a sua existência a partir do movimento do real, que é, a um só tempo, dialético e contraditório.

Como afirma Brandão (1987, p. 12) na epígrafe que ilustra essa seção, o conhecimento produzido a partir do des-velar da realidade cotidiana dos sujeitos sociais abordados nas pesquisas deve ter uma função social, para a ciência geográfica, para a sociedade como um todo e, principalmente, para aqueles que protagonizaram/proporcionaram os condicionantes para que as “redes” do conhecimento fossem lançadas – ou seja, os próprios sujeitos pesquisados. Há uma constante necessidade de o pesquisador estar sempre analisando o ato contínuo de tecelagem dos fios do movimento do real, que a tudo entrelaçam em sua urdidura e em sua trama, tecendo o vivido, desenhando a vida e pondo-a à luz.

1.1.1 Problema: o elemento-chave da pesquisa

A formulação de um problema de pesquisa deve se dar com perguntas simples, mas que “depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade”. (SANTOS, 2008, p. 15). Essa perplexidade pode ser a respeito de fenômenos ocorridos já há algum tempo ou não, e com poucos ou muitos registros, muito ou pouco conhecimentos, simples ou complexos, de modo que já ao se delimitar um problema de pesquisa contribui-se para que os seus desdobramentos sejam melhor compreendidos.

O fenômeno de que se trata nesta pesquisa é a implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA), responsável por transformações profundas na agricultura local a partir da segunda metade da década de 1980. Sobre esse fato, algumas indagações surgiram e direcionarão a pesquisa:

a) A agricultura irrigada tradicional ocupava lugar de destaque na agricultura de Livramento de Nossa Senhora, principalmente no Vale do Rio Brumado, onde centenas de famílias viviam do trabalho nas lavouras praticadas em terras próprias ou de terceiros. As famílias que residiam e/ou trabalhavam nas propriedades localizadas na área onde foi implantado o Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora foram beneficiadas com o empreendimento?

b) Por meio do Projeto de Irrigação o Estado disponibilizou terra, água e infraestrutura que poderiam ser distribuídas a agricultores e empresas. Quais os desdobramentos da implantação do Projeto de Irrigação para Livramento de Nossa Senhora?

c) Com a inserção da fruticultura irrigada, o município ganhou projeção regional por conta da quantidade de manga produzida e comercializada, o que contribuiu sobretudo para aumentar o número de trabalhadores assalariados no campo. Assim, a fruticultura da manga é a responsável pela precarização do trabalho no campo?

1.1.2 Situando a pesquisa no espaço/tempo

Para as pesquisas em Geografia, um recorte espaço-temporal bem definido representa sinal de amadurecimento do pesquisador. Ao propor abordar determinado fenômeno é importante saber localizá-lo, precisamente porque, segundo Milton Santos, (1985, p. 10) “cada elemento do espaço tem um valor diferente segundo o lugar em que se encontra”. As relações do fenômeno estudado em determinado lugar com os demais lugares são importantes e têm graus variados de interação a depender de aspectos econômicos e políticos, mais acentuadamente, e de aspectos culturais e naturais, sendo estes últimos pouco expressivos em tempos de globalização. Ainda sobre isso, Santos (1985, p. 3) afirma que “cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo”.

Sabendo disso, o Estado tem feito diversas regionalizações, muitas vezes, para favorecer as classes dominantes, na manutenção de seus interesses. Como destaca Castro (1992), ao se estabelecer a divisão de um determinado território em regiões tendo, aparentemente, como base os aspectos naturais, por exemplo, elimina-se do contexto de

análise o conflito de classes. Exemplo claro disso são as várias regionalizações do Nordeste brasileiro feitas pelo governo, dentre as quais pode-se citar a criação do Polígono das Secas, que abrange também o norte de Minas Gerais, que, desde o momento inicial de discussão até a sua efetiva concretização, esteve eivada de interesses econômicos e disputas políticas.

A Bahia tem passado por vários processos de regionalização desde a década de 1960 quando começa a haver um direcionamento acentuado da ação do Estado para implantar um modelo de planejamento e desenvolvimento regional. Porém, as regionalizações usualmente mais utilizadas para efeito de análise do território baiano são: as Mesorregiões (IBGE), as Regiões Econômicas (SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) e os Territórios de Identidade (SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Bahia).

Em 1966, a Bahia foi dividida em 21 regiões administrativas¹⁶, com o objetivo de descentralizar as atividades e serviços das secretarias, através de cidades-sede que passariam a atrair para si contingentes populacionais de outros lugares em busca de serviços diversos. Na década de 1990, outra proposta de regionalização foi criada, considerando as potencialidades econômicas regionais e identificando os focos dinâmicos de desenvolvimento e as áreas consideradas “problemas” e suas respectivas causas. O território baiano foi dividido em 26 territórios, pela Superintendência de Cultura e difere das regionalizações feitas pelo IBGE, utilizando como fundamento principal o conceito de cultura e suas interferências no território. Essa regionalização serve como suporte para formulação de políticas públicas relacionadas à cultura. A sua estruturação leva em consideração os laços cotidianos, os fluxos de pessoas em busca de serviços e, ainda, em função das relações comerciais.

As Mesorregiões da Bahia (Figura 1) foram criadas, considerando as características e aptidões econômicas dos municípios. A Mesorregião Centro-Sul baiano engloba as Regiões Geoeconômicas da Serra Geral, parte da Região Sudoeste e da Região da Chapada Diamantina

¹⁶ Lei criada em 1966, pelo então governador da Bahia, Lomanto Júnior. Uma nova divisão administrativa foi realizada em 1973, na qual os critérios utilizados foram as articulações e os conchavos políticos para manter o *status quo* da classe política dirigente local e dos seus apadrinhados. Nessa nova regionalização foram demarcadas 26 regiões de influência urbana, tendo como critério a distância da capital.

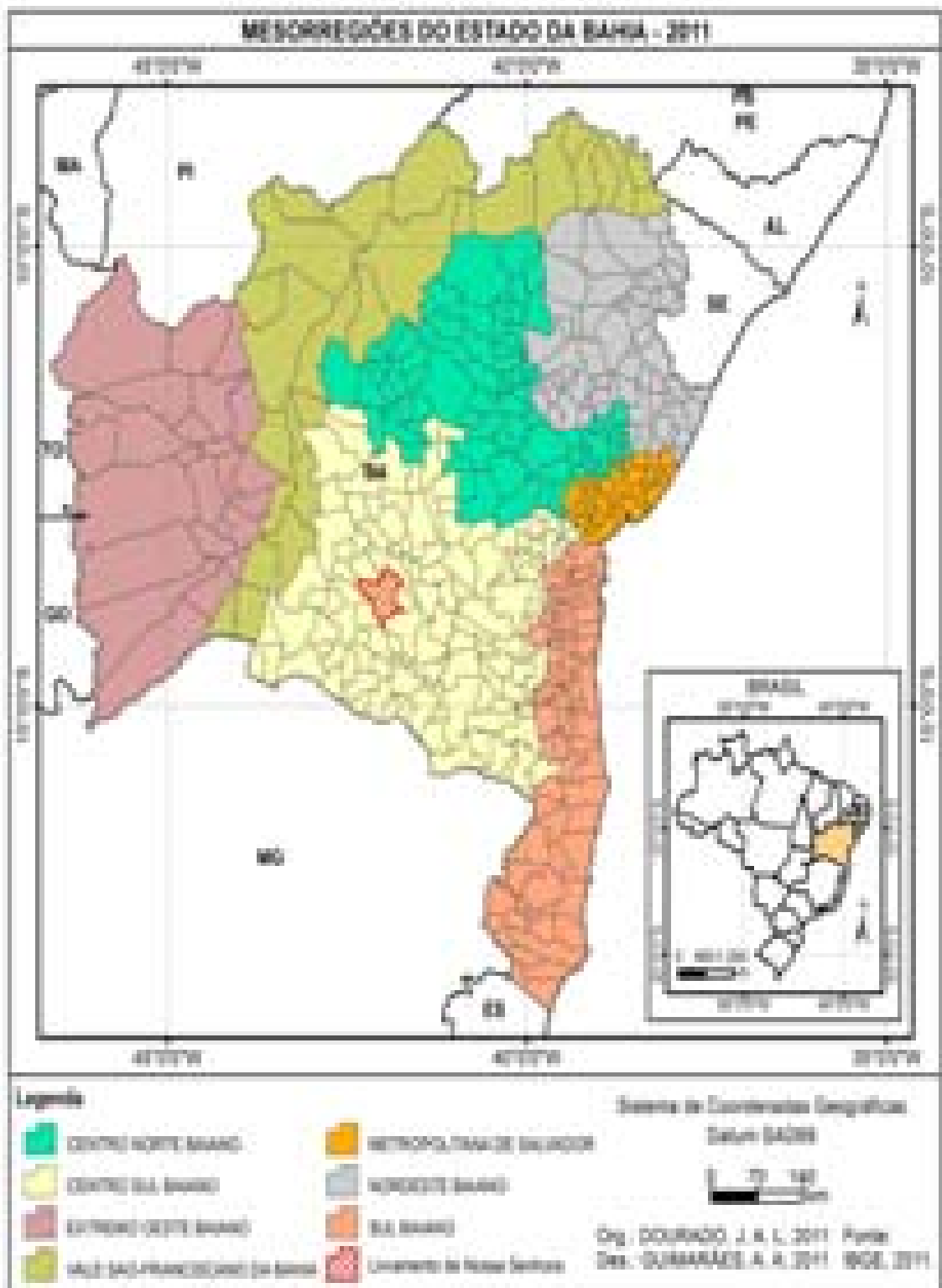


Figura 1 – Regiões Geoeconômicas do Estado da Bahia com destaque para o município de Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: SEI, 2010.

Adaptado por: DOURADO, J. A. L. (2010).

A Bahia foi dividida em 7 Mesorregiões, de modo que as disparidades sócio-econômicas identificadas pudessem ser combatidas a partir de uma política capaz de atender a frações do território com um nível mais intenso de relações, principalmente de trocas comerciais. De acordo com Souza (2008),

[...] apesar da maioria das denominações regionais referirem a características naturais ou a formas de relevo, a verdadeira idéia era servir como um indicativo de áreas prioritárias para o investimento privado e para a atuação do grande capital nacional e estrangeiro, ao passo que as iniciativas governamentais se restringiam apenas a limitados investimentos sociais. (SOUZA, 2008, p. 86).

A Região da Serra Geral é composta por 29 municípios, todos eles inseridos no Polígono das Secas. As principais fontes de geração de renda estão voltadas para as atividades agropecuárias, com destaque para a agricultura de sequeiro, o extrativismo vegetal e mineral, não havendo a presença expressiva de indústrias nesta região. Pela proximidade com o parque siderúrgico de Minas Gerais, grandes áreas de Caatinga foram desmatadas para abastecer este setor, assim como as atividades ceramistas em diversos municípios baianos, como Ibiassucê, Caculé e Caetité, setores que se configuram como grandes consumidores de biomassa vegetal. O extrativismo vegetal assume destaque nessa região por conta da falta de atividades que possam assimilar o contingente populacional ocioso, além do que a ineficiência do Estado ou, em alguns casos, a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, visto que esta possui grande capacidade de geração de emprego, renda e produção de alimentos. Ressalta-se que o extrativismo vegetal assume conotação diferenciada entre os camponeses e o setor empresarial. Enquanto para os camponeses a extração da lenha, em pequena quantidade, garante a sobrevivência da família, a siderurgia e o setor ceramista, vem provocando, *pari passu*, a degradação da Caatinga e a redução da qualidade de vida das populações que vivem no campo, principalmente.

Além das já mencionadas regionalizações, há outra, que divide o estado da Bahia em 32 microrregiões homogêneas (Figura 2). Na qual o município de Livramento de Nossa Senhora (BA) é uma cidade-polo por possuir maior contingente populacional, as atividades comerciais mais dinâmicas e ter lugar de destaque nas atividades agrícolas de sua respectiva microrregião.

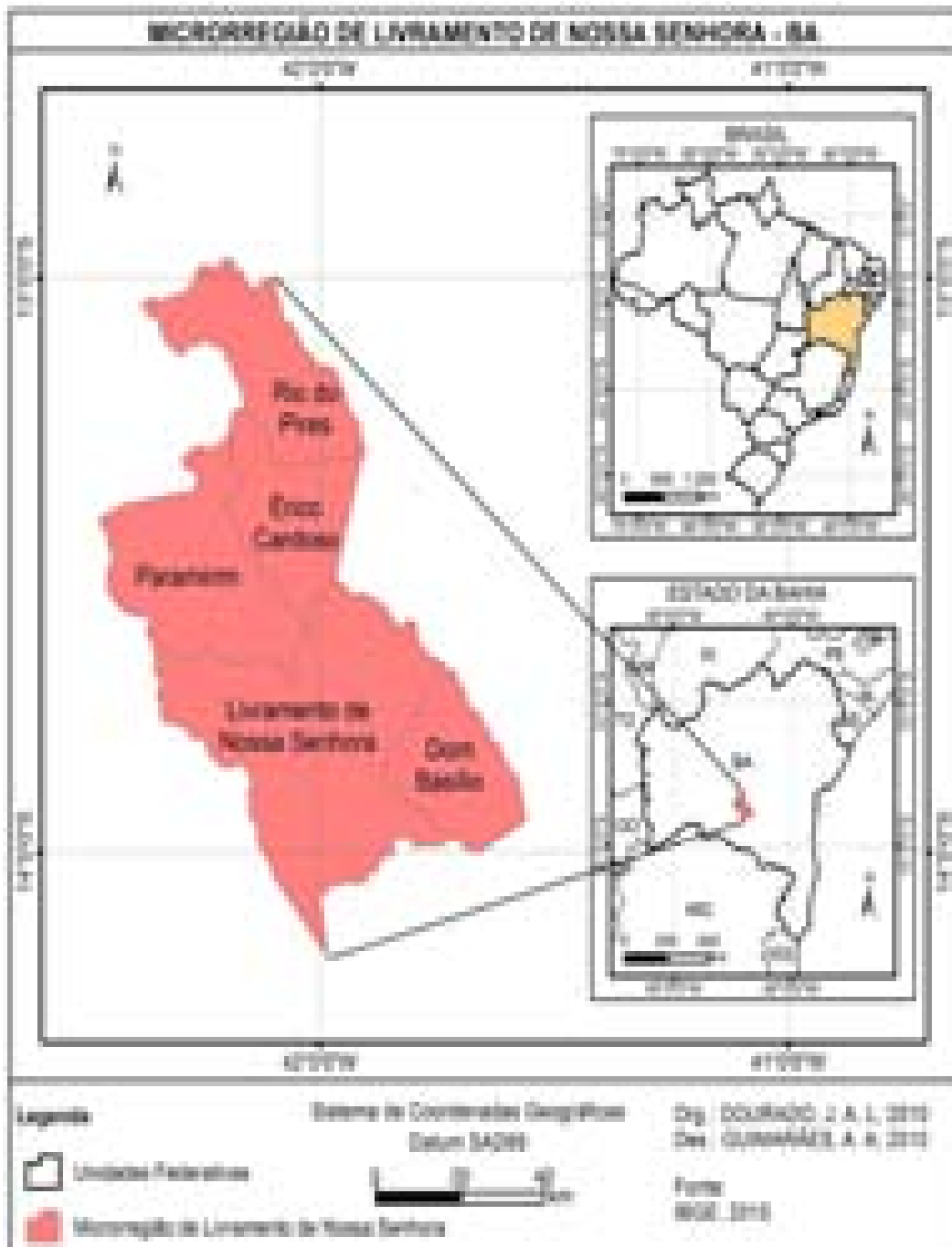


Figura 2 – Microrregião de Livramento de Nossa Senhora (BA)

Fonte: IBGE, 2010.

Adaptado por: DOURADO, J. A. L. (2010).

Essas microrregiões apresentam desigualdades sócio-econômicas marcantes, resultantes de vários aspectos, dentre eles a concentração fundiária, a baixa escolaridade, desemprego e concentração econômica. Dentre as características principais dos municípios

que compõem a Microrregião de Livramento de Nossa, segundo dados do Censo (IBGE, 2010), é que todos eles possuem a população rural maior que a urbana, estando suas atividades econômicas centradas no setor agropecuário. Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio figuram entre os maiores produtores de manga da Bahia, ao passo que Érico Cardoso, Paramirim e Rio do Pires desenvolvem atividades agrícolas voltadas para o consumo interno, com destaque para as lavouras de sequeiro e pecuária extensiva.

Antes de fazer a delimitação espaço-temporal da pesquisa, buscou-se analisar primeiramente como o fenômeno a ser investigado justificava sua análise e compreensão e constatou-se que ele passou a influenciar diretamente o cotidiano de um número significativo de sujeitos, além de trazer em si elementos que pertencem a um problema maior e mais complexo, neste caso específico, os desdobramentos da Política de Irrigação implantada pelo Estado no Nordeste semiárido e suas interfaces com a questão agrária brasileira. Seguindo a tendência das políticas do governo militar voltadas para o desenvolvimento regional, enquanto panaceia para a redução dos “desequilíbrios regionais”, Livramento de Nossa Senhora (BA) teve, na década de 1970, parte de seu território considerado pelo Governo Federal como área de interesse social, cuja finalidade seria a implantação do perímetro irrigado do Vale do Rio Brumado. A cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o projeto de irrigação representou a materialização da política de desenvolvimento regional através de ações impostas, sem o diálogo com aqueles que seriam diretamente afetados pelo empreendimento.

Totalmente inserido no Polígono das Secas, o município de Livramento de Nossa Senhora (BA) pertence à mesorregião Centro Sul Baiano (IBGE, 1991) e à região econômica da Serra Geral (SEI, 2005). Nesta fração do território nordestino predomina a vegetação de Caatinga (Figura 3), em suas variadas paisagens naturais e culturais, bioma com abrangência de 826.411 km², região conhecida, principalmente, pela *crise da água*, e pelos dramas humanos dela decorrentes. Abrange área dos estados de Sergipe, Maranhão, Bahia, Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O bioma Caatinga vem passando por um intenso processo de devastação em função de atividades como a produção de lenha e carvão vegetal para atividades ceramista e de padaria e, ainda, em virtude da expansão da agricultura empresarial. De acordo com levantamento feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009), 45,39% da Caatinga já foi devastada. A Bahia é o estado que mais desmata, cujos efeitos vão desde a extinção de espécies da fauna e da flora até a desertificação

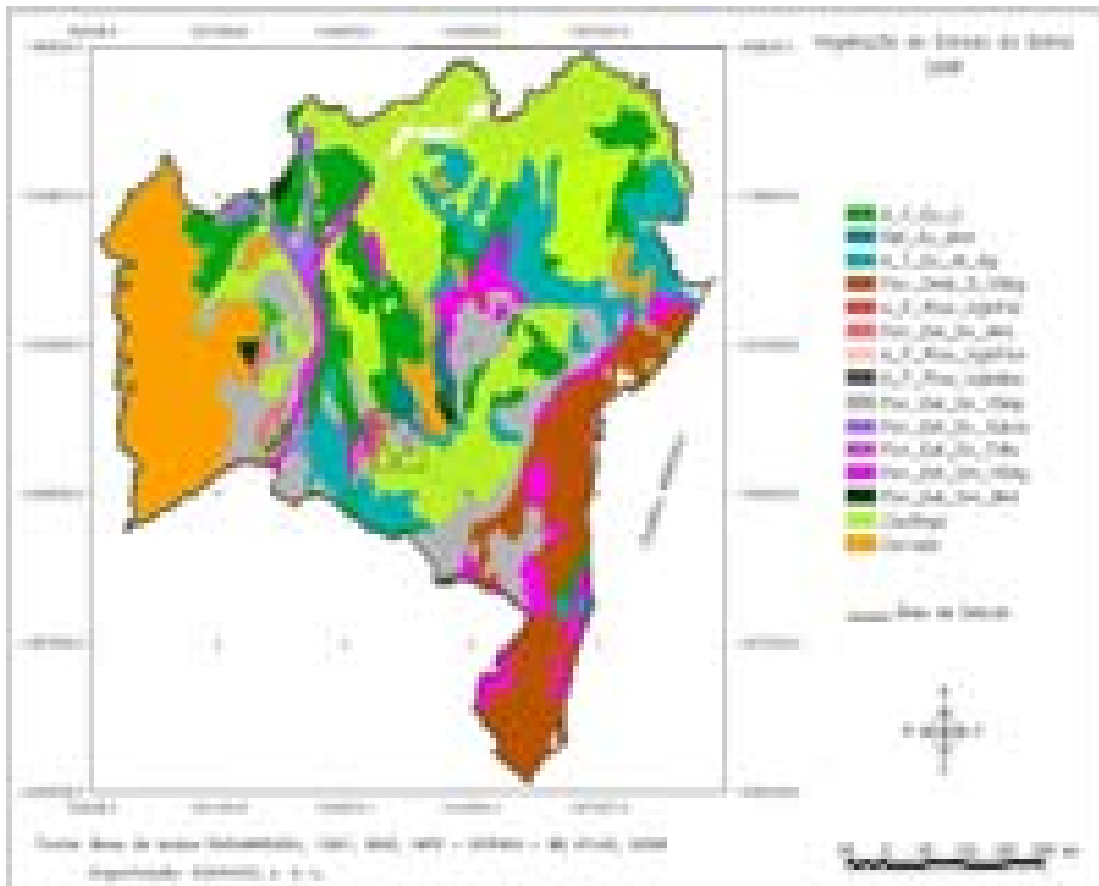


Figura 3 - Mapa da vegetação do Estado da Bahia 2008. Em destaque, o município de Livramento de Nossa Senhora (BA).
Organização: DOURADO, J. A. L., 2008.

Com uma área de 2.136km², o município de Livramento de Nossa Senhora (Figura 3) está situado a 720km da capital do estado, a cidade de Salvador. De acordo com dados do Censo (IBGE, 2010), Livramento de Nossa Senhora (BA) conta com uma população de 42.159 pessoas, sendo que desse montante, 20.546 pessoas residem na cidade e 22.159 encontram-se no campo. Dentre as tradições culturais mais marcantes no município estão as comemorações dos festejos juninos, as festas religiosas e suas romarias, que caracterizam muito do sincretismo religioso presente no modo de vida dos sujeitos que compõem o mosaico de paisagens do Nordeste semiárido. As atividades econômicas mais expressivas do município são a fruticultura irrigada (manga e maracujá), lavouras de sequeiro, a pecuária extensiva de gado bovino, o extrativismo vegetal de frutas nativas e de madeira, além da produção ceramista que vem adquirindo importância nos últimos anos.

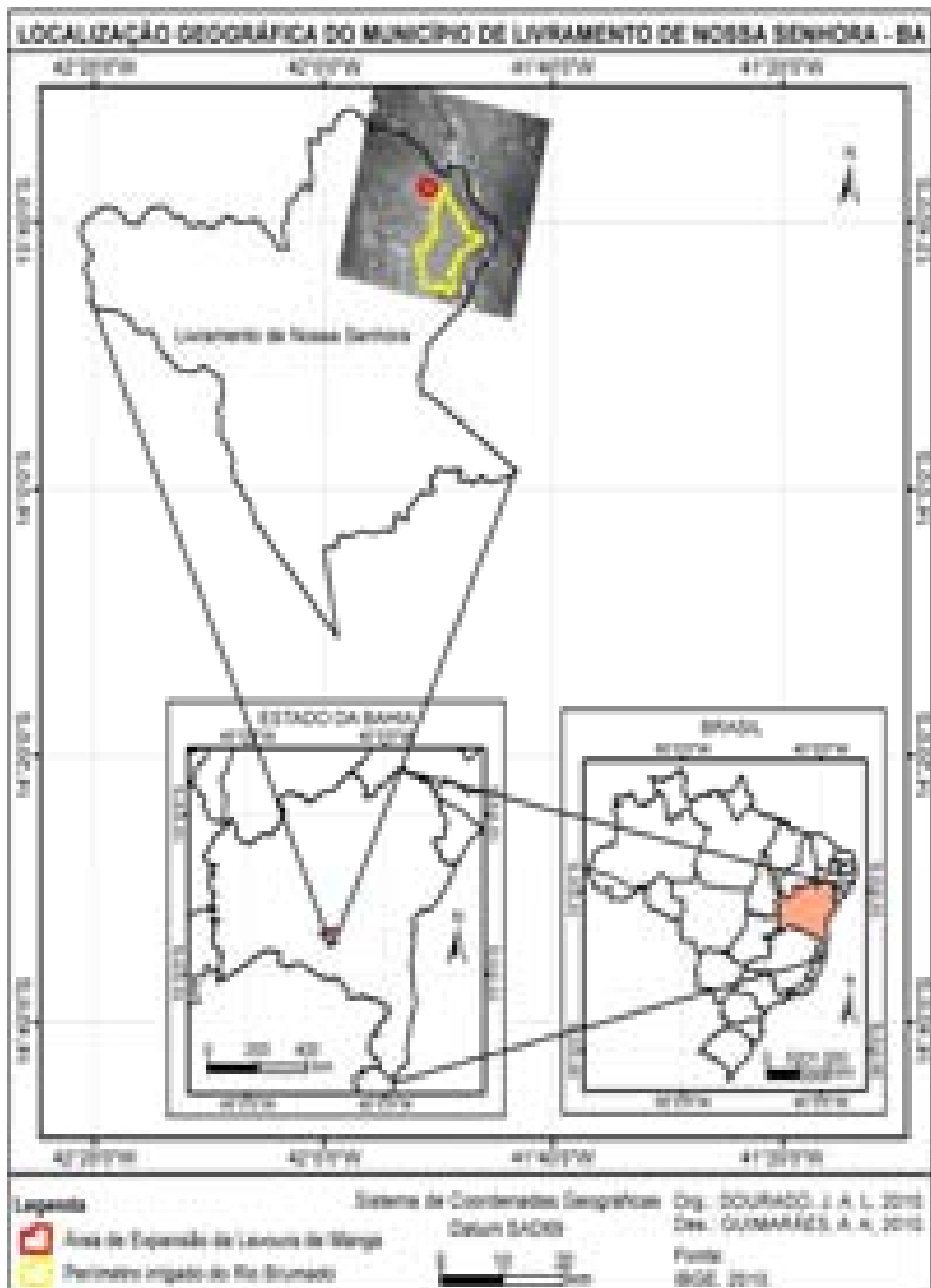


Figura 4 – Localização de Livramento de Nossa Senhora (BA)

Fonte: IBGE, 2010

Organização: DOURADO, J. A. L. (2010)

Designer: GUIMARÃES, A. A.

Fundada em 1715, Livramento de Nossa Senhora (BA) tem sua história relacionada aos bandeirantes paulistas, que adentraram o sertão baiano em busca de metais preciosos (SANTOS, 2009). Quando instalados às margens do Rio Brumado, formaram o primeiro núcleo populacional que, posteriormente, se transformaria em vila, pertencente ao município de Rio de Contas. Caracterizado por possuir uma topografia bastante plana, o Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA) foi ocupado, desde os primórdios da chegada dos paulistas, em função da mineração e da agricultura, tendo a última se sobressaído, haja vista a mineração ser mais rentável no município de Rio de Contas por causa da abundância do ouro encontrado em suas terras. A função da Vila que formou-se no vale daquele rio seria a de produzir alimentos e fornecer animais de tração para a população que trabalhava nas minas de ouro em Rio de Contas.

Com a decadência da mineração no município de Rio de Contas, e após diversas mudanças de nome, o município Vila Velha passou a se chamar Livramento¹⁷, sofrendo nova alteração, em 1943¹⁸, para Livramento do Brumado. Em 1996¹⁹, mais uma mudança de nome foi registrada, agora para Livramento de Nossa Senhora. A ocupação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora se deu de forma intensa em razão da disponibilidade de água e da fertilidade do solo, muito apropriado para o cultivo de lavouras como arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar e para a criação de gado.

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa é o período histórico que possibilita fazer uma análise sobre as transformações ocorridas na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA), a partir seu interrelacionamento com o fenômeno de expansão do capitalismo em curso no campo brasileiro. Nesse sentido, a década de 1980 foi estabelecida como o marco inicial das análises, embora em determinados momentos haverá que se reportar a fatos e fenômenos ocorridos anteriormente, principalmente nos anos 1970, quando são iniciadas as discussões sobre a implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA), bem como intensifica-se a atuação do Estado para a consolidação do projeto de modernização conservadora do campo através da adoção dos “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde e para a transformação do Nordeste semiárido num “grande pomar”, por meio da implantação de diversos projetos de irrigação.

¹⁷ Lei Estadual nº 1.612 de 25/05/1923.

¹⁸ Decreto Estadual nº 141, de 31/12/1943, ratificado pelo Decreto Estadual nº 12978, de 01/06/1948.

¹⁹ Lei Estadual nº 2.325, de 14/05/1996.

1.1.3 A escolha das fontes, a coleta e o tratamento dos dados

Frente ao esforço interpretativo que o fazer pesquisa exige, buscou-se mergulhar no universo abordado com o propósito de revelar os problemas, os modos de vida, as expectativas dos sujeitos que compõem a realidade pesquisada, o que exigiu do pesquisador compreender as interpretações fluídas e as interações objetivas e subjetivas referidas pelos camponeses e trabalhadores da produção de manga no contexto do mundo do trabalho na atualidade.

Com vista a compreender a realidade a partir da teoria, optou-se por fazer um maior contato com o universo da pesquisa de maneira que, ao longo do processo, fosse estabelecida uma relação de confiança entre o pesquisador e seus interlocutores. Assim, e pensando nas possíveis dificuldades no levantamento de dados, estabeleceu-se uma agenda de pesquisa da qual constavam diversos instrumentos de coleta de informações, como entrevistas com roteiros indicativos de questões que deveriam ser abordadas (Roteiros em anexo) e conversas informais, a serem utilizados em um primeiro momento, devido ao até então pouco relacionamento entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Após superada esta fase inicial, as entrevistas, o diário de campo, o registro fotográfico e as fontes orais passaram a ser os instrumentos mais utilizados para a coleta de dados. As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e mantendo a originalidade das falas, sendo que alguns fragmentos das falas aparecem transcritos no corpo da pesquisa como um recurso utilizado para, ora enriquecer a teoria, ora refutá-la. O diário de campo²⁰ assumiu papel relevante durante a pesquisa de campo, pois nele foram registrados observações, sentimentos, preocupações e narrativas que, depois, possibilitaram aprofundar os olhares sobre a realidade vivenciada.

Com o intuito de obter dados gerais sobre a agricultura irrigada desenvolvida no Nordeste e, especificamente, em Livramento de Nossa Senhora (BA), a partir da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, foram levantadas informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na Agência de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia (ADAB), na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola da Bahia (EBDA) e na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Informações gerais sobre a Política Agrícola no Nordeste semiárido foram consultadas nos bancos de dados da Companhia de

²⁰ De acordo com Lima (2002), é preciso pensar o diário de campo para além do simples espaço onde se registram fatos. Para o autor (2002, p. 143) “é preciso entender que este consegue ir além desta função, quando favorece uma abertura para expressar preocupações que guiam cada pesquisador no interior da pesquisa”.

Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Vale do Rio Parnaíba (CODEVASF), do Ministério do Interior e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Recorremos também às cooperativas de produtores de manga do Perímetro Irrigado do Rio Brumado, como a Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora (APROMOL), a Cooperativa de Produtores de Frutas de Livramento de Nossa Senhora (COPEFRUL), bem como aos dados relativos à produção comercializada pelos produtores de manga. Para a elaboração dos mapas foram consultados bancos de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, (INPE), da Agência Nacional das Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente (IBAMA).

Passados mais de 30 anos, exatamente 32 anos, das primeiras expropriações feitas pelo DNOCS, este seria mais um daqueles assuntos que a sociedade local já havia “colocado uma pedra em cima”²¹. Porém, foi só “remexer” nas memórias dos camponeses expropriados para que as lembranças aflorassem vivas, e com riqueza de detalhes, permitindo saber sobre os acontecimentos, as dúvidas, os medos, os conflitos, as relações e os modos de vida. Enfim, foram aparecendo elementos que permitiam, de alguma forma, entender a complexa trama de relações estabelecidas naquele espaço, bem como ocorreu o desmantelamento de práticas de sociabilidade e de pertencimento ao lugar. Naquele momento, percebi quão importante é o papel da presente pesquisa, pois ela foi, no seu transcorrer, assumindo a incumbência de reescrever aquele fragmento da história de Livramento de Nossa Senhora, tornando-o, assim, registrado; publicizam-se assim, as agruras e incertezas vividas por camponeses e demais *trabalhadores da terra*.

As fontes orais foram utilizadas como recurso para o levantamento de informações relativas às famílias de camponeses que viviam na área desapropriada. O intuito, ao utilizar as fontes orais, era conhecer com profundidade o modo de vida dos camponeses, nos mais diversos aspectos (social, cultural, econômico), suas tradições e quais foram as mudanças ocorridas após serem expropriados das terras onde moravam, pois, como afirma Thompson (1992, p. 197), “[...] apenas a fonte oral, permite-nos [...] descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. Partindo dessa premissa, foram utilizadas as fontes orais para se abordar os camponeses expropriados, cujas histórias de vida possuíam algumas similitudes haja vista seus pais terem vivido muitos anos como agregados em propriedades de terras do Vale do Rio Brumado.

²¹ Expressão muito utilizada pela população local, principalmente pelos mais idosos, ao referirem-se a um determinado fato ou assunto que caiu no esquecimento.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os seguintes sujeitos:

- a) 23 produtores de manga (Anexo 3);
- b) nove famílias expropriadas (Anexo 4);
- c) um ex-funcionário da EMATER;
- d) uma Oficiala do Registro de Notas do Fórum Municipal;
- e) dois presidentes de associações de produtores de manga;
- f) um engenheiro agrônomo da ADAB;
- g) o Coordenador local do DNOCS;
- h) o presidente da ADIB;
- i) o Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Indústria;
- j) 55 trabalhadores da produção de manga (Anexo 5);
- l) três empreiteiros “gatos”.

O encontro com cada um destes sujeitos contribuiu para que a realidade fosse analisada sob vieses diferentes e a partir de “leituras de mundo” diversas. Após as entrevistas serem analisadas, os dados coletados foram tabulados, gerando mapas, tabelas, quadros, gráficos, que, associados ao registro fotográfico, apresentam-se no corpo da pesquisa, tornando-a mais elucidativa, de modo a auxiliar na compreensão de como a Política de Irrigação implantada no Nordeste semiárido materializa-se em Livramento de Nossa Senhora e acaba por interferir na produção do espaço agrário local. Sem os encontros e impressões proporcionados pelo trabalho de campo, certamente, a pesquisa não apresentaria detalhes importantes sobre o universo em análise, além do que, incorrer-se-ia no erro de abordar determinada realidade sem, contudo, escutar as vozes daqueles que a experienciaram em sua inteireza. O encontro do pesquisador com os sujeitos pesquisados foi, antes de tudo, um momento de aprendizado, de contato com histórias de vida, de análise da conjuntura política, econômica e social, de uma maneira simples, mas não simplista, possibilitou conhecer fatos ocorridos em outros momentos históricos, porém atuais em suas conseqüências e que proporcionam ao pesquisador perceber a materialização dos fenômenos no espaço e no tempo.

A busca por um referencial teórico politicamente coerente e metodologicamente condizente com a proposta desta pesquisa permeou todas as reflexões. Atentou-se sabedor da necessidade de mergulhar no emaranhado universo da pesquisa, para que as reflexões suscitadas fossem alicerçadas a partir da visão de mundo e das experiências vivenciadas justamente por aqueles que tiveram suas vidas afetadas, e/ou por aqueles que, de alguma forma participaram e/ou presenciaram de perto, as transformações ocorridas em Livramento

de Nossa Senhora a partir da década de 1980, quando a implantação do Projeto de Irrigação começou a interferir de maneira efetiva na dinâmica da sociedade local.

1.1.4 O trabalho de campo como um exercício teórico para a pesquisa

Em busca de respostas para as indagações acerca das contribuições do trabalho de campo, bem como, devido às preocupações metodológicas em relação ao necessário rigor com que este importante momento da pesquisa deve ser tratado, muitos teóricos, foram consultados muitos autores têm se ocupado desse tema. Thomaz Júnior (2005), Lacoste (2006), Kayser (2006), Alentejano (2006) e Marco (2006), entre outros têm discutido a realização do trabalho de campo trazendo para o debate algumas críticas e proposições sobre os (des)caminhos percorridos pelos pesquisadores ao fazerem “trabalhos de campo”.

Thomaz Júnior (2005) e Kaiser (2006) tecem críticas à concepção maoista expressa na frase “Sem pesquisa de campo ninguém tem o direito a falar”, chamando a atenção para a necessidade de se buscar responder alguns questionamentos: O que fazer? Como fazer? Para quem fazer? Kaiser (2006, p. 94) destaca que “os geógrafos não detêm o monopólio do terreno”, não é, portanto, a geografia a única ciência que utiliza o trabalho de campo para a compreensão da realidade.

Frente a essas e outras tantas preocupações, planejou-se o trabalho de campo em quatro etapas complementares, com o intuito de analisar para além da paisagem do espaço geográfico do fenômeno pesquisado, pois, como afirma Thomaz Júnior (2005, p. 23), é preciso, a partir da paisagem “ir além do imediato, do aparente, do empírico”, embora a paisagem atentamente analisada também revela fatos, como por exemplo, a estrutura da luta de classe. As visitas a campo tinham a intenção de verificar *in locu* as transformações ocorridas na agricultura praticada no Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora a partir da implantação do Projeto de Irrigação, de modo a fazer uma relação entre a teoria e a empiria.

A primeira fase do trabalho de campo ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2009, quando foram realizadas as primeiras visitas a algumas famílias de camponeses expropriados, a produtores de manga e a órgãos públicos. Naquele momento, optou-se apenas pelas conversas informais e não foi utilizado gravador, pois o intuito era estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Buscou-se, junto ao Fórum Municipal, informações relacionadas às transferências das propriedades para a União. Ainda

nesta etapa foram realizadas visitas ao Projeto de Irrigação para fazer o registro fotográfico das lavouras de manga e levantar dados sobre a produção e a comercialização da manga produzida em Livramento de Nossa Senhora junto às cooperativas de produtores locais.

A segunda e a terceira etapas do trabalho de campo foram realizadas, respectivamente, em janeiro e maio de 2010. Iniciaram-se nessas etapas as entrevistas semiestruturadas, gravadas, com camponeses, trabalhadores da produção de manga e com produtores e donos de galpões. Utilizou-se também fontes orais para resgate de memória junto aos antigos moradores da área expropriada pelo DNOCS para a implantação do Projeto de Irrigação, com o objetivo de estimular aos camponeses a contar as suas experiências de vida, as emoções, angústias e incertezas vividas durante o processo de expropriação e assentamento das famílias. Pode-se considerar que este momento foi de grande importância para a pesquisa porque possibilitou ter acesso a informações que estão registradas tão somente na memória das pessoas que vivenciaram a situação.

A quarta etapa, realizada em setembro de 2010, serviu para “aparar” as arestas que haviam sido identificadas pela banca de qualificação. Este momento foi aproveitado para ampliar a quantidade de sujeitos entrevistados, tendo entrevistado-se alguns empreiteiros que contratam mão-de-obra para a produção de manga. Ainda nessa fase da pesquisa, foram feitas diversas visitas às lavouras para registrar o trabalho de colheita da manga e tratos culturais. Objetivando ter maior contato com os sujeitos da pesquisa, realizou-se duas vezes o percurso entre a cidade e as lavouras junto com os trabalhadores - momento rico, em que foi possível experimentar a situação vivenciada pelos trabalhadores, sem véus nem cortinas.

Durante a pesquisa de campo ficou evidente que a paisagem também revela a estrutura de classes no capitalismo. Isso levou à constatação de que a realidade é sempre mais complexa que os manuais de metodologia científica podem explicar, havendo, pois, a necessidade de estabelecer um planejamento aprofundado do trabalho de campo (THOMAZ JÚNIOR, 2005) para que este não fique apenas no plano das constatações mais evidentes da paisagem. Há, também, a necessidade de que o pesquisador se despoje de certos bríos para que a sua relação com os pesquisados seja a mais confiável possível, pois, segundo Santos e Pessoa (2009, p. 126), “ao pensar a presença do pesquisador no seu universo de pesquisa, consideramos proveitoso que o grupo social a ser pesquisado demonstre confiança no pesquisador e vice-versa”.

Nesse sentido, ficam evidentes duas questões centrais para que o trabalho de campo não se transforme em uma “viagem de excursionista”. A primeira, deve haver uma

preocupação com o rigor das categorias e dos conceitos trabalhados para fugir à abordagens dualistas, de viés positivista, e, a segunda, o planejamento efetivo é fundamental para evitar “equivocos” e “transtornos”. Tomados os devidos cuidados, este instrumento metodológico muito tem a contribuir com as pesquisas científicas, como com análise das transformações que vêm ocorrendo no campo brasileiro, levando à apreensão na e pela paisagem as diferenças de classes no interior da sociedade capitalista.

1.2 Estudos sobre o campesinato: os limites epistemológicos para a compreensão do camponês enquanto sujeito social

Não é intenção apresentar aqui todos, os meandros da evolução dos estudos sobre o campesinato, tendo em vista a riqueza deles. Nesse sentido, será apresentada, em linhas gerais, uma reflexão sobre os estudos relacionados ao campesinato, no intuito de verificar como o debate sobre esse tema tem se desenvolvido: em determinados momentos a discussão avança enquanto que em outros retrocede. De antemão, ressalta-se não haver a intenção de fazer uma digressão sobre as teorias dos estudiosos da expansão capitalista ocorrida no século XIX para, em seguida, trazê-las para a atualidade, na esperança de que elas expliquem o emaranhado de situações que caracterizam o campo brasileiro. Na verdade, tenta-se mostrar como o conflito teórico pode contribuir para a refutação de teses, a superação de paradigmas e, na ebulição do debate, provocar o surgimento de novas formas de conceber a existência de um campesinato que é, ao mesmo tempo, dinâmico e centrado em laços tradicionais.

Se, por um lado, a rica bibliografia existente sobre o campesinato revela a validade das bases teórico-metodológicas utilizadas para fundamentar as análises desse tema, por outro lado, as novas configurações espaciais e as mutações no mundo do trabalho colocam para os estudiosos da questão agrária o desafio de integrar ao debate atual novas perspectivas de análise, pois, o contexto vivenciado pela sociedade na segunda metade do século XX e início do século XXI tem elementos novos a serem estudados e correlacionados. Nesse sentido, urge superar os discursos dualistas e/ou maniqueístas centrados nas dicotomias campo x cidade, tradicional x moderno, pois pode haver, nessa dualidade, a tentativa de fugir da análise e da interpretação das contradições e conflitos que perpassam o movimento do real.

Propõe-se, então, trazer para o diálogo as concepções teóricas que permeiam as abordagens feitas por autores que tratam desse tema, tanto em nível internacional quanto no Brasil. Assim, serão levantadas as principais teses de autores como Marx (1983), Kautsky

(1968), Chayanov (1972), Lenin (1985), Shanin (1972), Martins (1990a, 1990b, 1994), Oliveira (1986, 2003), Mesquita (1993), Mendonça (2004), Fernandes ((2000) como uma forma de demonstrar que, mesmo mantendo sua validade, há que se incorporar ao referencial marxiano novos elementos para análise.

Ao teorizar sobre como ocorreu o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, Marx (1983) destacou que a destruição do campesinato ocorreria basicamente por dois motivos: a) liberação de mão-de-obra para ser vendida como força de trabalho nas indústrias e manufaturas, devido à expulsão, em massa, dos camponeses da terra; e, b) subordinação dos camponeses que ainda permaneciam no campo ao mercado. Seus estudos foram dedicados a desvendar as contradições do modo de produção capitalista, propósito esse realizado considerando a tríade: terra, trabalho e capital.

Ao mesmo tempo, Marx (1983) destaca ser o assalariamento a única forma de sobrevivência digna do campesinato no capitalismo. Marx (1983) ainda enfatiza, como um dos aspectos preponderantes para o desaparecimento do campesinato, a falta de engajamento político, pois o seu isolamento acabaria por torná-lo vulnerável à ação do capital. Somente o grande proprietário resistiria ao desenvolvimento do capitalismo, devido à sua capacidade de conduzir, de forma racional, o processo produtivo (coisa incapaz para o camponês) e à necessidade de a unidade de produção familiar se adequar aos ditames da agricultura capitalista.

Caracterizados pelo debate político, os estudos sobre a agricultura trazem uma diversidade de teses que procuram entender o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, e as transformações nas relações de produção. As abordagens feitas pelas muitas correntes de pensamento, que estudam o campo estão, segundo Oliveira (1986), sustentadas nas seguintes teses: a) destruição do campesinato; b) permanência das relações feudais; c) criação e recriação do campesinato e do latifúndio. Porém, dizer apenas que os estudos sobre campesinato estão centrados nestas três teses pouco elucidam a sua complexidade. Mesmo entre os autores com uma base teórica comum, há diferenças significativas em relação à centralidade de análise. Isso não os coloca em campos opostos nem cria fissuras teóricas, porém suas reflexões devem ser alvo de uma leitura mais atenta para se destacar as suas particularidades.

Entre os defensores da tese da recriação do campesinato devido à contradição do próprio desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista há algumas diferenças no modo de abordar o tema (PAULINO, 2006; THOMAZ, 2003), o que demonstra

o quanto ele é complexo e dinâmico. Se, por um lado, como aspecto comum entre esses autores tem-se, a fundamentação na teoria marxista, por outro, os caminhos trilhados por eles estão repletos de significativas diferenças em relação ao que é central para o fortalecimento da tese da recriação camponesa. Paulino (2006, p. 213, 2010, p. 21) faz uma leitura do campesinato baseada na teoria marxista, concebendo-o enquanto classe social com relativa autonomia em relação ao capital. Ainda segundo a autora, o controle de frações do território capitalista pelo campesinato configura-se como uma estratégia de recriação desta classe ante o intenso processo de monopolização do território pelo capital. Mas, há autores que compreendem o campesinato enquanto classe trabalhadora, inserida no contexto da reestruturação produtiva do capital e de seus desdobramentos para o mundo do trabalho, com enfoque nos limites da teoria marxista para explicar a realidade do trabalho no século XXI. Nessa perspectiva, assumem relevância as teorizações elaboradas por Thomaz Júnior (2003; 2006), que defende a concepção do camponês enquanto classe trabalhadora em uma tentativa de fazer uma leitura geográfica das mudanças do mundo do trabalho na virada do século XXI.

Justificando a sua posição teórica, Thomaz Júnior (2003, p. 16) afirma que

[...] ao incluir os camponeses no universo constitutivo da classe trabalhadora, nos possibilita polemizar a respeito das contradições e fragmentações no âmbito da classe, possibilitando assim a compreensão dos significados e dos sentidos que a luta emancipatória, vinculada às ações dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra estão propagando. (THOMAZ JÚNIOR, 2003, p. 16).

Desse modo, cada tese reflete, na verdade, um amálgama de interesses e de formação políticos, de modo que, em alguns casos, encontram-se atrelados às estratégias econômicas e ideológicas do capital e do Estado, servindo como legitimador dos projetos de dominação e/ou exclusão. Oliveira (1986, p. 5) afirma que “todos procuram, de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista”. Na mesma perspectiva, Martins (1990a, p. 177) destaca que “a expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital”. Amin e Vergopoulos (1977) destacam ainda que,

[...] para Marx a exploração camponesa tinha duas funções básicas: a) permitir a acumulação primitiva de capital e, b) formar o exército de reserva que lançaria sobre a cidade uma massa de trabalhadores desprovidos de terras, condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, da manufatura e do modo de produção capitalista. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 54).

Ainda, de acordo com esses autores (1977, p. 135, grifos do autor), “[...] a produção camponesa é considerada por todas as 'ortodoxias', tanto as marxistas como os burguesas, como uma anomalia em vias de liquidação.” Aí reside o desencontro porque há autores que contestam o desaparecimento do campesinato. Na contramão dessa discussão, Paulino (2006) afirma que,

[...] Marx não se deteve com o mesmo esmero nas questões relativas à agricultura. Quando o fez, foi no intuito de lapidar teoricamente o seu campo analítico, o que em última instância indica que muitas das análises posteriores, tidas como marxistas, foram mais suposições e deduções que propriamente apontamentos desse pensador. (PAULINO, 2006, p. 39).

Karl Kaustky (1968) analisa o problema das relações entre o capitalismo e a agricultura em termos políticos de aliança de classes, retomando muito do pensamento de Marx. Dentre suas preocupações estava a demonstração de como o capitalismo se estruturava para dominar o campo. O autor defende que o atraso econômico da unidade de produção camponesa se constitui num óbice para o progresso econômico. As transformações decorrentes da industrialização fizeram emergir uma nova realidade para os camponeses na Europa do século XVII, por meio da desagregação e da dissolução da indústria doméstica camponesa. Segundo Kautsky (1968),

[...] quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro. (KAUSTKY, 1968, p. 31).

Para o referido autor, a condição do homem camponês, naquele momento, estaria marcada pela lógica pouco favorável para a sua manutenção, pois a agricultura se modernizava e ampliava-se a propriedade privada da terra. A exploração capitalista da terra era evidenciada por dois aspectos básicos: a propriedade privada da terra e o caráter de mercadoria que apresentam os produtos da lavoura. Destaca-se, ainda, o fato deste autor afirmar que a forma como o camponês executa o seu trabalho é um dos motivos da sua inevitável decadência, pois aquilo que o camponês laboriosamente produz em um determinado período de tempo pode ser rapidamente superado pela grande produção em curto espaço de tempo.

Kautsky (1968) defendia a ideia de que o modo de vida do camponês era um entrave à implantação do socialismo. Ainda pensando na necessidade de despojar o camponês

dos meios de produção, este autor acreditava ser o trabalho artesanal um elemento criador de barreiras para a consolidação de um outro modelo de organização societal. Haveria, assim, a necessidade de proletarizá-lo, o que o tornaria vulnerável e incapaz de opor-se à ideia da produção coletiva. Segundo Kautsky (1968), a produção organizada em cooperativas seria uma etapa para a sua conversão ao capitalismo, posição essa contrária à daqueles que a defendiam como um avanço para o coletivismo. Kautsky (1968) afirma que a incapacidade da propriedade camponesa em assimilar os progressos técnicos acabaria por provocar o seu desaparecimento, ou a proletarização do camponês. Para ele, a aversão à utilização de máquinas pelos camponeses constituía um exemplo da limitação intelectual destes sujeitos, ou seja, a exteriorização de seu atraso cultural e da falta de inteligência.

Kautsky (1968) concebia a sociedade apenas sob o viés da divisão de classes, havendo assim a necessidade de enquadrar os camponeses numa de suas divisões, mas para que isso fosse possível seria necessário destituí-los dos meios de produção de que dispunham. O referido autor procura rebater os teóricos que defendem a eficácia da produção camponesa ao afirmar que essa realidade estaria relacionada ao subconsumo, à elevada exploração do trabalho familiar e à alimentação deficitária. Kautsky (1968) desenvolveu uma teoria fundamentada na racionalidade da agricultura, defendendo a superioridade da grande produção em relação à agricultura camponesa, ideia que recebeu resistência por parte do russo Alexander Chayanov (1972).

Chayanov (1972) faz uma análise acurada da dinâmica da sociedade camponesa russa do início do século XX no intuito de demonstrar que, na economia capitalista, todas as formas não-capitalistas de vida econômica são menosprezadas e tidas como insignificantes. Este autor, a partir de 1911, dedicou-se a construir uma teoria que rebatesse a teoria da empresa capitalista criada por Kautsky, pois para Chayanov (1972), o camponês não concebe o resultado de seu trabalho como “ganância”. O autor alerta em sua obra para o fato de que

El análisis y los conceptos aquí introducidos no intentam proporcionar una llave maestra para el entendimiento de las sociedades campesinas en general sin consideración de espacio, tiempo y estructura política y cultural. Sin embargo, puede resultar relevante un análisis a algunos niveles de generalización. (CHAYANOV, 1972, p. 21).

A compreensão das sociedades camponesas está para além da diferenciação classista proposta pelo marxismo, que não concebe a existência destas por entender que a sociedade capitalista constitui-se apenas de burgueses e proletários. Para a concepção chayanoviana, as sociedades camponesas caracterizam-se pela exploração equilibrada da

propriedade, pois ao perceber que as necessidades da família foram contempladas, o camponês regula a autoexploração de sua capacidade de trabalho. Conforme indicou Chayanov (1972), a desagregação do campesinato ocorreria em virtude de fatores biológicos e demográficos. Contrapondo-se a essa concepção, Shanin (1972) assevera que,

[...] los “deterministas biológicos” rusos utilizaron sin dudar los cambios demográficos de las familias campesinas como determinante básico del desarrollo global de sus unidades domésticas. Se suponía que el “tipo ideal” de unidad doméstica campesina, dentro de este marco analítico, satisfaría las necesidades consuntivas elementales de sus miembros através de su propio trabajo familiar empleado em la explotación. (SHANIN, 1972, p. 143. Grifo do autor).

Os deterministas biológicos da Escola de Organização e Produção (ou Neopopulista) consideravam que as mudanças demográficas acabariam por determinar mudanças no desenvolvimento das unidades camponesas. Por conta dessa ideia, Chayanov sofreu forte oposição por parte de vários autores, dentre eles Prokopovich e Reavich. (SHANIN, 1972, p. 153-154). Ao analisar as teses sobre o campesinato, Paulino (2006, p. 51) afirma que “Chayanov indica os caminhos pelos quais as unidades camponesas alcançam o equilíbrio interno, destacando-se as estratégias de ocupação da família.”

Para Chayanov (1972, p. 89), “os conceitos fundamentais da economia clássica não servem para explicar a economia campesina porque esta possui um comportamento cultural, cujo valor econômico não representa um fim em si mesmo”. Nesse sentido, o tradicionalismo e o conformismo são reflexos das normas e costumes das sociedades camponesas, que não estão organizadas com o propósito único de maximizar a renda monetária, embora sua lógica não esteja de todo fora da estruturação da sociedade capitalista, pois, além de produzir para o seu próprio consumo, elas satisfazem também as obrigações impostas por aqueles que possuem o poder político e econômico.

O autor parte do pressuposto de que o camponês se proletarizaria durante um período do ano, como parte de uma estratégia de resistência, pois o trabalho assalariado não se constitui num elemento de sua organização social. Essa concepção é também defendida por Oliveira (1986), para quem o assalariamento é uma fonte de renda suplementar que permite a permanência do camponês na terra. O que vai configurar a existência o trabalho acessório é que a venda esporádica da força de trabalho pelo camponês não chega a superar os dias trabalhados na propriedade particular. Um elemento importante para que o camponês não fosse obrigado a proletarizar-se era, sem dúvida, a preservação dos meios de produção. De acordo com Amim e Vergopoulos (1977),

Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês não-capitalista, cujas unidades elementares são constituídas de camponeses trabalhadores, proprietários do solo, e cujo produto é destinado, principalmente, à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste (para fazer face ao imposto e porque existe uma demanda urbana que, em contrapartida, pode oferecer bens manufaturados competitivos com os do artesanato rural). (AMIN; VERGOPOULOS, 1977 p. 27).

Shanin (1972) acredita que são os fatores econômicos os responsáveis por uma possível desagregação do campesinato. O autor rebate a ideia de que o camponês tem um comportamento irracional, ao regular o trabalho da unidade familiar apenas pela satisfação de suas necessidades. De acordo com Shanin (1972, p. 69), “el 'irracional' comportamiento campesino tenía su propia lógica dentro de un sistema de organización y valores sociales cualitativamente diferente.” Percebe-se, a partir dessa análise, que não é possível estabelecer um parâmetro comparativo entre a grande produção e a unidade de produção familiar camponesa, porque ambas são regidas por lógicas distintas, mesmo que inseridas num mesmo modo de produção. Shanin (2008) destaca que enquanto em alguns lugares do mundo o campesinato passaria por um processo de retração, em outros, verificar-se-ia a sua criação e a recriação, por meio de “um processo que envolve decisões governamentais e ocorre devido à própria mobilização direta dos camponeses que reivindicam terras para se reproduzirem como tal²²”. (SHANIN, 2008, p. 24). As proposições deste autor reafirmam a existência camponesa e recolocam a necessidade de rever as profecias marxistas que proclamaram o definhamento do campesinato por sua incapacidade de resistir ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Lenin (1985) faz uma abordagem em consonância com as proposições de Kautsky (1968) quando defende a ideia de desaparecimento da classe camponesa por conta da expansão do capitalismo no campo. Em sua perspectiva, a abordagem feita da unidade de produção familiar camponesa era pouco cabível porque ocultava a miserabilidade dos camponeses. Lenin (1985), ao afirmar que o campesinato acabou emperrando o desenvolvimento do campo por não entender o espírito da Revolução de 1917, deixa subentender que esse “atraso” na forma de pensar é fruto de uma organização social arcaica. Todavia, a prática da “terra arrasada”, implementada pelos camponeses russos desvelou uma

²² No caso do Brasil, uma das formas de criação e recriação do campesinato estaria relacionada à luta dos Movimentos Sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MCP (Movimento Camponês Popular), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros.

dimensão política de contestação marcante, cujos efeitos foram nefastos para a Rússia. A destruição da estrutura produtiva no campo ocasionou a falta de alimentos, havendo, pois, a necessidade, por parte do governo, de mobilizar novas frentes de reconstrução do campo.

Para a matriz ideológica centrada na destruição do campesinato, em virtude da predominância da produção capitalista, a autosuficiência camponesa não teria condições de se sustentar. A grande indústria representaria a decadência da organização social camponesa, que não suportaria as pressões da economia monetária, surgindo, assim, naquele contexto histórico, a crise agrária. Como se vê, essa ideia recebe forte apoio de autores contemporâneos do paradigma do capitalismo agrário, como Silva (1999), Abramovay (2007), Lamarche (1998) e Neves (2007), que assumem o conceito de agricultura familiar²³ como centralidade em suas análises, perspectiva essa não partilhada por este estudo. Para os teóricos dessa matriz ideológica, o camponês seria substituído pelo agricultor pluriativo²⁴, apto a assimilar as modernidades para o campo sob a forma de pacotes tecnológicos. Assim, a agricultura familiar estaria completamente integrada à produção para o mercado e, por conta da superioridade da grande produção capitalista em relação à pequena propriedade, se adequaria ao arquétipo da produção agrícola fomentado pelas políticas governamentais. O conceito de “agricultura familiar” como alternativa ao de agricultura camponesa assumiria lugar de destaque a partir da década de 1990, com a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Thomaz Júnior (2008), no embate teórico acerca dos estudos sobre agricultura, tem uma perspectiva contrária à dos defensores do paradigma do capitalismo agrário. Para este autor, a utilização do termo,

[...] agricultura familiar é muito mais do que uma denominação despreziosa ou uma nomenclatura substituta de um termo que não soa bem. [...], há outros interesses que se somam a esses e dão sustentação as estratégias da política agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da UE, e pela Fam Bill dos EUA. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 291).

Para os defensores do paradigma do capitalismo agrário, o mercado passaria a

²³ Optou-se por utilizar o termo agricultura camponesa, por se acreditar ser ele teórica e politicamente adequado para explicar a realidade do campo brasileiro, embora reconhece-se ser o termo “agricultura familiar” recorrente nas políticas governamentais para o campo como símbolo da modernidade decorrente do avanço do capitalismo.

²⁴ Para Neves (2007, p. 235) agricultores familiares são “aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; [...]” Vê-se que essa definição traz em si um caráter despolitizador, pois transforma o que seria um modo de vida em uma profissão. Neves (2007, p. 239) complementa a sua definição do termo agricultor familiar afirmando que este “não é um estado, é um devir, é um emblema instituinte de representações sobre modos de organização da sociedade”. (Grifos meus).

assumir a função de organizador da agricultura, cuja função principal passa a ser a produção de mercadorias, e transformaria os camponeses em agricultores profissionais sob forte regulação do mercado. Porém estes teóricos não consideram o fato de que o mercado não é um amorfo. O mercado regula as suas ações em virtude da lógica da acumulação de capitais e, por isso, se transforma em um instrumento de seleção, levando em consideração a capacidade financeira de que o agricultor dispõe para ter acesso aos bens necessários à produção, como máquinas e insumos.

Adentrando nessa discussão, acredita-se que a abordagem feita pelos defensores da tese do metamorfoseamento do camponês em “agricultor familiar” é um projeto orquestrado por parte dos atores hegemônicos (Estado e capital) com o intuito de despolitizar o debate acerca da luta pelo acesso e permanência na terra e, também, de destruir e/ou desarticular as culturas tradicionais, eivadas de resistência, como forma de tornar os camponeses frágeis e propensos ao domínio pelo capital. Ao promover o desenraizamento físico e cultural dos camponeses, o capital e o Estado têm as condições adequadas para implementar os projetos de transformação do *modus vivendi* dos camponeses em uma questão que se resume apenas ao aspecto profissional. Ao colocar o mercado como o centro, o responsável pela regulação da agricultura, retira-se o conteúdo político que envolve a questão agrária no Brasil, pois, assim, não mais haveria a necessidade de implementação de um programa efetivo de Reforma Agrária, como medida para reduzir as desigualdades sociais. Considerando essa questão, Thomaz Júnior (2008, p. 293) entende que a substituição do termo “camponês” pelo termo “agricultor familiar” “retira os conflitos de classe de cena e transfere todos os problemas para o mercado e para as políticas de incentivo à produção”, além de criar mecanismos para impedir e/ou dificultar a compreensão dos agricultores em relação à sujeição da renda da terra ao capital e da sua condição de classe.

As teorias clássicas que abordam o campesinato têm contribuído (e, inegavelmente, ainda têm muito a contribuir) para as análises da realidade do campo brasileiro na contemporaneidade, visto que essas teorias são revisitadas por autores que vivem em contextos diferentes daqueles vivenciados por seus precursores e, por conta de suas experiências cotidianas, acabam por correlacionar o clássico a novos elementos, fazendo surgir outras percepções e visões sobre a dinâmica do campo. Isso, porém, não significa dizer que se crê na evolução linear do conhecimento, enquanto processo positivo e organizado sem fissuras. Ao contrário, as mudanças e reformulações nas teorias, inclusive nas relacionadas aos estudos sobre campesinato, são carregadas de elementos políticos, ideológicos e

econômicos, havendo, assim, a necessidade de se concebê-las com cautela e atenção, para identificar as perspectivas dos sujeitos que encontram-se configurados sob o cenário político-econômico dos novos rumos propostos.

As reconfigurações geográficas decorrentes das ebulições e mutações ocorridas na sociedade em virtude da crise estrutural do capital, e de suas conseqüentes ações, como a reestruturação produtiva, têm como resultado o surgimento de elementos novos, que precisam ser desvendados e interpretados nesta virada para o século XXI. É caminhando neste fecundo e inconstante campo de (in)certezas teóricas que se defende a necessidade de buscar inserir novos elementos nas análises sobre as formas espacial e territorialmente construídas pela sociedade em virtude do movimento do capital no mundo pós-1970, ainda que apenas como uma tentativa. Nesse contexto, campo e cidade, trabalho no campo e trabalho na cidade, encontram-se imbricados, visto que o movimento do capital tem imposto novas formas de exploração da classe trabalhadora, ampliando “mundialmente as esferas do trabalho assalariado e subproletarizado, e da modalidade de precarização, tais como: o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, etc.”. (THOMAZ JÚNIOR, 2003, p. 12).

A reestruturação produtiva do capital trouxe implicações diretas para o campo. Por isso, pode-se dizer, então, que as teorias antes utilizadas como aporte para fundamentar as leituras geográficas do mundo do trabalho devem ser feitas sob outro olhar, de modo que estas sejam atualizadas como uma medida de abarcar as complexas dimensões territoriais do trabalho, tanto no campo quanto na cidade. É urgente entender as particularidades da sociedade neste limiar de século XXI, tendo em vista a complexificação, a heterogeneização e a fragmentação do mundo do trabalho, para assim, poder se contribuir para o debate acerca dos novos desafios colocados para a classe trabalhadora no Brasil. É nesse amálgama que se insere a discussão sobre o campesinato enquanto classe trabalhadora como uma proposta de estabelecer novas modalidades de reflexões sobre a relação campo-cidade, bem como sobre as disputas ideológicas travadas no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, muitas delas, implementadas com a pretensão de modernizar o território.

Na atual conjuntura, os projetos capitalistas de desenvolvimento são apresentados como arquétipos hegemônicos e inquestionáveis, capazes de modernizar determinadas frações do território, tornando possível a sua utilização por atores específicos e com funções estritamente voltadas para atender aos interesses do capital. É o entendimento dessa totalidade, dinâmica e contraditória, que permite reconhecer a presença marcante do

camponês no Projeto de Irrigação do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora e cuja existência tem proporcionado outra dinâmica para a agricultura praticada naquele espaço dominado pela agricultura empresarial. Frente aos desafios da agricultura capitalizada, o campesinato busca alternativas para romper com a sujeição da renda da terra²⁵ ao capital e manter a sua autonomia, como processo de resistência à proletarização, pois o capital busca, em determinados casos, converter o camponês em pequeno produtor para o mercado²⁶, fato esse que o desobriga em amortizar parte de seu capital na produção de mercadorias e, mais especificamente no caso do Projeto de Irrigação do Rio Brumado, na produção de manga. Essa recriação do camponês no território do agronegócio será retomada no capítulo II, quando forem tratadas as particularidades do Projeto de Irrigação, no contexto das transformações ocorridas na agricultura local em decorrência da interferência do Estado.

1.2.1 Os estudos sobre campesinato no Brasil: entre decadência e permanência, um olhar sobre a resistência

Em se tratando de Brasil, os estudos sobre campesinato são profícuos e diversificados, com campos de embates teóricos, políticos e metodológicos bem definidos; há, pois, uma profusão de pesquisas que analisam os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. A utilização do termo “camponês” por alguns autores já delimita o seu campo teórico de atuação, pois, como afirma Martins (1990a), este trata-se de um termo com teor político, que expressa determinadas opções e visões de mundo, combativas. Mesmo tendo-se consciência de que o termo “camponês”²⁷ foi importado de um contexto histórico que não representa fidedignamente o universo em que ocorre a sua aplicação, como é o caso

²⁵ Para saber mais sobre sujeição da renda da terra, ver MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990a. 185 p.

²⁶ De acordo com Thomaz Júnior (2006, p. 9), “é importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do *ser* camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar e camponesa do trabalho” .

²⁷ Dentre as críticas feitas à utilização dos termos “camponês” e “campesinato” está a que se fundamenta no argumento de que o Brasil não vivenciou o modo de produção feudal, logo, seria descabido o uso destes termos para definir determinados sujeitos tidos como possuidores de um modo diferente de organização social. Para Martins (1990a, p. 21), as divergências quanto à utilização está mais no campo político que teórico. Introduzido no Brasil na década de 1950, adquirindo lugar de destaque com as Ligas Camponesas que denunciaram na Região Nordeste, a concentração de terra e a desigualdade social por meio das lutas organizadas anticapital. Marques (2008) apresenta argumentos sobre a atualidade do uso do conceito de camponês, pois as particularidades que envolvem a questão agrária no Brasil conferem a esse conceito um caráter atual, sendo que as lutas travadas no campo pelo acesso e permanência na terra representam um exemplo do processo de criação e recriação do campesinato no interior da sociedade capitalista.

do Brasil, pois aqui não foi experimentado o modo de produção feudal, acredita-se não ser uma decisão equivocada o seu uso, se tomados os devidos cuidados, no sentido de adequá-lo à realidade. Embora a Geografia, mais especificamente na Geografia Agrária, tenha uma identificação com o tema camponês, os estudos sobre esse tema não se limitam apenas a esta ciência, de modo que não é raro, encontrar estudos feitos pela Sociologia, pela Antropologia e pela História, entre outras, que contribuem para maior compreensão teórico-conceitual das peculiaridades e contradições que perpassam o universo camponês.

Reconhecendo tratar-se de um campo conflituoso, que impossibilita a neutralidade, é necessário ter discernimento sobre os pressupostos filosóficos que consubstanciam as análises do pesquisador, pois a leitura que se faz de um dado fenômeno dá-se sob o prisma de propósitos que representam interesses tanto individuais quanto de um grupo que compartilha de uma mesma postura política. A essa complexa relação deve ser acrescida o fato de o camponês ser constituído de uma dinâmica que o torna imbricado, de modo a exigir uma imersão em seu universo para evitar afirmações superficiais e desprovidas de contextualidade. Nessa empreitada teórico-interpretativa do sujeito camponês, não é possível perder de vista a necessidade de compreendê-lo enquanto classe social que desfruta de relativa autonomia em relação ao capital, pois, em muitos casos, detém o domínio dos meios de produção, como a terra e o trabalho, sendo este fundamentado no trabalho coletivo familiar.

Ao buscar as referências sobre o camponês, percebe-se não ser possível fazer uma distinção estanque entre os estudos categoricamente geográficos e os não-geográficos, porque estes acabam por se entrecruzarem e subsidiarem as elaborações conceituais um dos outros, o que torna o tema foco de diversas construções teóricas. Outro elemento basilar nos estudos sobre o camponês é a necessidade de aplicar a teoria ao universo de vivência dos sujeitos pesquisados, pois, em muitos casos, ao se fazer isso, a teoria, por si mesma, não dá as respostas de que o pesquisador precisa e então ele precisa lançar mão de outra. Quase sempre a realidade é bem mais complexa que a maioria das teorias, suscitando a urgência de o pesquisador lançar-se no universo de incertezas de forma crítica para obter uma possível compreensão dos processos que regem a lógica camponesa. Ante o exposto, as diferenças entre as abordagens feitas pela Sociologia e pela Antropologia e os estudos feitos pela Geografia, justamente por causa das especificidades próprias das categorias analíticas de cada área, longe de serem um obstáculo, traduzem a possibilidade de enriquecimento da teoria sobre o camponês.

Os estudos sobre o processo de expansão do capitalismo no campo, no Brasil, estão fundamentados em dois paradigmas, divergentes e antagônicos, influenciados pelo pensamento de autores como Marx (1983), Kautsky (1968), Rosa Luxemburgo (1988), Chayanov (1972) e Shanin (1983). São os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária. Para os defensores do capitalismo agrário, as ideias de Kautsky são plenamente aceitáveis e aplicáveis no caso do campesinato brasileiro. São representantes dessa corrente teórica na atualidade, Abramovay (2007), Silva (1999) e Lamarche (1998), que servirão de base teórica, para alimentar as reflexões centradas na defesa da existência de “um novo rural”, no qual as atividades agrícolas não seriam mais as responsáveis pela reprodução das famílias residentes no campo. Mesmo nesta corrente, não há unidade entre os autores, que divergem quanto à compreensão sobre os destinos professados para o campo. Enquanto uns defendem a total supressão do campo por conta do processo de urbanização avassaladora que abate sobre ele²⁸, há aqueles que, mesmo considerando as transformações decorrentes da urbanização, defendem que o campo manterá preservadas as especificidades das práticas espaciais de sua população, e em alguns casos, poderá até fortalecê-las, como é o caso de Rua (2002).

Essa corrente teórica assumiu papel de destaque nas políticas governamentais voltadas para a modernização do campo, cuja materialização se expressa no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que destina recursos financeiros consorciados com pacotes tecnológicos para o pequeno produtor familiar, que deve seguir a “cartilha” para obter uma produção que satisfaça aos anseios do mercado. O PRONAF²⁹ é um programa do Governo Federal que visa fortalecer o segmento da “agricultura familiar” por meio do aporte financeiro e técnico; suas ações visam o alcance de quatro objetivos basilares: 1) ajustar as políticas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; 2) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; 3) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; 4) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER, *et al*, 2004, p. 24-25). Dos objetivos elencados, chama-se a atenção para o terceiro e quarto que, são emblemáticos para o processo de expropriação e submissão dos camponeses aos desígnios do grande capital. Ao analisar conjuntamente estes dois objetivos percebe-se que a agricultura deixa de ser considerada

²⁸ Defendem esta ideia autores como Graziano da Silva (1999).

²⁹ O PRONAF está subdividido, para via de empréstimo, em 6 grupos; A, B, C, A/C, D e E, sendo que em 1999 foram criadas mais três linhas de crédito especiais para os agricultores familiares dos grupos B, C e D. Cada subdivisão dessas define o perfil dos agricultores a serem contemplados, estabelecendo inclusive, o valor máximo do financiamento.

como um elemento constitutivo da própria cultura do camponês, de seu modo de vida, transformando-se em uma profissão, pois ao serem induzidos a assimilarem os pacotes tecnológicos da modernização da agricultura, os camponeses tornam-se cada vez mais atrelados ao capital industrial e financeiro.

Ideológica e politicamente contrários à ideia de destruição do campesinato, os defensores do paradigma da questão agrária estão de acordo com Shanin (1983), que propõe que o campesinato, por ser um resultado do próprio capitalismo, se cria e se recria constantemente. Seguem essa corrente, no Brasil, autores como Oliveira (1986, 2003), Thomaz Júnior (2005a), Mesquita (1993, 2001), Mendonça (1998, 2004), Fernandes (1999, 2000) e Souza (2008), entre outros, que defendem a constante recriação do campesinato no interior do capitalismo, como forma de contestação da lógica hegemônica, estabelecida no campo e na cidade. Estes autores têm a compreensão de que a aplicação, na realidade brasileira, da teoria sobre o campesinato deve ser feita com cautela, em virtude das especificidades próprias do Brasil e por acreditarem que, aqui, essa expansão ocorre como resultado do movimento desigual e contraditório do capital. A corrente do paradigma da questão agrária é reforçada por autores de outras ciências, como da Sociologia, dos quais citamos Martins (1990a, 1990b, 1994), e da Antropologia, com destaque para Woortmann (1990, 1995). As escolhas teóricas feitas por estes autores não são aleatórias, e mesmo defendendo a recriação camponesa, seus referenciais jamais gozaram de uma unanimidade, pois, como afirmam Martins (1990) e Shanin (1972), os conceitos devem ser utilizados como marcos políticos delimitadores das construções teóricas.

Martins (1990) traz como centralidade de seu estudo as discussões relativas ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que acaba por engendrar relações não capitalistas no campo, enquanto condição necessária à sua permanência. Dentre suas contribuições para a compreensão do campesinato, está a diferenciação que o autor faz entre o campesinato russo e o campesinato brasileiro. Martins arremata que,

A comparação entre o campesinato russo (século XIX) e o campesinato brasileiro é descabida. Lá o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado à terra (campesinato estamental) baseado na propriedade comunal da terra. Lá o campesinato não queria sair da terra. Aqui, o campesinato é uma classe, não é um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. (MARTINS, 1990a, p. 15-16).

Percebe-se que o referido autor busca estabelecer uma identidade para o

campesinato brasileiro, como princípio para evitar abordagens sem conexão com a complexa e contraditória realidade do campo brasileiro. Igualmente, suas reflexões permitem entender as estratégias utilizadas pelo capitalismo para viabilizar a sua reprodução, com destaque para a separação entre o trabalhador e os meios de produção, ou seja, a sujeição da renda da terra ao capital. Nesse sentido, a discussão que envolve as contradições que perpassam o campo brasileiro, no tocante aos conflitos que envolvem a tríade campesinato-agronegócio-latifúndio, deve partir da compreensão de que tais elementos não são alheios ao modo de produção capitalista. É por isso que Oliveira (1986, p. 11) defende a ideia de que “[...] o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste, [...]”.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, os atores hegemônicos tentam criar a ilusão de que não há exploração do trabalhador por parte do capital, perpetuando assim a sua reprodução. Aliás, Martins (1990a, p. 157) demonstra as contradições das relações capitalistas de produção³⁰ ao destacar que “quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista quer dizer que ele não aparece como o criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital”, ou, ainda, como propõe Oliveira (1986, p. 62), “o seu trabalho aparece como se fosse estranho a ele”. Essa é, pois, uma questão central para os estudos sobre o campesinato porque o camponês luta justamente para manter a sua autonomia e seu modo de vida está centrado na lógica da manutenção da família, não havendo, pois, a extração da mais-valia.

Martins (1990b, p. 21) procura demonstrar que o capitalismo ao mesmo tempo em que promove as condições de sua expansão, engendra relações não-capitalistas de produção. É nesse sentido que o desenvolvimento do capitalismo no campo é considerado por Oliveira (1994) como um processo ao mesmo tempo desigual e combinado, no qual há a sujeição da renda da terra ao capital. Para Oliveira (1994),

[...] este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital. (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

³⁰ O conceito de relações capitalistas de produção utilizado nesta pesquisa fundamenta-se em Oliveira (1986, p. 59), como sendo “[...] as relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.”

Ao se analisar as relações de trabalho e de produção utilizadas pelos donos de terra, cujas propriedades localizavam-se no Vale do Rio Brumado, onde foi implantado o Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora, verifica-se que muitos proprietários lançavam mãos do arrendamento da terra ou da parceria para produzir o capital. Os fazendeiros arrendavam parte de suas terras, de modo que, ao fazê-la, acabavam possibilitando a recriação do campesinato que buscava nessas formas de trabalho e produção alternativas para a sua reprodução. O Sr. A. O., camponês que morava como agregado em uma das fazendas localizada na área do Projeto de Irrigação, faz um relato sobre como estavam organizadas as relações de trabalho e de produção nas fazendas naquela época,

[...] lá plantava arroz, feijão, milho, mandioca, meu pai tinha cana, lá tanto tinha engenho como tinha casa de fazer rapadura, não era cachaça não, e tinha casa de farinha [...] lá plantava de tudo, tinha bananeira [...] ... o trabalho era individual, cada qual tomava conta das suas roças. Pagava o terço, era assim... Você plantava a roça lá, ele lhe dava a terra e a água, o resto era por sua conta. Quando você colhesse você pagava. O terço é assim: de três uma é da terra, se ele fornecesse semente e dinheiro aí ele pagava a meia, tinha muita gente que pagava a meia, outros o terço, o quarto. [...] tinha muita gente nessa situação [...]. (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, maio de 2010).

As evidências da inconformidade do camponês sertanejo e do proletário urbano (que um dia havia sido camponês e se tornou proletário, em virtude do processo expropriador implementado pela estrutura fundiária vigente) estão marcadas na história da Região Nordeste, escrita com violência e sangue. Mas as ebulições sociais das massas subjugadas foram historicamente sufocadas, caladas, sucumbidas, em nome “da ordem e do progresso” que somente existia (e por que não dizer existe) para uns poucos, enquanto tantos outros conviv(em)iam à margem da sociedade. O Estado, artífice das lutas sangrentas contra as massas de camponeses e trabalhadores, empenhou-se em construir formas novas para amainar as insurreições surgidas no decorrer de todo o século XX, atuando para legitimar o processo de acumulação-reprodução do capital.

Em 1963, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural³¹ trouxe resultados inesperados para os trabalhadores do campo porque durante a consecução não houve uma discussão efetiva para que este pudesse ser debatido e melhorado, de modo a atender as expectativas e necessidades daqueles que sentiriam diretamente os seus efeitos. O Estatuto do

³¹ Lei nº 4.914/02/03/1963. Para saber mais ver PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 2000. 188 p.

Trabalhador Rural acabou por colocar os trabalhadores rurais que viviam como agregados nas fazendas em uma situação desfavorável; registrou-se, desde então, a expulsão destes, pelo fato de o proprietário da terra querer resguardar o seu patrimônio diante da possibilidade do trabalhador rural poder requerer, legalmente, o direito de “uso capião” da área ocupada por ele. Prado Júnior (2000, p. 144) afirma que pelo fato de desconsiderar “as diferenças profundas que existem nas relações de trabalho no campo brasileiro, quando comparadas com as da indústria e do comércio” o Estatuto do Trabalhador Rural promoveu um processo de homogeneização, gerando consequências pouco favoráveis aos trabalhadores do campo.

Golpe Militar de 1964, por meio do Estatuto da Terra, esvaziou, e consequentemente, o sufocou o projeto de revolução social pensado pelas Ligas Camponesas, devido ao forte trabalho de repressão executado pelo Estado. Isso ocorreu devido aos propósitos da Ditadura Militar, pensada e articulada sob forte intervenção das oligarquias agrárias. Os conteúdos político e econômico da Ditadura Militar reforçaram, entre outras coisas, o latifúndio e as empresas privadas nacionais e internacionais por meio da monopolização da propriedade ou exploração da terra, além de favorecer a entrada no país de capital estrangeiro. Esse período foi marcado por forte expansão do capitalismo no campo mediante indução e incentivo do Estado, para o qual a política agrícola e política econômica estavam intrinsecamente relacionadas. Para Mesquita (2001),

[...] o instrumento mais específico para o avanço da modernização conservadora foi, sem dúvida, o Estatuto da Terra de 1964, cuja letra sugeria, inclusive, reforma agrária, mas cujo espírito era tão somente fortalecer e legitimar o poder dos empresários rurais. (MESQUITA, 2001, p. 56).

O Estatuto da Terra traria, pois, as condições necessárias à plena articulação da produção capitalista no campo, que daria novo fôlego à expansão do latifúndio. Ao retratar o histórico de violência no campo brasileiro, Oliveira (1989, p. 31) destaca que “uma das bandeiras do movimento militar de 64 foi a extirpação do movimento das Ligas Camponesas e a liquidação do processo de reforma agrária deflagrada no início do ano de 1964 pelo então Presidente João Goulart”. Nessa perspectiva, as Ligas Camponesas fizeram do Sertão o espaço de luta pela terra e de combate ao latifúndio, e, por conseguinte, às oligarquias agrárias, movimento esse combatido com violência e derramamento de sangue pelos governos militares. Literalmente caçados, os líderes da resistência no campo foram paulatinamente dizimados. Seus opositores se empenharam em transformar as reivindicações por terra e cidadania em movimentos messiânicos e/ou de baderneiros, postura ainda muito utilizada na atualidade por aqueles que promovem a criminalização dos movimentos sociais, dos quais se

tem como exemplo o MST.

A territorialização do capital no campo tem revelado um processo de unificação entre a agricultura e a indústria, que foram separadas no início do desenvolvimento da indústria no Brasil, por volta da segunda metade do século XX. Essa territorialização do capital no campo ocorre por meio da industrialização da agricultura, devido ao fato de que o capitalista é também o proprietário fundiário. Por isso, Mesquita (2008, p. 131) alerta para o fato de que “embora o centro da economia capitalista esteja na indústria, a agricultura é relevante, assim como o seu estudo, porém precisa ser considerada em suas especificidades.”

Outro aspecto interessante quando se trata do desenvolvimento do capitalismo na agricultura é a forte presença do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades enquanto que nas pequenas unidades de produção predomina o trabalho familiar. Oliveira (1994, p. 63) defende a tese de que o aumento de posseiros no país está intrinsecamente relacionado à recusa, dos camponeses expropriados, de proletarizarem-se.

Os conflitos e conflitualidades existentes entre o agronegócio e o campesinato têm se constituído uma preocupação constante nos estudos realizados por Fernandes (1999, 2000, 2008). Segundo a diferenciação proposta por este autor, os conflitos podem ser superados, a partir da adoção de determinadas medidas, ao passo que a conflitualidade seria um estado constante de tensão em decorrência das desigualdades existentes no seio da sociedade capitalista. Partindo dessa concepção, pode-se afirmar que os conflitos estariam relacionados ao concreto, ou seja, aos desdobramentos das políticas estatais e das investidas do capital no campo enquanto que a conflitualidade estaria relacionada à macroestrutura, ou seja, ao modo de produção capitalista, sendo, por isso, constantemente reforçada. Dentre os aspectos a serem destacados nas obras deste autor está o fato de que ele trata os movimentos sociais enquanto categoria de análise geográfica. Dentre as suas contribuições teóricas, está a diferenciação do conceito de movimentos sócio-espaciais e de movimentos sócio-territoriais, com ênfase para as ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na luta pelo acesso e permanência na terra. Para Fernandes (2000), os movimentos sócio-territoriais não representam apenas a luta centrada na questão social, pois englobam também a luta pelo território.

Ainda segundo Fernandes (2000), as lutas dos movimentos sócio-territoriais perpassam pela ocupação/apropriação de um dado território para a reprodução da vida, nos quais se promove a junção de aspectos políticos, econômicos e culturais. Estes movimentos buscam reorganizar porções do espaço por meio de práticas que colocam em xeque o poder da

sociedade capitalista. A centralidade dos movimentos sócio-territoriais está na conquista do território, ação que se dá, no caso do MST, por meio da ocupação. Sobre essa questão, Fernandes (2000) afirma que,

[...] as lutas por frações do território – os assentamentos - representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário e o empresário estão. (FERNANDES, 2000, p. 67).

A conflitualidade entre agronegócio e campesinato mantem-se por meio da mobilidade das fronteiras agrícolas no país, quando o grande capital, sob a tutela e incentivo do Estado, incorpora de maneira agressiva áreas até então ocupadas pela agricultura camponesa. Os embates políticos frente à ocupação do território camponês pelo capital são inevitáveis, pois conforme Fernandes (1999, p. 31), “[...] o capital é uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome.” Em sua visão, essa característica contraditória do capital seria a responsável por impulsionar as diversas formas de resistência camponesa ao longo dos séculos XX e XXI, por meio das lutas travadas contra o Estado.

Mesquita³² (1993) e Mendonça³³ (1998), em seus estudos sobre o processo de modernização da agricultura no estado de Goiás, revelam como a expansão do capitalismo tem ocasionado o aumento das desigualdades, no campo e na cidade. Com a territorialização do capital no campo e a decorrente industrialização da agricultura, há uma acelerada redução dos postos de trabalho, ao passo que, contraditoriamente, se verifica a intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada. Os estudos destes autores têm contribuído, sobremaneira, para demonstrar as controvérsias em relação às transformações ocorridas no Cerrado brasileiro com a política agrícola voltada para a produção de *commodities*, além de reforçarem a tese de que a modernização do campo não apenas ocasiona efeitos sobre o

³² Mesquita coordena o Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais - GETeM, vinculado ao curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás-UFG/CAC. Este grupo é composto por docentes de várias instituições e discentes da graduação e da pós-graduação em Geografia da UFG/CAC e vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à Geografia do Trabalho, ao Agro/hidronegócio e campesinato e na área de ensino de Geografia e Agroecologia. As pesquisas desenvolvidas pelo GETeM estão vinculadas à projetos como PIBIC, PROBEC, PIVIC, PROLICEN e ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás – CAC.

³³ Este autor tem desenvolvido várias pesquisas relacionadas à categoria trabalho na Geografia, tanto em espaços agrários quanto urbanos. Mendonça é integrante do Centro de Estudos sobre Geografia do Trabalho – CEGeT, coordenado pelo pesquisador Antônio Thomaz Júnior da UNESP - Presidente Prudente. O CEGeT faz parte de uma rede de estudos integrada por vários centros de pesquisas do país, como UFPB, UFG/CAC, UFPR, UFMS, UNIOESTE etc.

ambiente, até então nunca vistos, como também coloca em risco práticas sócio-culturais que revelam toda a riqueza dos *Povos Cerradeiros*³⁴ e dão-lhes identidade.

Mesquita (1993), ao refletir sobre o processo de incorporação do Cerrado à lógica modernizante sob o arquétipo da Revolução Verde, vai além da descrição dos aspectos puramente técnicos ou econômicos, de modo que faz uma análise acurada sobre como se dão as relações sociais e de produção no contexto da modernização agrícola adotada para o campo brasileiro. Nessa perspectiva, a autora avança no debate ao afirmar que “[...] o processo de modernização, nos moldes que ocorreu no Brasil, é concentrador e excludente. Concentrador de terras e rendas e excludente no sentido de que elimina do processo produtivo aqueles que não podem bancar os custos da modernização”. (MESQUITA, 1993, p. 65). A política de modernização agrícola, propalada pelo Estado, como sendo a solução para superar a deficiência na produção de alimentos e o isolamento regional, redundou na intensificação da exploração do trabalhador, em virtude do uso de máquinas associado às técnicas de correção do solo, com o aumento significativo do trabalho morto. Essa concepção é corroborada por Mendonça (2004) para quem,

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no fortalecimento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com o incremento técnico e tecnológico redundou em crescente degradação dos recursos naturais e o aumento do desemprego no campo e na cidade. (MENDONÇA, 2004, p.168).

Outro elemento basilar no tocante ao campesinato é a análise do modo de vida camponês. À luz da Antropologia, Woortmann (1990), em seus estudos sobre o campesinato, considera a existência de outra lógica que rege o modo de ser e viver do camponês. O campesinato seria portador de uma moral expressa em sua lida com a terra, segundo a qual a terra não deve ser tratada como uma simples mercadoria, não se devendo assumir comportamentos e valores sociais capazes de coisificá-la. Woortmann (1990) afirma ser o camponês possuidor de outra ética, diferente da lógica capitalista, denominada de *ética da campesinidade*, fortemente marcada por laços culturais, que tem como resultado a promoção da integração da família.

Woortmann (1990, p. 12) tece severas críticas à visão economicizada de família desenvolvida por Chayanov (1972), que desconsidera a ideia de força de trabalho familiar

³⁴ Para saber mais sobre esse assunto ver MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

enquanto valor-trabalho. Para Woortmann (1990) o trabalho deve ser concebido enquanto valor ético. Sua abordagem não é de um camponês, mas de uma *campesinidade*, entendida pelo autor como sendo “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.” (WOORTMANN, 1990, p. 13). Trata-se, pois, de uma concepção de campesinato centrada na subjetividade do camponês, e que considera a cultura geradora e influenciadora de suas ações e comportamentos. Em sentido mais restrito, a *ética da campesinidade* envolve diferentes “valores e significados” construídos a partir da relação com os tempos-espacos rurais (BRANDÃO, 2007, p. 55). Ainda sobre esse assunto, Woortmann (1990) manifesta sua preocupação em não transformar a cultura numa prisão intransponível para a análise do camponês. Embora o camponês rejeite práticas de negócio, isso não significa que ele seja necessariamente pobre ou venha a se tornar um sujeito descaracterizado pelo fato de ter acesso a certas “comodidades” próprias do “mundo moderno”.

Nas análises e interpretações sobre o campesinato um aspecto deve ser reforçado para não haver certos equívocos e arroubos em relação ao modo de vida camponês, no sentido de evitar buscar no campo um sujeito fossilizado e desconectado do tempo-espaço, ou, em outras palavras, o “camponês puro”, fazendo-se alusão ao campesinato medieval. Está evidente que o campesinato cria-se e recria-se, então, há, necessariamente, que reconhecer a sua dinamicidade. Sua reprodução somente é possível porque, diante das múltiplas situações de adversidade em virtude da própria conjuntura atual, o camponês busca, através da renovação das práticas sócio-culturais, manter sua sócio-diversidade. Nesse sentido, e ainda compreendendo o jogo escalar das transformações sócio-espaciais ocorridas com maior intensidade no século XX e limiar de século XXI, é defensável a ideia de que o “campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria”. (BRANDÃO, 2007, p. 42).

Em seus estudos sobre a questão agrária na Bahia, Souza (2008) tem chamado a atenção para os processos de luta pela terra no território baiano, na perspectiva dos vários movimentos sociais, em oposição ao modelo de desenvolvimento adotado para o campo, em vigência no país. Dentre as preocupações da autora estão a reafirmação do campesinato enquanto classe social em constante disputa por frações do território, bem como o desvelamento de outras formas de permanência no campo que não aquelas caracterizadas pela luta pela terra. Para Souza (2008), os processos históricos de apropriação privada do espaço agrário brasileiro são, atualmente, travestidos de uma contemporaneidade expressa pelos territórios do agronegócio.

A ampliação dos conflitos sociais no/pelo território revela as contradições da sociedade capitalista, ao passo que torna possível a superação do modelo capitalista hegemônico posto como inquebrantável. Há que se entender a necessidade de voltar o olhar para os conflitos territorializados no campo como um indicativo de que a lógica vigente está sendo severamente colocada à prova, por aqueles destituídos dos meios de produção pelo capital. Para Souza (2008) a luta de classes é,

[...] fundamental para se pensar na superação da situação atual do campo, o que só se torna possível na radicalidade do embate entre as classes, em suas expressões territoriais, mas também na superação da ótica capitalista – que cerca inclusive a produção camponesa. (SOUZA, 2008, p. 51).

A expressão territorial dessa luta de classes, segundo a autora, está presente na região Sudoeste da Bahia, onde estão territorializados conflitos desveladores da disputa tanto pela permanência quanto pelo acesso à terra, por parte de camponeses organizados em movimentos sociais, como o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Essa realidade é o resultado de projetos políticos orquestrados pelo e para o capital, muitas vezes sob a jurisdição política e econômica do Estado, com a finalidade de estruturar e/ou desestruturar o espaço agrícola em função do espaço industrial, conformando assim novas configurações de acordo com os anseios dos atores hegemônicos. Os processos de resistência surgem na medida em que os projetos de desenvolvimento vão mostrando seus efeitos, sua verdadeira função; no primeiro momento são sempre enfatizados os seus benefícios e mascaradas as intenções e prerrogativas que justificaram a sua implantação, mas aos poucos a realidade aflora e os atingidos oferecem-lhe resistência.

O campo brasileiro, por todas as suas especificidades, tem se apresentado propenso ao desencadeamento de conflitos, expressos pela ocupação de terras e pelo fortalecimento de práticas sócio-culturais desenvolvidas pelos camponeses como estratégia de contestar a homogeneização promovida pelo capital. Isso reflete a condição de alijados a que historicamente estiveram submetidos os camponeses no Brasil que, após a Lei de Terras de 1850, passaram a vivenciar um novo tipo de cativo - o cativo da terra³⁵ - que perdura até a atualidade em virtude da propriedade privada da terra. São situações dessa natureza que respaldam a escolha do território enquanto categoria imprescindível para a compreensão dos conflitos entre campesinato e agronegócio, visto que os arranjos sócio-espaciais, tanto no campo quanto na cidade assumem uma nova configuração no contexto da expansão do

³⁵ Martins (1990b).

capitalismo no campo.

Considerando-se que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993), a análise do território deve partir do pressuposto de que o espaço está interligado ao mundo e que o mundo se materializa no espaço através das funções que lhe são atribuídas. Em diferentes tempos, o espaço refletirá o paradigma vigente que influencia o pensar e o agir da sociedade, deixando-se revelar pelas formas assumidas por seus objetos geográficos, reflexos da cultura, da economia, da política e da ideologia. Portanto, o espaço geográfico transcende a mera concepção de união entre fatores naturais e artificiais para tornar-se “espaço social” (SANTOS, 1985, p. 1) e, como tal, sua abordagem não deve ser dissociada da luta de classes, haja vista ser o conflito entre os sujeitos sociais que o compõem o elemento que dará os contornos do território, suas características. Uma prova disso são as hierarquias espaciais, na qual o capital cria, recria e transforma o espaço em função de sua atuação, sempre na constante busca por sua reprodução ampliada, desencadeando, nesse processo, o surgimento e/ou agravamento de disputas por território. Nesse jogo, os artefatos utilizados vão desde a dominação por meio da alienação até à luta armada, como muito tem ocorrido no campo brasileiro, onde milhares de vidas já foram ceifadas em decorrência da luta por terra entre latifundiários e camponeses.

As frações do espaço transformadas em território, por meio do jogo de poder exercido pelos sujeitos que o compõem, permitem fazer o “encaixe” entre o plano empírico e a teoria, de modo a se melhor compreender os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, analisados a partir do conjunto de ações que lhes favoreceram. Identificar os valores dos fenômenos que ocorrem no campo brasileiro em suas múltiplas escalas e dimensões é um desafio imprescindível de ser vencido, porque os rearranjos espaciais, decorrentes da reestruturação produtiva do capital trazem em si a necessidade de “olhar” a realidade a partir das relações estabelecidas entre os homens e o espaço e entre si próprios. Essa perspectiva é corroborada por Thomaz Júnior (2010), para quem

[...] não há como pensar em movimento metabólico do capital sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese, a sociedade geograficamente posta, cuja base o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar as relações de propriedade, de poder, portanto a propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade de base. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 206).

Com a ampliação dos estudos sobre a realidade agrária mundial e brasileira, o campo não ficou menos complexo. Ao contrário, os rearranjos do capital têm colocado a necessidade premente de se aprofundar neste universo que não mais pode ser abordado sob a perspectiva da muralha existente entre o rural e o urbano ou entre o campo e a cidade, como se estes fossem “mundos” separados e estanques. É nesse sentido que, ao se estudar o campesinato, embora haja a necessidade de se recorrer às teses formuladas no século XIX e propagadas ao longo do século XX, acredita-se ser crucial atualizar o debate, por considerar que o campo não deve ser analisado a partir de uma “visão fossilizada”, na qual seus sujeitos e sua realidade são pensados e concebidos a partir de uma concepção estática. É a partir dessa premissa que a tarefa de pensar o território a partir do espaço transforma-se em uma prerrogativa importante, na medida em que o capital, em seu processo de territorialização e monopolização do território, cria “relações de interdependências entre estados, nações e, sobretudo, empresas de diferentes lugares”. (OLIVEIRA, 1995, p. 280).

Partindo deste pressuposto, compartilha-se da perspectiva de que o campesinato deve ser concebido e analisado enquanto classe trabalhadora, por se entender que a crise estrutural do capital trouxe nova problemática para o campo, e que há, de fato, a necessidade de incluir a categoria trabalho em sua riqueza de significados no âmbito das reflexões da Geografia para dar conta das redefinições e da *(des)realização* (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 138) por que vem passando o trabalho e a classe trabalhadora..

1.3 Transformações no mundo do trabalho: contribuições da Geografia para a análise das relações de trabalho no campo brasileiro

O surgimento de novos antagonismos e a permanência dos “velhos” no sistema do capital, todos eles plasmados e complexificados no contexto histórico do final do século XX e no adentrar no século XXI, têm levado cada vez mais à necessidade de se rever as teorias cunhadas no passado sobre a classe trabalhadora como uma medida para se avançar na interpretação da realidade atual, bem como, atualizar o debate feito pelos teóricos, trazendo para o âmbito das discussões a dinâmica geográfica do trabalho. Dessa forma, reconhecer a complexidade e os sentidos polissêmicos da temática trabalho torna-se basilar em estudos voltados para a compreensão das *mutações* no mundo do trabalho. Frente aos desafios próprios da temática, Thomaz Júnior (2005, p. 100) adverte não há a pretensão de “buscar

esgotar o inesgotável”, visto ser esse um debate que agrega várias ciências, havendo entre si, polêmicas teórico-metodológicas em relação à forma de interpretar os fenômenos relacionados ao trabalho.

Compreender a dinâmica atual do campo e suas múltiplas transformações decorrentes da modernização da agricultura não é uma tarefa fácil. Ao criar as condições para a sua reprodução, o capital define as formas de produção do espaço e estabelece os mecanismos a serem utilizados para concretizar seu projeto de territorialização. Ao se fazer um esforço teórico para estabelecer relações entre o contexto histórico caracterizado pela crise estrutural do capital no mundo e a realidade vivenciada no campo brasileiro, verifica-se a ocorrência, neste momento, da implementação de ações voltadas para tornar cada vez mais possível a expansão do capitalismo no campo, por meio do esforço de sedimentar no ideário nacional o projeto de superação do arcaísmo/tradicionalismo próprio daquilo que não é urbano, posto, por sua vez, como a única e viável alternativa para a sociedade contemporânea.

O modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado e propalado como ideal para o campo brasileiro representa, na verdade, apenas os interesses das classes dominantes atrelados aos de grupos internacionais. Ao analisar as contradições inerentes à política de modernização da agricultura iniciada no Brasil por volta dos anos 1960 e acentuada nos anos 1970, Mesquita (2009) destaca que,

[...] o aumento da produção agrícola e do produtivismo, inerente ao atual modelo de desenvolvimento do país, não questiona os efeitos sobre o ambiente e menos ainda sobre os trabalhadores e segue um tipo de modernização que potencializa a produção e circulação de alimentos, mas não amplia suficientemente a oferta dos mesmos e não consegue barateá-los, apesar da grande eficiência produtiva e comercial. Com isso aprofundam-se as desigualdades sociais no campo e na cidade, enquanto o desemprego, o subemprego e os salários aviltantes tiram do trabalhador a possibilidade de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade desejáveis. Então, está posto o paradoxo típico do modelo de desenvolvimento adotado, que, de um lado, devassa os salários, e, do outro, gera impactos ambientais cujas consequências ainda não estão sendo avaliadas e contabilizadas, pois só serão consideradas quando começarem a afetar os lucros do setor. (MESQUITA, 2009, s.p.).

Os avanços obtidos na produção e na produtividade em virtude das inovações técnicas e tecnológicas aplicadas à agricultura não revertem em melhorias concretas para os trabalhadores, cada vez mais espoliados em seus direitos trabalhistas, isto quando conseguem um emprego. Além do mais, enquanto o Brasil assume o papel de país com tradição no comércio internacional como um grande exportador de alimentos, muitos são aqueles

brasileiros que não têm acesso a uma alimentação que atenda às suas necessidades diárias.

Nesse contexto de transformações nas relações de produção e de trabalho é que avançam discussões sobre a necessidade de entender as contradições e marcas históricas dos estudos sobre o campesinato, de modo a desnudar os efeitos da crise estrutural do capital para aqueles que vivem da labuta no campo. A reestruturação produtiva do capital, iniciada nos anos 1970 nos países centrais, atingiu o Brasil nos anos 1980 do século XX, desencadeando mudanças profundas nas relações sociais como um todo e, de forma marcante, nas relações de trabalho (superexploração, precarização, terceirização, *hifenização*³⁶), impondo-lhes uma constante redefinição tanto qualitativa quanto quantitativa. De acordo com Thomaz Júnior (2003),

[...] se recuarmos à década de 1970, poderíamos melhor precisar a crise estrutural do capitalismo que marcou no cenário internacional uma fase de relativa estagnação econômica, abarcando inicialmente, o núcleo do sistema capitalista (Japão, EEUU, Europa Ocidental) e mais os tigres asiáticos e a China, todavia caracterizada por baixas taxas de crescimento, quedas nos investimentos e estagnação de amplas porções da periferia do planeta, especialmente, por conta da crise das dívidas externas, o que foi decisivo para a integração, nesse primeiro momento, dessa porção do planeta ao chamado processo de globalização. (THOMAZ JÚNIOR, 2003, p. 6).

As redefinições decorrentes desse fenômeno não ficaram restritas aos trabalhadores das fábricas nem àqueles que vivem na cidade. Seus desdobramentos atingiram também, e de forma acentuada a agricultura que tornou-se mais produtiva, em virtude dos pacotes tecnológicos, e coloca em xeque a existência do campesinato, haja vista que, no discurso do agronegócio o camponês é um atrasado e deve ser superado como condição para a resolução dos problemas que afetam o campo.

Considerando a realidade do Nordeste brasileiro, e mais especificamente, da área desta pesquisa – o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado no município de Livramento de Nossa Senhora (BA) – verifica-se naqueles espaços profundas transformações a partir da atuação conjunta do Estado e do grande capital, como o crescimento expressivo das áreas irrigadas, de modo a reorganizar porções do espaço a serem ocupadas pela agricultura modernizada. A criação de territórios modernizados como “enclaves” em áreas consideradas como bolsões de pobreza, tem se constituído, desde o governo militar, num dos pilares da política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste. Surgem como elementos desse

³⁶ Ver ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 258.

processo disputas territoriais engendradas pela adoção de modelos inadequados à realidade dos camponeses e *trabalhadores da terra*, a quem são atribuídas novas funções para atender ao capital.

Está em questão entender os *constructos* sócio-culturais e político-econômicos que interferem diretamente nas dinâmicas espaciais locais, a partir da espacialidade do território nacional, influenciado pelo movimento do capitalismo global, caso contrário, ter-se-ia uma compreensão parcial, fragmentada e engessada da realidade. Nesse amálgama de relações, cujos produtos são os mais variados possíveis, é crucial pensar qual é o papel do Estado no processo de transformações do espaço agrário do Nordeste semiárido, pois, como afirma Germani (1993, p. 253-254) “[...] la política agraria y agrícola desarrollada por el Estado contribuyó y continua contribuyendo para configurar la forma de ocupación del territorio brasileño”. Intenta-se, pois, nesta pesquisa desfiar o tecido utilizado para “encobrir” as ações do Estado, no Nordeste semiárido, de modo a evidenciar os rebatimentos da modernização da agricultura para os camponeses que, historicamente, foram desconsiderados em suas trajetórias de vida.

Após o Movimento de Renovação da Geografia, iniciado na década de 1970, a categoria trabalho passou a ocupar lugar de destaque na Geografia Crítica, cujas reflexões têm contribuído, sobremaneira, para a compreensão do conjunto de elementos intrinsecamente relacionados às transformações nas relações de produção e de trabalho no campo. Importa, aqui, reafirmar a efervescência teórico-conceitual da ciência geográfica e de muitos geógrafos que assumem postura político-combativa frente aos discursos falaciosos do capital que procuram escamotear a degradação ambiental, a precarização das condições de trabalho e a miserabilidade de uma grande parcela da população, mesmo com todo o avanço tecnológico presenciado.

Antunes (2002, 2004, 2007), Mészáros (2009), Thomaz Júnior (2005, 2006, 2008) e Mendonça (2004), entre outros, analisam a produção do espaço a partir da centralidade do trabalho. Thomaz Júnior (2006) e Mendonça (2004) defendem a necessidade de alargamento do conceito de classe trabalhadora para que a compreensão das *mutações* ocorridas no mundo do trabalho possa contemplar os trabalhadores produtivos e improdutivos³⁷. Embora dividam

³⁷ Antunes (2007, p. 102) diferencia trabalhador produtivo de improdutivo. Para esse autor os trabalhadores produtivos são aqueles sujeitos diretamente envolvidos na produção de mais-valia e que participam efetivamente do processo de valorização do capital. Ex: o proletariado industrial e rural. Trabalhadores improdutivos são aqueles sujeitos cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços e que não estão diretamente relacionadas com a produção de mais-valia, como elemento vivo do processo de valorização do capital. Ex: os serviços públicos, o comércio e o turismo.

um corpo teórico (teoria marxiana) caracterizado por similitudes há, entre os autores citados, diferenciações que merecem um esforço de síntese para demonstrar em qual campo de atuação as reflexões ganham maior espaço e representatividade.

Antunes (2007) centra suas análises e reflexões sobre o trabalho no “chão da fábrica”. O autor parte do pressuposto marxiano do trabalho enquanto processo basilar para a humanização, tendo como uma de suas preocupações a constante alienação do trabalho em escala mundial. Embora não faça uma leitura da realidade vivenciada pelos camponeses e *trabalhadores da terra*, Antunes (2007) contribui com essa discussão a partir do momento em que argumenta a favor de que todos aqueles que vendem a sua força de trabalho sejam tratados como classe trabalhadora.

Com abordagens análogas sobre a leitura do território e do trabalho enquanto categorias imprescindíveis para a compreensão do espaço geográfico, Mendonça (2004) e Thomaz Júnior (2006) consideram o campesinato como parte integrante da classe trabalhadora e defendem que a intensificação das mudanças ocorridas na sociedade do capital rebate na estrutura de classes. Thomaz Júnior (2002) tem delimitado um campo bem definido de atuação através de suas pesquisas sobre o confronto capital x trabalho no setor sucroalcooleiro, chamando atenção para o processo de (des)regulação do trabalho vivenciado pela classe trabalhadora, especialmente por esses trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar. Dentre suas preocupações, está o reconhecimento da necessidade de se atualizar os referenciais marxianos, em virtude de novos problemas surgidos como desdobramentos da reestruturação produtiva do capital.

Faz parte do esforço teórico-conceitual e metodológico deste autor a tentativa de explicar o que se passa no interior da classe trabalhadora, bem como os impedimentos colocados para que esta desenvolva a sua consciência de classe. Ao debater a luta de classes no contexto das transformações no mundo do trabalho, tendo como referência os movimentos sociais envolvidos diretamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária, Thomaz Júnior (2003) espera contribuir para a superação do conceito de *classe-que-vive-do-trabalho* cunhado por Antunes (2007), por assim entender que desta maneira está caminhando para uma unificação orgânica do trabalho que esteja livre dos prejuízos decorrentes da fragmentação cidade-campo. Essa fragmentação acaba criando barreiras para que haja uma compreensão aprofundada sobre as manobras do capital em sua constante busca pela reprodução ampliada.

Ao refletir sobre as contradições decorrentes do confronto capital *versus* trabalho

no campo Thomaz Júnior (2008) destaca que

[...] é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção e ao processo mais geral da reprodução ampliada do capital e os impactos para o universo do trabalho [...] é que podemos entender o camponês e o campesinato como integrantes da classe trabalhadora. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 281).

A partir do processo de modernização da agricultura mediante a territorialização do capital nas áreas de Cerrado, Mendonça (2004) tem buscado compreender o *universo camponês* e suas práticas sócio-culturais, bem como as ações construídas pelos *Povos Cerradeiros*³⁸ enquanto formas de *(Re)Existência* ao processo de ocupação (ir)racional e indiscriminado do Cerrado. Ainda nesse sentido, o autor destaca o processo de alijamento a que foram submetidos os camponeses e *trabalhadores da terra* em decorrência dos projetos desenvolvimentistas e das alianças estabelecidas entre o Estado e o capital internacional para modernizar o território. Diferentemente de Antunes (2007) e de Thomaz Júnior (2002), há, por parte de Mendonça (2004), a preocupação em integrar à reflexão sobre o mundo do trabalho os aspectos culturais, os saberes-fazeres dos *povos cerradeiros* de modo a evidenciar as experiências desenvolvidas para assegurar a contraposição à expansão avassaladora da ocupação do Cerrado.

Mendonça (2004) é criterioso quando o que está em questão é o debate sobre a existência de uma “Geografia do trabalho”, pois, segundo ele, “quando se adota a denominação Geografia do Trabalho não se quer pensar nos guetos, ou mesmo reforçá-los com o intuito de assegurar uma correlação de forças.” O trabalho enquanto categoria-chave de compreensão da história do homem não se configura como uma nova corrente do pensamento geográfico, ou mesmo deva ser engessada pela disciplinaridade nos cursos acadêmicos. Quando se faz a defesa por uma Geografia do Trabalho quer-se, segundo o próprio Mendonça (2004, p. 119), “indagar sobre a relação capital x trabalho, onde o trabalho aparece enquanto a potenciação do homem que, no capitalismo se efetiva através da produção de mercadorias.” Nesse contexto, torna-se possível trazer para o debate o campesinato enquanto classe trabalhadora porque as mudanças ocorridas nas relações de produção e de trabalho no campo têm colocado uma nova realidade, em que há cada vez mais a implementação de projetos estatais com o propósito de intensificar a produção de mercadorias, descaracterizando-se,

³⁸ Segundo Mendonça (2004, p. 30) “refere-se às classes sociais que historicamente viveram no Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais” .

assim o trabalho camponês, cuja lógica está centrada na produção de valores de uso.

Compartilhando da mesma preocupação de Mendonça (2004), no sentido de evitar maiores equívocos quanto à compreensão em relação às reflexões acerca da Geografia do Trabalho, Thomaz Júnior (2005) enfatiza que

[...] se de um lado, nos propomos a construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo da reflexão da pesquisa em Geografia, do outro, não se trata de constituirmos a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar, ou como corrente nova na Geografia. (THOMAZ JÚNIOR, 2005b, p. 11).

A classe trabalhadora cada vez mais se encontra impedida de se autorrealizar por meio de seu trabalho, entendido segundo a teoria marxiana como condição ontológica do ser social e, portanto, ineliminável. A teoria marxiana defende a perspectiva de que é o trabalho que dá sentido à existência do homem, mediante a sua relação com a natureza e enquanto resultado de uma produção social. Aqui, reside uma questão importante a ser ponderada, porque no momento em que o homem produz e não tem acesso ao produto de seu trabalho, se configura a existência do trabalho alienado, visto o trabalhador não participar de todo o ciclo de produção. Ora, conceber a existência do trabalho alienado traz à tona a necessidade de buscar argumentos capazes de respaldar tal pensamento, pois, no momento em que o objeto produzido deixa de ter o significado de uso e passa a ter significado de valor de troca, há uma ruptura na relação entre o homem e o produto de seu trabalho. Nessa perspectiva, retoma-se a discussão feita por Mészáros (2006), quando o autor faz a seguinte afirmação,

[...] o trabalhador não poderia se defrontar com o produto de sua própria atividade como um estranho se ele não se estivesse alienado de si mesmo no próprio ato de produção. A atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a alienação; pois o produto nada mais é do que o resultado da atividade, da produção. (MÉSZÁROS, 2006, p. 136).

A separação do trabalhador dos meios de produção e a inserção do assalariamento são condicionantes da transmutação do objeto do trabalho em mercadoria – há um processo de *fetichização*³⁹ da mercadoria – desencadeado pelo capital. A produção passa a ser centrada na satisfação de “necessidades irreais”, criadas e fomentadas pelo capital para possibilitar a continuidade do seu ciclo reprodutivo. O objeto produzido passa a ser um fetiche criado justamente pelo capital para manter a harmonia entre a produção, a distribuição, a circulação e o consumo (P-D-C-C). Há, conseqüentemente, a coisificação do homem, porque o seu

³⁹ Termo tomado por empréstimo de Mészáros (2009a).

trabalho transforma-se em mercadoria, de modo que o indivíduo somente se realiza por meio do consumo que passa a ser a única maneira que o capital tem para garantir a sua reprodução. Ao garantir a continuidade do consumo, o capital mantém as condições favoráveis à sua existência.

Considerando-se essa problemática e baseando-se na pesquisa de campo, verifica-se que a partir da implantação do Projeto de Irrigação no Vale do Rio Brumado, em Livramento de Nossa Senhora (BA), as relações não-capitalistas de produção como a parceria e a meação, até então largamente desenvolvidas, foram fortemente afetadas, ao passo que houve a intensificação do assalariamento, com um ascendente processo de proletarização dos camponeses devido ao fato de muitas famílias não terem sido contempladas com lotes, restando-lhes, como único meio de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho para agricultura comercial e serviços na cidade, como trabalhadores da construção civil, marceneiros e garis, entre outros. Tem-se, nesse contexto, a ocorrência de mudanças significativas nas formas de relacionamento do camponês com a terra, haja vista que este sujeito passou a ocupar-se exclusivamente no trabalho assalariado, pelo fato de não ter sido contemplado com lotes de terra, configurando-se assim a perda de sua relativa autonomia, pois antes este praticava uma agricultura voltada para a produção de gêneros para o consumo da família.

No tocante à realidade vivenciada pelo campo brasileiro tem-se verificado que, com a expansão do capital, é cada vez menos constante a existência de relações não-capitalistas de produção, além de haver um direcionamento da expansão do assalariamento como saída para “melhorar as condições de vida do camponês”. A inserção de novas tecnologias no campo, sob o pano de fundo do discurso do agronegócio, tem levado, no âmbito do trabalho, a formas proletarizadas e subproletarizadas, cujo imbricamento deve ser compreendido tendo como parâmetro de análise categorias de base da Geografia como espaço, território e paisagem.

Os mecanismos de exploração do trabalho se tornaram mais sofisticados e, por conta do avanço das técnicas e da tecnologia, têm colocado o trabalhador numa condição de extrema vulnerabilidade, não raro acontecendo processos de desterritorialização-reterritorialização dessa classe trabalhadora. Antunes (2002, p. 85) e Thomaz Júnior (2002, p. 27) concordam que, ao falar de crise do trabalho, é necessário qualificar de qual dimensão se trata, pois, segundo eles, o que está em crise é o trabalho abstrato⁴⁰. Buscando fazer uma

⁴⁰ Antunes (2002, p. 84) define trabalho abstrato como sendo o dispêndio de força humana produtiva, física ou

diferenciação entre trabalho abstrato e trabalho concreto, Thomaz Júnior (2005, p. 12) afirma que “[...] trabalho abstrato cria valor-de-troca e trabalho concreto cria valor-de-uso”. Frente aos imperativos do capital, percebe-se uma crescente *fetichização* da mercadoria enquanto razão-de-ser do homem, que busca sua (des)realização social por meio do consumo, da satisfação de necessidades criadas pelo capital, dentre as quais muitas lhes são alheias, como resultado do círculo vicioso que vai garantir a reprodução do capital.

Se, por um lado, as inovações técnicas e tecnológicas dão sua contribuição para a eliminação e/ou sucumbimento da pequena produção familiar e favorecem à proletarização do camponês, por outro lado não se pode desconsiderar a plasticidade com que constantemente estes sujeitos redesenham seu trabalho, ora desempenhando funções na cidade como moto-taxistas, serventes, pintores, ora retornando à lide no campo. Há, pois, a necessidade de se fazer conexões entre as diversas expressões do trabalho, que devem ser analisadas considerando-se as dimensões geográficas, econômicas, políticas, sociais e seu reverberamento na produção do espaço. Nesse sentido, não é mais possível compreender a realidade atual sem considerar as relações campo-cidade, pois a constante mobilidade e plasticidade do trabalho, no campo e na cidade, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital, alteram significativamente as formas com que os sujeitos se apropriam e produzem o espaço. Durante a pesquisa de campo, constatou-se que, entre os trabalhadores da produção de manga, há camponeses que buscam, durante os meses de safra da manga, período que coincide com os meses de maior estiagem na região, uma alternativa para se manter na terra. A proletarização temporária é uma maneira que o camponês encontra para não migrar para as áreas produtoras de cana do Sudeste e do Centro-Oeste do país. Embora a venda temporária da força de trabalho do camponês na produção de manga seja uma ação cada vez mais recorrente, ouviu-se de um destes sujeitos que “trabaiá na manga ajuda, mais é prantá feijão catador que traiz fartura” (Informação verbal, setembro de 2010).

A dinâmica do capital interfere nas formas de produzir, nas relações sociais e nos usos do território, havendo, pois, a inserção de novas modalidades de trabalho que acabam por desencadear profundas mudanças no tecido social. Não se trata apenas de mudanças concretas. Há que se considerar as transformações subjetivas, em sua plenitude, para dar conta da complexidade própria das mutações do mundo do trabalho, em virtude do movimento de reestruturação produtiva do capital. O campo, por sua vez, passa a ser invadido pela lógica fundamentada no valor de troca, na produção de mercadorias, ao passo que as formas de

produção tradicionais são destituídas de sua historicidade e de seu valor, definidas como obsoletas e passíveis de serem substituídas de acordo com as necessidades do capital.

Considerando o recorte espacial desta pesquisa - a área do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, em Livramento de Nossa Senhora (BA) - são visíveis as interferências nas formas de reprodução social dos camponeses, visto ter a desapropriação das terras desarticulado a agricultura camponesa da área na qual seria instalado o empreendimento, que era desenvolvida com base no trabalho familiar e na produção para o auto-sustento. As áreas agrícolas destinadas à policultura foram gradativamente destinadas à lavoura de manga, após, passados quatro anos da inauguração do projeto de irrigação pelo DNOCS. Tem-se o agravamento das contradições no campo, decorrentes da sujeição do camponês e do trabalhador da terra ao agronegócio da manga que, por sua vez, oblitera a permanência do camponês na *terra de trabalho*, devido à valorização das terras e dos altos custos financeiros da produção de manga.

As imposições do mercado acabaram por atribuir novas funções para a agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA), havendo, pois, com a expansão da produção de manga, a intensificação do trabalho assalariado no campo. Apesar de, inicialmente, ter havido a proposta para o desenvolvimento de lavouras baseadas na produção de cereais (arroz e milho) e de leguminosas (feijão), com incentivo para a agricultura comercial, os camponeses contemplados com lotes no Projeto de Irrigação foram pressionados a venderem suas terras, diante da expansão das lavouras de manga e da restrição enfrentada pelas culturas de gêneros de primeira necessidade, pois os camponeses não dispunham de condições financeiras para implantar as inovações técnicas e as tecnologias necessárias ao cultivo da manga. Ao abordar as contradições do capitalismo no campo brasileiro, Oliveira (2003) é contundente ao afirmar que,

[...] a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

Deve-se ressaltar o papel ideológico do discurso enaltecido e favorável à produção de manga, a quem se atribui a benemerência da distribuição da riqueza produzida no campo, por meio da geração de emprego. O Livramento de Nossa Senhora conta com uma área de 7.000 mil hectares plantados com lavouras de manga, mas tem que importar arroz da Região Sul do Brasil, fato revelador da contraditória e perversa lógica de modernização do

campo voltada para o agronegócio. As atividades agrícolas desenvolvidas nas proximidades do Perímetro Irrigado passariam a ser influenciadas sobremaneira pela agricultura comercial, cujo desdobramento seria o aumento das áreas ocupadas pela lavoura de manga em detrimento da redução das áreas plantadas com lavouras temporárias. (Tabela 1). Até a oferta de mão-de-obra para as lavouras temporárias sofreu uma queda abrupta, devido ao trabalho na produção de manga, já que a remuneração paga ao trabalhador nessa atividade é mais atraente que aquela paga pelo trabalho na rizicultura ou na plantação de feijão e milho, como foi destacado por um dos entrevistados durante a pesquisa de campo

As informações contidas na tabela 1 permitem analisar as transformações ocorridas na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA) nas últimas quatro décadas. O processo de expansão de algumas culturas, em detrimento de outras, demonstram as mudanças ocorridas na produção agrícola. Enquanto gêneros de primeira necessidade, como o arroz, apresentaram uma redução significativa tanto na área cultivada quanto na quantidade produzida, a lavoura de manga apresentou um crescimento vertiginoso, deixando de ser uma cultura de “fundo de quintal” para ocupar extensas áreas. Outra lavoura que sofreu redução foi o milho. A produção de feijão apresentou um crescimento pequeno, mantendo-se praticamente estável. Com isso, pode-se afirmar que a produção de alimentos para o consumo interno não acompanhou o mesmo ritmo da produção de manga, o que significa que a soberania alimentar ficou comprometida e, por conseguinte, envolvida na “camisa-de-força” do agronegócio em sua roupagem moderna.

Ano	1970	1975	1980	1985	1991	2000	2006	2009
Cultura	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)	Área plantada (ha)
Milho (em grão)	2.259	2.332	3.292	3.539	615	1.100	1.890	1.290
Feijão (em grão)	2.049	2.435	3.912	6.632	6.060	6.580	2.070	2.120
Mandioca	889	715	826	276	1.500	1.800	2.800	1.070
Arroz (em casca)	1.741	1.729	2.185	2.438	1.700	350	200	200
Algodão herbáceo (em caroço)	2.235	1.729	1.213	1.398	1.420	1.500	1.000	700
Tomate	*	*	3	2	*	8	8	20
Mamona	*	207	742	2.949	200	300	600	600
Manga	*	*	*	11	310	2000	5.500	7000
Maracujá	*	*	*	-	-	4.000	3.000	4.000
Fumo	*	139	126	276	150	250	200	200
Banana	*	*	14	22	99	400	500	300
Cebola	*	45	18	56	100	15	20	20
Coco-da-baía	*	46	34	56	150	200	170	170
Canas-de-açúcar	260	197	-	-	*	*	750	300

Tabela 1 - Produção Agrícola Municipal de Livramento de Nossa Senhora (BA) Lavoura não cultivada. Fonte: IBGE Cidades. Censo Agropecuario 1970, 1975, 2006 e PAM 2009. Org.: DOURADO, J. A. L.

* Dados indisponíveis

A predominância das lavouras de manga e de maracujá ao longo dos anos 2000 desvela duas faces de um mesmo processo – o desenvolvimento do capitalismo no campo – cujas contradições apresentam-se materializadas através de formas distintas, inclusive pela disputa por territórios entre campesinato e agronegócio. A redução da área ocupada pela lavoura de arroz em Livramento de Nossa Senhora (BA) não foi acarretada apenas pela introdução da lavoura de manga no final dos anos 1980. O processo de modernização da agricultura iniciado no Brasil a partir da Região Sul, contribuiu diretamente para esse fenômeno, visto que, desde então, foram introduzidos novos hábitos de consumo alimentares, passando a população a consumir arroz agulhinha, importado do Sul do Brasil, enquanto que o arroz produzido no município acabou perdendo espaço no mercado local.

No Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, as lavouras como milho, mandioca, feijão e banana ficam restritas basicamente aos lotes dos camponeses, que praticam, em determinados casos, a produção consorciada de manga e culturas temporárias. Culturas como fumo e algodão são desenvolvidas em áreas de sequeiro, durante os períodos de chuva, e nos vales úmidos dos riachos e encostas há o cultivo de lavouras como a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e cachaça, principalmente nos povoados da Rocinha e de Pernambuco, e de hortaliças para o autoconsumo.

Por conta da expansão da fruticultura irrigada Livramento de Nossa Senhora (BA) vem passando por um processo de crescimento econômico e aumento da população urbana, como pode ser observado através no quadro 1.

Quadro 1 - Evolução da população de Livramento de Nossa Senhora (BA).

Ano	1970	1980	1991	2000	2006	2010
Urbana	6.366	8.905	13.200	16.724	19.031	20.546
Rural	18.897	20.378	21.145	21.301	23.115	22.159
Total	25.262	29.283	34.345	38.025	42.146	42.705

Fonte: Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000, 2006 e 2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L., 2010.

A população urbana de Livramento de Nossa Senhora (BA) apresentou um crescimento acentuado justamente a partir da década de 1990, quando a mangicultura assumiu lugar de destaque no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. Embora a população rural ainda seja maior que a urbana, é possível verificar que ela vem passando por um decréscimo relativo. A taxa de crescimento da população urbana é significativamente maior em Livramento de Nossa Senhora (BA), porém esse fenômeno não deve ser confundido com o

despovoamento do campo. Tal fato se explica por duas questões centrais: primeira, pela migração interna da população do campo para a cidade e, segunda, em função da migração de pessoas de outros municípios, principalmente de Rio de Contas, Jussiape, Abaíra e Rio do Assim, mesmo com toda a influência exercida pelo poder midiático que envolve o agronegócio da manga, a população do campo continua crescendo, o que demonstra que as transformações por que vem passando o campesinato, em função da incorporação de novas práticas cotidianas, associadas a técnicas de trabalhar na terra, têm permitido a sua permanência no campo. Considerando os dados apresentados no quadro 1, o agronegócio da manga se transformou em um fator de atração populacional em função dos postos de trabalho temporário durante o período de safra, havendo muitos casos em que os trabalhadores temporários não retornam mais para os seus municípios de origem.

Esse crescimento populacional, principalmente nos centros urbanos, foi verificado em Juazeiro (BA) e em Petrolina (PE) que experimentaram um *boom* populacional desde a década de 1970, quando houve a implantação dos projetos de irrigação naqueles municípios. Segundo Bloch (1996, p. 410 na década de 1970, cada um daqueles municípios tinha cerca de 60.000 habitantes. De acordo com os dados do Censo do IBGE (2010), Juazeiro (BA) possui uma população de 197.984 habitantes e Petrolina (PE) 294.081 habitantes.

Ainda sobre a política agrícola brasileira, e mais especificamente sobre a pauta de exportações do país, Oliveira (2003, p. 122-123) faz uma “fotografia” do quadro territorial do agronegócio no Brasil, por região, no qual relaciona os principais produtos agrícolas exportados e importados por cada uma das regiões, de modo a trazer para o cerne da questão a contraditória política agrícola centrada na produção de *commodities*. Em se tratando da Região Nordeste, verificou-se que a manga faz parte da lista dos itens exportados; essa região figura como a maior produtora dessa fruta no país (Tabela 2). No Nordeste, a Bahia ocupa o posto de maior produtora de manga, lavoura que se estende, inclusive, por grandes áreas dos perímetros irrigados no Médio São Francisco e no Vale do Rio Brumado.

Ano	Nordeste		Bahia		Livramento de Nossa Senhora	
	Área plantada	Produção	Área plantada	Produção	Área plantada	Produção
1990	17.122	834.966	3.046	113.378	310	21.700
1995	24.776	973.719	7.714	187.717	2.000	100.000
2000	35.186	1.294.325	13.560	501.493	2.000	120.000
2005	43.901	702.925	23.320	396.662	6.000	60.000
2006	54.972	953.217	30.703	625.812	8.000	82.500
2007	55.297	970.786	30.420	634.715	8.000	90.000
2008	55.685	816.862	29.194	471.983	8.000	90.000
2009	53.139	879.283	28.816	540.158	7.000	105.000

Tabela 2- Produção de manga na Região Nordeste

Fonte: IBGE Sidras.(2010)

Organização: DOURADO, J. A. L (2010).

Nos últimos 20 anos a lavoura de manga na Região Nordeste teve um crescimento considerável tanto no que se refere à área plantada quanto à produção. Até o início da década de 1990 a cultura da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) era feita apenas em pomares dos quintais das casas, e as variedades predominantes eram a manga rosa (*Mangífera indica l.*) e a manga espada (*Mangífera indica*). No Vale do Rio Brumado era muito comum encontrar árvores centenárias que, em virtude do cultivo em escala comercial, foram gradativamente substituídas pelas variedades *Tommy Atkins* e *Haden*, *Keitt* e *Palmer*. A redução da área plantada em 1.000 hectares entre os anos de 2007 e 2009 está diretamente relacionada à crise mundial de 2008, quando o mercado internacional da fruta passou por um processo de retração, ocasionando grandes prejuízos para os produtores, que ficaram sem mercado para a produção. Durante a pesquisa de campo, verificou-se em Livramento de Nossa Senhora a substituição da variedade de manga *Tommy Atkins* pela variedade *Palmer* em função do preço de mercado, pois enquanto a manga *Tommy* chega a ser comercializada a R\$0,60⁴¹ o kg a manga *Palmer* atinge R\$2,00 o kg.

Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Indústria de Livramento de Nossa Senhora (BA), o agronegócio da manga gera aproximadamente 6.000 postos de trabalho diretos e indiretos, fato que tem sido utilizado como justificativa para respaldar os discursos exaltados sobre os benefícios dessa cultura para a população do município. Todavia, há que se refletir sobre as condições de trabalho, as

⁴¹ Com base no salário mínimo em vigor no ano de 2010 equivalente a R\$ 510,00.

perspectivas do trabalhador em relação ao trabalho enquanto condição de realização do ser, bem como as possibilidades de satisfação de suas necessidades. Em uma outra tônica discursiva, quer-se trazer para o debate as mazelas vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores da mangicultura em Livramento de Nossa Senhora (BA), de modo a contrapor, à espetacularização, a miséria e a pobreza de homens, mulheres e adolescentes fadados ao perecimento pelas extenuantes jornadas de trabalho. Para os camponeses, *trabalhadores da terra* e desempregados em Livramento de Nossa Senhora (BA), o trabalho precarizado da produção de manga constitui-se, talvez, na única oportunidade de inserir-se, mesmo que temporariamente, no mercado de trabalho.

Frente ao exposto acredita-se que o modelo de desenvolvimento adotado para a agricultura da Região Nordeste apresenta sérios riscos para os camponeses, *trabalhadores da terra* e desempregados das periferias urbanas porque a expansão do agronegócio, por meio da fruticultura irrigada acaba por acentuar as desigualdades sociais tanto no campo quanto na cidade. A expansão do agronegócio no Nordeste brasileiro, principalmente nas áreas do Semiárido coloca para o debate os investimentos direcionados pelo Estado para beneficiar as classes dominantes regionais, bem como criar as condições favoráveis para a territorialização do grande capital, como ocorre de forma expressiva no Vale do São Francisco, com a presença de empresas de capital internacional, ao passo que as populações locais acabam se transformando em mão-de-obra assalariada barata para sustentar os elevados lucros obtidos pelos agentes do capital.

É importante salientar que, desde os tempos do coronelismo, o ônus das políticas de desenvolvimento adotadas para o Nordeste semiárido era sentido de forma marcante no cotidiano das populações menos favorecidas do campo e da cidade, à mercê da ação do Estado. Os benefícios destas políticas nem sempre podiam ser usufruídos por aqueles sujeitos a quem legalmente tinham sido destinadas. De qualquer maneira, foram sendo implantadas políticas sob forte discurso político e ideológico, com o intuito de cooptar a população ante às inquietações que os projetos de modernização, que eram implantados sem diálogo com os sujeitos que seriam afetados direta ou indiretamente por seus desdobramentos.

Assim, propõe-se abordar no capítulo II, de maneira mais incisiva, como as políticas de planejamento regional assumiram/assumem um papel estratégico no contexto da manutenção das estruturas de poder e de dominação e em função das tramas e das urdiduras do capital no Nordeste semiárido que perpetuam uma realidade repleta de contradições.

CAPÍTULO 2

O NORDESTE SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL: da “penumbra” política à miséria anunciada



Foto 2 – *Camponeses caatingueiros* fazendo a limpeza do canal de irrigação que leva água para o Bloco II do Perímetro do Irrigado do Rio Brumado em 2002. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010

Autor: SAMPAIO, V.

CAPÍTULO 2

O NORDESTE SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL:

da “penumbra” política à miséria anunciada

*Josefina sai cá fora e vem vê
Olha os fôrro ramiado vai chuvê
Vai trimina riduzi toda criação
Das bandas de lá do ri Gavião
Chiquêra pra cá já ronca o truvão
Futuca a tuia, pega o catadô
Vamo plantá feijão no pó
Mãe Purdença inda num culheu o ái
O ái rôxo dessa lavora tardã
Diligença pega panicum balai
Vai cum tua irmã, vai num pulo só
Vai culhê o ái, ái de tua vó
Lua nova sussarana vai passá
“Sêda branca” na passada ela levô
Ponta d’únha, lua fina risca o céu
A onça prisunha, a cara de réu
O pai do chiquêro a gata comeu
Foi um trujejo c’úa zagaia só
Foi tanto sangue que dá dó
Os ciganos já subiro bêra ri
é só danos, todo ano nunca vi
Paciência, já num guento as pirsiguição
Já só caco véi nesse meu sertão
Tudo que juntei foi só pra ladrão.
Futuca a tuia, pega o catadô
Vamo plantá feijão no pó*

(Arrumação, Elomar Figueira)

Muito já foi dito em relação à problemática da Região Nordeste, transformando a discussão sobre o processo de construção do imaginário da seca quase em um lugar-comum; apesar com suas tragédias humanas, esse discurso afirmar ser a seca apenas resultado do inglório conflito entre homem x natureza. Porém, os desequilíbrios sociais decorrentes da “Questão Nordeste” merecem muita atenção e lugar de destaque nas análises sobre as dinâmicas espaciais daquela fração do território nacional. Do Nordeste açucareiro, litorâneo e caracterizado pela opulência dos saraus e dos canaviais - verdadeiros “mares de cana” - ao Nordeste algodoeiro-pecuário, do senhor/coronel, ser “rústico”, do lugar distante – o Sertão⁴² – e das massas fustigadas pelas intempéries climáticas, as mutações espaciais deixam evidentes, através dos muitos mosaicos político-econômicos e sócio-culturais, que a permanência das contradições e mazelas materializadas naquela região ainda exigem e permitem muitas análises para se melhor conhecer a realidade dos sujeitos que constroem e reconstroem essas paisagens nordestinas em suas múltiplas faces.

Na transição do “velho” para o “novo” Nordeste, com os grandes pomares encravados nas áreas semiáridas, os problemas vivenciados pelas populações que habitam o Semiárido nordestino devem ser mais profundamente estudados, de modo a colocar no centro do debate os resultados da implementação de programas governamentais destinados a introduzir mudanças no cenário econômico sem considerar com a devida atenção a estrutura da propriedade da terra. Assim, os velhos e mesmos problemas, mas também os novos são ocultos, são postos em um campo de conflitos no qual as rupturas profundas somente acontecem se as classes hegemônicas se beneficiarem de alguma forma com os seus desdobramentos. As ações do Estado, por meio do planejamento regional iniciado por volta da segunda metade do século XX, favoreceram a expansão do capital industrial e financeiro, mediante a oferta de infraestrutura, terra, água e mão-de-obra. Os territórios do agronegócio, conhecidos como “Califórnia do Nordeste” têm demonstrado as novas faces da agricultura nordestina, após o processo de modernização da agricultura, em decorrência da reestruturação produtiva do capital (THOMAZ JÚNIOR, 2002) em suas mais variadas formas e espacialidades. A expansão do agronegócio no Semiárido tem desvelado as possibilidades que esta região pode oferecer desconstruindo do imaginário social a relação unívoca e

⁴² De acordo com Almeida (2003, p.74) “A origem da palavra sertão seria contemporânea ao descobrimento. [...] De fonte etimológica duvidosa, a crença geral é a de que essa palavra foi a uma invenção dos portugueses para definir o “desertão” africano, por onde se aventuravam antes das navegações. O termo seria, portanto, uma corruptela de grande deserto, deserto...sertão” .

indissociável entre Semiárido e a ideia de atraso, miséria e repulsão populacional.

Antigas relações de poder com marcas da tradição “coronelistas” coexistem e (re)existem ainda hoje mesmo com a emergência de novos atores políticos devido ao projeto hegemônico de transformação da espacialidade nordestina, através de uma roupagem atualizada e desenhada pela agricultura modernizada, centrada, principalmente, na fruticultura irrigada. Mesmo na economia globalizada nordestina, o acesso à terra e à água continuam sendo instrumentos de dominação, como nos “velhos” tempos da sociedade agrária caracterizada pela trilogia cana-pecuária-algodão. No passado, o coronel controlava o acesso à água através das cercas de seus latifúndios, sob a complacência do Estado, ao passo que hoje é o grande capital que se apropria das terras e água disponibilizadas, via política de irrigação, para a produção de *commodities* com a conivência dos coronéis, hoje travestidos de ruralistas.

Uma das grandes questões postas ao crivo da crítica geográfica é a reflexão sobre o processo de apropriação das riquezas produzidas nas terras semiáridas nordestinas. Se há a produção de riquezas pelo trabalho, há, conseqüentemente, aqueles que se dela apropriam, por isso é trazer para o debate as transformações da agricultura regional, as *mutações* nas relações de trabalho no campo e os seus rebatimentos na cidade, bem como o seu ascendente processo de precarização, e as interferências deste fenômeno na dinâmica espacial das sociedades nordestinas. No que se refere à expansão da exploração econômica do Semiárido em função do agronegócio, esta vem ocorrendo de forma (ir)racional, sendo responsável por problemas relacionados à perda da biodiversidade, assoreamento dos cursos d’água e redução da fertilidade do solo.

A década de 1970 foi marcada por uma série de medidas adotadas pelo Estado com o objetivo de inserir a Região Nordeste na lógica produtiva do capital e modernizar a agricultura, como a implantação de vários planos, como o POLONORDESTE (1974), o Proterra ((1971), o Projeto Sertanejo (1976), sendo estas medidas fortalecidas através da criação da CODEVASF. Tais ações representam o desdobramento da política iniciada no final dos anos 1940, com a criação de órgãos como DNOCS, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1948 e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) também criada em 1948, sendo posteriormente transformada na Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) em 1967. Além destes órgãos, houve a criação do Banco do Nordeste (BNB), em 1952, com a função de captar recursos para a implementação do projeto desenvolvimentista assumido pelo Estado para a Região Nordeste. Em relação a essa questão, Sorj (1986) acredita que a

[...] política de modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. No entanto, a relação inversa não existe: o processo de concentração de terras não significou necessariamente uma maior modernização da agricultura. (SORJ, 1986, p. 116).

Transformada em panaceia para os graves problemas sociais vivenciados cotidianamente pela população que vive no Semiárido nordestino, a agricultura irrigada passou a representar a única alternativa para amainar as disparidades sociais e econômicas que solapam a vida dos camponeses e *trabalhadores da terra* que, periodicamente, veem sua existência ameaçada pelos infortúnios da seca. Neste contexto, presenciou-se a execução de projetos sem a menor preocupação com as populações afetadas por seus desdobramentos, pois uma das características marcantes destes empreendimentos é a sua implementação sem considerar as particularidades e interesses daqueles que supostamente serão beneficiados com os seus resultados. Um exemplo marcante dessa política é a territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T/D/R) das mais de 110 mil famílias expropriadas pela construção das Barragens de Sobradinho (1979) e de Itaparica (1987), muitas delas assentadas em agrovilas, enquanto outra parte foi para as periferias de cidades⁴³. As mudanças vivenciadas por estas famílias não se resumiram apenas ao lugar de moradia, há uma série de outros aspectos, como o convívio em áreas com elevados índices de pobreza e violência, como é o caso das periferias urbanas e das agrovilas, e a consequente transformação dos camponeses em mão-de-obra barata, desqualificada e ociosa, já que muitos dos expropriados não foram reassentados em outras terras, restando-lhes apenas a venda de sua força de trabalho nos projetos de irrigação ou em ocupações temporárias nas cidades. De acordo com Bloch (1996)

Os projetos de irrigação têm sido justificados, legal e politicamente, pela utilidade pública da obra implantada e pelo interesse social para a população da área de influência. Na prática, a garantia de que os desapropriados – particularmente os pequenos agricultores – terão preferência na aquisição dos lotes nos projetos não se tem verificado. (BLOCH, 1996, p. 31).

⁴³ Muitas destas famílias foram reassentadas em agrovilas no município de Carinhanha, que segundo dados do IBGE (2000), apresenta uma incidência de pobreza em torno de 55% da população. Outro exemplo das contradições destes empreendimentos é o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, criado para reassentar parte das famílias desalojadas pelas Barragens de Sobradinho e do Complexo Itaparica, que encontra-se em decadência por falta de apoio por parte do Estado e também pela falta de pertencimento do assentado em relação ao seu novo território. Mais sobre o assunto, ver Coelho Neto (2004).

É nesse sentido que o modelo de desenvolvimento adotado para o Nordeste semiárido deve ser problematizado porque este não tem sido capaz de tirar da pobreza e da miséria os milhões de sertanejos que habitam o campo e as periferias urbanas. As ações do Estado, muitas vezes em consonância com os ditames do grande capital nacional e transnacional, não os coloca como protagonistas, desconsidera as suas necessidades e formas de organização social acarreta graves consequências como a marginalização social e a exploração pelos grandes atores econômicos locais.

2.1 O camponês caatingueiro no contexto das políticas de desenvolvimento regional

O leitor, ao “passar” apressadamente os olhos pelas páginas da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1991), poderá incorrer no erro de pensar que o Nordeste semiárido é uma paisagem monótona, feia e pobre em biodiversidade, como consequência da forma áspera como o autor descreve a Caatinga⁴⁴, com seus típicos mandacarus⁴⁵, juazeiros, umbuzeiros e xiquexiques⁴⁶, algo parecido com o que convencionou-se denominar, na Geografia, de “determinismo ambiental⁴⁷” atrelado a argumentos demasiadamente positivistas. Como atenta Josué de Castro, em “Geografia da fome” (1984, p. 181), Euclides da Cunha (1991) comete exageros e “certos arroubos de imaginação” ao descrever o Sertão nordestino de uma maneira poética e salpicada por dramas humanos vividos pelos sertanejos, em função das secas que crestavam as paisagens e transformavam-nos em transeuntes.

Resguardadas as devidas proporções, e feito o alerta, importa realçar a sensibilidade do autor ao descrever o Nordeste semiárido em suas paisagens naturais e seus cenários político e social, muitas vezes defenestrados por discursos ideológicos. Já naquele momento histórico (1893⁴⁸), a busca por um novo modelo de organização social causara a perturbação política na sociedade agrária nordestina, fazendo surgir o medo entre aqueles que controlavam o acesso à terra e detinham o poder, ou ainda, entre os que pretendiam reavê-lo,

⁴⁴ A palavra caatinga vem do Tupi-Guarani e significa “mata branca, rala, espinhenta” - caa (mata) e tinga (branca).

⁴⁵ *Cereus jaramacarú*.

⁴⁶ *Cactus peruvianus*.

⁴⁷ No século XIX, a Geografia em seu processo de institucionalização e sob forte influência do pensamento ratzeliano, estava centrada na concepção de que os aspectos naturais determinavam a ação humana. Segundo Johnston (1986, p. 60), “as origens do determinismo ambiental estão no trabalho de Charles Darwin, cujo livro fundamental, “A origem das espécies” (publicado inicialmente em 1859), influenciou muitos cientistas”. Essa concepção serviu ao projeto de dominação de muitas nações europeias sanha por conquistas novos territórios e para justificar a situação de exploração das populações submetidas ao jugo colonial europeu.

⁴⁸ Quando Antônio Conselheiro começa a colocar em perigo a ordem política, econômica e social das oligarquias agrárias locais.

após a perda do *status quo*, de modo que a Guerra de Canudos foi delineada a partir do momento em que a ida e a permanência de trabalhadores rurais para o Povoado de Canudos representaram a redução das possibilidades de acumulação primitiva do capital por parte dos latifundiários e fazendeiros criadores de gado da região.

Mesmo sabendo-se que o Nordeste semiárido possui graves problemas sócio-econômicos que não podem ser desconsiderados pela análise geográfica, faz-se necessário reafirmar a importância de não limitar a “leitura” do espaço apenas a estes aspectos, pois essa abordagem já se transformou em um lugar-comum e, ao que tudo indica, é o caminho mais fácil (e débil) para tratar dessa fração do território brasileiro, caracterizado pelas mais variadas paisagens naturais, culturas, modos de vida e organização social. Há, outras questões latentes que envolvem o Semiárido que, por sua vez, encontram pouco espaço na mídia e nas políticas estatais, como é o caso da devastação por que vem passando esse bioma⁴⁹. Entende-se, aqui, que a degradação do meio ambiente significa, também, a perda do patrimônio cultural dos sujeitos que, historicamente, tiveram seu modo de vida “moldado” em função da relação de convivência estabelecida com o meio natural.

A diversidade de fauna, de flora e a cultura do Semiárido são ignoradas, enquanto que as classes dominantes regionais, a mídia e os discursos políticos ocupam-se em propagar os problemas da “região da seca”. Assim, os atores hegemônicos regionais e/ou locais viabilizam os recursos financeiros necessários para amainar tais problemas, sem a sua efetiva solução, possibilitando, desta forma, manter as estruturas de dominação. Por outro lado, o Estado associado ao capital, fomenta os projetos desenvolvimentistas que, por sua vez, desconsideram o valor estético, histórico, turístico, paisagístico, paleontológico, arqueológico e ecológico da “mata branca” e dos sujeitos sociais que a compõe, tratados com desprestígio e passíveis de serem “civilizados” rumo à modernização e ao desenvolvimento.

Assim, antes da seca, há que se falar das gentes, das culturas, dos saberes, fazeres e sabores (Foto 3), pois tudo isso encontra-se amalgamado, imbricado, no sujeito que luta pelo acesso à terra e à água, que transforma-se em transeunte, migrante, mesmo que temporariamente, em busca de melhores condições de vida.

⁴⁹ De acordo com o levantamento feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre os anos de 2002 a 2008, a Caatinga perdeu uma área de 16.576 milhões de quilômetros quadrados, restando apenas a metade da vegetação original que recobre o Semiárido.



Foto 3- *Camponês caatingueiro* na labuta cotidiana. Em segundo plano, paisagem da Caatinga em tons acinzentados. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

Como estratégia de convivência, o *camponês caatingueiro* costuma cultivar lavouras de ciclo curto no período de chuva, como o feijão, o milho, o gergelim, a melancia, a abóbora, aproveitando, ainda, as áreas úmidas nos vales dos rios para o cultivo do arroz. Assim, o abastecimento da família é garantido, sendo que o excedente é comercializado para comprar aquilo que não produzem. Dentre as lavouras de período longo destacam-se o fumo, o algodão, a mandioca e a cana. A criação de gado bovino e caprino constitui outra atividade muito comum na Caatinga, atividade essa muito bem adaptada às condições climáticas, visto que os *camponeses caatingueiros* passaram a cultivar palma, cana-de-açúcar e mandioca, utilizadas como alimento para os animais durante os períodos de estiagem. A agropecuária é uma importante atividade para os camponeses do Semiárido, pois a venda de derivados do leite como queijo, requeijão e manteiga representa fonte de renda durante todo o ano, cujos produtos são geralmente comercializados nas feiras livres.

Embora estas estratégias de convivência sejam comuns em todo o Semiárido, elas quase não aparecem nos discursos político e midiático que, de forma tendenciosa, faz uma

associação desta região à ideia de vulnerabilidade social, sem aprofundar nas questões que causam o atraso e impedem a emancipação dos sujeitos que compõem os mosaicos sociais da Caatinga. A permanência do *camponês caatingueiro* no Semiárido está para além do sofrimento, da miséria e migração. Não se trata de uma permanência forçada. Na verdade, há que se ressaltar a relação de pertencimento do *camponês caatingueiro* em relação à Caatinga, seu território da vida; espaço de morada, onde, por meio das vivências e convivências, constroem e reconstróem seus modos de vida, num intenso processo de criação e recriação, de culturas, de saberes e de fazeres. Nesse sentido, a paisagem acinzentada da Caatinga não possui, para os sujeitos que dela fazem, a conotação de lugar inóspito, sofrível e de agruras. Isso está muito mais para as políticas assistencialistas que, por assumirem uma postura política e ideologicamente favoráveis a manutenção das estruturas de poder procuram evidenciar apenas os aspectos que colocam o morador da Caatinga como um sujeito a ser civilizado, ajudado, desconsiderando a sua historicidade em suas múltiplas escalas.

Certamente, com interesse político, investimentos em pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico, os “problemas da seca” seriam resolvidos, como provam as inúmeras alternativas de convivência que vem sendo desenvolvidas por setores organizados da sociedade civil, mobilizados em romper com a histórica subordinação a que estiveram os *camponeses caatingueiros* aos senhores da terra e da água no Semiárido. Por todo o exposto, entende-se que a “problemática da seca”, da maneira como tem sido historicamente abordada está superada, o que exige mais pesquisas, no sentido de potencializar os sujeitos que compõem este espaço, e que, a partir de suas práticas sócio-culturais, produzem os territórios da vida.

Como nos diz Malvezzi (2007, p. 9), “o Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só”. A diversidade sócio-cultural dos sujeitos que compõem estas paisagens revela a existência de mundos que se entrelaçam dentro de um mesmo sertão. (Foto 4). O Nordeste semiárido precisa ser interpretado de forma una e a partir das relações, evitando-se assim, análises focadas em elementos que não dialogam com o todo, pois foram “pinçados” da realidade e a eles é atribuída a responsabilidade de explicar os antigos e atuais rumos da região.



Foto 4- *Camponês caatingueiro* com vestimenta típica para o trabalho de pastoreio do gado.
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: OLIVEIRA, C.

Ao se propor analisar a Região Nordeste, um primeiro problema que surge é a necessidade de definir qual Nordeste descrever e interpretar. A discussão sobre qual dos “Nordestes” tratar é muito recorrente, pois, ante as diversas regionalizações propostas para essa fração do território nacional, não é possível juntar em uma só realidade tão díspares, apesar de, ao mesmo tempo, serem tão embricadas, em virtude dos processos interativos entre os lugares. Então, Região Nordeste, Sertão, SemiÁrido⁵⁰, Caatinga, embora pareçam ser termos sinônimos, em alguns momentos convergem mas em outros divergem. Na verdade, estes termos são sinônimos devido a vários aspectos envolvidos, desde os naturais, culturais, políticos, territoriais, até os sociais. Esse imbróglio causado pelas várias formas de regionalização propostas pelo Estado se reflete nas disparidades existentes entre as definições de Região Nordeste (IBGE⁵¹), Sertão e Semiárido porque embora elas dialoguem, não se

⁵⁰ Segundo dados do Ministério da Integração, o Semiárido abrange uma área de 969.589,4km² e engloba 1.133 municípios de 9 estados brasileiros, sendo eles: Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí. Estima-se que nesta área residam aproximadamente 22 milhões de pessoas. Disponível em: <http://www.asabrazil.org.br>. Acessado em: 05/11/2010.

⁵¹ A divisão do Brasil em 5 grandes regiões foi definida em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

tratam exatamente de um mesmo espaço geográfico, ainda que em determinados momentos elas estejam plasmadas ou sobrepostas.

Ao mencionar, nesta pesquisa, a Região Nordeste está-se referindo à definição cunhada pelo IBGE. Trata-se da segunda maior região do país em extensão territorial, composta de 9 estados, equivalente a 18% do território nacional, cuja população é de aproximadamente 51 milhões de habitantes (IBGE, 2006), algo em torno de 30% da população brasileira. Esta região encontra-se subdividida em Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte.

Há, porém outros termos que são frequentemente usados para referir-se à Região Nordeste, como “sertão” e “semiárido”. Mas ao utilizar o conceito de “sertão”, há que se ter cuidado para não se colocar em um mesmo plano, espaços diferentes, pois este termo cunhado por Euclides da Cunha (1991), Guimarães Rosa (1986), Brandão (2009) e Almeida (2003), entre outros, refere-se a todo o sertão brasileiro, incluindo Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e parte do Mato Grosso. Brandão vai mais longe (2009) quando inclui, ao falar de sertão, o interior de São Paulo, ao fazer referências aos espaços e tempos do mundo rural. Nesse sentido, o sertão é fruto de uma construção com forte apelo simbólico e de representações culturais. Para estes autores o sertão de que tratam engloba o sertão nordestino e o sertão brasileiro. Nesta pesquisa, prefere-se utilizar o termo “Nordeste semiárido” para explicitar de que espaço são as análises e reflexões tecidas.

Os termos “Sertão” e “Região Nordeste” se distinguem do ponto de vista da regionalização, porque sertão está associado à ideia de zona fisiográfica, enquanto que Região Nordeste refere-se à divisão político-administrativa utilizada pelo Estado para fins de planejamento e gestão do território. Almeida (2003, p. 74) entende que o “sertão/espaço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”. O significado de sertão traz em si a ideia de algo distante, longínquo, lugar atrasado e pouco acessível, como resquícios do ideário construído pelos colonizadores, principalmente no período das bandeiras⁵². Há ainda o termo “semiárido”, muito utilizado para se referir à Região Nordeste, definição, um tanto quanto problemática porque o semiárido inclui também a porção norte do estado de Minas Gerais, mais especificamente, o

Estatística (IBGE) levando em consideração os aspectos naturais, posição geográfica e semelhanças sócio-culturais.

⁵² Para Almeida (2003, p. 74), “o sertão trazia consigo as marcas do processo colonizador, refletindo a linguagem do outro, do civilizado. Era uma forma de nomear o desconhecido, expressando o pensamento do europeu sobre o novo continente. O sertão passou a ter uma expressão cultural e ideológica que reforçava o distanciamento entre o eu e o outro” .

Vale do Jequitinhonha. Ante o exposto, adota-se nesta pesquisa o termo “Semiárido nordestino” para se referir ao espaço da Região Nordeste abordado, assim se delimita o campo de atuação e reflexão, superando, mesmo que a grosso modo, as vicissitudes em relação às várias regionalizações e aos vários termos propostos para o espaço em questão.

Ao se assumir esse conceito como pilar para a leitura geográfica de parte do Nordeste brasileiro, reconhece-se as singularidades do povo que ali reside e que por meio das práticas cotidianas, constroem seus espaços de vivência, os *territórios da vida*. Porém, é mais comum na literatura, abordagens que tratam a Caatinga de maneira poética e ideologicamente desenhada como “monstro trágico” e/ou desafeto do sertanejo, pois

[...] o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante. (CUNHA, 1991, p. 39).

Esquece-se, desse modo, das muitas e ricas formas de convivência entre o *camponês caatingueiro* e a caatinga, pois o que traz maiores benefícios, principalmente para os políticos, é a imagem da terra esturricada, dos animais mortos e dos migrantes à beira das estradas fugindo das secas. Na verdade, o pior e maior problema enfrentado pelo *camponês caatingueiro* são, talvez, as “cercas” e não as secas. Deste modo o que falta são políticas públicas consistentes que possibilitem aos camponeses do Nordeste semiárido as condições de reprodução da vida com autonomia, sem submissão aos ditames de políticos “comprometidos” com os efeitos das secas. Não por acaso, as políticas de combate aos efeitos das secas são pautadas em obras reformistas, pontuais, esporádicas, assim como o fenômeno cíclico que as justificam, e são sempre menores que a área afetada. Considerando-se que a Região Nordeste é o segundo maior colégio eleitoral do país, fato este que lhe confere lugar de destaque e merecedor de atenção especial por parte dos políticos que, por meio do clientelismo/apadrinhamento, buscam manter o poder sobre a massa da população, tem-se os elementos para resolver a equação seca/ações emergenciais/fortalecimento do poder político.

Importantes ações têm sido desenvolvidas pela Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA⁵³, uma organização da sociedade civil⁵⁴ que atua em todo o Semiárido, com

⁵³ A ASA ainda desenvolve o Projeto Bomba D'água Popular (BAP), que consiste na perfuração de poços para abastecer as comunidades.

o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural das populações que aí residem, desde 1999. Dentre as ações implementadas pela ASA, merecem destaque os Programas 1 Terra e 2 Águas (P1+2) e o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semiárido: um milhão de cisternas rurais (P1MC).

O Programa P1+2⁵⁵ orienta os *camponeses caatingueiros* no processo de captação de água das chuvas para o consumo humano, indo além, ao capacitá-los para utilizar o solo de forma sustentável e fazer o manejo adequado dos recursos hídricos para a produção de alimentos e geração de renda. O Projeto P1MC⁵⁶ tem por objetivo beneficiar cinco milhões de pessoas em toda a Região semiárida, por meio da construção de cisternas de placas que possibilitará armazenar água potável para o consumo humano.

Por se entender que o contexto atual vivenciado por uma sociedade não elimina os seus conteúdos históricos e que os lugares mais distintos são influenciados por variáveis cada vez mais amplas, propõe-se “(des)alinhar” o problema do Nordeste brasileiro, buscando a compreensão das tramas de relações que perpassam a implantação da Política de Irrigação naquela região. Verifica-se que a Política de Irrigação nada mais é que uma das capilaridades da política de desenvolvimento regional, considerada nesta pesquisa como um fragmento do projeto de integração nacional posto em execução após meados dos anos 50 do século XX. Para corroborar com a ideia de que os lugares são fragmentos da totalidade, muito embora estes não se autoexpliquem, recorre-se a Santos (1985, p. 13) quando o autor afirma que “[...] o mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens.”

As políticas de planejamento regionais implementadas pelo Estado após os anos 50 do século XX fizeram surgir, com força, o debate sobre o conceito de região, como o elemento catalisador das diferenças econômicas, políticas, sociais e naturais entre os lugares. O planejamento regional para o Nordeste brasileiro é um exemplo da tentativa de conter as “desigualdades regionais” expresso pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Entretanto, ressalta-se que, muito antes, desde o século XIX, já havia a

⁵⁴ Diversos segmentos sociais fazem parte da ASA, como a Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, Associações de Moradores e Trabalhadores Rurais e Urbanos, ONG's de desenvolvimento e ambientalistas e Associações Comunitárias.

⁵⁵ Em janeiro de 2007, o programa iniciou a sua fase demonstrativa.

⁵⁶ Programa iniciado em julho de 2003 constitui-se na construção de cisternas de placas com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água captada das chuvas por meio de calhas instaladas nos telhados das casas. Segundo dados da própria ASA, até 31/08/2010 já haviam sido construídas 294.940 cisternas em toda a região semi-árida. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acessado em: 05/11/2010.

ocorrência de conflitos acerca das configurações territoriais do que viria a ser a Região Nordeste, porque esta divisão estava inserida em uma correlação de forças econômicas, deixando transparecer a forte ligação de algumas frações do território nacional com o capital mercantil europeu. Ficam, assim, expostos os conflitos de interesses dentro do próprio país, pois no final do século XIX e início do século XX mudanças de ordem econômica afetariam significativamente o papel das regiões no contexto nacional. A Região Nordeste, que contava com grande prestígio pela sua produção açucareira, teria sua importância reduzida em relação à economia nacional devido à ascensão da lavoura cafeeira no Sudeste do país, com base no capital financeiro inglês. (OLIVEIRA, 1981, p. 34).

Quando o poder político começou a escapar do domínio da burguesia açucareira do “velho” Nordeste, geograficamente localizada na faixa litorânea, verificou-se o surgimento de “novos” atores no cenário nordestino, ou seja, os latifundiários pecuaristas do sertão. Nesse contexto,

A imagem do Nordeste que as crônicas dos viajantes de fins do século XVIII e princípios do Século XIX descreveram em termos de opulência dos “barões” do açúcar, e que depois viria inspirar a nostálgica pseudosociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos “coronéis”, imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro”. (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

Essa situação econômica assumida pelo Nordeste brasileiro faz surgir uma nova expressão no contexto político, com a figura do coronel. Contudo, esse não seria o único desdobramento da atuação do capital internacional, inglês e norte-americano, no Brasil. Com a ascensão do latifúndio algodoeiro-pecuário à condição de novo interlocutor entre o poder nacional e as lideranças políticas locais, houve, também, o surgimento do Nordeste das secas. Os resultados desse processo passariam a interferir não apenas na política regional, mas também na própria organização social, com forte submissão das populações camponesas aos ditames dos coronéis, que se transformariam nos senhores das terras e das águas.

O nascimento da política de planejamento regional ocorre no seio da sociedade agrária nordestina em decadência, caracterizada por uma ambiguidade estrutural desvelada pela luta de classes, como uma estratégia para abrandar as desigualdades regionais, haja vista que a concentração da terra acabava por transformar essa região em um espaço propício à eclosão de revoltas e insurreições por parte dos camponeses e trabalhadores da terra. Há, neste contexto uma relação de proximidade entre a ideia de planejamento regional adotada pelo

Estado para o Nordeste brasileiro e as concepções de região propagadas pela Geografia norte-americana⁵⁷. No pós-1930, quando o Brasil tenta industrializar-se a partir da Região Sudeste, ocorrem mudanças nas relações de produção, pois é cada vez mais visível a expansão do capitalismo e quando São Paulo assume a posição de centro industrial do país, atraindo para si não apenas investimentos, mas também mão-de-obra oriunda, principalmente, da Região Nordeste. Passou, nessa conjuntura, a existir a necessidade de interligação das regiões para que o capital pudesse atuar de maneira efetiva nos mais diversos cantos/lugares do país.

O Estado, de maneira mais incisiva no pós-golpe militar de 1964, acabou encontrando entraves para que seus planos e políticas governamentais tivessem resultados favoráveis à população dentro do próprio tecido político-social da classe dominante, devido a divergências de interesses. De modo geral, o Estado passou a criar as condições adequadas para favorecer a expansão do capital, com a disponibilização de recursos financeiros e infraestrutura capazes de dinamizar os fluxos materiais entre as regiões. A integração nacional era assim um importante fator para que o país pudesse ofertar as condições econômicas e políticas para a “concentração e centralização do capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

Quando se refere ao *camponês/trabalhador da terra* que vive no Nordeste semiárido é necessário tecer algumas considerações sobre o conceito criado para esta pesquisa, de *camponês caatingueiro*, o sujeito social encontrado na área da pesquisa, por entender que as abordagens feitas até o momento não refletem sua riqueza e complexidade. A intenção é romper com o histórico caráter de miserabilidade com que estes sujeitos são tratados, pois consciente ou inconscientemente, eles são colocados na condição de fadados ao atraso cultural e econômico, ou seja, a um modo de vida a ser superado em virtude da falta de espaço para estes sujeitos na sociedade do século XXI. Entende-se como *camponeses caatingueiros* os sujeitos que possuem uma relação de convivência com a Caatinga, na qual utilizam estratégias diversas para superar os limites impostos pelo *déficit* hídrico característico da região semiárida, diferentemente dos camponeses de outras regiões do país. Essa é uma tentativa do pesquisador em superar os liames que homogeneizam o nordestino sertanejo, pois concorda-se com Almeida (2003, p. 75) quando afirma que há “vários sertões”, o que leva à ideia de que há, conseqüentemente, vários sertanejos. Buscou-se em diversas obras, como Brandão (2005, 2009), Almeida (2003) e Melo Neto (2000), uma definição que

⁵⁷Para a Geografia norte-americana pós-1940, o seu foco de interesse era a diferenciação de áreas, paradigma que assumiu destaque após a Segunda Guerra Mundial com as reflexões de Richard Hartshorne. Para saber mais, ver JOHNSTON, R. J. **Geografia e os geógrafos**: a geografia humana anglo-saxônica desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986. 359 p.

melhor se adequasse aos sujeitos abordados por esta pesquisa, entretanto, em nenhum dos autores foi encontrado um conceito que desse conta de caracterizar/explicar os camponeses que vivem e convivem com/no Semiárido. O mais próximo daquilo que se compreende nesta pesquisa como *camponês caatingueiro* está presente nos escritos de Almeida (2003) e de Queiroz (1994).

Ora as descrições feitas até o momento estão carregadas de tragédias sociais e climáticas, ora são marcadas por estereótipos, como o de que “o sertanejo é antes de tudo um forte” (CUNHA, 1991), que pouco revelam e/ou desnudam a identidade do sertanejo enquanto um sujeito que, assim como um camponês de qualquer região do Brasil, está interligado de alguma forma à sociedade do capital em suas múltiplas dimensões e níveis. Tal condição, porém, não impede que os *camponeses caatingueiros* permaneçam cultuando sua identidade e suas tradições, como a de “plantar no pó” para antecipar o tempo de colheita e assim aproveitar o curto período de precipitação na Região Semiárida, ou ainda a de realizar grandes festas religiosas em homenagem aos santos padroeiros, com procissões, cavalgadas, leilões e forrós. As romarias e as diversas devoções são outra característica religiosa-cultural importante do *camponês caatingueiro*, que faz promessa para seu santo de devoção pedindo que “mande a misericórdia”, referindo-se à chuva, tida por ele como o maior bem que pode receber, pois representa a possibilidade de trabalhar a terra. A chuva é tratada com certa dose de “misticismo”, mais que em qualquer outra região do Brasil, pois “tempo bom” é “tempo de chuva”; é o “inverno”, que para ele não está relacionado às quatro estações do ano cientificamente definidas. Para ele, tem intrínseca relação com a chuva, se está chovendo é tempo de inverno, tempo de plantar, de preparar as lavouras para estocar alimentos, água e recursos financeiros para serem utilizados durante os meses em que as fontes de água e alimentos ficam mais escassas em função de eventuais períodos longos de estiagem.

Os *camponeses caatingueiros* são sujeitos possuidores de sabedoria, adquirida através da observação, da convivência familiar e comunitária; são saberes que vão desde a identificação de ervas com capacidade medicinal – os raizeiros - até as habilidades artísticas, como demonstram os Ternos de Reis, formados para louvar o Santo Reis, os repentistas, cordelistas e tocadores de viola. Outra característica peculiar do *camponês caatingueiro* é a sua relação com a feira-livre, pois esta constitui-se no lugar do encontro, da sociabilidade entre sujeitos “iguais” na simplicidade que a lide no campo traz em si. A feira-livre representa o espaço no qual o camponês expõe, como se fosse uma vitrine, os frutos do trabalho, que não é apenas seu, mas de toda a família, condição essa que tem garantido a reprodução do modo

de vida camponês. Na feira, *camponeses caatingueiros* transformam-se, mesmo que por apenas algumas horas, em feirantes a comercializar os excedentes da produção familiar camponesa.

2.2 Da terra esturricada à opulência dos Projetos de Irrigação: os (des)caminhos da política de planejamento regional para o Nordeste no pós-1970

Pode-se afirmar, com base na obra de autores que tratam do tema, tais como Figueroa (1977), Andrade (2005), Menezes (1970) e Castro (1992) e Oliveira (1981) as limitações impostas pelas condições edafoclimáticas do Nordeste semiárido são, na verdade, a expressão *sui generis* de pactos e alianças políticas das oligarquias agrárias regionais com o governo central, orquestradas para manter, a qualquer custo, o poder de barganha e o domínio político-econômico-social sobre a população, em nível regional e local. A aliança entre as oligarquias agrárias nordestinas e o poder central, segundo a interpretação feita por Castro (1992, p. 20) “[...] estabelece as condições para a estrutura política e social que, em não sendo alterada, mantém o equilíbrio de forças na Região”. Nesse contexto, abre-se um parêntesis para que outras análises sejam feitas, tendo como parâmetro o mundo vivido pelos *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*, teoricamente aqueles que deveriam ser beneficiados pelos investimentos estatais feitos na região que, todavia, são apropriados por empresas com maior competência financeira para desenvolver atividades agrícolas voltadas ao comércio externo.

Reconhecidamente simplista e ideológica, a visão do “Nordeste da seca”, própria e favorável a uma estrutura econômica dominante, utilizada em muitos debates e discursos políticos, estrategicamente elaborados, viabiliza a transformação de determinadas frações do interior do Nordeste brasileiro em “territórios modernizados”, a serem apropriados pelas oligarquias agrárias e pelo grande capital, que usam a infraestrutura fornecida pelo Estado para ampliar e/ou conservar os seus poderes político e econômico. A relação entre os agentes do capital e o Estado é apontada por Martins (1990a), quando o autor afirma que o capitalista procura, por meio da utilização da infraestrutura disponibilizada pelo Estado, evitar que parte de seu capital seja amortizado na criação dos meios necessários à sua própria reprodução. Os projetos de irrigação são exemplos da realidade apontada por Martins (1990a), pois muitos destes empreendimentos estão voltados à agricultura empresarial, de modo que são utilizados pelo Estado para demonstrar quão profícuos são os resultados da política de desenvolvimento

regional, alegando que a política de irrigação favorece a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, reverte-se em melhorias nas condições de vida da população das áreas nas quais são implantados.

Ante à necessidade de interpretar os desdobramentos da implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA), pelo DNOCS, percebe-se a importância de considerá-lo em um macrocontexto, pois entender as nuances da política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste semiárido requer, necessariamente, considerá-la a partir das suas relações com o espaço, a ideologia e a política, tanto a nível local quanto global. Do ponto de vista político, a perspectiva do desenvolvimento regional adotado para o Nordeste significa mudar para permanecer o mesmo, tendo em vista o desejo de preservar o padrão de acumulação e dominação por parte das oligarquias agrárias. Tanto que, ao assumir o papel de facilitador da expansão do capital, o Estado “[...] apóia-se nas elites locais, estabelecendo alianças ou cooptando-as.” (CASTRO, 1992, p. 39).

Por muito tempo (e ainda hoje), a região Nordeste foi considerada como “a região-problema⁵⁸” devido às mazelas das secas. Vê-se que o determinismo ambiental esteve fortemente impregnado nas políticas e nos discursos proferidos, que ora buscavam mitigar os efeitos climáticos ora se valiam deles para manter o *status quo* das oligarquias agrárias regionais. Conforme Castro (1992),

[...] no Brasil as diferenciações físicas no meio geográfico, naturalmente esperadas numa extensão territorial tão grande, algumas vezes disfarçam ou confundem outras diferenças. Estas, embora não sendo caudatárias das variações ambientais, terminam por induzir interpretações de relações de causa e efeito, supervalorizando as limitações ou as potencialidades da natureza sobre a qual o homem se instala. (CASTRO, 1992, p. 16).

A respeito das edificações ideológicas acerca da “problemática do Nordeste”, há que se superar a concepção analítica que propositalmente considera apenas o viés natural, para definitivamente reconhecer a verdadeira influência dos condicionantes políticos para a construção do território. Assim, concorda-se com Castro (1992, p. 16) quando a autora, em sua análise sobre a Região Nordeste, defende que “as clivagens sócio-econômicas do território brasileiro devem, então, ser interpretadas também como um produto político e como um fator da política, [...]”. Portanto, as estratégias e interesses políticos não devem ser desconsiderados na análise do cenário regional, principalmente, se este for perpassado por fortes processos de disparidades e conflitos entre o poder central e local, como é o caso do Nordeste brasileiro.

⁵⁸ Termo cunhado por Becker (2004).

Para Mendonça (1998, p. 26), “[...] na análise acerca da questão regional, estão contidos outros elementos e, fundamentalmente, a questão agrária, que aparece subjacente”, dentre os quais pode-se destacar a luta dos trabalhadores rurais pela terra. Considerando as concepções de Castro (1992) e Mendonça (1998) o ideário da seca, enquanto um aspecto fundante para se pensar essa região do Brasil, é, na verdade, *constructo* intelectual elaborado a partir dos interesses das oligarquias mandonistas em criar novas maneiras para manter o continuísmo da estrutura fundiária, assim como para destruir todo e qualquer ensaio de democracia no território dos coroneis e dos barões do açúcar. Ainda sobre o contexto político, econômico e social do Nordeste brasileiro, Ianni (1981, p. 123) afirma ser “a questão fundiária” um dos aspectos fundantes para a pauperização vivenciada pelos camponeses e trabalhadores do campo, pois segundo o autor, “praticamente toda melhor terra é monopolizada por grandes latifundiários, fazendeiros, usineiros”. (IANNI, 1981, p. 123).

Na expansão do capitalismo no campo, têm-se novas articulações, que no entanto, não conseguiram e não quiseram romper com a lógica estruturante da agricultura herdada dos tempos coloniais. De modo abrangente, o capital internacional vem estruturando as regiões economicamente consideradas como “periferias” do mundo ocidental para consolidar nelas uma economia agropecuária, cuja centralidade é a sua exploração para atender a uma mentalidade capitalista e a padrões externos de necessidades. Grandes exemplos dessa realidade são demonstrados a partir a expansão da silvicultura e dos biocombustíveis ocorridos no Brasil nas últimas décadas.

Muitos são os autores que buscaram compreender a atuação e o papel do Estado na organização da dinâmica espacial nordestina e seus desdobramentos e as consequências das políticas adotadas para modernizar o território, com destaque para Oliveira (1981, 2003), Bursztyn (1985), Sorj (1986), Castro (1992), Andrade (2005), Ianni (1981, 1986, 2004) e Medeiros Filho e Souza (1988). O que há em comum entre esses autores é a preocupação em demonstrar como ocorre a intervenção do Estado no processo de reorganização do território para atender aos propósitos do capital. Após o governo militar, mais precisamente no pós-1970, a questão regional do Nordeste brasileiro, sob a ótica da política de irrigação, voltaria a receber atenção especial devido ao desejo das oligarquias agrárias de sufocar as organizações e lutas do proletariado e do campesinato⁵⁹, em virtude da preocupação com os riscos trazidos por uma possível ascensão ao poder destes sujeitos historicamente explorados. Segundo Ianni

⁵⁹ As Ligas Camponesas surgidas no Engenho Galiléia (Pernambuco) são um exemplo dos vários movimentos de insurreição dos camponeses diante da condição de exploração e miséria humana a que estavam submetidos, como forma de reivindicar melhores condições de trabalho, acesso a terra e justiça social.

(1981, p. 112), “[...] foi assim que o imperialismo e a burguesia, no Brasil, decidiram transformar o Nordeste numa questão política, militar e policial prioritária.” Considerando a conjuntura política do país, os militares, ao perceberem os possíveis desdobramentos da ascensão política de trabalhadores rurais e urbanos a partir da atuação de Miguel Arraes, passaram a conceber a Região Nordeste como um perigo, “uma ameaça para o Estado burguês.” (IANNI, 1981, p. 116).

Os Planos de Desenvolvimento são, na verdade, a expressão de um movimento contraditório, ocorrido internamente no Brasil, porque enquanto as Regiões Sudeste e Sul desenvolviam um parque industrial dinâmico e totalmente integrado à economia mundial, na região Nordeste verificou-se a implantação de uma base industrial limitada e altamente dependente dos mercados consumidores das regiões mais dinâmicas do país. A década de 1970 possui características peculiares porque entre 1971 e 1979 foram implantados três grandes projetos na Região Nordeste, com o propósito de dinamizar a economia (POLONORDESTE, Proterra e Projeto Sertanejo). O que de fato aconteceu foi o direcionamento da função do Nordeste para as atividades agrícolas voltadas principalmente para a fruticultura irrigada desenvolvida de maneira intensa nos projetos de irrigação pública, criando-se assim, territórios onde a agricultura se apresenta altamente modernizada e competitiva, como *oásis* em meio a regiões historicamente marcadas pela miséria. As modernizações técnicas e tecnológicas presentes nos perímetros irrigados são inegáveis, se comparadas à agricultura desenvolvida sem o estímulo estatal. Contudo, esses “enclaves” são construídos, muitas vezes, para atender a uma lógica que desconsidera os aspectos culturais e sociais da população local, de modo a não representar efetivamente um ganho social para os agricultores e *trabalhadores da terra*, se reconhecer, pois, há, que se reconhecer que muitos dos perímetros irrigados na Região Nordeste renderam-se à produção de *commodities*.

A política de irrigação pública para o Nordeste ganharia fôlego a partir dos anos de 1970, com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), elaborado no governo de Médici, no qual um dos capítulos versava sobre o Plano de Irrigação Nacional (PIN). Ao contrário de antes, a política não mais estava centrada na construção de açudes nos latifúndios, que contribuía sobremodo para a socialização dos custos das obras já que elas eram feitas com verbas públicas, ao passo que seus “benefícios” estavam centralizados nas mãos dos coroneis, a quem era atribuído a função de patrocinadores da modernização da agricultura no Semiárido.

Agora, o poder central procurava promover a modernização do território por meio

da sua definitiva inserção no novo modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro. Ao mesmo tempo que disponibilizava infraestrutura para modernizar o território, o Estado passou a incentivar, utilizando diversos meios, inclusive, incentivos fiscais, mudanças na forma de o camponês se relacionar com a terra. A expansão do capitalismo no campo trouxe a necessidade imperiosa de superar a maneira como os camponeses produziam seu território, era preciso fazer com que eles estivessem propensos a adequar-se às novas propostas do capital em sua sanha por expandir seus tentáculos. Assim, procurava-se estimular a criação de uma mentalidade empreendedora nos camponeses, transformando-os em produtores integrados às grandes empresas. Contrariando essa lógica, Andrade (1995, p. 76), afirma que “modernizar não é apenas transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor. E na transformação para melhor o camponês deve ser não apenas objeto, mas sujeito dessa modernização”.

Nesse sentido, verificam-se dois elementos centrais na política de modernização do território: o primeiro deles é a tentativa de transformação dos agricultores camponeses em produtores capitalistas e, o segundo, a postura do Estado que assume o papel de promotor do grande capital, ao assegurar que a exploração dos perímetros irrigados fosse feita por grandes empresas. De acordo com Burzstyn (1985), a criação de projetos direcionados à pequena produção agrícola seria realizada pelo DNOCS enquanto que a exploração do Vale do rio São Francisco se daria por grandes empresas, sob o comando da CODEVASF.

Para a concretização do Plano Nacional de Irrigação, a medida adotada foi a criação de Perímetros Irrigados, projetos que utilizam as águas para irrigação das áreas a jusante dos grandes açudes. Os princípios e diretrizes para a implantação dos projetos de irrigação foram definidos pela Lei nº 6.662/79⁶⁰. A escolha das áreas onde seriam implantados os projetos públicos de irrigação geralmente levava em consideração outros elementos como a própria política de desenvolvimento regional/territorial.

A delimitação de um determinado espaço para implementar um projeto de irrigação já é uma política de desenvolvimento territorial, porque essa decisão ocasionará transformações profundas no território e, conseqüentemente, redefine suas formas e funções. Via de regra, estes espaços são inicialmente direcionados ao cultivo de produtos voltados para o consumo local e o fato de não serem necessários maiores gastos com a produção (insumos e máquinas, dentre outros) favorece a sua prática pelos pequenos irrigantes. Entretanto, há o interesse por parte do próprio Estado para que os irrigantes passem a cultivar lavouras mais

⁶⁰ A referida Lei foi complementada pelo Decreto 89.496/84, cujo conteúdo reforça o interesse social dos projetos públicos de irrigação. (COELHO NETO, 2006, p. 4).

competitivas e, no caso do Semiárido brasileiro, a produção frutícola passou a ocupar grandes áreas dos projetos de irrigação, muitos deles, sob o comando de empresas com poder aquisitivo para implementar as inovações tecnológicas capazes de atender às exigências e normas do mercado internacional. Desse modo, as transformações espaciais ocorridas em Livramento de Nossa Senhora BA), em decorrência da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, não ficaram restritas apenas ao espaço agrário, haja vista ter ocorrido um aumento significativo da população residente na cidade após a introdução da mangicultura nos anos de 1990. Conforme Santos (1994, p. 93) “nas áreas de agricultura moderna, as cidades são o ponto de interseção entre as verticalidades e horizontalidades [...]”

Considerando-se que o espaço e o território são constituídos pelos vários sujeitos que se apropriam dos recursos neles contidos e que eles são transformados de acordo com as necessidades desses sujeitos, é adequado e necessário analisar a presença no espaço e no território da contradição capital *versus* trabalho e suas territorialidades. As mudanças espaciais ocorridas em virtude da expansão da fruticultura no Semiárido nordestino têm conexões com a Política de Irrigação e com a modernização da agricultura, enquanto elementos para se pensar a gestão do território a partir da relação entre Estado e capital. Para Raffestin (1993),

[...] falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. [...]. Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

A definição do lugar a ser construído um projeto de irrigação diz muito sobre a concepção de desenvolvimento regional/territorial adotada pelo Estado, pois como afirma Raffestin (1993, p. 152) “[...] o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações.” São, portanto, as relações de poder que influenciarão na construção de “territórios modernos”, enquanto enclaves em regiões geralmente caracterizadas como bolsões de pobreza. A implantação de um perímetro irrigado se dá em etapas, como a construção de açude, a desapropriação das terras a serem ocupadas, a indenização das famílias, a construção de infraestrutura necessária à ocupação dos lotes, a subdivisão da terra em lotes e a escolha das famílias e/ou empresas que irão ocupá-los.

Os mecanismos criados pelo Estado para seleção dos seus possíveis beneficiários já constituem, num primeiro momento, um fator que exclui da lista dos beneficiados muitos

daqueles que foram expropriados para a implantação desses projetos de irrigação. Dentre os critérios utilizados para a seleção dos irrigantes, destacam-se idade, capacidade de trabalho, estado civil, alfabetização e conhecimento das práticas agrícolas. Muitos interessados em serem assentados nos projetos de irrigação se não são descartados durante o processo de desapropriação, acabam sendo eliminados durante as entrevistas com a comissão que faz a gestão do empreendimento. Outro aspecto relevante nesse processo de escolha de quem serão as famílias contempladas é a “saúde⁶¹” financeira dos candidatos aos lotes. O não reconhecimento às famílias desapropriadas, do direito a um lote é, no mínimo, contraditório, porque assim está se desconsiderando toda a sua tradição com o trabalho na agricultura. Esse é, sem dúvida, um momento delicado no processo de implantação dos projetos de irrigação, porque é, justamente, nessa etapa em que se materializa o favorecimento à territorialização do capital, por meio da “escolha” daqueles com maior poder econômico.

Pode-se dizer que a implantação de projetos de irrigação no Nordeste se constituiu num marco importante para a modernização da agricultura regional, pois com eles o Estado demonstrou efetivamente o desejo de viabilizar a atuação do grande capital no campo. Os perímetros irrigados geralmente desencadeiam significativas transformações no espaço agrário dos municípios nos quais se localizam, pois o Estado cria as condições favoráveis à territorialização do capital que, por sua vez, promove a expropriação, a subordinação dos agricultores camponeses à lógica de mercado e favorece a expansão do assalariamento no campo. Essa é uma realidade vivenciada em praticamente todo o Nordeste, inclusive na área pesquisada.

Sobre os possíveis ganhos sociais decorrentes da implantação de um perímetro irrigado, Bursztyn (1985) declara que,

[...] de maneira geral, um “perímetro” emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes de sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que as terras irrigáveis situadas a jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos escolhidos por um projeto não são, em geral, oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS. (BURSZTYN, 1985, p. 85, grifos do autor).

Na prática, a política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste pode ser apontada como a âncora da classe dominante local/regional que, por meio do poder central

⁶¹ Dentre os critérios utilizados para a seleção dos irrigantes está a condição financeira da família dos possíveis contemplados com os lotes, pois é de interesse dos órgãos gestores dos perímetros irrigados ter irrigantes com maior poder financeiro, de modo que estes sejam economicamente capazes de implementar as inovações tecnológicas necessárias à produção visando atender às exigências do mercado.

tornou possível a manutenção das estruturas “arcaicas” necessárias à continuação do seu domínio sobre a população. Considerando que o Estado passou, a partir do governo militar em 1964, a criar as áreas irrigadas como eixo central da política de desenvolvimento regional para o Nordeste, ele foi o responsável por criar o *locus* privilegiado para que as relações de mercado fossem disseminadas pelo território.

La verdad es que el apoyo al crédito y las inversiones del Estado permitieron el avance en el Nordeste. El papel del Estado al ofrecer el agua a bajo coste y en condiciones de ser utilizada por los agentes privados fue condición fundamental para su desarrollo. Estos se beneficiaron también de las investigaciones agronómicas específicas para los cultivos de regadío realizadas por los organismos do Estado, principalmente de las Empresas Brasileiras de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), así como de la mano de obra entrenada em los proyectos públicos. (GERMANI, 1993, 512).

Em Livramento de Nossa Senhora (BA), após a implantação do Projeto de Irrigação, verificou-se a instalação no município de escritórios locais de órgãos estatais, como da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Recentemente, foi estabelecida uma parceria entre a ADAB e a Biofábrica Moscamed Brasil⁶² com o propósito de desenvolver um programa de controle fitossanitário da praga mosca-da-fruta⁶³, um dos principais obstáculos para a exportação de frutas *in natura* de todo o mundo na atualidade para os mercados europeu e norte-americano.

Os projetos de irrigação foram fundamentais para a transformação do Semiárido nordestino em grandes “pomares”, voltados à produção de *commodities*. A criação de vários projetos de irrigação na década de 1970 demonstrou que, mesmo não resolvendo a questão fundiária no Nordeste, essa política continuou a ser utilizada como “minirreformas” agrárias.

Novas dinâmicas passam a caracterizar os polos de irrigação⁶⁴, que atuam como áreas de atração de investimentos nacionais e internacionais, interferindo sobretudo na organização social local. Na economia globalizada, os mais longínquos lugares acabam sendo interligados ao mercado global, às multinacionais, aos ditames do mercado financeiro. Porém, as mudanças não se restringem somente ao âmbito espacial, fazendo-se presentes na esfera do

⁶² Criada em 2002 pela EMBRAPA em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Moscamed Brasil é uma sociedade civil sem fins lucrativos localizada na cidade de Juazeiro (BA) que vem desenvolvendo ações voltadas ao combate de uma das principais pragas da fruticultura, a mosca-do-mediterrâneo (*ceratitis capitata*).

⁶³ O programa consiste na liberação de insetos machos estéreis na natureza para estabilizar a praga.

⁶⁴ Livramento de Nossa Senhora é o polo frutícola da mesorregião da Serra Geral.

trabalho, tanto no campo quanto na cidade, passando a predominar a lógica do assalariamento como a melhor alternativa para o trabalhador. Aos poucos, ou de repente, conforme o nível de inserção dos polos frutícolas à dinâmica do mercado, os camponeses vão tornando-se cada vez mais integrados a este processo, na medida em que são transformados em fornecedores de matéria-prima ou de mão-de-obra. Para Ianni (1999, p. 36), “a globalização destrói e recria, subordina e integra, subsumindo formal ou realmente as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho”.

Ganham relevo nos discursos político e midiático, o provável aumento do número de empregos, a dinamização e crescimento da economia local e a tão propalada distribuição de renda, discursos que vão sendo amplamente difundidos por produtores de manga e, até mesmo, pelos próprios trabalhadores, como sendo desdobramentos da implantação dos projetos de irrigação. Porém, os dados contradizem os discursos, pois em se tratando de Livramento de Nossa Senhora (BA), segundo dados do IBGE (2010), a incidência de pobreza atinge 39,22% da população. Essa realidade contraditória coloca a necessidade de se repensar os novos papéis assumidos pelos polos irrigados, ante ao processo de modernização do território, entendido como um conjunto de mudanças materiais (infraestrutura, uso de novas técnicas e tecnologias) bem como de transformações nas relações sociais, com a introdução de novos hábitos e costumes que interferem diretamente na forma de ocupação e reprodução do espaço.

2.3 A Política de Irrigação no Nordeste: considerações a partir da questão agrária na Bahia

O primeiro problema que se encontra na análise da política de irrigação desenvolvida no Nordeste é a questão fundiária. O acesso e a permanência na terra não foram proporcionados pelas ações desencadeadas pelos vários projetos destinados ao Nordeste, sob a tutela de órgãos federais, como a SUDENE, o DNOCS e a CODEVASF. Este não é, na perspectiva de Carvalho (1988), o único problema dessa política, muito embora o autor reconheça ser uma forma avançada de ver, na “questão do Nordeste”, a estrutura fundiária como uma das fontes do atraso do Semiárido.

A Política de Irrigação implantada no Nordeste semiárido foi inspirada no modelo norte-americano. Em virtude do sucesso obtido pelos norte-americanos com a irrigação no Vale do *Tennessee*, chegaria ao Brasil em 1943, a convite do governo, o norte-americano Morris L. Cooke, com a incumbência de realizar um estudo para examinar as potencialidades hídricas e a capacidade energética da Bacia do Rio São Francisco. O momento histórico

vivenciado pelo Brasil a partir da década de 1950 representava novas e promissoras possibilidades para que o país alcançasse um melhor patamar de desenvolvimento econômico e social. é neste contexto de transformações sócio-espaciais que se verifica a criação do Plano de Metas, que estabeleceu as propostas e o planejamento de todo um conjunto de obras com o propósito de modernizar o território nacional. Essas ações, voltadas para a reestruturação do território com a função de torná-lo mais fluído, coincidem com a Revolução Verde iniciada nos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial.

Embora a discussão sobre a necessidade de o governo solucionar o problema das secas date do período Colonial, somente no final dos anos 1970 esta preocupação adquiriu consistência por meio da criação de uma lei específica para tratar do assunto. A Lei nº 6.662/79, sancionada pelo então Presidente João Batista Figueiredo, estabeleceu as diretrizes para a Política Nacional de Irrigação. Essa Lei traz no Artigo 1º, § 1º, um de seus postulados básicos: “a preeminência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis.” O Decreto nº 89.496/84 reforçou o interesse social dos projetos públicos, com destaque para os critérios de seleção dos colonos e/ou irrigantes. Alguns dos critérios utilizados são objetivos enquanto outros são bastante subjetivos. De acordo com a Lei nº 6.662/79, dentre os critérios de seleção das famílias a serem contempladas com os lotes, pode-se mencionar: a) ter experiência com o trabalho na agricultura; b) idade inferior a 60 anos; c) maior número de filhos; d) não possuir outra propriedade; e) prioridade para os candidatos que já moravam na área desapropriada. Aqui já se verifica um problema, porque a escolha dos irrigantes ou “colonos” nem sempre ocorre de maneira clara, de modo a se saber se as decisões tomadas consideraram os parâmetros legais no decorrer do processo seletivo.

A agricultura irrigada na Região Nordeste assumiu papel de destaque no período do governo militar, acompanhando as ebulições políticas e econômicas vividas pelo país. De acordo com Andrade (2005),

[...] os projetos desenvolvidos pela SUDENE e pela CODEVASF, que a princípio se voltavam em benefícios dos pequenos agricultores e dos remanescentes indígenas que se organizariam em grupos de pequenos produtores, formando cooperativas, e estruturados em propriedades ou estabelecimentos familiares, foram transformados em projetos dependentes de empresas pertencentes a grupos econômicos da própria região ou da região Sudeste ou até mesmo internacionais. (ANDRADE, 2005, p. 271).

Desde então, a agricultura irrigada tem avançado sobre os vales, transformando as paisagens do Semiárido nordestino, formando diversos polos de desenvolvimento agrícola, baseados na produção frutícola, tais como Juazeiro (BA)/Petrolina (PE) e Livramento de

Nossa Senhora (BA). Essa realidade é contraditória porque as mudanças são só de ordem técnica e tecnológica, não alcançam as “velhas estruturas de dominação e exploração das camadas mais pobres pelas mais ricas.” (ANDRADE, 2005, p. 249). Assim, é possível afirmar que o Nordeste continua estagnado, pois a modernização conservadora pouco contribui para reduzir as desigualdades e injustiças sociais. Conforme Andrade (2005, p. 249), “[...] o desenvolvimento da tecnologia beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos desníveis sociais.” Ante a necessidade de atenuar os problemas sociais do Nordeste, o governo militar concentrou sua atuação na implantação da Política de Irrigação para o Nordeste mediante a atuação de órgãos como a CODEVASF e o DNOCS, em toda a área denominada de Polígono das Secas, que abrange desde os municípios no norte do estado de Minas Gerais até os municípios do norte do estado do Piauí.

O Polígono das Secas (Figura 5) compreende uma divisão fisiográfica da zona semiárida e engloba áreas que apresentam diferentes níveis de aridez e índices pluviométricos que não ultrapassam os 800mm ao ano, com precipitações concentradas, principalmente, entre os meses de novembro e fevereiro. O Polígono das Secas foi delimitado através da Lei nº 175, de 07/01/1936 e compreende áreas das sub-regiões do Sertão e Agreste, totalizando 892.309,4km². Recentemente, o Semiárido passou por um novo processo de delimitação feita pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 6 de março de 2004, passando a abranger 982.563km², totalizando 1.133 municípios dos estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Dos estados que compõem a Região Nordeste apenas o Maranhão não possui nenhum município incluído no Polígono das Secas. Essa caracterização teve como critérios: o Índice de Aridez de Thorntwaite de 1941, o Fator de Risco, as Unidades Geossistêmicas, a Isoieta de 800mm e a Percentagem de *Déficit* Diário Hídrico.

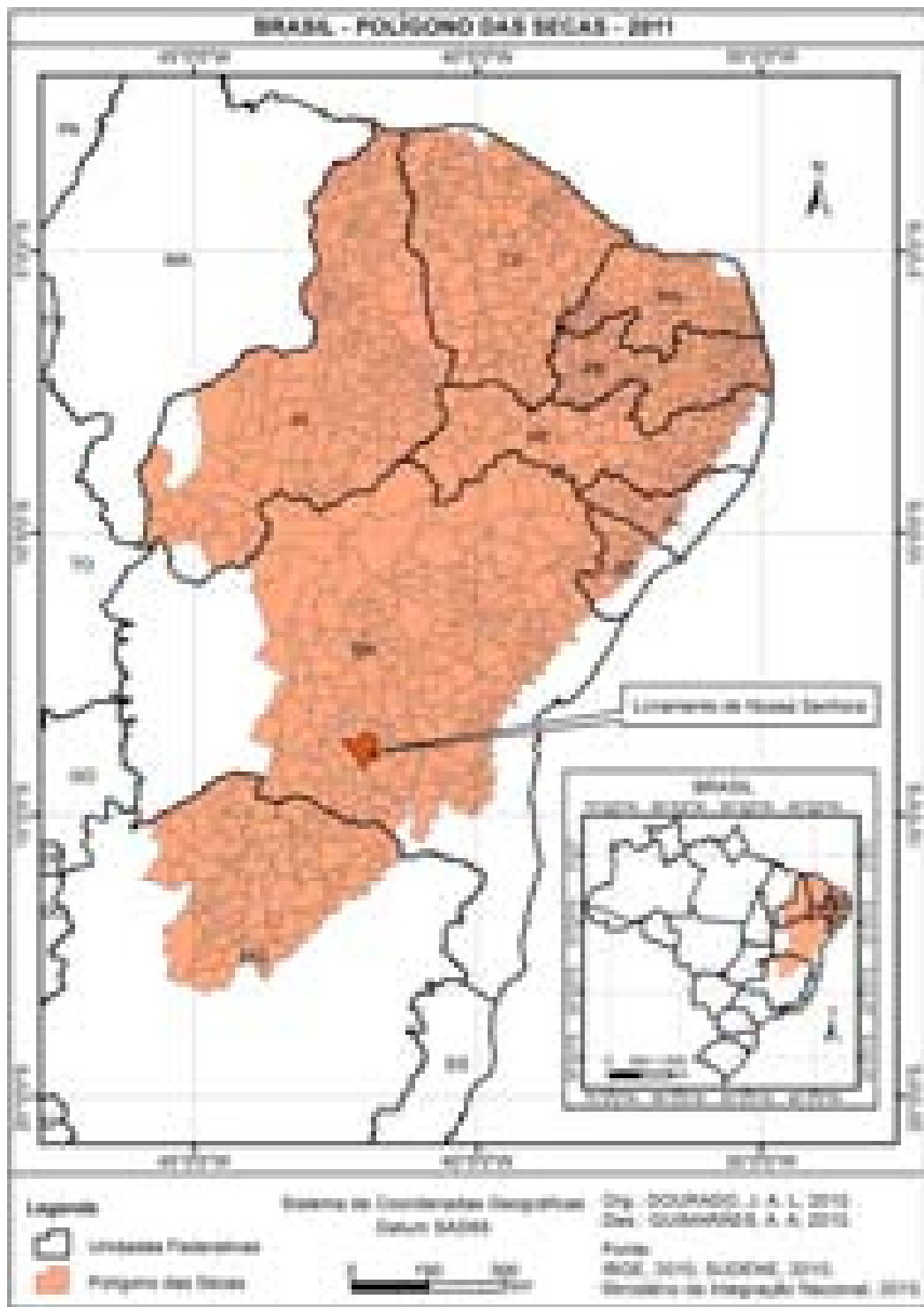


Figura 5 – Brasil - Polígono das Secas.
 Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).
 Elaboração: GUIMARAES, A. A.
 Fonte: IBGE, SUDENE, Ministério da Integração Nacional.

O Polígono das Secas (Figura 5) engloba a maior parte do território de alguns estados, como Piauí (95,96%), Ceará (97,83%), Rio Grande do Norte (96,41%), Pernambuco (78,38%), Bahia (61,39%) e, no caso da Paraíba, chega à sua totalidade. Os estados de Minas Gerais (51,19%), Sergipe (42,67%) e Alagoas (50,00%) são aqueles com as menores porcentagens de seus territórios pertencentes a essa divisão geográfica. Como o município de Livramento de Nossa Senhora (BA) encontra-se inserido no Polígono das Secas é comum, durante os meses de estiagem, ações por parte do Estado como a distribuição de água em caminhões-pipa para as populações que residem no campo, reforçando-se assim, em pleno século XXI, a política assistencialista fundamentada na troca de água por votos, pois “a água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos”. (RAFFESTIN, 1993, p. 231)

Considerando-se que a Região Nordeste compreende um total de 1.561.177,4km², tem-se a noção da gravidade dos problemas materializados nesse espaço geográfico. Apenas o Polígono das Secas representa aproximadamente um terço de toda a Região Nordeste. Inicialmente a criação dessa regionalização causou bastante polêmica porque, naquela época, alguns defendiam a inserção dos estados da Bahia e de Minas Gerais enquanto que outros combatiam essa proposta, por não considerá-la pertinente. Os dissídios em relação aos limites do que viria a ser denominado de “Polígono das Secas” revelam a disputa entre as oligarquias agrárias locais e regionais, porque a essa divisão geográfica estavam atrelados interesses políticos e econômicos, pois esta ocorre, justamente, a partir do paradoxo expresso pelo declínio do Nordeste açucareiro e pela ascensão do Nordeste algodoeiro-pecuário financiado com recursos ingleses, segundo Medeiros Filho e Souza (1988). Trata-se, historicamente, de uma área densamente povoada e conhecida pelos discursos políticos que procuram transformar as mazelas sociais, decorrentes de séculos de exploração e dominação pelas oligarquias agrárias, em consequência direta das secas.

Com fortes desigualdades sociais, o Polígono das Secas é caracterizado pela ocorrência de “bolsões de pobreza”, nos quais são registrados elevados índices de desemprego, baixa escolaridade e intensa mobilidade populacional em busca de trabalho. São áreas historicamente dispensoras de mão-de-obra para a Região Centro-Sul do país. A forte mobilidade dos trabalhadores do Semiárido nordestino para as regiões produtoras de cana-de-açúcar demonstra as contradições que perpassam o campo na Região Nordeste, onde, mesmo tendo a terra, muitos camponeses não conseguem produzir por falta de políticas de incentivo

que lhes proporcionem a possibilidade de permanecerem na terra e dela retirarem o seu sustento. No próprio município de Livramento de Nossa Senhora (BA) verifica-se a ocorrência de um intenso processo de migração⁶⁵ sazonal de camponeses, *trabalhadores da terra* e trabalhadores urbanos residentes em bairros periféricos como Benito Gama e Taquari para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, onde são empregados basicamente no plantio e corte da cana e na colheita de laranja.

Muitos municípios localizados no Polígono das Secas têm passado por significativas transformações espaciais, em virtude da implantação de uma agricultura empresarial centrada no agronegócio da fruticultura irrigada. Especificamente no caso da Bahia, tanto a SUDENE quanto o DNOCS e a CODEVASF, principalmente a partir da década de 1970, implantaram vários Projetos de Irrigação em municípios baianos, como Livramento de Nossa Senhora, Correntina, Bom Jesus da Lapa, Santo Antônio do Coribe e Juazeiro. (Figura 6).

⁶⁵ Durante os meses de fevereiro, março e abril registrou-se da saída de vários ônibus de municípios como Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Rio do Antônio, Caculé e Caetité, levando camponeses e trabalhadores da terra para as regiões produtoras de cana-de-açúcar do Centro-Sul do país. Geralmente estes sujeitos são recrutados por meio de agenciadores, conhecidos como “gatos”, cuja função é “arranjar” mão-de-obra para o trabalho nos canaviais. Em alguns casos, os agenciadores adotam a prática de recolher a carteira de trabalho dos camponeses e trabalhadores da terra como uma forma de obrigá-los e/ou impedi-los de serem contratados por outra usina. Os trabalhadores sertanejos geralmente ficam empregados nos canaviais de março a novembro, quando retornam à sua terra trazendo consigo os “frutos” de seu trabalho, sendo comum na bagagem os aparelhos de TV, de DVD, celular e a cobiçada moto “Honda Titan”. Assim, é muito comum os casais ficarem separados durante a maior parte do ano, sendo as esposas conhecidas como as “viúvas da cana” já que ficam sem a presença de seus cônjuges durante 8 a 9 meses, que buscam na lavoura de cana melhores condições de vida.

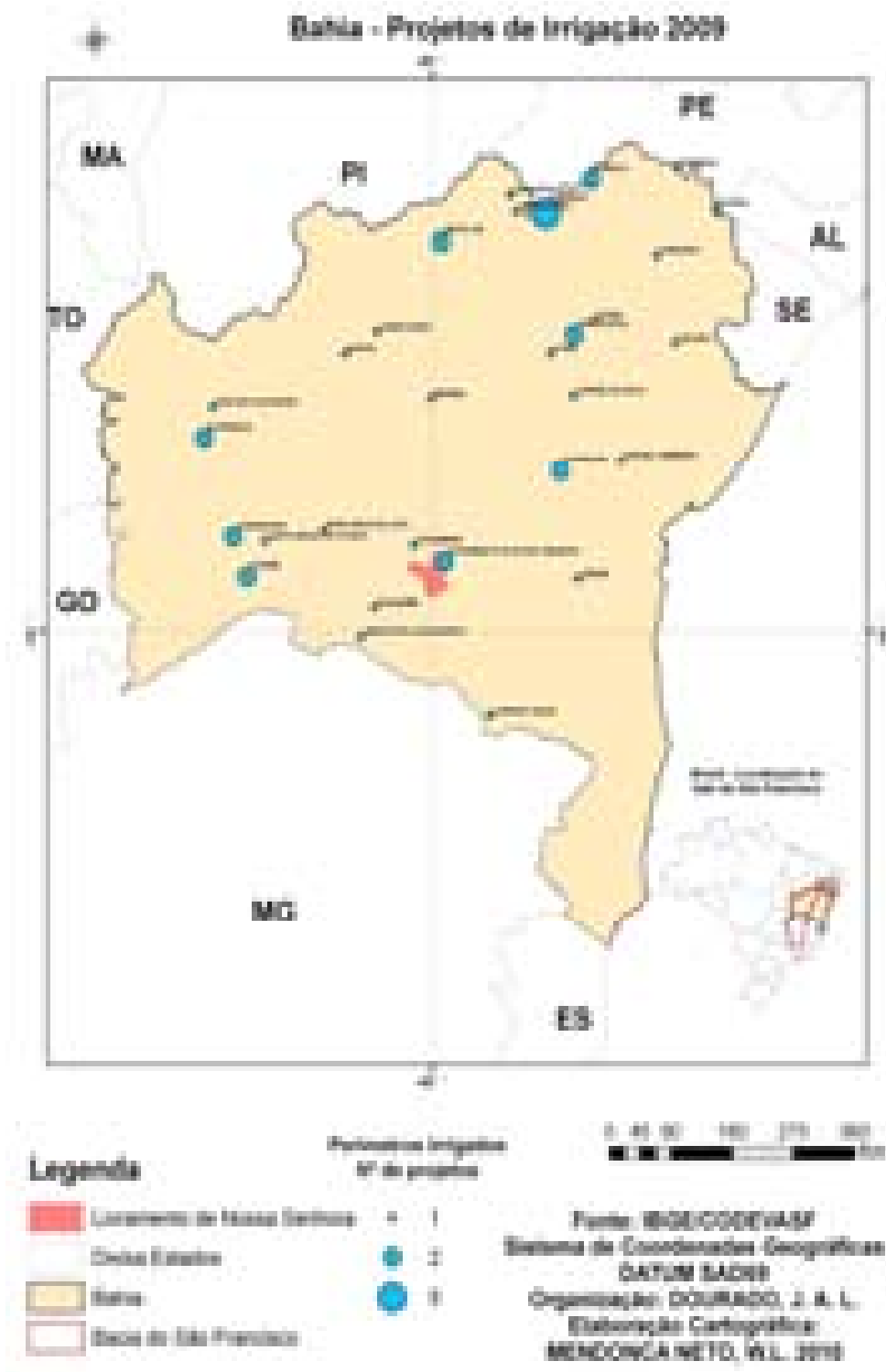


Figura 6 – Bahia – Projetos de Irrigação 2009
 Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).
 Elaboração Cartográfica: MENDONÇA NETO, W. L.
 Fonte: IBGE/CODEVASF Sistema de Coordenadas Geográficas DATAM SAD69

Os polos frutícolas abastecem os mercados do Centro-Sul do Brasil e, também, o mercado externo, como é o caso de Juazeiro (BA) e Livramento de Nossa Senhora (BA). Dentre as lavouras de maior destaque, desenvolvidas nos moldes empresariais, estão as de manga, banana e uva, e entre as menos expressivas, as de limão Taiti e goiaba⁶⁶. No tocante às lavouras voltadas para o consumo interno verifica-se que estas ocupam áreas pouco significativas, como é o caso do Projeto Ceraíma, localizado no município de Guanambi, Médio São Francisco, com 5% da área ocupada com lavouras temporárias; do Projeto Barreiras Norte, localizado no município de Barreiras, região Oeste da Bahia, com 7%, do Projeto Mirorós, localizado no Médio São Francisco, com 4% e o Projeto Formoso, localizado em Bom Jesus da Lapa, região do Médio São Francisco, com 12%. Diferentemente dos projetos de irrigação citados, o Projeto Mandacaru possui 53% de sua área ocupada com lavouras temporárias.

Pode-se considerar “invenção” essa “regionalização” apenas a partir da perspectiva geo-ambiental, por se entender que as particularidades desta fração da Região Nordeste transbordam os aspectos físicos. Assim, essa regionalização está, de fato, sustentada por fortes interesses político-ideológicos e econômicos. Essa delimitação geo-ambiental traz arraigada em si a proposta de um “Novo Nordeste” para fins de intervenção estatal. Tem-se o forjamento ideológico da “região-doente” a ser blindada contra as imposições da seca. Sobre essa questão, Haesbaert (1997) faz a seguinte afirmação,

[...] a intervenção do Estado, primeiro através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) - criado com funções nacionais, mas que acabou praticamente vinculado ao Nordeste - e depois via Sudene, corroborou essa imagem e até mesmo construiu, pode-se dizer assim, pelo menos no nível geográfico, um novo Nordeste cujo “coração” passou a ser o Polígono das Secas (incluindo o centro-norte de Minas Gerais), incorporando ainda toda a Bahia e se estendendo do norte até o Estado do Maranhão. (HAESBAERT, 1997, p. 79, grifos do autor).

Antes dessa regionalização, o Semiárido nordestino tinha a função de área produtora de gado⁶⁷ para suprir as demandas da região litorânea, tendo em vista que as terras mais férteis estavam ocupadas fundamentalmente com as lavouras de cana voltadas à produção de açúcar para o mercado externo. Assim, o Semiárido foi considerado uma região

⁶⁶ Fonte: CODEVASF. Disponível em <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados>. Acessado em: 08/11/2010.

⁶⁷ O Semiárido era conhecido como a “Sociedade do Couro” devido à importância que a criação de gado assumiu nesta fração do território nordestino. O couro foi por muito tempo utilizado pela sociedade local como matéria-prima básica para a fabricação de diversos produtos, desde assentos para cadeiras, a malas e coletes, entre outros.

adequada para a criação extensiva de gado, já que suas terras não apresentavam maiores atrativos para as culturas valorizadas no mercado nacional e internacional. Segundo Castro (1984, p. 188), “[...] a inexistência das minas no sertão nordestino e a pouca serventia das suas terras para a agricultura de grande rendimento, como se praticava na zona da mata, cedo desviou a atividade do colono sertanejo para a pecuária.”

Aqui está materializada uma dualidade: o Nordeste açucareiro “moderno” e o Nordeste pecuário “atrasado” que, embora possuíssem divergências políticas e sociais, acabavam por se complementarem economicamente. É nessa faixa de terra localizada entre a Zona da Mata e o Agreste que está, segundo Andrade (2005, p. 38), “[...] o Nordeste da pequena propriedade e da policultura.” Especialmente neste contexto, o Semiárido assumiu a função de área produtora de alimentos, mediante a relação de parceria estabelecida entre latifundiários e camponeses/*trabalhadores da terra* sob a forma de parceria e meação, ou por meio da quarta, contrato firmado entre os proprietários dos rebanhos bovinos e terras e os vaqueiros responsáveis por cuidar dos animais e plantar lavouras.

Desta forma, os camponeses podiam trabalhar nos momentos em que não estivessem ocupados em tarefas a mando do senhor das terras. Essa realidade muito interessava aos fazendeiros da Zona da Mata, pouco preocupados em destinar parcelas de suas terras para a produção de alimentos, pois suas atividades agrícolas estavam voltadas para a acumulação de capital. Segundo Luxemburgo (1988, p. 63), “[...] a acumulação capitalista é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se”.

É também nessa faixa territorial que se concentram as ações da Política de Irrigação do Nordeste desenvolvidas pelos órgãos estatais, CODEVASF e DNOCS. Para Andrade (2004, p. 76) “[...] a modernidade e a modernização não devem ser encaradas apenas como opções de uma maior utilização tecnológica em benefício de grupos econômicos e sociais, mas, [...], oferecer à população melhores condições de vida.” A criação das condições de infraestrutura pelo Estado através da implantação de projetos de irrigação (Figura 7) tem favorecido, sobretudo, a valorização das terras que compreendem as áreas onde serão localizados esses empreendimentos.

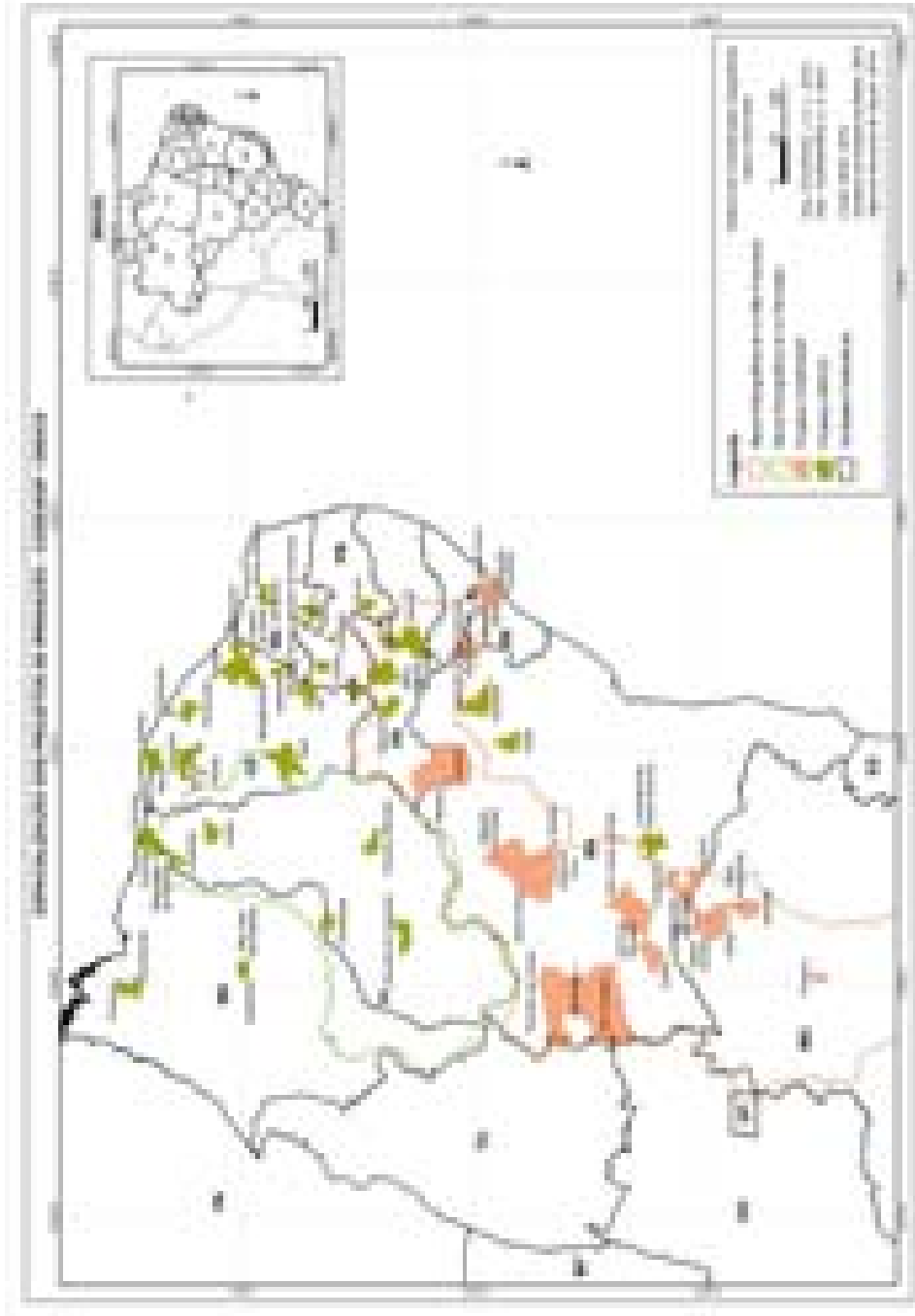


Figura 7– Espacialização dos projetos de Irrigação – CODEVAF/DNOC
 Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).
 Designer: GUIMARÃES, A. A., 2010
 Fonte: IBGE, 2010

Embora a implantação de Projetos de Irrigação seja colocada, principalmente pelo Estado, como imprescindível para o desenvolvimento econômico da região (Quadro 2), importa evidenciar as inquietações daqueles que foram/serão, de algum modo, afetados pelo empreendimento. Os baixos valores pagos pelas indenizações e o não assentamento dos antigos proprietários na área dos perímetros irrigados são apenas alguns dos motivos de insatisfação por parte das milhares de famílias desapropriadas pela construção destas obras.

Quadro 2 - Distribuição dos Perímetros Irrigados sob a jurisdição do DNOCS no Polígono das Secas

Estados	Quantidade de projetos de irrigação
Alagoas	-
Bahia	3
Ceará	11
Minas Gerais	-
Paraíba	3
Pernambuco	4
Piauí	4
Rio Grande do Norte	5
Sergipe	-

Fonte: DNOCS, 2010.

Org.: DOURADO, J. A. L., 2010.

De acordo com informações do DNOCS, os investimentos deste órgão no Semiárido são da ordem de US\$ 20 bilhões em valores atualizados⁶⁸ até o ano de 2009, recursos gastos, principalmente, com a construção de açudes públicos e implantação de perímetros irrigados em quase todos os estados do Nordeste, com exceção do Maranhão. Sob responsabilidade desse órgão está a coordenação de 30 projetos de irrigação⁶⁹, num total de 123.568ha irrigáveis e 99.715ha de terras de sequeiro. O estado que concentra a maior quantidade de projetos de irrigação sob a coordenação do DNOCS é o Ceará que, por sinal, é onde se encontra a sede administrativa deste órgão. Esse fenômeno se explica pelo fato deste estado ser o centro das decisões políticas no Nordeste brasileiro, o que demonstra a cooptação do Estado pelas oligarquias agrárias locais/regionais, muitas vezes consolidadas no poder

⁶⁸ Informação retirada de cartaz informativo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas exposto no mural informativo do escritório local do DNOCS em Livramento de Nossa Senhora durante visita em fevereiro de 2010.

⁶⁹ Dado informado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), referente ao ano de 2007.

através dos cargos políticos.

Quadro 3 - Perímetros Irrigados implantados sob a coordenação da CODEVASF

Projeto	Localização	Ano de implantação	Área total (hectares)
Tourão	BA	1979	13.662
Senadro Nilo Coelho	BA/PE	1984	18.858
São Desidério/Barreiras Sul	BA	1978	2.238
Propriá	SE	1976	1.177
Pirapora	MG	1979	1.236
Nupeba	BA	1997	3318
Riacho Grande	BA	1997	1629
Mirorós	BA	1996	2.703
Maniçoba	BA	1980	5.031
Mandacaru	BA	1971	419
Lagoa Grande	MG	1988	1.538
Jaíba ⁷⁰	MG	1975	44.021 (etapas I e II)
Itiúba	AL	1976	894
Gorutuba	MG	1978	5.286
Formoso A	BA	1990	7961
Formoso H	BA	1990	4597
Piloto Formoso	BA	1978	528
Estreito I e III	BA	2004	Estreito I/III: 2.099
Estreito IV:	BA	2004	5884
Curaçá	BA	1980	4.366
Cotiguiba/Pindorama	SE	1982	2.237
Ceraíma	BA	1973	408
Boacica	AL	1984	3.334
Betume	SE	1978	2.865
Bebedouro	SE	1968	2.091
Barreiras do Norte	BA	1999	2.093
Salitre ⁷¹	BA	-	67.100
Total (ha)	704.178		

Fonte: CODEVASF. Informações referentes ao ano de 2007.

Organização: DOURADO, J. A. L.; 2010

⁷⁰ Estão em fase de implantação os projetos Jaiba III e IV, também em Minas Gerais.

⁷¹ O Projeto Salitre ainda não opera em sua capacidade máxima, pois faltam ser concluídas algumas obras, como o sistema de adutoras. A obra foi suspensa por vários períodos entre janeiro de 2001 e janeiro de 2004 por falta de recursos. A conclusão da primeira etapa das obras deu-se em setembro de 2004. Em 2007 a obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento e retomada.

No tocante à CODEVASF, sua área de atuação compreende um total de 970.000km², entre os vales do Rio São Francisco e do rio Parnaíba, abrangendo municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Piauí. São 27 projetos de irrigação⁷² em operação e mais 13 em fase de implantação, distribuídos em sete Superintendências Regionais, sendo que a 7ª Superintendência Regional foi criada em 2007, com sede em Teresina (PI). Na tabela 3 é possível verificar informações dos projetos implantados pela CODEVASF.

De acordo com a quadro 3, dos 27 projetos de irrigação existentes no Vale do São Francisco, 17 estão localizados no estado da Bahia, perfazendo um total de 197.543ha cultivados, tendo como base a fruticultura, a aquicultura, a produção de vinho, a pecuária de corte e, mais recentemente, a produção de cana-de-açúcar e de soja⁷³. Segundo a CODEVASF, há a predominância das culturas permanentes, cujo índice é de 68% da área cultivada. Os projetos de irrigação implantados pela CODEVASF (Figura 5) estão localizados em sua maioria no Médio São Francisco, Submédio São Francisco e Baixo São Francisco, com destaque para o município de Juazeiro (BA), onde estão localizados cinco destes empreendimentos.

A política de desenvolvimento territorial executada através da criação dos projetos de irrigação na Região Nordeste não tem conseguido ultrapassar a simples amenização das desigualdades sócio-espaciais, embora tenham, em casos específicos, como em Juazeiro (BA)/Petrolina (PE) e Livramento de Nossa Senhora (BA), transformado estes municípios em polos frutícolas totalmente inseridos na lógica da produção globalizada. Tratam-se de medidas parciais e paliativas porque a sua capacidade de geração de emprego e renda geralmente fica restrita aos lotes, haja vista não existir uma política de integração das atividades agrícolas desenvolvidas nos projetos de irrigação com as práticas agrícolas locais, nem mudança na estrutura fundiária porque ainda que os lotes para irrigação não sejam grandes a produção neles requer muitos recursos, a que os *camponeses caatingueiros*, trabalhadores da terra, não têm acesso. Por isso, como em todo o Brasil essa modernização é conservadora e dolorosa. Esse pensamento é corroborado por Bloch (1996) para quem

⁷² Destaca-se a imprecisão quanto ao número exato dos projetos de irrigação em operação sob a coordenação da CODEVASF, pois, nos documentos fornecidos por este órgão para consulta, os números apresentaram discrepância; num Relatório de Produção das Superintendências Regionais consta uma relação de 38 projetos de irrigação.

⁷³ Informações retiradas do relatório disponibilizado pela CODEVASF.

[...] o processo “conservador” da modernização agrícola faz com que a terra continue monopolizada por poucos, enquanto a maioria se vê impelida a migrar ou a se tornar assalariada em condições extremamente precárias. A irrigação no Nordeste não foge à regra: as tentativas (tímidas, mal conduzidas e geralmente fracassadas) de pôr alguns lotes nas mãos de colonos não souberam substituir um amplo processo de redistribuição da terra. (BLOCH, 1996, p. 83).

A expansão dos projetos de irrigação na Região Nordeste, implantados pelo Estado, ocorre em um momento de transformações no campo brasileiro, devido ao processo de modernização da agricultura, iniciado já na década de 1960, no Sul do país e cujo avanço para as demais regiões foi verificado a partir da década de 1970 (Centro-Oeste) e 1980 (Nordeste), havendo, pois, a intenção desses projetos estatais de atender aos interesses externos. Essa integração entre o Estado e o capital no pós-1945 é enfatizada por Mesquita (1993, p. 18, grifos da autora) quando menciona que “a política econômica brasileira a partir de 1950 já propiciava a expansão dos interesses dos grupos criadores da Revolução Verde, cujos canais de implantação foram os programas Aliança para o progresso⁷⁴ e Alimentos para a paz⁷⁵”. Com os projetos de irrigação, veio o agronegócio, inserindo estes lugares no contexto da economia globalizada. Estas ações são caracterizadas por processos de desterritorialização-reterritorialização dos agricultores camponeses e, em contrapartida, a concentração de terras, a ampliação da exploração de mão-de-obra assalariada e alterações significativas na dinâmica espacial dos lugares.

Outra leitura dos projetos de irrigação permite destacar os significativos impactos sociais e econômicos decorrentes desses empreendimentos para os municípios onde são implantados, pois esses lugares passam por profundas mudanças em virtude dos novos direcionamentos adotados para a produção agrícola local. Dentre os impactos, pode-se mencionar a intensificação do fluxo migratório campo-cidade e cidade-campo, com um consequente aumento da população urbana, quando os projetos de irrigação ficam próximos ao centro urbano, como se verifica em Juazeiro (BA) e em Petrolina (PE), a expulsão de camponeses de suas terras e desagregação da produção tradicional familiar existente nas áreas

⁷⁴ Com o crescimento da influência do socialismo em Cuba na década de 1960, houve o recrudescimento por parte do governo norte-americano, que firmou, durante a Conferência da Organização dos Estados Americanos em Punta del Este, Uruguay em 1961, o Tratado da Aliança para o Progresso. Seu objetivo era criar na América Latina zonas de comércio livre e mercado comuns. Consta nas ações deste programa o envio ao Brasil, mais especificamente à Região Nordeste, de militares norte-americanos disfarçados de comerciantes, religiosos e empresários para combater os movimentos sociais em ebulição como é o caso das Ligas Camponesas.

⁷⁵ Quando a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) foi criada em 1946, no final da Segunda Guerra Mundial, acreditava-se que o aumento da produção de alimentos seria fundamental para evitar o surgimento de conflitos. Nesse sentido, havia a associação da produção de alimentos à manutenção da paz, através da ideia de segurança alimentar.

desapropriadas por conta da inserção da agricultura empresarial.

Fundamentadas no incentivo ao agronegócio, as ações do Estado criam “territórios modernos”, nos quais o acesso à terra se transforma em uma questão demagógica, formal e, mesmo, populista, tendo em vista as poucas condições da maioria dos camponeses assentados de se manterem nas terras por conta da escassez de recursos financeiros para desenvolver as lavouras. Em Livramento de Nossa Senhora (BA), a agricultura irrigada desenvolvida a aproximadamente 200 anos pelas populações que viviam no Vale do Rio Brumado sofreu bruscas mudanças devido à implantação do Projeto de Irrigação pelo DNOCS, pois as tradicionais culturas para o autossustento foram substituídas pela monocultura de manga, inserindo o município na nova divisão internacional do trabalho.

2.4 Eis que surge um oásis na Caatinga: o projeto de irrigação e a modernização da agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA)

Quando os apologistas da implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA) produziram, por meio do discurso e da força política, a cegueira acerca dos reais interesses que motivaram a execução deste empreendimento, o que se pretendia era promover, dentro dos “parâmetros legais”, o desenraizamento do camponês para possibilitar a introdução de um novo modelo de agricultura, no qual fosse possível ao capital produzir mais em menos tempo e com menor custo. Para atender a tal propósito, “o capital investe em tecnologia, maquinaria, organiza o trabalho de forma mais eficiente, enfim, moderniza os meios de produção para ser competitivo no mercado”. (MENEZES, 2007, p. 3, grifo do autor).

Como as práticas agrícolas ali desenvolvidas já possuíam uma tradição secular, era, até certo ponto, previsível a existência por parte dos agricultores camponeses de um forte apelo a resistirem às possíveis mudanças na sua maneira de produzir. Aqui reside um aspecto fundante para a análise dos propósitos da ação do Estado, via DNOCS, naquele município. Diante da urgência do capital em substituir o tradicional modelo agrícola pelas modernas técnicas e tecnologias aplicadas à agricultura de base empresarial, havia a necessidade de se criarem mecanismos para tornar esse processo de expropriação aparentemente menos agressivo, possível aos olhos da sociedade local.

Nas ações do Estado e do capital em Livramento de Nossa Senhora (BA), são verificadas três estratégias criadas e colocadas em prática para possibilitar as condições

adequadas à territorialização do agronegócio. Primeira: desterritorializar o camponês, em nome do “progresso”, justificativa para a execução do empreendimento. O que se verifica é que a política de irrigação implantada neste município deu-se de “cima para baixo”, sem que os seus prováveis atingidos pudessem participar ativamente do processo. Nesse sentido, percebe-se que os projetos desenvolvimentistas colocados em prática pelo Estado em parceria com o grande capital desconsideraram por completo a existência dos sujeitos historicamente territorializados nos espaços, impondo-lhes medidas restritivas e/ou delimitando a sua capacidade de atuação, e, por isso, transformando profundamente seu modo de vida. Segundo: tornar os custos com o cultivo das lavouras para o autoconsumo insustentáveis, devido aos processos burocráticos como o pagamento de taxa à Cooperativa do DNOCS (10% da produção) e as imposições quanto aos cultivos a serem praticados. Por fim, a terceira estratégia foi o entrelaçamento destes fatores acabaria por expulsar, de forma “natural” o camponês da terra, sem eliminá-lo do processo produtivo, já que este deveria assumir a sua nova função na lógica do agronegócio, ou seja, a de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

Em 1973, o Ministério do Interior, por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e em parceria com a COBA (Consultores para Obras, Barragens e Planejamento) e com a ERN (Engenharia de Recursos Naturais, S. A.), realizou um estudo para verificar a viabilidade de investimentos no aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Rio de Contas. Intitulado “Estudo de viabilidade técnico-econômica de aproveitamento hidroagrícola e hidroenergético da Bacia do Rio de Contas”, o relatório apresentou, de maneira sucinta e descritiva, os benefícios econômico-sociais resultantes do aproveitamento e ocupação das zonas de características favoráveis à agricultura irrigada da Bacia do Rio de Contas, cuja área total é de 55.500km². O estudo referiu-se à parte bacia daquele rio, uma área aproximada de 39.500 km²⁷⁶, localizada na Chapada Diamantina e com os seguintes aspectos geomorfológicos: vales e baixadas aluviais, pediplanos e pedimentos recentes a subrecentes, chapadas e remanescentes de superfícies antigas e encostas montanhosas, escarpadas e inselbergues.

Dentre os resultados deste estudo, destacam-se as análises dos sistemas de ocupação da terra que permitiram identificar três grandes grupos: a) cultivos em solos úmidos, com arroz e/ou cana-de-açúcar dominantes; b) produção pecuária centrada em pastos cultivados e; c) produção agrícola de sequeiro com três tipos de exploração: pecuária de

⁷⁶ Informações fornecidas pelo Estudo de viabilidade técnico-econômica de aproveitamento hidroagrícola e hidroenergético da bacia do Rio das Contas, realizado pelo DNOCS em 1973.

campos extensivos, cultivos industriais, como mamona e algodão e cultivos de subsistência⁷⁷, como mandioca, milho e feijão.

Das 43 áreas selecionadas pelo estudo, por disporem de condições favoráveis à implantação de perímetros irrigados, duas estavam localizadas em Livramento de Nossa Senhora (BA) (São Timóteo e Itanagé) e uma no município de Rio de Contas. Como desdobramento deste estudo, deu-se a construção da barragem Luís Vieira, no Rio Brumado, localizada no município de Rio de Contas, a 5km do perímetro urbano, concluída em 1982. O projeto de construção dessa barragem já havia sido cogitado e rejeitado por volta de 1967, sem maiores explicações por parte do Ministério do Interior.

Ianni (1981, p. 15) chama a atenção para o fato de que, no período ditatorial, “[...] todas as questões econômicas, políticas, e sociais da sociedade são focalizadas pelos governantes e seus funcionários, à revelia do povo, das classes assalariadas, em geral, e do proletariado e campesinato, em especial.” Durante o governo militar muitos foram os esforços empenhados para possibilitar a expansão do capitalismo no campo, uma das ações adotadas para efetivar o planejamento estatal que invadiu todas as esferas da sociedade. Este foi um momento histórico caracterizado pela execução de vários projetos na Região Nordeste financiados com a ajuda de órgãos internacionais como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nos diferentes setores da economia, envolvendo outras esferas, inclusive a educação⁷⁸. De acordo com Sorj (1986, 99) “[...] as políticas orientaram-se no sentido de subsidiar o capital que se dirigiu ao Nordeste, de forma a transformá-lo numa área de valorização do capital monopolista”. Os projetos desenvolvimentistas propostos pelo Estado e em consonância com o capital criaram novas funcionalidades para o Nordeste semiárido, sendo que frações do território assumiram feições de modernização em meio a uma estrutura de dominação político-econômica arcaica e tradicional.

Iniciada em 1976, a implantação do projeto de irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA) foi parcialmente financiada com recursos estrangeiros, mais especificamente, com a ajuda financeira do Banco da Alemanha (SANTOS, 2009, p. 26). Durante o período militar, o governo captou recursos externos para viabilizar a campanha imperialista do

⁷⁷ Embora o pesquisador não concorde com a utilização deste termo, por entender que este traz em si um forte apelo político e ideológico que deprecia o modo de vida camponês, optou-se por mantê-lo, pois é assim que o documento elaborado pelo Ministério do Interior faz menção à agricultura camponesa voltada para a produção de alimentos para o autoconsumo.

⁷⁸ Um exemplo da associação do Governo Militar e o norte-americano durante o período militar é o Acordo MEC/USAID que ditava as diretrizes para o ensino no Brasil.

“milagre brasileiro”, da construção do “Brasil Potência” pelas vias da modernização. Os interesses do Estado, ao incentivar a criação de projetos de irrigação no Nordeste, tornaram-se muito evidentes, pois, de acordo com Sorj (1986),

[...] após o golpe de 1964, o Estado autoritário manteve o pacto entre o capital urbano e a propriedade rural da terra. [...]. Embora a manutenção das condições necessárias à reprodução ampliada de capital industrial urbano haja colaborado claramente para uma continuidade essencial nas políticas brasileiras de desenvolvimento agrícola do pós-guerra, foco desta estratégia, no final dos anos 60, deslocou-se, gradual mas incisivamente da ocupação de fronteiras para a capitalização do processo de produção rural, via políticas de investimentos subsidiadas pelo Estado, principalmente através de programas de crédito rural . (SORJ, 1986, p. 151).

Embora a criação de projetos de irrigação fosse, de certa forma, um incômodo para a oligarquia algodoeiro-pecuária, receosa quanto aos desdobramentos destas obras, o Estado passou a investir no pós-1970, sistematicamente, em empreendimentos dessa natureza, pois os considerava fundamentais para sustentar a política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste brasileiro, principalmente no tocante à contenção da forte migração interna da população da faixa semiárida. Na verdade, a oligarquia algodoeiro-pecuária temia que os projetos de irrigação promovessem melhorias sociais significativas para os camponeses e trabalhadores sem terra, historicamente subjugados ao seu poder, tornando-os política e economicamente independentes. Se isso ocorresse de fato, muitos privilégios até então perpetuados seriam extintos, rompendo assim com a dominação política e com os quatro séculos de latifúndio (GUIMARÃES, 1989), que se arrastam desde o período colonial.

A implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA) foi repleta de controvérsias, incertezas e financeiramente dispendiosa, com gastos em infraestrutura da ordem de Cr\$ 200 milhões, em sua fase inicial, saltando para Cr\$ 893 milhões, em função das várias interrupções da obra, segundo cálculos feitos pelo próprio DNOCS, em 1979.

O atraso nas obras acabou gerando um descrédito por parte da população local em relação ao DNOCS, pois, do início das discussões até a execução da obra, passaram-se 25 anos. Segundo relato do Sr. A. O.⁷⁹: “o tempo que levou a barragem para construir, levou também para medir o terreno e desapropriar. [...] é hoje, é amanhã, e ficou naquela. [...] só projeto... projeto, até quando saiu a desapropriação e depois a barragem”. Vê-se que o tempo dos projetos desenvolvimentistas é, também, o tempo das incertezas, da insegurança, pois

⁷⁹ Camponês expropriado.

estando à margem das discussões, restava às populações a serem afetadas pelos empreendimentos apenas a espera angustiante pelo desenrolar dos acontecimentos.

Em um levantamento cadastral para desapropriação feito pela empresa LASA Engenharia e Prospecção S. A., a pedido do DNOCS em 1977, foram cadastradas 744 propriedades, totalizando 205 famílias. Porém, em reportagem publicada pelo Jornal A Tarde⁸⁰ foi mencionado um número muito maior de famílias moradoras⁸¹ nas propriedades, quantidade essa levantada, segundo a reportagem, pelo próprio DNOCS, totalizando aproximadamente 1.400 famílias (1.300 famílias de camponeses posseiros e meeiros e 100 famílias de proprietários efetivos). A divergência em relação ao número de famílias a serem desapropriadas demonstra a fragilidade das informações, cujo intuito pode ser sido o de escamotear os dados para reduzir as indenizações e minimizar as possíveis oposições quanto à implantação do projeto de irrigação.

Por essa razão, buscou-se levantar dados que pudessem comprovar a veracidade das informações e, para tanto, recorreu-se aos arquivos de documentação de terras do Fórum Municipal de Livramento de Nossa Senhora (BA) para verificar se a quantidade de famílias realmente desapropriadas é compatível com a informada pelo DNOCS. Nos registros do Fórum Municipal constam apenas a documentação referente às indenizações e transferências das terras para o DNOCS de 81 famílias, quantia essa equivalente a 95 propriedades. A discrepância existente entre os dados oficialmente apresentados pelo órgão executor da obra, o DNOCS, e a documentação de transferência das terras existente no Fórum local demonstra quão falho e controverso foi o processo de implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA).

Analisando a implantação dos perímetros irrigados no Nordeste, Bursztyn (1985) descreveu as etapas desse processo, no qual,

[...] o DNOCS desapropria as terras irrigáveis das imediações dos açudes; em seguida, são executados trabalhos de sistematização da solo, de construção de canais de irrigação e da rede de drenagem; uma vez feito isso, a terra é subdividida em lotes. [...] O passo seguinte, e talvez o mais complicado, é o da escolha das famílias que deverão ocupar os lotes irrigados. (BURSZTYN, 1985, p. 81).

⁸⁰ Reportagem publicada em 19/06/1980.

⁸¹ Muitos proprietários de terras no vale do Rio Brumado utilizavam relações não capitalistas de produção, como a parceria, a meação em suas fazendas. Assim, era comum o proprietário exercer apenas a função de administrador da fazenda, ao passo que toda a produção agrícola era realizada pelos agregados, que dividiam o seu tempo entre o trabalho nas lavouras do dono da propriedade e o trabalho nas lavouras cultivadas em pequenas parcelas de terras cedidas pelo proprietário, a quem pagava-se a quarta, a terça ou a meia, dependendo do contrato verbal feito entre eles.

Embora haja uma lei específica norteadora das diretrizes da Política de Irrigação no Brasil (Lei nº 6.662/79), sabe-se que nem sempre as ações são implementadas de acordo com os parâmetros legais. É muito comum haver algumas “adequações” nas obras para atender às necessidades daqueles que detêm o poder econômico e político das regiões onde serão implantados os empreendimentos. De acordo com o Jornal A Tarde⁸², a inauguração do Projeto de Irrigação do Rio Brumado (Figura 8) ainda em fase de construção (com apenas 30% das obras concluídas) teria ocorrido por motivações políticas, haja vista, ter o presidente José Sarney comparecido ao município para prestigiar o evento.

O Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado foi concebido com intuito de promover a irrigação de aproximadamente 5.153ha⁸³, localizadas no vale desse mesmo rio, em Livramento de Nossa Senhora (BA). Atualmente essa área é bem maior, devido à expansão desordenada da agricultura irrigada, centrada na mangicultura para além dos limites do projeto de irrigação, podendo chegar a 10 mil hectares⁸⁴. Esse fato tem gerado conflitos por água entre os irrigantes dos municípios de Livramento de Nossa Senhora (BA) e do município de Dom Basílio (BA) que também utiliza da água da Barragem Luis Vieira para irrigar lavouras de manga e maracujá. Em consequência do longo período de estiagem e do crescimento da área irrigada nestes dois municípios, a Barragem Luis Vieira atingiu índices preocupantes em seu volume acumulado, chegando a aproximadamente 35% e 40% de sua capacidade, fato que levou o DNOCS a reduzir a vazão de água destinada para a irrigação. A execução destas obras é parte da Política de Irrigação para o Nordeste, assumida como proposta governamental para “resolver” as desigualdades regionais, por meio do planejamento estatal. A viabilização desse empreendimento foi possível devido à regularização do fluxo hídrico do Rio Brumado por meio da construção da Barragem Luís Vieira, localizada à montante da cidade de Rio de Contas, com capacidade de armazenar 105 milhões de metros cúbicos de água.

⁸² “DNOCS quis inaugurar obras em Livramento para José Sarney ver”. Jornal A Tarde. Reportagem publicada em 14/08/1987.

⁸³ Informações retiradas do Relatório apresentado pelo Conselho Administrativo da Diretoria Regional do DNOCS, durante a 4ª reunião ocorrida em 23 de junho de 1988.

⁸⁴ Estimativa feita pela Associação do Distrito Irrigado do Rio Brumado (ADIB).

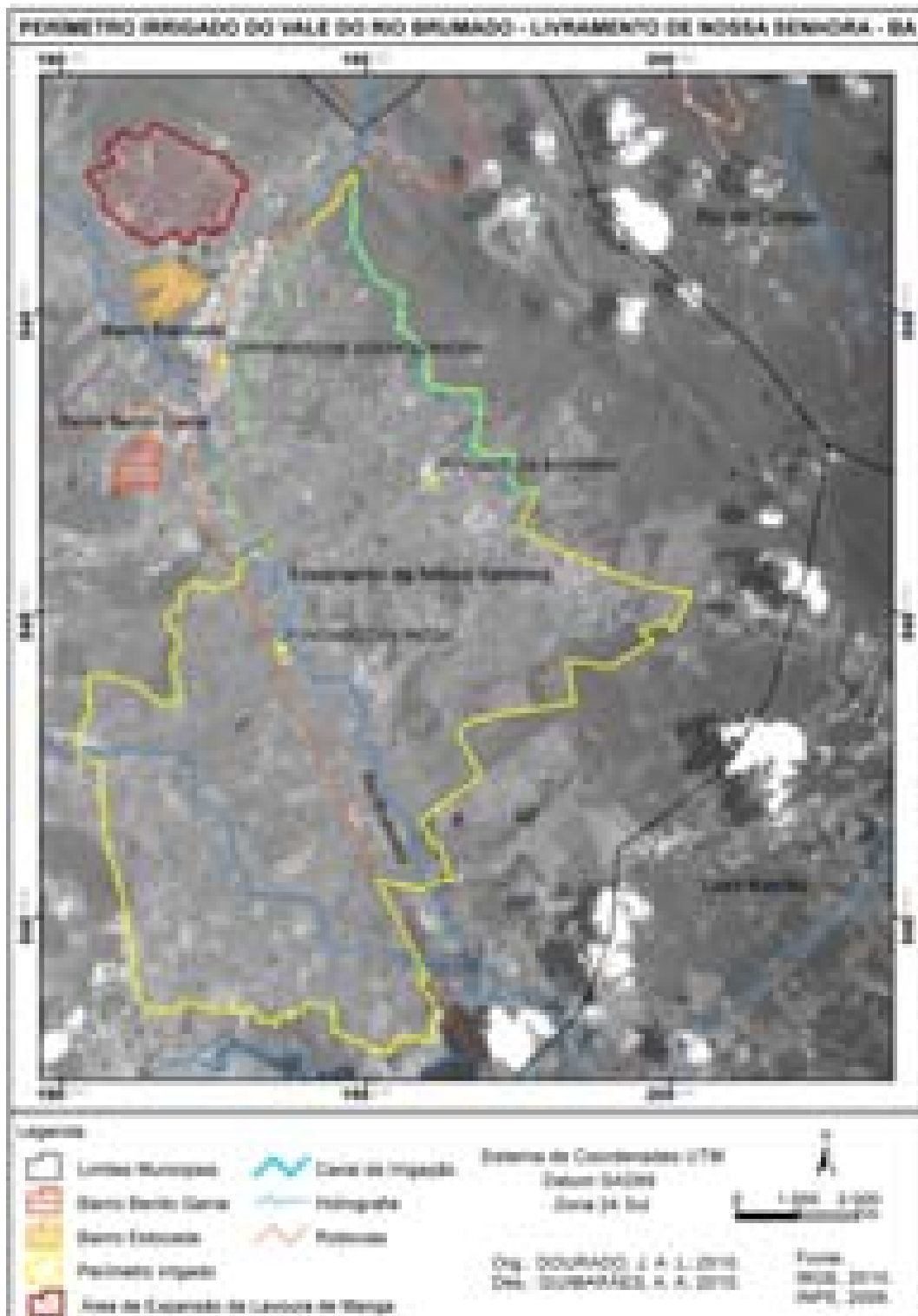


Figura 8 – Localização do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: IBGE, 2010; INPE, 2009.

Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).

Elaboração: GUIMARAES, A. A. (2010).

No início dos anos 2000, a mangicultura passou a expandir-se para além do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, no entorno do perímetro urbano, em função do preço dos lotes ter atingido valores elevados e da própria dificuldade em encontrar lotes à venda. Essa confluência de fatores levou os investidores a comprarem novas áreas de terras próximas à cidade que ainda não haviam sofrido os efeitos da especulação imobiliária em função do agronegócio da manga, formando grandes pomares que, mesmo não estando nas terras do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, tinham acesso aos recursos hídricos sem dificuldades. Assim, estes proprietários buscaram alternativas à especulação de terras sem que isso significasse elevação dos custos da produção com mão-de-obra, visto que as novas áreas ficam próximas da cidade.

A água usada para irrigação é captada por adutoras (Foto 5), e levada até o canal em curvas de níveis, interligado a sub-adutoras que levam a água até as áreas irrigadas, nas quais a irrigação é feita por gravidade. A infraestrutura da rede de irrigação é composta de canais de adução (7.000m, foto 2) e canais primários (7.600m). A rede pressurizada do projeto de irrigação⁸⁵ é feita de ferro fundido, com vazão de 2.560 l/s. De acordo com informações do DNOCS (2010) a rede de drenagem possui 31.500m de extensão, sendo que os sistemas de irrigação utilizados são aspersão (60%) microaspersão (39%) e gotejamento (1,00%). O perímetro irrigado do Rio Brumado no município de Livramento de Nossa Senhora (BA) compreende uma área com topografia pouco ondulada, com solos férteis (latossolo vermelho amarelo) e incidência solar favorável ao cultivo de produtos tropicais no decorrer de todo o ano, especialmente, frutas.

Todo o sistema de irrigação é gerido pela ADIB que faz a fiscalização e limpeza dos canais, além de fazer a cobrança junto aos irrigantes das taxas referentes ao uso da água e do solo. A taxa de uso do solo é paga anualmente, porém, de acordo com os irrigantes e os órgãos que fazem a gestão do perímetro irrigado, desde 2000 não tem sido cobrada. Apenas a taxa referente ao uso da água tem sido cobrada, mensalmente, cujo valor é de R\$75,00⁸⁶.

⁸⁵ Toda a irrigação do projeto é feita por gravidade, não havendo por parte dos irrigantes gastos com bombeamento de água como acontece em outros projetos de irrigação no Vale do Rio São Francisco.

⁸⁶ Com referência no salário mínimo em vigor no Brasil em 2010.



Foto 5: Barragem de derivação do Projeto de Irrigação do Rio Brumado. Ao fundo vista panorâmica da Cachoeira do Rio Brumado, local onde é feita a captação da água para a irrigação. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de Campo, agost./2010.

Autor: SILVA, S. S.

Embora sejam projetos de irrigação, executados com recursos financeiros públicos as cercas presentes denotam as relações de poder em que estes estão envolvidos. Ao se analisar a foto 1 é possível verificar que o Estado torna-se controlador do acesso e uso da água, determinando assim quem serão os sujeitos habilitados a usufruir deste recurso e ainda qual a sua utilidade, já que o foco da Política de Irrigação no Nordeste semiárido esta fundamentada na fruticultura para exportação. Os canais construídos – os caminhos das águas – pelo Estado não levam a água para qualquer lugar; seu destino foi estrategicamente planejado e executado, objetivando criar as condições adequadas para que determinados sujeitos sociais pudessem usufruir desses privilégios. As adutoras e canais de derivação (Foto 6) cortam terras semiáridas cuja vegetação revela o déficit hídrico, levando água para os projetos de irrigação que representam as feições da modernização do território, onde o capital que se apropria destes espaços para a produção de commodities, ao passo que a agricultura camponesa

enfrenta dificuldades para produzir, justamente pela restrição ao acesso à água. Os *oásis* em meio à Caatinga são grandes pomares cuja produção vai abastecer seletos mercados internacionais, ao passo que as populações locais, onde foram implantados os Projetos de Irrigação, têm que importar produtos da alimentação básica, como é o caso de Livramento de Nossa Senhora (BA), município com áreas potencialmente produtoras de feijão, arroz e milho e que são ocupadas pelas lavouras de manga. Isso explica, de certa forma, os motivos que levaram muitas famílias expropriadas pelo DNOCS a não terem recebido lotes ou, quando receberam, terem enfrentado inúmeras dificuldades para se manterem na terra, já que estes empreendimentos são criados com o propósito de não darem certo como redistribuição da terra.



Foto 6: Canal de derivação do Projeto de Irrigação do Rio Brumado. As terras por onde passa o canal de irrigação são consideradas área de segurança nacional. Livramento de Nossa Senhora (BA)
Fonte: Trabalho de Campo, set. de 2010.
Autor: SILVA, S. S.

Para o *camponês caatingueiro* o acesso à água é tão importante quanto o acesso à terra, havendo, contudo, um diferencial, pois a sua relação com os recursos hídricos é repleta de misticismo e religiosidade. Há uma construção teológica no imaginário do camponês do Semiárido, tanto que eles, mesmo tendo acesso às “previsões do tempo” feitas pelos cientistas, não deixam de acreditar nos sinais da natureza, que anunciam a chegada do período chuvoso. Este aprendizado, adquirido ao longo da vida e repassado pelo convívio familiar e social revela como o universo histórico-cultural do *camponês caatingueiro* é repleto de *saberes-fazeres* além de crenças e superstições, carregadas de sentidos e significados, pois são práticas sócio-culturais. Nessa perspectiva, o acesso à água é, acima de tudo, um sinal de boa safra, de fartura, pois “tempo bom” é tempo de chuva.

É durante o período chuvoso (novembro a março) que muitos *camponeses caatingueiros*, após terem temporariamente buscado no trabalho acessório e/ou no assalariamento as condições de reprodução da família, retomam a lide em seu sítio, que é, na maioria das vezes, mais que o simples lugar de moradia, pois possui sentidos e significados que determinam o *território da vida*. A história da implantação do Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA), tem colocado elementos para se pensar as contradições no tocante ao acesso à água disponibilizada através de investimentos públicos pois, há, de maneira disfarçada, a sua privatização, visto que as cercas que delimitam as fronteiras destes territórios acabam transformando-se na condição *sui generis* para se conceber ou proibir seu acesso e uso. Essa concepção é corroborada por Raffestin (1993, p. 231) quando afirma que “o controle e/ou a posse da água são, sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade”. De fato, se no passado as ações do Estado no Nordeste semiárido estiveram centradas na construção de açudes em propriedades particulares, tornando a água um recurso privado, os projetos de irrigação não são muito diferentes. Enquanto do lado de dentro da cerca o verde predomina e denuncia a disponibilidade de tão precioso recurso, do lado de fora as barracas de lona e a agricultura sazonal revelam um tempo-espaço diferente, pois, novamente, as cercas criadas pelo Estado e apropriadas pelo capital excluem aqueles que não dispõem das características sócio-econômicas necessárias para torná-los habilitados a usufruírem dos benefícios dos projetos públicos de irrigação.

Em Livramento de Nossa Senhora (BA), a falta de maiores esclarecimentos sobre os procedimentos relacionados à execução do projeto de irrigação, por parte do DNOCS, ocasionou grandes transtornos para as famílias de camponeses desapropriadas, devido ao

atraso na finalização da obra e à incerteza quanto aos critérios adotados para a distribuição dos lotes. O protelamento das obras trouxe dificuldades para os camponeses, pois muitos deixaram de cultivar as terras, comprometendo assim a manutenção da família. O DNOCS desapropriou as terras, inclusive áreas produtivas ocupadas por famílias camponesas, muito antes das obras terem se iniciado, ficando as terras ociosas. Segundo relato do Sr. A. O⁸⁷, quando começaram as obras,

As pessoas ficaram revoltadas porque não sabia o que ia acontecer, o que falava era que todo mundo ia perder as terras, todo mundo ficou com medo porque antigamente o sistema de irrigação era por inundação e hoje é por gravidade [...]. O pessoal já tava acostumado com aquilo, então, não tinha uma noção do que podia acontecer. (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, maio de 2010).

Pela proposta original, o projeto de irrigação seria dividido em três blocos: I, II e III, com as terras parceladas em lotes de 5, 6 e 7,5 hectares⁸⁸, num total de 959 lotes (Quadro 3), proposta que não foi efetivada. Como a parte compreendida pelo Bloco I já se encontrava bastante povoada, pois era a área mais próxima da sede do município, o DNOCS enfrentou forte pressão por parte de determinadas famílias que tinham grande influência política ao governo estadual. Em virtude dessa resistência imposta pelos proprietários, o DNOCS acabou por alterar o projeto inicial, excluindo deste as propriedades localizadas no Bloco I, de modo que estas não foram desapropriadas.

Quadro3 – Proposta original do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado

Bloco	Área (hectares)	Nº de lotes
I	858	152
II	1.853	346
III	2.442	461
Total	5.153	959

Fonte: 4ª Diretoria Regional do DNOCS, junho de 1988.

Organização: DOURADO, J. A. L., 2010

Atualmente o Projeto de Irrigação possui um total de 529 lotes, diferentemente da proposta original, distribuídos da seguinte maneira: 440 irrigantes familiares com 1 lote (5ha), 71 microempresários com lotes de 5 a 27ha e 18 técnicos em ciências agrárias com lotes de 5

⁸⁷ A fala do camponês foi transcrita sem alterações para preservar a sua originalidade. Entrevista concedida em 04/05/2010.

⁸⁸ Informações retiradas do Relatório apresentado na Reunião da 4ª Diretoria Regional do DNOCS, realizada em junho de 1988.

até 20ha⁸⁹. Primeiramente, devido às constantes paralisações da obra, ora por falta de verbas ora por falta de interesse político, apenas o Bloco III foi concluído dispondo de infraestrutura para possibilitar o assentamento dos irrigantes, fato que contribuiu, sobremaneira, para reduzir os possíveis benefícios que a obra poderia trazer para a agricultura local, além de retardar o assentamento das centenas de famílias de camponeses e trabalhadores sem terra que foram expulsos após as desapropriações. O Bloco II ficou praticamente abandonado, as obras não terem sido concluídas e as terras foram gradativamente ocupadas por pessoas influentes do município, como profissionais liberais e empresários⁹⁰. Em 2002, houve uma ocupação organizada por 223 famílias camponesas, de parte das terras deste mesmo Bloco II como uma forma de manifestação contra a inércia do DNOCS em relação às invasões de terras públicas, reivindicando a distribuição dos lotes. Até então, não havia sido instalada a tubulação para a distribuição de água, impossibilitando que novos irrigantes fossem assentados.

Segundo o Sr. V. S., um dos líderes do Movimento Autônomo dos Camponeses, “se eles não se organizassem, ia chegar o tempo que eles iam ter que trabalhar para os poderosos, para os grandes produtores de manga. Iam ter que vender o dia em uma terra que já havia sido deles”. Questionados sobre a quantidade de terra grilada no interior do projeto de irrigação, o presidente da ADIB e o coordenador local do DNOCS afirmaram não ter informações sobre o tamanho da área invadida pelos grileiros, mas, segundo informações fornecidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT - BA) a área pode ter em torno de 600 hectares.

A realidade é mais grave que a denunciada pela CPT porque a quantidade de terras griladas é muito maior, segundo levantamento feito pelo Movimento Autônomo dos Camponeses, que providenciou o estudo topográfico da área do Bloco II. Neste levantamento, dos 1.853ha existentes, apenas 500ha estavam disponíveis, sendo que 1.353 já haviam sido ocupados pelos grandes produtores de manga. O que se tem, de fato, é a omissão do DNOCS, quanto à grilagem de terras públicas, fato esse que vem arrastando-se ao longo dos anos, demonstrando quão falho e conivente é o Estado quando o que está em debate é uma solução para as contradições que perpassam a questão agrária no Brasil. De acordo com a Coordenação Local do DNOCS, já foi encaminhada para a Diretoria do DNOCS a solicitação do levantamento topográfico da área do Projeto de Irrigação, porém até o momento da pesquisa de campo nenhum retorno havia sido dado. Uma das possíveis respostas para o silêncio e inércia do DNOCS seja o fato de que se realizar o levantamento topográfico do

⁸⁹ Informações cedidas pelo presidente da ADIB em maio de 2010.

⁹⁰ Informação relatada por um camponês durante a pesquisa de campo realizada em setembro de 2010.

Projeto de Irrigação as irregularidades virão à tona, como o desmatamento das áreas de reserva, cuja existência é determinada por lei, a grilagem e a concentração de terras, obrigando o órgão responsável por sua gestão a tomar medidas que venham prejudicar os interesses da classe dominante local.

Ainda nos anos 1980 foram feitas denúncias sobre a grilagem de terras na área do projeto de irrigação e, ao que tudo indica, após 30 anos, nada foi feito para regularizar a situação. Em reportagem publicada em 19/06/1980, o Jornal “A Tarde” fez a seguinte denúncia:

[...] duas coisas, até aqui, podem ser inferidas do que tem sido divulgado pelo DNOCS: ou o órgão quer efetuar uma modalidade não declarada de reforma agrária ou, simplesmente, quer repassar a posse da terra, após tomá-la dos legítimos donos, para o governo ou empresas privadas. Nestas últimas estariam incluídos grupos estrangeiros. Então, se consolidaria a “grilagem oficial” que o DNOCS procura contestar, mas que tem sido a evidência de tudo que tem feito. Nesse caso, os moradores que tanto esperaram pelo apoio oficial para melhor cultivar suas terras passarão a meros trabalhadores rurais, a oferecer mão-de-obra barata. (Jornal A Tarde, 19/06/1980, caderno 1, f. 06).

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que 14 famílias ainda não foram indenizadas pelo DNOCS; as razões não foram informadas por este órgão. Estas famílias, cujas propriedades encontram-se localizadas no interior do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, permanecem nas terras, porém não podem vendê-las, visto que estão em área sob a jurisdição do Governo Federal. Como o DNOCS vem passando por um processo de decadência nos últimos anos, nenhuma medida foi tomada para regularizar a situação das famílias. De acordo com informações de um dos funcionários do DNOCS, a Unidade Gestora do Projeto de Irrigação do Rio Brumado necessita de recursos humanos e financeiros para fazer a fiscalização da área, no intuito de coibir o bombeamento ilegal de água do canal de irrigação, bem como de fazer o levantamento topográfico, com o objetivo de identificar quem são os invasores de terras e qual é a quantidade de terras efetivamente ocupada de maneira irregular.

Durante a pesquisa de campo buscou-se averiguar junto aos camponeses como ocorreu o processo de desapropriação, tendo em vista o fato de algumas famílias continuarem nas terras indenizadas. O Sr. A. O. destacou que

[...] os que não foram obrigados eram aqueles que viviam na terra, os que trabalhavam, [...] quem trabalhava na terra ficou. Quem tinha meeiro tinha que desocupar. [...] agora quem tinha pouca terra ficava. Na época, não aconteceu isso com A. S. porque isso faz parte também de política, como ele tinha governo lá que era do mesmo lado, aí passava a mão pela cabeça, o terreno dele ficou lá no meio do projeto e não indenizou. (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, maio de 2010).

Tem-se, nesse contexto, a luta do poder dominante local contra o Estado com o propósito de manter a estrutura fundiária inalterada, os donos de terras demonstram vitalidade e poder de articulação e mobilização política. Se a oligarquia agrária, em determinados casos, busca cooptar o Estado como uma medida de combater ações desenvolvidas por seus próprios agentes, mostra e execre o seu poder de barganha, o que revela as fissuras existentes no próprio Estado, que pode sofrer pressões tanto internas quanto externas em decorrência de suas ações.

A arquitetura dos muitos casarões ainda existentes nas propriedades que compreendem o Bloco I, e parte do Bloco II (Foto 3), revela o poder econômico das famílias que possuíam terras no Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA). Isso possibilita refletir sobre as funcionalidades do espaço no decorrer do tempo, pois, se até a década de 1980, estas propriedades concentravam diversas atividades econômicas (cultivo de arroz, milho, cana-de-açúcar, fabricação de rapadura, aguardente e criação de gado de leite), hoje possuem outra funcionalidade para o capital, constituindo-se em área de reserva patrimonial do grande capital mediante a expansão da lavoura de manga, cujas terras encontram-se subutilizadas, com a criação de gado bovino para a produção de leite em pequena escala. São muitas as propriedades que, após a implantação do projeto de irrigação, tiveram sua dinâmica transformada, iniciando um lento e ascendente processo de desarticulação da produção.



Foto 7 - Fazenda localizada no interior do Projeto de Irrigação. Livramento de Nossa Senhora (BA). Atualmente nesta não há moradores. No passado, o proprietário desta fazenda produzia arroz, cana-de-açúcar, milho, utilizando de relações não capitalistas de produção.
Fonte: DOURADO, J. A. L. Pesquisa de campo, março de 2010.

Mesmo com toda a pressão para a desocupação das terras, alguns proprietários permaneceram em suas propriedades (Foto 7), principalmente aqueles que exerciam algum tipo de influência política local, num exemplo explícito de contestação ao poder do órgão gestor do empreendimento, de modo a evidenciar as influências políticas que permearam o processo de desapropriação das terras. Sobre o processo de desapropriação de terras feito pelo DNOCS, o Sr. A. O. destacou um exemplo em que, mesmo não concordando com o valor pago pelo DNOCS, o proprietário foi obrigado, por ordem judicial, a desocupar as terras em um prazo de até 48 horas. Houve um caso em que o camponês foi preso, por ordem do DNOCS, pela força policial por resistir à desapropriação⁹¹. Dessa forma, vê-se a existência de comportamentos diferentes por parte do Estado frente a situações similares, cujo elemento

⁹¹ Segundo relato do Sr. A. O. o camponês foi preso e só foi libertado depois que houve uma manifestação pública em sua defesa, liderada pelo padre da cidade naquela época.

diferenciador é o “apadrinhamento político”, que irá definir como acontecerá o processo, quem irá fazer a mediação entre o Estado e a sociedade civil para, neste caso específico, fazer as desapropriações.

Nesse sentido, defende-se a ideia de que a modernização da agricultura em Livramento de Nossa Senhora (BA), assim como em outras regiões do Brasil, acentuou o processo de marginalização dos camponeses e *trabalhadores da terra*. O excludente movimento de expansão do capital transforma estes sujeitos em peças de uma engrenagem do sistema produtivo e o resultado do seu trabalho torna-se estranho, alheio às suas necessidades de reprodução. Antes da implantação do Projeto de Irrigação, embora estivessem submetidos de alguma forma ao jugo dos senhores das terras, os agricultores camponeses se constituíam sujeitos com relativa autonomia quanto às decisões sobre o que e como produzir. Mesmo não possuindo a terra, parte do que era produzido acabava sob o seu controle, ainda que a produção fosse dividida com os proprietários da terra. Nesse sentido, o trabalho dos camponeses estava eivado de outros sentidos, que não apenas a obtenção de salário; representava a reprodução da vida, sendo desenvolvido coletivamente por todos os membros da família e, mesmo em condições precárias, proporcionava a fartura, a abundância.

Questionado sobre a responsabilidade pela seleção dos irrigantes a serem contemplados com os lotes, o coordenador local do DNOCS⁹² afirmou que a escolha foi “feita por uma comissão composta pela Igreja Católica, Sindicato Rural, representantes da sociedade civil e o corpo técnico de reforma agrária do DNOCS”. Arguido sobre os critérios de escolha dos irrigantes, este funcionário não soube responder quais foram adotados pela comissão para nortear a seleção, afirmou ainda que “todos as pessoas indenizadas tinham direito a um lote de 5ha, mas que poucos aceitaram, porque ninguém acreditava nos resultados positivos da irrigação a ser desenvolvida.”

Diante da falta de conhecimento concreto sobre o processo de seleção dos irrigantes, procurou-se levantar junto à Diocese de Livramento de Nossa Senhora (BA) documentos que pudessem fornecer algum tipo de informação sobre como ocorreu a seleção, porém, sem nenhum resultado satisfatório, pois, de acordo com a Diocese não existe nenhum documento sobre a participação da Igreja nesse processo. A seleção dos irrigantes foi, sem dúvida, um dos momentos mais críticos da execução do empreendimento porque o DNOCS estava desacreditado perante às famílias expropriadas em virtude dos atrasos nas obras de construção da Barragem Luís Vieira, em Rio de Contas. Por conta dessa situação, muitos

⁹² Entrevista concedida em 05/02/2010.

camponeses recusaram-se a receber lotes, pois, como afirmou o Sr A. O., “[...] na época a gente ainda tinha muita dúvida, os primeiros lotes deixavam muita dúvida.”

Os assentados na área do Projeto de Irrigação foram distribuídos em três categorias, para efeito de classificação: irrigantes familiares, técnicos agrícolas e microempresários. Trata-se de uma classificação muito comum para os assentados nos projetos de irrigação tanto pelo DNOCS quanto pela CODEVASF. Este é um dos parâmetros que irá determinar o tamanho da área do lote recebido pelo irrigante. Em Livramento de Nossa Senhora (BA), inicialmente, os irrigantes familiares receberam um lote de 5ha, os técnicos das ciências agrárias (técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos), funcionários do DNOCS receberam lotes com áreas entre 5 e 20 hectares e os microempresários receberam lotes com medidas entre 5 e 27 hectares. Observa-se que aqueles que historicamente estiveram envolvidos com o trabalho na terra, possuem uma relação de pertencimento com o lugar, sempre retirou o seu sustento a partir da labuta na terra, acabam desfavorecidos, no momento de distribuição dos lotes pelo DNOCS.

O assentamento dos irrigantes ocorreu por etapas. Na primeira fase, foi realizada uma experiência-piloto, com 30 famílias assentadas, totalizando 150ha irrigados. Nessa primeira experiência foram contempladas culturas consideradas mais convenientes para os irrigantes, levando-se em consideração as condições agroclimáticas⁹³ e pedológicas⁹⁴, as condições de demanda do mercado e os cultivos tradicionais da região. Dentre as lavouras desenvolvidas na experiência-piloto estavam as de arroz, batata, feijão, abóbora, alho, tomate, milho, algodão, amendoim e forrageira⁹⁵.

A cooperativa criada pelo DNOCS exerceu, nesse momento, um forte controle sobre os irrigantes que eram obrigados a aceitar as suas imposições sob pena de represálias. Esse modelo de cooperativas foi adotado em todo o país como um dos elementos do pacote tecnológico da modernização da agricultura, tendo fracassado, na maioria das vezes, por não considerar as particularidades dos sujeitos cooperativados. De acordo com o Sr. A. O., “[...] a cooperativa obrigava ocê a pegá as coisas⁹⁶ e colocá lá e, no final, não dava lucro. Cê tinha empréstimo no banco, aquela coisada toda, na hora de pagar o banco era um Deus nos acuda. Eu, toda vida, tive medo de dever.” A cooperativa cobrava uma taxa de 10% sobre o valor da produção para a manutenção dos serviços prestados, como o fornecimento de sementes e a

⁹³ Termo presente no Relatório da Reunião da 4ª Diretoria Regional do DNOCS.

⁹⁴ Termo presente no Relatório da Reunião da 4ª Diretoria Regional do DNOCS.

⁹⁵ ⁹⁵ Informações retiradas do Relatório da Reunião da 4ª Diretoria Regional do DNOCS.

⁹⁶ A palavra “coisas” é utilizada pelo camponês para referir-se à produção agrícola que a cooperativa do DNOCS obrigava os irrigantes a armazenar no depósito para ser vendida posteriormente.

disponibilização de máquinas. De acordo com o presidente da ADIB “o irrigante nunca viu o resultado da cooperativa, que ainda hoje possui dívidas que se arrastaram ao longo dos anos”; a criação deu-se muito mais em função da necessidade do DNOCS solucionar problemas internos que auxiliar os irrigantes

Acredita-se que nos primeiros anos de operação do Projeto de Irrigação, a atuação da equipe técnica do DNOCS foi condição *sine qua non* para que os muitos camponeses não conseguissem manter seus lotes, pois estes eram forçados a cultivar lavouras segundo as determinações daquele órgão que indicava e/ou obrigava o uso de insumos, máquinas, sementes e, até mesmo, a adoção de empréstimos. O empréstimo somente era possível porque o DNOCS dava uma carta de anuência aos camponeses que estivessem em situação regular com a sua “cartilha”, pois estes não podiam financiar a produção em virtude de não possuírem o título da terra. A produção de feijão, milho e arroz obtida na safra era obrigatoriamente acondicionada no depósito da cooperativa, em atendimento aos encaminhamentos do órgão responsável pela gestão do perímetro irrigado.

Devido à precariedade das informações levantadas e aos interesses implícitos, dificilmente será possível precisar a quantidade efetiva de famílias que moravam na área do Projeto de Irrigação. Todavia, sabe-se que as famílias eram muitas. Entre os anos de 1977 e 1978, o DNOCS solicitou à EMATER a realização de um levantamento para verificar como estava a aceitação das famílias em relação à execução do projeto; ação que se desdobraria na preparação das famílias a serem desapropriadas para a sua nova condição social, ou seja, de assentadas. Durante aquele período, funcionários da EMATER (dentre eles, uma assistente social) visitaram várias comunidades para entrevistar as famílias, desde aquelas que possuíam terras na área do projeto como aquelas cujas propriedades estariam próximas à sua área de influência e, dessa forma, passariam a sofrer os efeitos de sua implantação. O trabalho dos funcionários da EMATER constituía em visitar as famílias e aplicar um questionário para verificar o perfil da população atingida, de modo a tornar possível a criação um banco de informações que pudesse subsidiar o processo de seleção dos irrigantes.

Ao ser entrevistada, uma das ex-funcionárias deste órgão que trabalhou no levantamento das famílias, afirmou que a situação dos camponeses era de incerteza quanto ao seu futuro, visto que não havia nenhuma garantia de benefícios para as famílias que moravam como agregadas, pois somente receberiam indenização aquelas que fossem legalmente donas das terras. A Sra. I. A. (ex-funcionária da EMATER) afirmou que as visitas às famílias tomaram rumos inesperados, pois era impossível não se comover diante da realidade de

incertezas vivenciada pelos camponeses em função da execução da obra, já que estes passaram a conviver constantemente com a dúvida sobre para onde ir, após a desapropriação.

De acordo com a entrevistada,

[...] o trabalho foi desgastante por se tratar de pessoas humildes que conviviam com a agricultura e agora estavam ameaçados de sair de seu lugar e recomeçar... Então, foi um trabalho muito desgastante e muito sofrido para a população, inclusive, porque a indenização dada pelo DNOCS, pelo governo, era muito baixa. Olha, aqui tinha um sistema ainda... Tem até uma das fazendas que nós visitamos ainda era no regime de escravocrata, entendeu? Ainda tinha aquele sistema... E, geralmente, o pessoal daqui tinha um sistema agregado, tinha a casa do dono da fazenda, os filhos casados ficavam ao redor, né, porque os pais gostavam de fazer aquela grande concentração e as pessoas que trabalhavam também moravam na fazenda, moravam em casebrezinhos na fazenda para trabalhar, geralmente os meeiros, entendeu? Eles plantavam arroz, plantavam cana, plantavam feijão, de meia, então, o patrão dava a terra, a água, a semente e a pessoa entrava com o trabalho, era um tipo de plantação na meia. Então, quando o DNOCS chegou, o que foi que aconteceu...? Nós, chegamos nessas casas, então, ficou impraticável a indenização porque era muita gente para pouco dinheiro, então, o que o proprietário do terreno recebia como indenização, não dava para comprar uma casa pra ele na cidade, então, era muito pouco, como ele ia indenizar os seus funcionários? Não tinha como. [...] Eram muitas famílias. E essas famílias se multiplicavam quando você chegava nas propriedades porque geralmente tinha o pai, que morava na propriedade, que geralmente era de herança do avô, aquela coisa, tinha a casa grande, tinha um filho, dois, três, porque as famílias antigamente eram grandes". (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, março de 2010)⁹⁷.

Como o DNOCS suspendeu o convênio com a EMATER em 1984, as informações obtidas até então, por meio do levantamento das condições sociais dos atingidos pelo empreendimento ou que estavam nas áreas de sua influência, não foram utilizadas, de modo que o assentamento das famílias no Bloco III ficou comprometido, devido ao descrédito por parte dos desapropriados em relação aos resultados do Projeto de Irrigação. Por não terem clareza em relação à forma como se daria o assentamento e quais seriam as suas obrigações para com o DNOCS, muitos camponeses que viviam em regime de parceria e meação optaram por não receberem lotes, com receio de se tornarem "escravos"⁹⁸ do governo. Por falta de conhecimento sobre como se daria o contrato entre os irrigantes e o DNOCS, um número significativo de camponeses expropriados recusou-se a receber lotes enquanto outros tantos não foram selecionados por não preencherem os requisitos exigidos pelo órgão executor do empreendimento.

⁹⁷ A fala da entrevistada foi transcrita na íntegra e sem alterações para manter sua originalidade.

⁹⁸ Termo utilizado por um dos camponeses expropriados para justificar os motivos pelos quais este havia recusado receber um lote do DNOCS.

Houve casos, também, em que o DNOCS assentava os camponeses em lotes muito distantes de suas casas, pois estes passaram a residir em povoados próximos à cidade de Livramento de Nossa Senhora (BA), como Patos e Barrinha, ou na periferia da cidade, tornando praticamente inviável a sua permanência na terra, devido às dificuldades de locomoção. Houve também a resistência por parte de algumas famílias camponesas que não aceitaram receber lotes porque não estavam de acordo com o local escolhido pelo DNOCS, pois segundo estas famílias, elas moravam em uma determinada área e, quando foram assentadas, os lotes eram distantes de seus antigos locais de moradia e a terra não “era boa”. Frente ao impasse entre camponeses e DNOCS, diversas famílias optaram por esperar o loteamento do Bloco II para que pudessem ter um lote mais próximo dos lugares onde moravam, o que, de fato, não aconteceu, pois, como já mencionado, o referido órgão sequer chegou a iniciar o assentamento naquela área.

Quando o DNOCS encerrou o processo de desocupação das propriedades, os camponeses tornaram-se totalmente desprovidos dos meios de produção, condição basilar para a expansão das relações capitalistas de produção, baseadas, segundo Oliveira (1986, p. 59), na “separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho”. Face a essa realidade, a maioria acabou transformando-se em mão-de-obra ociosa porque na cidade de Livramento de Nossa Senhora (BA) não havia postos de trabalho suficientes para absorver todos os trabalhadores, situação causadora de grandes problemas sociais, como a miséria, migração e desequilíbrios internos, além de acentuar significativamente as formas precarizadas de trabalho. Para a Sra. I. A.,

[...] o problema da pobreza, por exemplo, é um problema vindo de lá, porque as famílias que foram retiradas ficaram sem trabalho, sem casa, sem meio de sobrevivência, depois essas pessoas não tinham como adquirir outra terra, muitos iam embora, muitos ficaram aqui na cidade, mas sem conforto, sem meio de trabalhar. (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, março de 2010).

A modernização da agricultura em Livramento de Nossa Senhora (BA) desencadeou intensos processos de desterritorialização-reterritorialização. Ao analisar o processo de reterritorialização dos expropriados, sob os moldes da agricultura modernizada, deve-se considerar as transformações sócio-espaciais em função da introdução de novos atores, regidos por uma outra lógica, porque estas transformações vêm sempre acompanhadas, segundo Haesbaert (1997, p. 94), “da construção de novos territórios.” Tanto os proprietários

quanto os camponeses e *trabalhadores da terra* relutavam em sair das terras porque teias de relações sociais centenárias estavam na iminência de serem estranguladas, laços afetivos, relações parentais, sentimento de pertencimento, seriam desconstruídos para possibilitar a concretização da política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste semiárido.

Sobre o enraizamento do camponês ao seu lugar de morada e à valorização das relações familiares, Woortmann (1995, p. 243, grifos do autor) diz que “[...] trabalho e família são categorias de discurso que se interpenetram nas representações camponesas, e se associam à *terra*, à *terra de trabalho*, que é *morada da vida*.” Nesse sentido, quando os camponeses foram forçados pelo DNOCS a saírem das terras, mesmo aqueles que estavam na condição de agregados, parceiros e meeiros, vivenciaram momentos de tensão e incertezas em decorrência das transformações nas condições de trabalho e no lugar de morada, pois terra e trabalho são inerentes ao campesinato. Acostumados com o trabalho na terra e com a autonomia em relação ao *que* e *como* plantar, particularidades próprias da condição camponesa, os expropriados viram seus referenciais identitários (família, casa, lugar de morada e/ou território da vida) desarticulados. Assim, o projeto de irrigação que, segundo o discurso político de seus idealizadores, dinamizaria a agricultura irrigada do Vale do Rio Brumado, serviu muito mais para desalinhar o tecido social dos camponeses, bem como suas experiências territoriais, tendo estes que se aventurar na construção de novos territórios e novas relações sociais.

Embora reconheça-se a complexidade que envolve os processos de desterritorialização-reterritorialização, em suas várias nuances, não é possível conceber o território como algo amorfo, tampouco, o camponês como um sujeito estático. Ao se refletir sobre a relação do camponês com o território, concorda-se com Mendonça (2004) afirma que

O território não significa apenas o enraizamento, a tradição, a permanência de ações e valores que resistem às mudanças, mas também significa movimento, fluidez e possibilidades, na medida que se tem claramente a produção de singularidades, mediante as múltiplas formas de conexão com a totalidade e vice-versa. (MENDONÇA, 2004, p. 139).

Na “leitura” da apropriação e produção do espaço, é importante destacar as contradições que perpassaram a execução da obra, pois os problemas não se resumiram apenas aos aspectos econômicos que justificaram a sua implementação. Faz-se necessário considerar todas as implicações sociais desencadeadas pelo processo de retirada dos camponeses dos lugares onde moravam e exerciam o trabalho na terra, visto ter essa desterritorialização ocasionado certa estagnação da agricultura camponesa praticada no Vale

do Rio Brumado. Isso ocorreu devido ao fato das famílias desapropriadas, em sua maioria, não terem outras terras onde pudessem continuar a cultivar as lavouras como tradicionalmente faziam.

De acordo com o levantamento cadastral das propriedades a serem indenizadas feito pela LASA Engenharia e Prospecção S.A, a grande maioria das propriedades eram pequenas, com menos de 10 hectares e centradas na policultura voltada para o autoconsumo e baseadas no trabalho familiar. Em contrapartida, as 13 maiores propriedades localizadas na mesma área ocupavam $\frac{1}{4}$ das terras a serem desapropriadas, fato revelador da forte concentração fundiária existente no vale do Rio Brumado. Nesse caso, trata-se de um aspecto relevante e merecedor de análise mais aprofundada porque, durante as entrevistas com os antigos moradores da área desapropriada, diversos camponeses⁹⁹ destacaram que, no passado, uma parcela significativa das terras situadas no Vale do Rio Brumado encontrava-se sob o domínio de poucos donos. No tocante ao processo de desapropriação, o valor das indenizações recebidas naquela época foi baseado nas benfeitorias existentes nas propriedades, atingindo em média Cr\$ 6.500,00¹⁰⁰ por cada hectare. Com o valor recebido ficou praticamente impossível a aquisição de outra propriedade ou, até mesmo, a compra de uma casa na cidade.

Tabela 3 - Tamanho das propriedades indenizadas

Tamanho em hectares	0 a 9	10 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 100	101 a 500	824
Nº de propriedades	608	83	8	8	9	15	12	1
Área total desapropriada	8.297,5793							

Fonte: DNOCS, 1977.

Organização: DOURADO, J. A. L., 2010

O grande número de propriedades com área inferior a 10ha, se deve ao desmembramento de terras por partilhas em herança familiar. Das propriedades indenizadas, 13 possuíam áreas acima de 100ha, dentre elas, destaca-se uma com 842ha. Mesmo sendo pequena a quantidade de fazendas localizadas no Vale do Rio Brumado, estas representam uma fração significativa das terras desapropriadas. Segundo os dados apresentados pelo

⁹⁹ Camponês, morador do Povoado da Barrinha que trabalhava como agregado nas propriedades localizadas na área onde foi implantado o projeto de irrigação. A identidade do camponês foi mantida em sigilo.

¹⁰⁰ Valor referente à moeda daquela época.

GeografAR¹⁰¹ (2010), entre 1975 e 2006, exatamente no período em que ocorreram as desapropriações pelo DNOCS em Livramento de Nossa Senhora (BA), a evolução do Índice de Gini demonstra a realidade da estrutura fundiária no município, cujos números apresentam-se elevados, mesmo com o simulacro de “reforma agrária” em curso. Os dados sobre a estrutura fundiária livramentense refletem a contradição que envolve o acesso à terra no Brasil, onde muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.

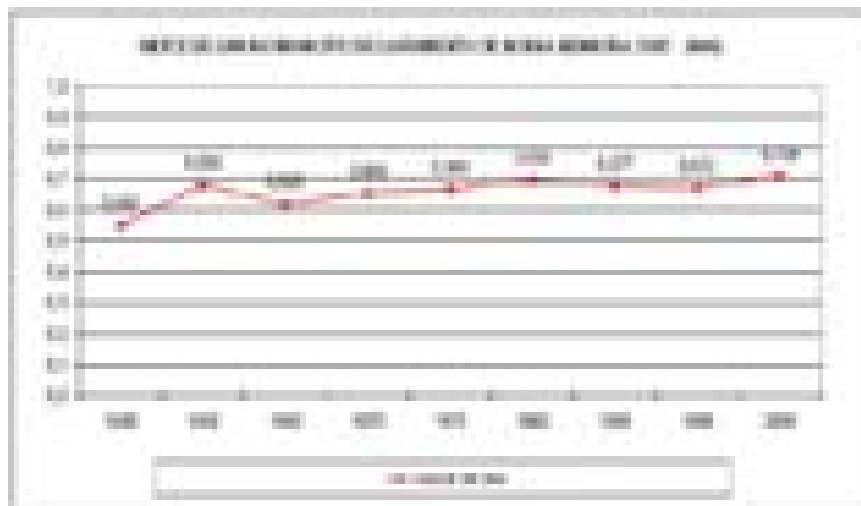


Gráfico 1 - Evolução do Índice de Gini (1940 a 2006) em Livramento de Nossa Senhora.

Fonte: GeografAR, 2010.

Organização: DOURADO, J. A. L., 2010.

O gráfico do Índice de Gini mostra que a concentração fundiária no município é considerada de média a forte, fato que confirma as informações obtidas durante a pesquisa de campo. A questão fundiária em Livramento de Nossa Senhora (BA) ainda é um gargalo, mesmo depois das desapropriações e o do posterior processo de assentamento das famílias que viviam na condição de agregadas nas propriedades localizadas na área do Projeto de Irrigação. Os dados revelam que a concentração de terras teve uma leve redução entre os anos de 1985 e 1995, depois de quando voltou a atingir patamares de concentração até então nunca registrados.

Embora sejam inegavelmente visíveis os efeitos desta obra para o município em

¹⁰¹ O Grupo GeografAR (Geografia dos Assentamentos Rurais) é um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação da Prof^a Dra Guiomar Guermani, que tem desenvolvido diversas pesquisas, tanto a nível de iniciação científica quanto em pós-graduação (mestrado) sobre temas relacionados à questão agrária na Bahia; são pesquisas desde sobre populações atingidas pela construção de barragens até comunidades quilombolas. Para saber mais ver **Cuestión Agraria y assentamiento de plobación em el área rural**: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). 1993, 665 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Espanha.

questão, como o crescimento econômico da cidade e o aumento do assalariamento no campo, mediante surgimento novas de dinâmicas espaciais, devido à implantação de casas comerciais, inclusive de distribuidoras de fertilizantes químicos, máquinas agrícolas, serviços de assistência técnica, verifica-se que, no tocante ao acesso à terra, seus resultados não tiveram a mesma visibilidade que o crescimento econômico verificado após a disponibilização da infraestrutura para possibilitar a territorialização do grande capital. Após a montagem de todo o aparato técnico e de recursos humanos, como os órgãos institucionais de fomento à pesquisa, como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a EMATER e a cobertura asfáltica da Rodovia BA-148 que faz a interligação de Livramento de Nossa Senhora à Rodovia BA-262 que faz a ligação entre Brumado e Vitória da Conquista e com a BR 030, verifica-se no território a consolidação e expansão da mangicultura que passaria a representar o *boom* econômico do município. A pavimentação da Rodovia BA-148 que interliga Livramento de Nossa Senhora à Rodovia BR-030 foi fundamental para o fluxo de cargas, visto que todo o transporte da produção é feita por meio de rodovias até os mercados do Centro-Sul do país, ou até os portos de Ilhéus e Salvador, de onde são destinadas para a Europa e Estados Unidos da América, principalmente. Cabe destacar que a pavimentação da Rodovia BA-152 interligando Livramento de Nossa Senhora ao município de Paramirim ocorreu em função da necessidade de escoar da produção de soja produzida em Barreiras e Luis Eduardo Magalhães até o porto de Ilhéus no Sul do estado da Bahia. As medidas que envolvem a Política de Irrigação vêm sempre acompanhadas de outras obras de infra-estrutura como é o caso de Livramento de Nossa Senhora (BA), pois a modernização do território deve ocorrer em seus diferentes níveis e escalas, de modo a favorecer a fluidez dos circuitos do capital.

Assim, estavam criadas todas as condições para a territorialização do capital nesse espaço do Semiárido nordestino, com disponibilidade de infraestrutura para a sua reprodução ampliada por meio da aproximação, articulação e interdependência do mercado local à economia globalizada. Em função destes rearranjos espaciais, houve uma complexificação das relações de produção e de trabalho no campo e na cidade, pois o ritmo da produção passaria a ser determinado pelas exigências do mercado nacional e internacional, com padrões de exigências, tempos e necessidades diferentes daqueles até então próprios da produção agrícola de Livramento de Nossa Senhora (BA). Associada a esse aspecto, tem-se a transformação nas relações de trabalho, pois, até então, não havia a tendência de assalariamento no campo. As mudanças não ocorreram apenas no plano da produção agrícola mas também no plano político

e ideológico, pois foi necessário convencer a população de que o modelo de desenvolvimento adotado para o Livramento de Nossa Senhora (BA) conduz à superação das desigualdades sociais. No entanto, os desdobramentos da expansão do capital naquele município através do agronegócio da manga trouxeram resultados pouco favoráveis para camponeses e trabalhadores urbanos, que passaram a vivenciar formas e níveis de exploração até então desconhecidos.

As transformações nas relações de trabalho, no campo e na cidade, a intensificação do assalariamento no campo e a precarização do trabalho no agronegócio da manga serão aprofundados no capítulo 3, com o intuito de compreender as tramas de relações que recobrem a implantação da Política de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA).

CAPÍTULO 3

A RELAÇÃO CAPITAL x TRABALHO NA MANGICULTURA EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA (BA)



Foto 8 – Trabalhadores embalando manga no galpão.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

CAPÍTULO 3

A RELAÇÃO CAPITAL x TRABALHO NA MANGICULTURA EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA (BA)

[...]

*Muito bom dia senhora,
que nessa janela está
sabe dizer se é possível
algum trabalho encontrar?*

*Trabalho aqui nunca falta
a quem sabe trabalhar
o que fazia o compadre
na sua terra de lá?*

*Pois fui sempre lavrador,
lavrador de terra má
não há espécie de terra
que eu não possa cultivar.*

*Isso aqui de nada adianta,
pouco existe o que lavrar
mas diga-me, retirante,
o que mais fazia por lá?*

[...]

*(João Cabral de Melo Neto,
Morte e Vida Severina)*

3.1 O que há de “novo” no Velho Sertão brasileiro

O Nordeste semiárido brasileiro vem passando por transformações espaciais significativas desde que o binômio algodão-pecuária entrou em decadência. O lugar que essa atividade econômica ocupava passou a ser ocupado pela fruticultura irrigada, que assumiu o papel de promotora do desenvolvimento econômico regional no processo de modernização conservadora da agricultura. Porém, trata-se de um desenvolvimento econômico que favorece uns poucos e marginaliza grandes contingentes de homens, mulheres e adolescentes *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*, que exercem um papel de destaque nesse processo produtivo, haja vista tratar-se de mão-de-obra barata, disponível em abundância e facilmente explorável em função da falta de oportunidades de trabalho e da inaplicabilidade das leis trabalhistas.

A *modernização conservadora* da agricultura trouxe em seu bojo a utilização de técnicas e tecnologias avançadas, articuladas a meios já antigos e conhecidos de exploração do trabalho, caracterizando-se pelo desrespeito às leis trabalhistas (Código de Leis Trabalhistas – CLT), estratégia utilizada para assegurar os níveis de acumulação. No Semiárido nordestino, onde estão os “pomares” do Sertão, facilmente se verifica que direitos trabalhistas adquiridos legalmente não são respeitados, ou até mesmo, reconhecidos, nas relações sociais de produção e de trabalho cotidianas. Nesse sentido, tem-se o que Martins (1994) descreveu como sendo o “poder do atraso”, que sustenta o modelo do agronegócio, com plenos poderes políticos e condições financeiras e de infraestrutura para a territorialização e expansão do capital.

As novas feições dadas ao Nordeste semiárido desde o final dos anos 1970 e, de maneira mais acentuada nos anos 1980 e 1990, contraditórias em sua essência, justificam os discursos de defesa dos megaprojetos de desenvolvimento como única alternativa viável para a região. As transformações espaciais decorrentes dos projetos de modernização do território são colocadas e vistas apenas pelo plano do desenvolvimento econômico, enquanto aviltantes realidades sociais são escamoteadas para manter a estrutura de classes consolidada. Com os investimentos do Estado naquela região, a fruticultura transformou-se em uma atividade industrial, passando a interessar não apenas ao capital nacional, mas também aos investimentos transnacionais, como acontece no Vale do São Francisco. Bloch (1996) chama atenção para o fato de que

[...] nesse processo de desenvolvimento baseado na criação das condições físicas adequadas para a irrigação, não se nota grande preocupação com a população da região. Isso leva a questionar o uso que geralmente se faz do termo “desenvolvimento”, quando ele remete somente ao crescimento econômico e à criação de (qualquer tipo de) emprego. (BLOCH, 1996, p. 12).

A difusão da técnica e da tecnologia nas áreas dos Projetos de Irrigação acentua as distorções sociais existentes no Nordeste semiárido, além de serem totalmente alheias ao espaço no qual são inseridas. Nesse sentido, os conflitos gerados não ficam apenas no plano da luta por terra e água. Essa realidade traz em si outro tipo de confronto, centrado mais no plano ideológico, pois, ao se produzir com elevado grau de eficiência em lugares que costumeiramente tinham uma agricultura pouco desenvolvida do ponto de vista da mecanização e da produção empresarial, o agronegócio é posto em um lugar de destaque porque transformou áreas de Caatinga, tida como pobre e estéril, em polos de produção de frutas com elevado grau de qualidade e quantidade. Buarque (1994, *apud*, Bloch 1996) destaca que “em plena zona árida, rodeados por uma população esfomeada, bolsões de alta tecnologia conseguem produzir refinados alimentos para os habitantes de países ricos, mas não para os habitantes do local”. (Foto 9)



Foto 9 – Mangas embaladas para exportação. As frutas são seladas individualmente. *Packing house* Katopé. Livramento de Nossa Senhora (BA).
Fonte: Acervo do CETEB, set. de 2008.

A implantação dos Projetos de Irrigação no Nordeste semiárido brasileiro contribuiu, sobretudo, para que frações deste território assumissem novas feições, acentuando-se ainda mais as contradições materializadas em seu espaço, porque estas passaram a produzir toneladas de variedades de frutas pouco consumidas pela população local, (o que demonstra a capacidade de produzir alimentos existente nessa área), ao passo que as lavouras voltadas para o autoconsumo não recebem o devido tratamento das políticas públicas. Agregada à exportação da fruta está implícita uma série de recursos naturais e de trabalho humano direcionados para os mercados dos países centrais enquanto que internamente, essa região enfrenta problemas de escassez de alimentos nos períodos de longas estiagens. A qualidade e a estética das frutas destinadas aos consumidores da Europa e dos Estados Unidos da América, principalmente, nem de longe denunciam as precárias condições de vida e de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores empregados na fruticultura irrigada. Outro aspecto a ser ponderado é privatização camuflada da água, largamente utilizada na fruticultura irrigada voltada para o mercado externo e dominada pelos grandes empresários, ao passo que a produção de gêneros de primeira necessidade para a população local, função essa basicamente delegada ao campesinato, fica à mercê das condições climáticas e à margem das políticas públicas.

A cortina desenvolvimentista representada pela fruticultura irrigada nas áreas semiáridas do Nordeste brasileiro revela o verdadeiro papel das políticas estatais nesta região que possibilitaram ao capital as condições adequadas para ele se anexar e submeter novas áreas ao domínio da agricultura empresarial, voltada para atender aos interesses dos países centrais. As lógicas econômicas, sociais e culturais locais passaram a ser “arrebentadas”, demolidas, em decorrência da adoção do modelo modernizante comandado pelo capital internacional. Os perímetros irrigados, longe de representarem apenas os indícios de um desenvolvimento tutelado, trazem em si as contradições que perpassam a sociedade capitalista porque, embora sejam o resultado de investimentos públicos, o seu acesso é restrito, demonstrando-se, assim, os limites da política desenvolvimentista implementada para amainar as “desigualdades regionais” e promover o “progresso”. Os municípios que assumiram a condição de polos de desenvolvimento agrícola no Nordeste semiárido são justamente aqueles que receberam investimentos estatais e se transformaram em polos agrícolas baseados principalmente na fruticultura voltada para exportação. Na Bahia (Figura 9), basicamente todos os municípios com expressa produção de manga são também aqueles que tiveram projetos de irrigação implantados pelos órgãos estatais, DNOCS e CODEVASF (Figura 9).

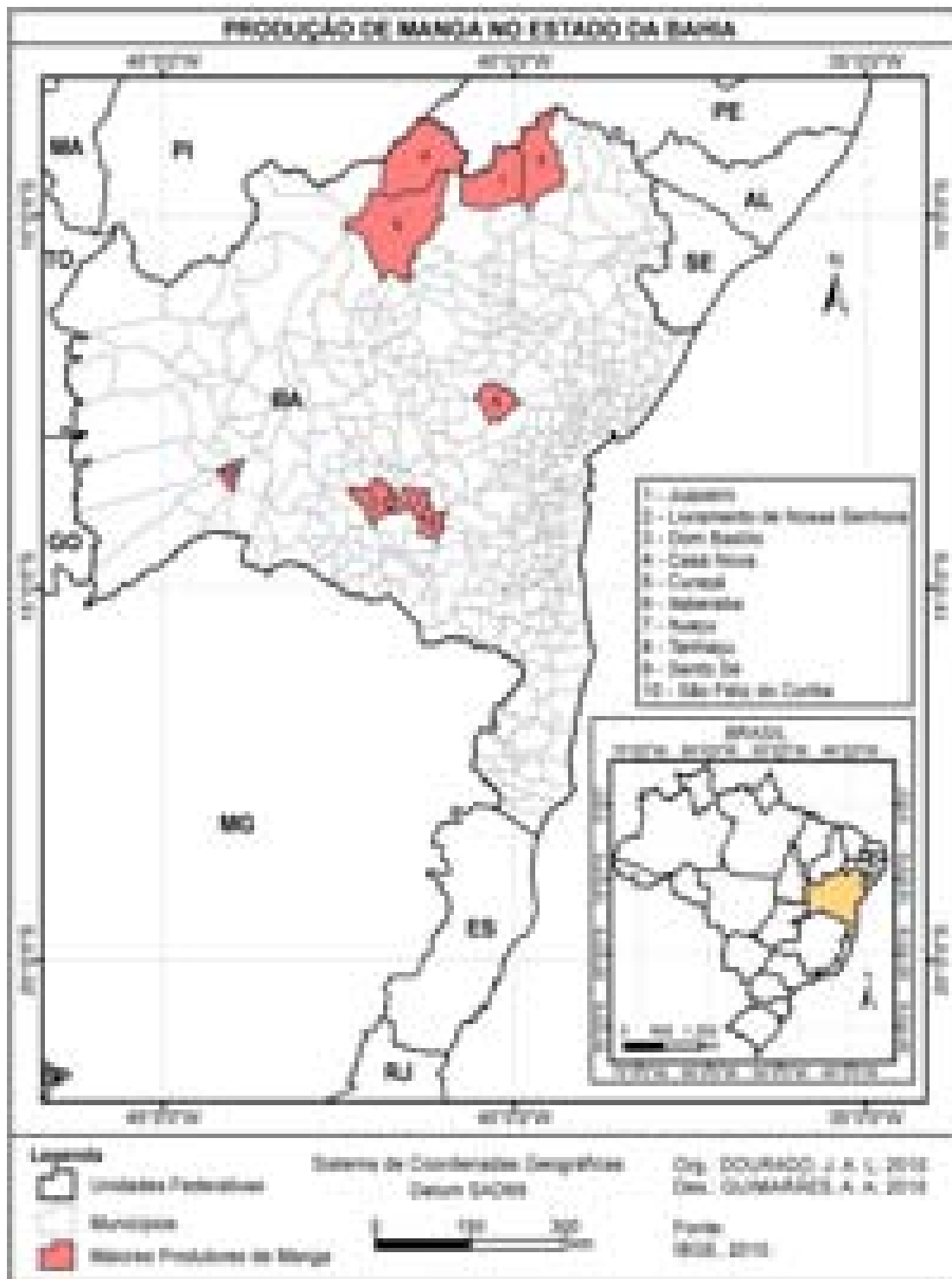


Figura 9- Maiores produtores de manga do estado da Bahia.

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE), 2010.

Organização: Dourado, J. A. L.

Designer: GUIMARÃES, A. A., 2010.

Dentre os municípios baianos produtores de manga, destacam-se Juazeiro,

Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Casa Nova, Curaçá, Sento Sé e São Félix do Coribe, todos contemplados e/ou influenciados, de alguma forma, pela Política de Irrigação, com extensas áreas irrigadas ocupadas com lavouras de manga, aspecto revelador da lógica norteadora da agricultura praticada nesses espaços. Tal lógica reflete as estratégias do processo de reestruturação produtiva do capital voltado para a produção de bens para atender o mercado e a indústria. Também o município de Bom Jesus da Lapa é grande produtor de banana na Bahia, cujas áreas são irrigadas com água do Rio São Francisco.

Nesse contexto, a formação de polos agrícolas, resguardadas as devidas diferenças, tem, assim como o oeste baiano, passado por uma complexificação nas relações de trabalho e de uso da terra. Estas mudanças, segundo Thomaz Júnior (2009, p. 206), estão intrinsecamente relacionadas aos rearranjos produtivos do capital. É feito, neste contexto, um acentuado processo de desqualificação das relações não capitalistas de produção, tidas como “atrasadas”, ao passo que a introdução de formas capitalistas de relações entre os homens e destes com a terra passam a ser preconizadas como o sinal da modernização do território. De acordo com Mendonça (2004), é fundamental fazer novas leituras do território porque a relação capital x trabalho se territorializa sob múltiplas formas, desloca e requalifica as contradições, os conceitos e as categorias. Os rebatimentos disso têm efeito direto para os diferentes sujeitos políticos (camponeses, *trabalhadores da terra* e operários) que compõem o mundo do trabalho. As reconfigurações assumidas pelo trabalho no contexto da modernização do território são reveladas através da heterogeneização na forma de subcontratação, proletarização, terceirização, entre outros elementos que acentuam a exploração do trabalho. Assim, como afirma Mészáros (2007, p. 69), “[...] o trabalho é cruelmente sujeitado à predominante tirania condicionadora do mercado”.

Ao assumir a condição de polos frutícolas, as áreas irrigadas do Semiárido acabaram vivenciando um processo de homogeneização da paisagem¹⁰², com supremacia das culturas destinadas à comercialização em mercados externos (Foto 10), como é verificado no Perímetro Irrigado do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA), pois, anterior à introdução do cultivo de manga, as lavouras eram praticadas, em sua maioria, de forma consorciadas.

¹⁰² Extensas áreas passaram a ser ocupadas por monoculturas, rompendo com a diversidade própria da policultura praticada pelos camponeses que, naquela região, historicamente desempenharam o papel de produtores de alimentos em pequenas áreas cedidas pelos latifundiários ou ainda em suas pequenas propriedades. Com a expansão do agronegócio, há mudanças nas formas e usos da terra, com a introdução de novas técnicas e tecnologias que desconsideram as práticas e saberes tradicionais dos *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*.

Como os tatos culturais da lavoura de manga são feitos principalmente por máquinas, o cultivo de outras lavouras entre as fileiras dos pomares fica inviabilizado, além do que os grandes produtores não estão dispostos a cultivar gêneros alimentícios de primeira necessidade, pois a margem de lucros com a venda destes produtos é pequena, se produzidos em baixa escala. É preciso entender que essa opção de desenvolvimento para o campo traz em si desdobramentos desfavoráveis para os camponeses e *trabalhadores da terra* porque durante o período de entressafra a monocultura de manga requer pouca mão-de-obra.



Foto 10- Paisagem homogeneizada pela lavoura de manga no Projeto de Irrigação em Livramento de Nossa Senhora (BA). Na foto, trabalhadores camponeses diaristas colhendo manga.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L

Áreas que anteriormente eram ocupadas com diversas culturas, com base no trabalho familiar camponês, atualmente servem predominantemente à mangicultura sob os moldes empresariais, cuja produção está sustentada por elevado consumo de insumos químicos, um autêntico exemplo de adesão ao pacote tecnológico da modernização. Após a

inserção da mangicultura em Livramento de Nossa Senhora (BA), as terras passam a ser subutilizadas porque contam apenas com uma única cultura (Foto 10), ao passo que poderiam aumentar a produção e a oferta de alimentos durante todo o ano. Essa “nova” realidade é o desdobramento da expansão do capital financeiro e agroindustrial materializada no espaço, sob os olhares atentos dos grandes grupos nacionais e das multinacionais, presentes, tanto através dos insumos utilizados nas lavouras quanto na aquisição de terras e na criação de infraestrutura fabril. Passado o período da safra, camponeses, *trabalhadores da terra* e trabalhadores urbanos são dispensados, em sua maioria, sem amparo legal, pois trabalhavam sem registro em carteira. Os camponeses retomam o trabalho em sua propriedade, com os tratos culturais e os preparativos das áreas a serem cultivadas, enquanto que os demais sujeitos, que estiveram temporariamente empregados no agronegócio da manga, ficam ociosos, ou procuram ocupar-se temporariamente em outras funções, muito embora nem todos conseguem um novo emprego, permanecendo nesta condição até a próxima safra de manga.

Contraponto-se ao discurso desenvolvimentista propalado pelo agronegócio, os camponeses do Assentamento do Bloco II no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA), têm demonstrado que a função dos Projetos de Irrigação pode e deve ser a policultura, haja vista que as lavouras de ciclos curtos desenvolvidas são direcionadas para o mercado local e regional, trazendo benefícios para as pessoas da região. (Foto 11). Desde 2002, ano em que os camponeses começaram a se organizar para reivindicar a distribuição dos lotes que estavam ociosos no Projeto de Irrigação, a disputa por território entre campesinato e agronegócio assumiu feições que evidenciam as contradições do campo brasileiro, como a luta dos camponeses para entrarem na terra enquanto o agronegócio usufrui de grandes áreas agricultáveis com forte apoio por parte do Estado, que institucionaliza os mecanismos para a territorialização do capital, muitas vezes através de políticas públicas que buscam retirar a atenção da questão agrária e, conseqüentemente, dos conflitos, impondo aos camponeses condições desfavoráveis para a sua reprodução.

Os camponeses do Assentamento do Bloco II no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA), mesmo ante às dificuldades de toda ordem, desde a falta de recursos financeiros até mesmo a falta de apoio político por parte de segmentos do governo local¹⁰³, têm conseguido se reproduzir por meio do trabalho na terra. A

¹⁰³ De acordo com o Sr. V. S., integrante do movimento do Assentamento do Bloco II, entre as dificuldades encontradas pelo Movimento está a perseguição por parte de algumas lideranças políticas locais que têm buscado desarticular os camponeses, destruindo suas lavouras com máquinas, além de imporem obstáculos em relação à

policultura tem sido um marco no enfrentamento político que distingue o campesinato do agronegócio no Projeto de Irrigação, demonstrando que a relação entre estes sujeitos antagônicos é caracterizada por momentos de subalternidade e por momentos resistência do campesinato ao agronegócio.



Foto 11- Camponês do Assentamento do Bloco II trabalhando na lavoura de mandioca. Em segundo plano, estão as plantações de banana e de maracujá desenvolvidas em sistema de rotação de culturas.

Fonte: Pesquisa de campo, out./2010.

Autor: SILVA, S. S.

A partir do Assentamento das famílias de camponeses no Bloco II (Foto 11), as contradições entre campesinato e agronegócio foram evidenciadas, no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, porque a ideia de que a produção de manga era a única alternativa viável para a agricultura passou a ser desconstruída devido à variedade de lavouras praticadas, como feijão, milho, mandioca, limão, goiaba, banana, maracujá, horticultura, criação de porcos e galinhas. O conflito político e ideológico entre o agronegócio e campesinato tem contribuído para o debate sobre os (dês)caminhos da agricultura no Brasil que, ao longo de

adoção de empréstimos junto ao Governo Federal. Outra estratégia utilizada para tentar coagir a ação dos camponeses tem sido a utilização de instrumentos jurídicos como liminares.

sua história, tem privilegiado as políticas de incentivo às lavouras produtoras de *commodities*. Os camponeses do Assentamento do Bloco II têm alcançado bons resultados na produção, através das culturas consorciadas, apesar de o tamanho dos lotes ser de apenas 2,5 hectares, realidade bem diferente das áreas ocupadas pela mangicultura, cujos lotes podem chegar a 27 hectares.

Comparando-se os resultados desta presente pesquisa com os obtidos por outros pesquisadores como Coelho Neto (2006), em seu estudo sobre o Projeto Formoso A/H (BA) e Sousa (2006), sobre o Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho (PE), são verificadas algumas semelhanças entre eles, das quais destaca-se o fato de a produção ser voltada para o mercado externo, a cultura da manga, expressiva nos Perímetros Irrigados do Vale do Rio Brumado (BA) e Senador Nilo Coelho (PE), ao passo que no Projeto Formoso A/H predomina a produção de banana. Em relação à produção de manga em áreas irrigadas, o município de Livramento de Nossa Senhora (BA), tem obtido resultados inferiores apenas à produção alcançada por Juazeiro, no norte do estado, cujas lavouras também se encontram em áreas de projeto de irrigação.

Na Bahia, são identificados dois polos frutícolas (Figura 10): polo frutícola de Juazeiro, localizado no Baixo Médio São Francisco e polo frutícola de Livramento de Nossa Senhora, localizado na Região Econômica da Serra Geral. Estes dois municípios detêm as maiores áreas plantadas com lavouras de manga, ocupando, respectivamente, a primeira e segunda posição no tocante à produção em toneladas. O polo frutícola de Juazeiro (BA) abrange os municípios de Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Trata-se de um dos maiores centros produtores de frutas do Brasil, contando com uma infraestrutura que possibilita a comercialização da produção nos mercados nacional e internacional. A predominância das lavouras comerciais, enquanto desdobramento da modernização agrícola, verificada nestas regiões nas últimas décadas, revela uma realidade pouco favorável aos camponeses que, embora estejam inseridos no processo produtivo, principalmente, como fornecedores de mão-de-obra, e em outros casos como pequenos produtores de manga, através da sujeição da renda da terra, não estão economicamente aptos a manterem-se na terra em virtude dos custos elevados de produção e por não disporem de recursos financeiros para usufruir do produto de seu próprio trabalho. É nesse cenário de desenvolvimento do campo que destacam-se as contradições do capital sob o prisma do conflito entre *terra de trabalho* e *terra de negócio* enquanto território em disputa entre o campesinato e o agronegócio, como expressão da luta de classes no campo.

3.2 O “Vale da Fartura” e o agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Pode-se afirmar que o fim dos anos 1980 e o início da década de 1990 representou um marco para a agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA), com profunda mutação na paisagem agrícola devido à expansão da mangicultura. Para viabilizar a territorialização do agronegócio, fez-se necessário forjar uma crise na produção de alimentos, no Projeto de Irrigação, com vistas a justificar a introdução da monocultura de manga. Era necessário criar os mecanismos capazes de tornar a transição da agricultura camponesa para o agronegócio menos evidente possível e nada mais conveniente, e convincente, que a falência do tipo de agricultura até então praticado. Nesse contexto, a produção de feijão, milho, mandioca e arroz passou a não encontrar mercado para a sua comercialização, situação agravada pela subordinação dos camponeses à cooperativa criada pelo DNOCS, para tratar dos interesses dos irrigantes. Segundo relatos de alguns dos camponeses entrevistados, este foi um aspecto que muito contribuiu para desencadear a crise entre os irrigantes, ocorrida logo nos primeiros anos de operação do projeto de irrigação.

De acordo com o Sr. A. O., a imposição da cooperativa acarretou o “endividamento dos irrigantes junto ao banco, o enfraquecimento da terra e a redução da produção, levando muitos a venderem seus lotes, que passaram a ser ocupados pela lavoura de manga”. Frente ao exposto retoma-se a discussão sobre os desdobramentos da adoção dos pacotes tecnológicos como instrumentos basilares para a modernização da agricultura, por considerar que estes são possuidores de uma lógica contrária ao modo de produção camponesa, pautado em uma relação menos predatória com a natureza e sem a preocupação com o aumento constante na produtividade. Os resultados dos pacotes tecnológicos no campo geraram, muitas vezes, a expulsão dos camponeses devido aos elevados custos financeiros com a compra de agrotóxicos, sementes e equipamentos, bem como devido à inadequação do camponês ao “moderno” processo de produzir, vinculado à utilização intensiva do solo com culturas exógenas.

A crise na policultura praticada no Perímetro Irrigado do Rio Brumado em seus primeiros anos representou a riqueza de poucos produtores, sobretudo, os médios e grandes, através da compra de mais lotes, que puderam assim ampliar a sua produção, já que no início dos anos 1990 não havia ainda a prática de arrendamento de lotes, como vem ocorrendo nos últimos quatro anos. Portanto, a crise provocou a expulsão de uma parcela considerável de camponeses assentados, pois, segundo informações obtidas durante uma entrevista com o

presidente da ADIB, aproximadamente 50% dos irrigantes assentados venderam o direito de uso dos lotes.

Passados os primeiros anos da experiência-piloto, no início dos anos 1990, os irrigantes com poucos recursos financeiros acabaram por vender seus lotes, ou aqueles que puderam continuar na terra, passaram a cultivar manga. As lavouras de banana, feijão e arroz cultivadas até então foram erradicadas para dar lugar à monocultura da manga. Arguido sobre os motivos que o levou a erradicar culturas desse tipo, o irrigante H. L. (58 anos) afirmou que, em 1991, a “manga se transformou numa 'febre' e todo mundo passou a erradicar as outras lavouras. Como os outros já tinham obtido sucesso, eu procurei ir junto.” Pelo relato do produtor H. L. (58 anos), percebe-se que os investimentos na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA) acabaram ficando limitados apenas ao Projeto de Irrigação, mais especificamente, à mangicultura. Outro aspecto que interferiu negativamente para que a produção de gêneros de primeira necessidade entrasse em colapso foi a invasão do mercado local com os produtos de outros centros de produção, como o arroz do Rio Grande do Sul, o alho importado da Argentina e o feijão produzido nos municípios de Barreiras e Irecê, ambos no próprio estado da Bahia. Fica evidente assim não ser possível analisar a crise da lavoura de grãos em Livramento de Nossa Senhora (BA) sem associá-la aos efeitos da modernização da agricultura, pois o processo iniciado no Brasil a partir da Região Sul do país trouxe consequências para a agricultura local, como a substituição do policultivo, tido como “atrasado” pela agricultura empresarial, que é o exemplo do que há de “moderno” e mais adequado para o campo.

As transformações em função da modernização da agricultura não ocorreram apenas no âmbito da produção agrícola, mas também no plano imaterial, subjetivo, pois, foram introduzidos novos costumes, sendo muitos deles substituídos como é o caso do uso do arroz produzido em Livramento de Nossa Senhora pelo arroz do tipo agulhinha, produzindo no Sul do país. Outra mudança verificada é a substituição do uso da banha animal pelo uso do óleo vegetal de soja, aspectos que demonstram como estão orquestradas os projetos de desenvolvimento impostos pelo capital, que desarticulam as tradições, introduzem novos costumes, tudo isso, com o objetivo de manter a sua reprodução ampliada.

Face à essa realidade, é importante reconhecer as mudanças na dinâmica espacial de Livramento de Nossa Senhora (BA) com o incremento da produção de manga para exportação, dada a chegada de empresários de outras regiões que passaram a investir na compra de terras e na criação de infraestrutura (construção de galpões e *packing houses*) para

o tratamento pós-colheita da fruta mas antes de sua comercialização. As mudanças não se restringiram apenas ao espaço agrário, com o aumento significativo do uso de insumos e máquinas na lavoura; o perímetro urbano conheceu naquele mesmo período um crescimento acentuado, tanto nas áreas periféricas quanto no centro.

O polo frutícola de Livramento de Nossa Senhora (BA) (Figura 11)¹⁰⁴ engloba os municípios de Dom Basílio, Paramirim, Rio de Contas, Ituaçu e Tanhaçu. Parte da produção de manga daquele polo frutícola é comercializada no mercado interno, com a predominância do mercado da Região Sudeste do Brasil¹⁰⁵, muito embora sejam estabelecidas comercializações com a Região Sul¹⁰⁶ e com a Centro-Oeste¹⁰⁷. As frutas com qualidade inferior, conhecidas localmente como “refugo” (manga manchada, machucada, pequena), são destinada ao mercado regional, como Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana e em Salvador (na Feira de São Joaquim), mercados tradicionalmente menos exigentes, onde as frutas são vendidas nas feiras livres e supermercados e frutarias.

¹⁰⁴ As principais variedades de manga cultivadas no Polo Frutícola de Livramento de Nossa Senhora são *Tommy Atkins*, *Haden*, *Keitt*, *Palmer*, *Van Dyke* e *Rosa*. Porém a variedade *Tommy Atkins* é predominante no projeto de irrigação, seguida das variedades *Rosa* e *Palmer*.

¹⁰⁵ São Paulo (54%), Rio de Janeiro (15%), Minas Gerais (4%) e Espírito Santo (7%). Dados referentes à safra de 2009. Informação cedida pela ADAB.

¹⁰⁶ Rio Grande do Sul (4%) e Paraná (6%). Dados referentes à safra de 2009. Informação cedida pela ADAB.

¹⁰⁷ Goiânia e Brasília (1%). Dados referentes à safra de 2009. Informação cedida pela ADAB.

Polo Frutícola Livramento de Nossa Senhora - BA

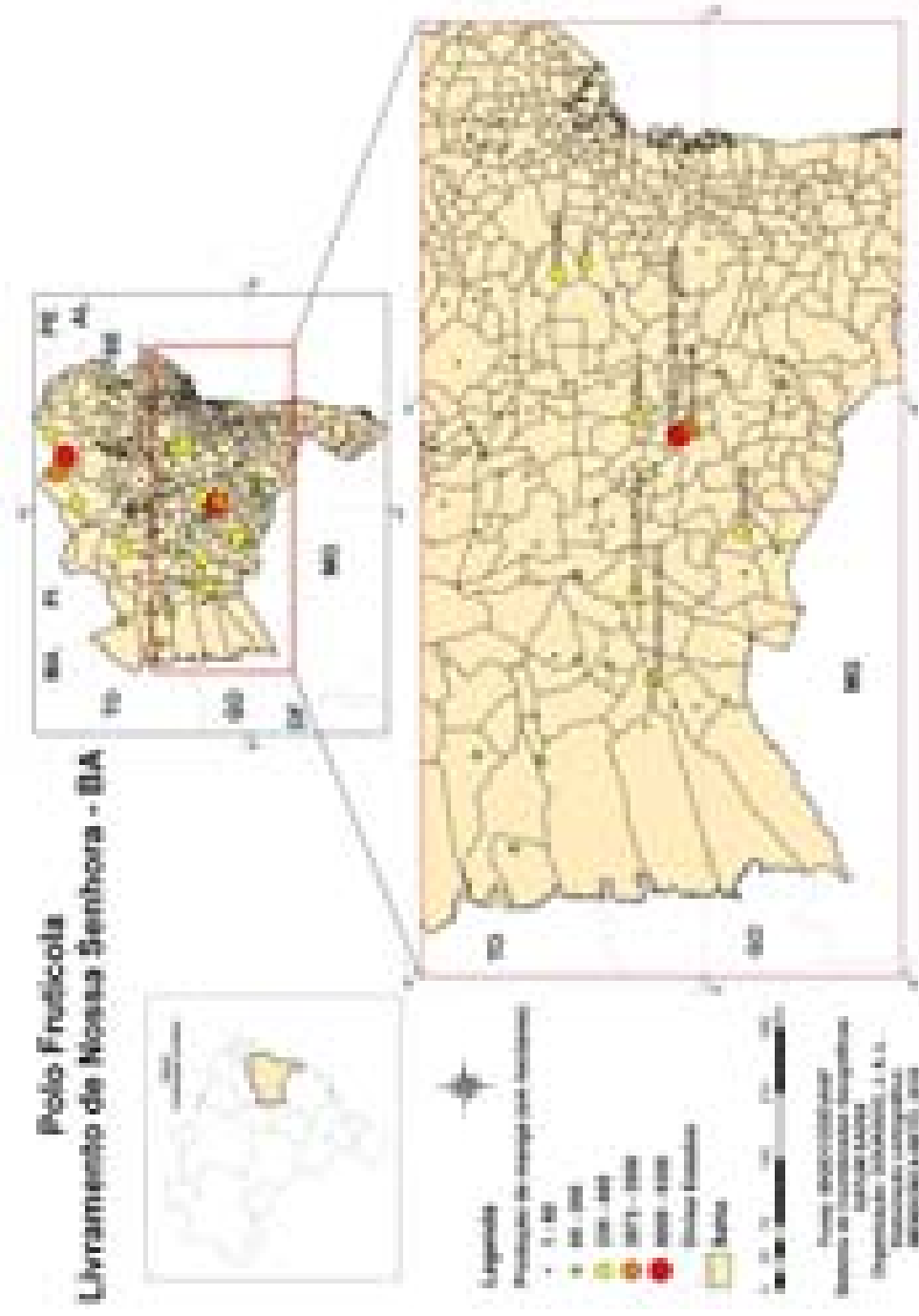
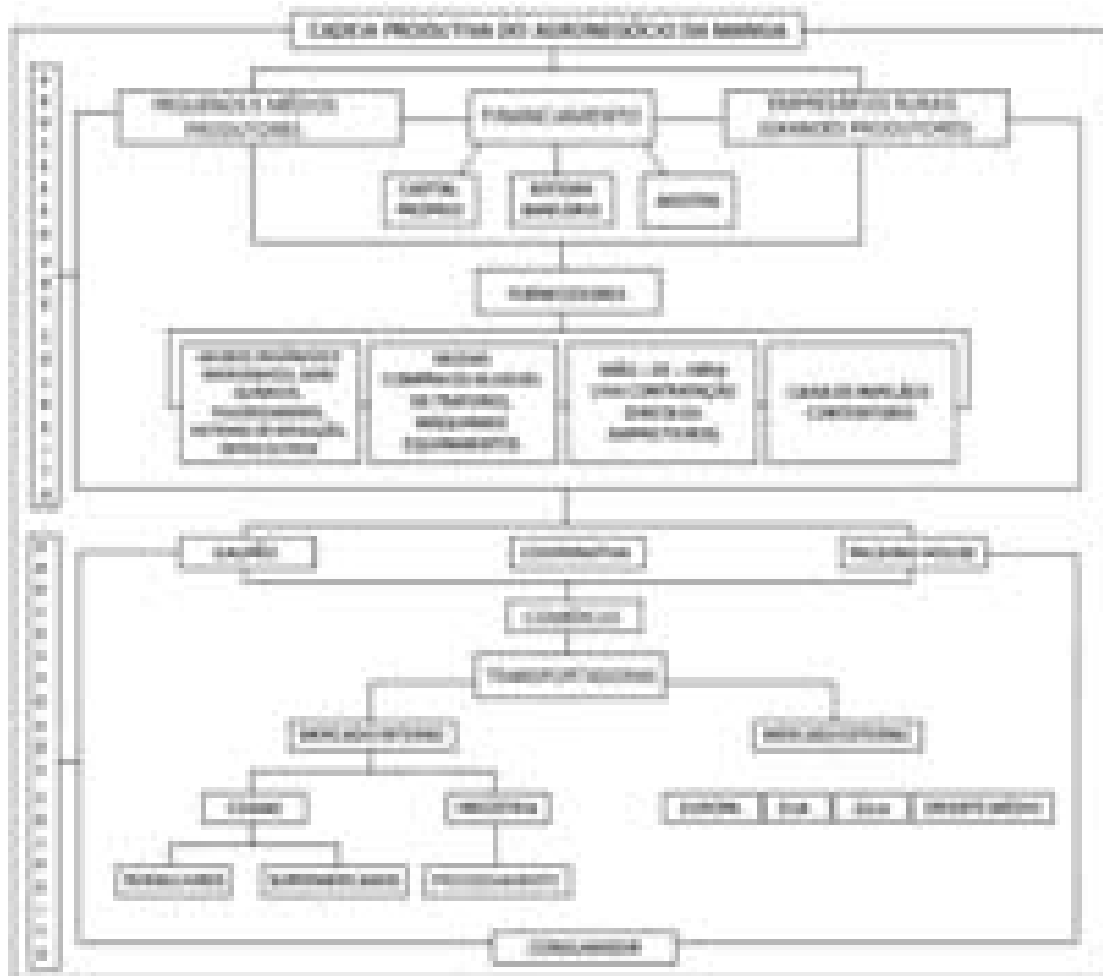


Figura 11 - Polo Frutícola Livramento de Nossa Senhora - BA
 Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).
 Elaboração Cartográfica: MENDONÇA NETO, W. L.
 Fonte: IBGE/CODEVASF Sistema de Coordenadas Geográficas DATAM SAD69

Durante a pesquisa de campo foi possível verificar que algumas áreas cultivadas com a variedade *Tommy Atkins* foram substituídas pela manga *Palmer*, em virtude desta ter apresentado um crescimento de seu mercado consumidor, apresentando melhor valorização. Isso se deve ao fato do mercado da manga *Tommy Atkins* ter atingido o ponto de saturação, segundo informações dos próprios produtores.

Após a consolidação do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA), as dinâmicas espaciais sofreram alterações, como a subordinação da agricultura à indústria, a intensificação dos fluxos econômicos e de pessoas com outros centros produtores e consumidores do país e mudanças nas relações de trabalho. Como desdobramento dessa nova realidade, a cidade passou a necessitar de uma infraestrutura mínima para atender às demandas dos setores envolvidos na cadeia produtiva do agronegócio da manga (Fluxograma 2), favorecendo-se, assim, o crescimento do número de estabelecimentos comerciais voltados para o setor agrícola. A integração do município ao mercado global se dá, principalmente, por meio das exportações e da compra de insumos e máquinas, haja vista não se registrar a presença de indústrias processadoras da fruta em Livramento de Nossa Senhora (BA). Essa modernização da agricultura encontra-se atrelada ao capital industrial e financeiro, cujas operações ocorrem em distintos níveis de escala (regional, nacional e internacional), desde o financiamento da produção até a sua etapa final, ou seja, o consumo do produto *in natura* ou processado pela indústria.

A modernização da agricultura em Livramento de Nossa Senhora (BA), assim como ocorreu nos demais lugares, não se efetivou de maneira homogênea, abrangendo todos os setores agrícolas e espaços; apenas no cultivo de manga, cujas relações de produção passam a ser eminentemente capitalistas, havendo, pois, uma reestruturação do processo produtivo. Desde a aquisição de novas terras, passando pela contratação de mão-de-obra, compra de insumos, máquinas, caixas para embalar o produto até o transporte de cargas dependem de como o mercado vai assimilar a produção da manga. Isto, por sua vez, interfere de maneira direta na dinâmica da cidade, pois, quando os produtores não conseguem preços satisfatórios para a sua produção, reduzem-se as transações comerciais, em todos os setores do comércio, desde o setor de alimentos até o de material para construção civil.



Fluxograma 2 – Cadeia Produtiva da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Fonte: Pesquisa de campo, set/2010.

Organização: DOURADO, J. A. L., 2010

Para dar suporte ao agronegócio e permitir a sua expansão fez-se necessário criar uma rede de serviços. A cadeia produtiva do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) pode ser dividida em duas etapas: pré-colheita e pós-colheita. As atividades pré-colheita envolvem diversos segmentos que vão desde a produção de mudas, o sistema de crédito bancário e decorrente de agiotas, fornecimento de caixas de papelão e plástico (contentores), mão-de-obra, comércio de insumos e aluguel e compra de máquinas. Em relação ao processo de pós-colheita, as atividades referem-se à embalagem e ao transporte da fruta, que geralmente ocorrem nos galpões e nas *Packing houses*. Completando o processo de pós-colheita, têm-se os serviços das transportadoras, já que muitos donos de galpão preferem contratar este serviço a ter seu próprio transporte, pois, segundo os próprios produtores, é

mais viável pagar o valor de um frete para São Paulo¹⁰⁸, que dispor de transporte próprio.

Estas etapas são integradas, pois o avanço das técnicas e da tecnologia tem proporcionando o prolongamento e o planejamento das safras, de modo que o produtor pode escolher em quais meses deseja realizar a colheita da fruta. Esse planejamento leva em consideração, os meses em que a oferta da fruta no mercado seja reduzida, aproveitando que outros centros produtores de manga como Espírito Santo e Santo Paulo não conseguem estabelecer um planejamento tão eficiente da safra por conta das condições climáticas pouco favoráveis. Vê-se que, indústria e agricultura estão intrinsecamente relacionadas, visto que cada vez mais a indústria passa a processar os produtos da agricultura, além do que as lavouras comerciais desenvolveram uma completa dependência em relação à indústria, em função do grau de mecanização do processo produtivo.

A introdução do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) representou a inserção deste município no mercado globalizado do capital. Assim, ele passaria a se relacionar com o mercado internacional através das transnacionais do setor de insumos e fertilizantes (Bayer, Du Pont e Monsanto, por exemplo) e máquinas, evidenciando como a substituição da agricultura camponesa pelo agronegócio possui um componente estratégico pouco explicitado, pois favorece a territorialização do grande capital internacional que por meio dos pacotes tecnológicos, estende sua área de influência por todos os lugares do globo. (Quadro 5) Atualmente na cidade, existem seis estabelecimentos voltados para a comercialização de produtos agrícolas utilizados na produção de manga (Dantas Produtos Agrícolas, Casa do Agricultor, Nutrimaqui¹⁰⁹, Agropires, Casa do Lavrador e Plante Bem). Alguns dos donos de estabelecimentos comerciais revendedores de insumos e fertilizantes agrícolas são proprietários de grandes lavouras de manga.

¹⁰⁸ Em média, o aluguel de um caminhão para transportar 15.000kg até o CEASA da capital de São Paulo custa R\$ 1.900 reais, segundo informações obtidas em setembro de 2010 em entrevista com os donos de galpões.

¹⁰⁹ Este estabelecimento revendedor de insumos e máquinas agrícolas foi implantado em Livramento de Nossa Senhora em maio de 2010, fato esse que comprova as boas expectativas dos empresários em relação ao agronegócio da manga.

Quadro 5– Relação dos principais insumos utilizados na produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Produto	Fabricante/Importadora	Origem	Classe
Lorsban 480 BR	Dow Agrosciences	Estados Unidos da América	Inseticida
Kasumin	Arysta LifeScience	Japão	Fungicida
Polytrin 400 CE	Syngenta	Suíça	Inseticida
Amistar WG	Syngenta	Inglaterra	Fungicida
Actara 250 WG	Syngenta	Áustria	Inseticida
Cabrio Top	Basf	Índia	Fungicida
Revus	Syngenta	Suíça	Fungicida
Targa	Arysta LifeScience	Japão	Herbicida
Joinst Oil	Dow Agrosciences	Brasil	Hidrocarboneto alifático
Glifosato	Monsanto	Índia/ Taiwan	Herbicida
Klorpan	Excel Industries Limited	Índia	Inseticida
Brasão	Jiangsu Changlog Chemicals C.O	Índia	Inseticida
Alto 100	Bayer	Suíça	Fungicida
Cutá	Syngenta	*	*
Lanate	Du Pont	*	*
Vertimex 18 EC	Syngenta	*	*
Herbanox	Basf	*	*

Fonte: Pesquisa de Campo, Set./2010.

Organização: DOURADO, J. A. L.

Dados não disponibilizados pelo fabricante.

Vê-se claramente a integração de Livramento de Nossa Senhora (BA) com o mercado mundial de produção de agrotóxicos, visto que as lavouras de manga em escala comercial exigem a utilização intensiva desses produtos. As transnacionais do setor de agrotóxicos utilizam a estratégia da produção fragmentada, sendo que muitas vezes produz-se a matéria-prima em um país e faz a sua formulação em outro país. Assim, a modernização da agricultura está associada ao movimento global do capital, que busca, através da fragmentação da planta fabril, desarticular a massa de trabalhadores, evitando assim a sua organização. O mercado de agrotóxicos para a fruticultura é dominado por poucas corporações, com destaque para a Syngenta, a Basf, a Bayer e a Monsanto que controlam frações significativas do mercado mundial.

Durante entrevista, o Sr. M. D. (79 anos) relatou que “esse povo dono de casas de produtos de lavouras fica cada vez mais rico, enquanto o pequeno produtor permanece na mesma situação. Isso tem cabimento? Não tem não”. O relato do camponês, deixa evidente

que o capitalismo ao se expandir, cria um sistema de dominação e submissão dos agricultores, principalmente os camponeses, de modo a frear a sua emancipação frente ao capital hegemônico. Vê-se que a introdução da monocultura da manga impõe para o camponês produtor de manga uma forma de produzir, sob o prisma da modernização agrícola, totalmente distante de suas possibilidades econômicas. Essa lógica do grande capital cria uma trama de relações com resultados profundamente danosos para os camponeses, ocasionando, muitas vezes, seu endividamento e sendo responsável, em determinadas situações, por sua proletarianização.

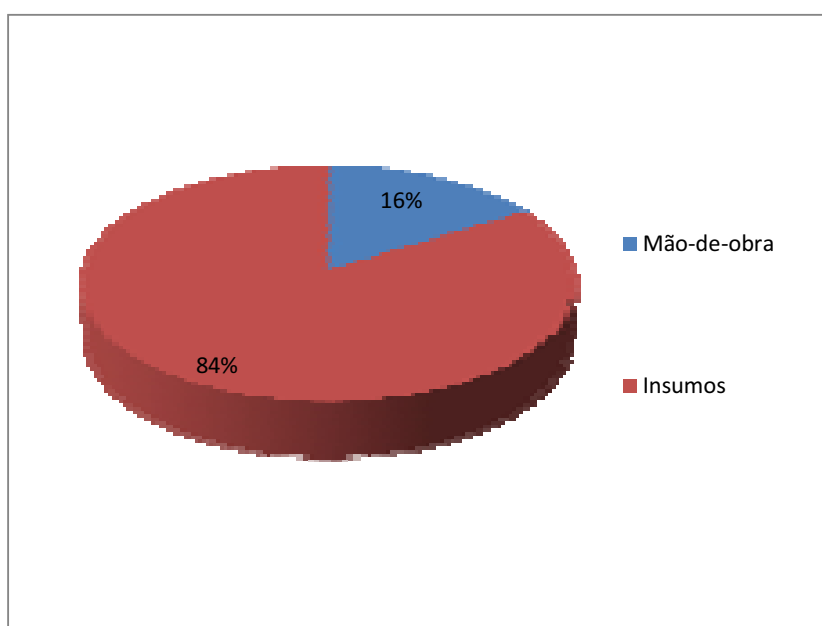


Gráfico 2 – O que mais encarece a produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 23 produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Quando perguntados sobre o que mais encarece a produção, 84% dos produtores (Gráfico 2) afirmaram que os insumos são os responsáveis pelos maiores gastos na produção de manga e não a mão-de-obra, como se poderia supor. Isso se deve ao fato de haver um excedente de mão-de-obra ociosa à espera da safra da manga para poder ser assimilada pelo mercado de trabalho. Para produzir um kg de manga os produtores gastam, em média, entre R\$0,25 e R\$0,30, chegando a comercializar o kg da fruta, em média, a R\$0,80, podendo-se alcançar nos períodos considerados como “janelas de mercado”¹¹⁰ preços de até R\$2,00.

¹¹⁰ Este termo refere-se aos períodos em que a produção de manga de Livramento de Nossa Senhora não enfrenta

Quanto à localização dos galpões e *Packing houses* a estratégia foi construí-los próximo à Rodovia Estadual BA-148 e à mão-de-obra. A Rodovia BA-148 é a principal via de saída para a produção agrícola do município para os seus vários destinos no mercado nacional, inclusive os portos de Ilhéus e Salvador, de onde se exporta a fruta. Como a maioria dos trabalhadores da manga é oriunda da periferia da cidade¹¹¹, mais especificamente dos bairros Taquari, Benito Gama, Piçarrão e Jurema, os empresários da manga procuram construir os galpões e *Packing houses* próximos a estes bairros, facilitando assim o acesso dos trabalhadores, principalmente durante os meses de safra, quando o volume comercializado exige que os produtores façam a liberação da carga com agilidade, necessitando-se também estender a carga de trabalho para atender os contratos de venda.

Às margens da Rodovia BA-148 estão localizados 13 galpões, alguns deles utilizados no período da entressafra da manga para a comercialização do maracujá amarelo, que também é produzido no município, em pequenas áreas, pelos camponeses. O Galpão Frutas Izê, por exemplo, funciona durante todo o ano, pois além da manga, comercializa maracujá, pinha, melão e mamão, embora a maior parte das vendas seja de manga. Há galpões menores, com instalações precárias e inacabadas, que contam com um banheiro apenas para o uso dos trabalhadores e trabalhadoras, não dispõem de cantina, escritório e luminosidade adequada. Na maioria dos galpões visitados os trabalhadores tinham que levar água para tomar porque os patrões não forneciam nem água nem lanche (Foto 6), como relata a trabalhadora J. A. S. (35 anos) “[...] tem galpão que nem água para beber você acha, é assim, tem uns que nem banheiro tem, a gente se vira [...]” .

concorrência de nenhum outro polo produtor da fruta, como Juazeiro (BA), Petrolina (PE), Monte Alto (SP) e Espírito Santo. A prática de indução floral buscando estas janelas de mercado é cada vez mais constante entre os produtores de manga, medida que tem garantindo-lhes ótimos negócios.

¹¹¹ Gonzales e Bastos (1982, p. 5) denominam essa modalidade de trabalhador como “volante”. Mais recentemente, Thomaz Júnior (2002) também utilizou esse termo para referir-se a uma das categorias de trabalhadores do setor sucroalcooleiro paulista. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 206). De acordo com Gonzales e Bastos (1982, p. 35) “denomina-se 'volante' o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se desloca continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais”.



Foto12 – Galpão localizado no Bairro Taquari, nas proximidades da Rodovia BA-148. Este galpão funciona apenas no período de safra da manga. Ao fundo trabalhadores realizam a seleção, embalagem e empilhamento das caixas de manga. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

Outros galpões, por sua vez, possuem instalações modernas, com escritório, cantina, banheiros separados para homens e mulheres, boa ventilação e luminosidade (Foto 13). Um aspecto verificado nos galpões de grande porte e *Packing houses* visitados foi a localização estratégica do escritório, no primeiro piso, com janelas de vidro, o que permite ao empregador ter uma visão de toda a área onde são realizadas as tarefas de seleção, embalagem e empilhamento das caixas antes de ir para os caminhões, de modo que esse pode controlar todos os trabalhadores de seu escritório. Em todos os galpões visitados a limpeza fica por conta dos funcionários que antes de terminarem o expediente, fazem a organização das instalações, como a limpeza no chão e empilhamento de caixas e contentores. Geralmente as mulheres fazem a limpeza do galpão e os homens se encarregam de empilhar as caixas, embora, tenha sido verificado, em alguns momentos funcionários do sexo masculino realizando a limpeza do galpão.



Foto 13 – Galpão localizado às margens da Rodovia BA-148, no Bairro Piçarrão. Trata-se de um galpão com boas instalações, sendo um dos maiores da cidade. Livramento de Nossa Senhora (BA).
Fonte: Trabalho de campo, set./2010.
Autor: DOURADO, J. A. L.

Como os produtores estão buscando cada vez mais competitividade em relação ao mercado nacional, estes têm procurado fazer o planejamento da safra de acordo com as “janelas de mercado”, conseguindo, desta forma, estender a produção, como ocorreu em 2010 quando a safra iniciada em maio foi prolongada até novembro. Utilizando modernas técnicas de indução floral, os produtores conseguem planejar a produção, de modo que a colheita da fruta ocorra durante os meses em que a oferta de manga no mercado é, geralmente, menor, fugindo assim da concorrência de outros estados como São Paulo e Espírito Santo. A indução floral é possível em função da utilização de agroquímicos que interferem no metabolismo da planta, determinando em qual época do ano deverá ocorrer a floração.

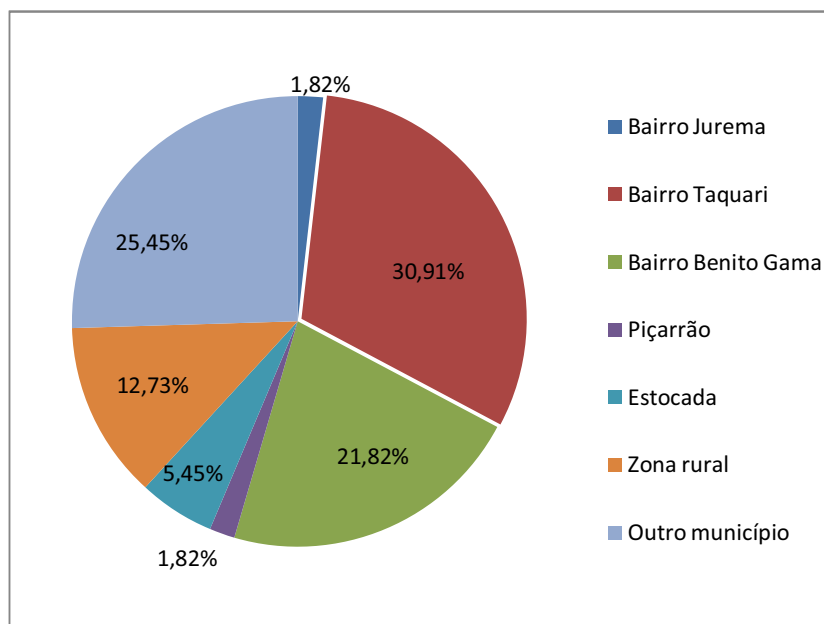


Gráfico 3 – Local onde residem os trabalhadores da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Dados referentes aos 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

A mão-de-obra é constituída predominantemente por moradores da periferia da cidade (Gráfico 3), principalmente dos bairros Taquari e Benito Gama, de onde sai a maior parte da mão-de-obra empregada na produção de manga. Os moradores destes bairros, principalmente os do Benito Gama, trabalham temporariamente na produção de manga nos meses de safra, ficando desempregados nos meses de entressafra. Um trabalho realizado pela Congregação Irmãzinha da Imaculada Conceição¹¹², da Igreja Católica, em Livramento de Nossa Senhora (BA) no Benito Gama (Foto 14) revelou que das 520 famílias moradoras deste bairro, 206 se consideram lavradoras, mesmo morando na cidade. A partir desses dados, pode-se inferir que tratam-se de camponeses que migraram para a cidade e que ainda continuam buscando o seu sustento por meio do trabalho na terra. Ainda nesse mesmo levantamento, foi detectado que, das 30 ruas existentes no bairro apenas 7 possuem cobertura

¹¹² A Congregação Irmãzinha da Imaculada Conceição, sob a coordenação da Freira Irmã Helena, vem desenvolvendo um trabalho alternativo junto à comunidade do Benito Gama, oferecendo curso de confecção de bancos para assento (conhecidos como *puf*) feitos com garrafas PET, papelão e retalhos de *jeans*. Segundo a coordenadora, esse projeto tem como principal objetivo desenvolver ações no sentido de contribuir para a geração emprego e renda, como forma de promoção da cidadania. A proposta inicial do projeto era contemplar 30 mulheres, porém apenas 12 frequentam as aulas, ministradas uma vez por semana, sempre no período vespertino, em uma casa alugada pela Congregação no próprio bairro. Neste levantamento, foi verificada a existência de muitas pessoas com problemas mentais, algumas delas assistidas pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

asfáltica, com um serviço de coleta de lixo e limpeza pública precário. Está em fase de conclusão a construção de 180 casas populares, financiadas com recursos da Caixa Econômica Federal.



Foto 14 – Bairro Benito Gama, criado na década de 1980. Livramento de Nossa Senhora (BA).
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: DOURADO, J. A. L.

Nesse sentido, percebe-se que a demanda de mão-de-obra por parte do agronegócio da manga tem sido atendida satisfatoriamente, de modo que este bairro assumiu a função de abrigar e fornecer mão-de-obra barata e facilmente explorável, em função do desemprego e das condições precárias de vida de sua população. Pelo fato de passar a maior parte do ano desempregada, a população destes bairros está sujeita aos empreiteiros, que exploram sua força de trabalho na produção de manga, uma forma de terceirização muito lucrativa para o agronegócio. Desta forma, concorda-se com Antunes (2007, p. 214) quando destaca que “[...] o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores [...]”, pois este muito mais contribui que dificulta a sua reprodução ampliada. As desigualdades materializadas nestes bairros refletem a própria estrutura econômica, política e

social do capitalismo, no qual as diferenças de classes são materializadas em forma de diferentes espaços.

Estes dados confirmam a tese levantada pela ex-funcionária da EMATER entrevistada de que este bairro, Benito Gama, foi criado para abrigar os expropriados pela implantação do Projeto de Irrigação, em um primeiro momento, e posteriormente, para a massa de camponeses que migrou do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Para a Sra. I. A.,

Então, surgiu o bairro do Benito Gama, que foi pessoas que foi saindo, o prefeito da época, Dr. Emerson fez um loteamento lá por cima e as pessoas foram fazendo seus casebres para sair da propriedade e viver na periferia da cidade e isso traz problema até hoje. Nós temos um bairro muito grande periférico, onde as pessoas não têm acesso a educação, não tem acesso a uma família decente, não tem acesso a muita coisa, a transporte, mas eles sobreviveram. (Informação verbal, Livramento de Nossa Senhora, março de 2010).

Durante o trabalho de campo verificou-se a existência de trabalhadores vindos de povoados da zona rural de Livramento de Nossa Senhora, como Monteiro, Cana Brava, Pernambuco, Itaguaçu e Rocinha, além de municípios vizinhos como Paramirim (mais especificamente do Povoado de Caraíbas, zona rural), Brumado e Rio de Contas, sendo que neste último os trabalhadores moram na cidade. Essa migração de trabalhadores efetuada pelo e para o capital, de acordo com Thomaz Júnior (2002, p. 208), “[...] permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola, onde a arregimentação da força de trabalho ultrapassa não só os limites municipais, regionais, mas também estaduais”. A proximidade dos galpões e *Packing houses* com as áreas fornecedoras de mão-de-obra é um importante meio de controle do produtor em relação ao trabalhador. Há também a redução dos custos com transporte para os empresários em função da proximidade do local de trabalho com o local de morada. Como a maioria dos galpões e *Packing houses*¹¹³ estão localizados no perímetro urbano, o deslocamento fica por conta dos próprios trabalhadores, que vão à pé, de bicicleta ou ainda de motocicleta.

Os camponeses¹¹⁴ (volantes e boias-frias) são geralmente empregados nos

¹¹³ Apenas duas *Packing houses* estão localizados fora do perímetro urbano (Rifrutal e Frutex). Recentemente, em 2008 o Sr. R. R., primeiro produtor de manga em escala comercial de Livramento de Nossa Senhora, desativou a *Packing house* que havia em sua fazenda localizada no entorno do projeto de irrigação. Segundo o produtor, a desativação se deu em virtude dos elevados gastos com manutenção dos equipamentos e pelos baixos preços obtidos com o comércio da fruta no mercado internacional.

¹¹⁴ Geralmente os camponeses que buscam trabalho na produção de manga são aqueles que praticam as “roças de chuva”, lavouras de ciclo mais curto como feijão, melancia e milho.

processos de pré-colheita e na própria colheita da fruta. Como já possuem tradição com o trabalho na agricultura, fazem serviços de limpeza, poda, inspeção dos sistemas de microaspersores, aplicação de agrotóxicos, entre outras atividades. Geralmente estes trabalhadores são agenciados por empreiteiros (“gatos”) que, diariamente, vão buscá-los em suas localidades, sendo estes transportados em ônibus e caminhonetes até as lavouras. (Fotos 15 e 16). Os camponeses são provenientes de diversas localidades do município e durante o período de estiagem buscam, através do trabalho na produção de manga as condições de sobrevivência, evitando assim a migração para outras regiões do país.

Os empreiteiros passam diariamente recolhendo os camponeses em seus locais de origem por volta das 05h00min trazendo-os de volta a partir das 16h00min. Os trabalhadores urbanos ficam à espera do transporte em diversos pontos da cidade, como os bairros da Estocada, Taquari, sendo que este último também é o ponto de espera dos trabalhadores do Benito Gama. A Praça do Bom Jesus, localizada no bairro Taquari (Foto 15) serve como um ponto de apoio, onde os camponeses e trabalhadores urbanos são contados e distribuídos em veículos diferentes, a depender do local das plantações, que pode estar a até 50km de sua residência. As ferramentas de trabalho utilizadas pelos trabalhadores são fornecidas pelo empreiteiro ou produtor de manga, porém, a alimentação e a água a serem consumidas durante o dia de trabalho são de responsabilidade do trabalhador, o que desrespeita os direitos trabalhistas.

Durante a pesquisa de campo verificou-se, ser comum, encontrar vários membros de uma mesma família trabalhando na produção de manga, como pais e filhos, irmãos e primos, que passam a trabalhar apenas com um único empreiteiro como uma espécie de trabalhador “cativo”, sem nenhum vínculo empregatício. Há casos em que os trabalhadores trabalham a safra toda com o mesmo empreiteiro e, mesmo, assim, não tem registro em carteira.



Foto 15 - Trabalhadores urbanos aguardando a chegada do transporte que irá levá-los até as lavouras de manga. Homens, mulheres e adolescentes aguardam a distribuição feita pelos empreiteiros.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

Durante a pesquisa de campo, um trabalhador relatou que já havia sofrido um acidente em trabalho, enquanto era feito o carregamento do caminhão para ser despachado. Segundo este trabalhador, de nome D. M. dos S. (27 anos), durante o período em que ficou de repouso, por conta da queda sofrida de cima do caminhão, na qual teve lesões no ombro e no braço, não recebeu nenhum amparo por parte do empregador. Embora não se tenha conhecimento sobre a ocorrência de muitos acidentes de trabalho, isso não significa que eles não ocorram, pois não há nenhum levantamento sobre essa questão. Há, entre os trabalhadores, queixas frequentes sobre dores musculares, nas costas e pernas, bem como inchaço nas pernas e dores nos quadris, principalmente as mulheres que trabalham entre 8 e 10 horas em pé, embalando manga.

Em alguns casos, as condições em que os trabalhadores são transportados não respeitam as normas de segurança, colocando a vida deles em risco. Durante os períodos de safra geralmente os ônibus viajam com lotação acima da capacidade, chegando a levar entre 70 a 80 trabalhadores. Quando os empreiteiros são contratados por produtores que possuem

terras fora da área do Projeto de Irrigação, ou quando a quantidade de trabalhadores é superior à capacidade do ônibus, os empreiteiros utilizam outros veículos, geralmente caminhonetes (Foto 16) onde os trabalhadores são transportados sem nenhuma segurança. Os trabalhadores são acondicionados nas carrocerias das caminhonetes sem proteção conta sol, chuva ou ainda em situações mais graves, como no caso de acidente estão totalmente expostos e sem nenhum direito trabalhista garantido. A situação ainda é mais crítica para os trabalhadores que carregam os caminhões nas lavouras, pois na maioria das vezes, quando retornam com os caminhões carregados, os trabalhadores fazem o trajeto até os galpões sobre a carga, correndo sérios riscos.



Foto 16 - Trabalhadores sendo transportados para as lavouras de manga.

Fonte: Pesquisa de campo, agos./2010.

Autor: DOURADO, J. A. L.

Livramento de Nossa Senhora (BA) conta atualmente com cinco *Packing houses* e aproximadamente 15 galpões. A maioria dos galpões funciona apenas no período de safra. Quando os resultados com a comercialização da safra são satisfatórios para os donos de galpões, estes mantêm os estabelecimentos no seguinte ano. Desse modo, muitos

estabelecimentos são abertos e, logo em seguida, desativados por questões financeiras ou por falta de experiência dos próprios produtores de manga na comercialização da produção. A ausência de organização entre os produtores é um dos fatores que prejudica o setor frutícola em Livramento de Nossa Senhora (BA), visto que a comercialização da produção é feita individualmente. Apenas os associados da COPEFRUL¹¹⁵ comercializam a produção de forma cooperada. Essa falta de organização se torna mais danosa principalmente para os camponeses que produzem manga em seus lotes, já que estes acabam vendendo a sua produção para os donos de galpões e *Packing houses*. Ao se vender a produção para o dono do galpão a renda deixa de ser apropriada pelo camponês e passa a ser realizada em mãos de outrem, nesse caso pelo capital, pois, segundo Martins (1980, p, 47) “[...] subordinando a produção do camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar o trabalho que se dá na terra”. Outra forma de sujeição da renda da terra ao capital é verificada quando o camponês acaba contraindo dívidas junto aos bancos para financiar a produção, visto que a mangicultura requer gastos elevados com insumos e fertilizantes.

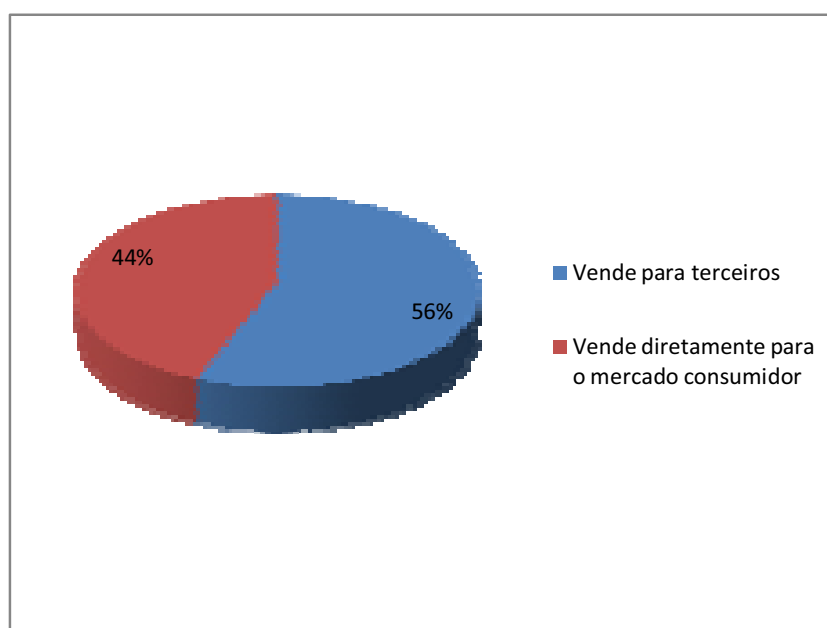


Gráfico 4 – Formas de comercialização da manga pelos produtores. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 23 produtores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

¹¹⁵ Em 2010, a contava com 41 associados.

Em determinados casos, os donos de galpões compram a produção quando os frutos ainda estão verdes, pois assim garantem o cumprimento dos contratos estabelecidos e mantêm o mercado consumidor propício à novas transações comerciais. Dos produtores entrevistados, 56% vendem a produção para terceiros. Segundo relato destes, as dificuldades de comercialização são diversas, principalmente em relação aos gastos com transporte e com a manutenção dos galpões. Assim, a maior parcela de lucros acaba ficando com os donos de galpões e *Packing houses*, em sua maioria, grandes médios e grandes produtores de manga, que acabam se apropriando da produção sem a necessidade de gastos com a aquisição de terras, máquinas, insumos e mão-de-obra.

Quanto à exportação da produção (Figura 12), apenas 16% dos entrevistados afirmaram exportarem ou já terem exportado parte ou a totalidade de sua produção. O maior consumidor estrangeiro da manga produzida em Livramento de Nossa Senhora (BA) são os Estados Unidos da América, seguidos da União Europeia. O *Packing house* Frutex já exportou manga para a Arábia Saudita, porém as dificuldades em relação à logística encarecem os custos e acabam inviabilizando o comércio com aquele país. Em relação ao mercado japonês, as maiores dificuldades referem-se ao controle fitossanitário exercido por aquele país. No mercado interno, a manga produzida em Livramento de Nossa Senhora (BA) é comercializada diretamente nas Centrais de Abastecimento (CEASAS) de algumas das capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Belo Horizonte. O maior consumidor nacional da manga produzida no Perímetro Irrigado do Vale do Rio Brumado é o estado de São Paulo. No mercado regional, as transações comerciais mais significativas são feitas com Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Salvador e Juazeiro, todos na Bahia. Em se tratando de Juazeiro, as transações comerciais ocorrem somente quando a produção daquele município não consegue atender à demanda de seu mercado consumidor. Assim, para atender à sua demanda de mercado, os produtores recorrem a outros polos.

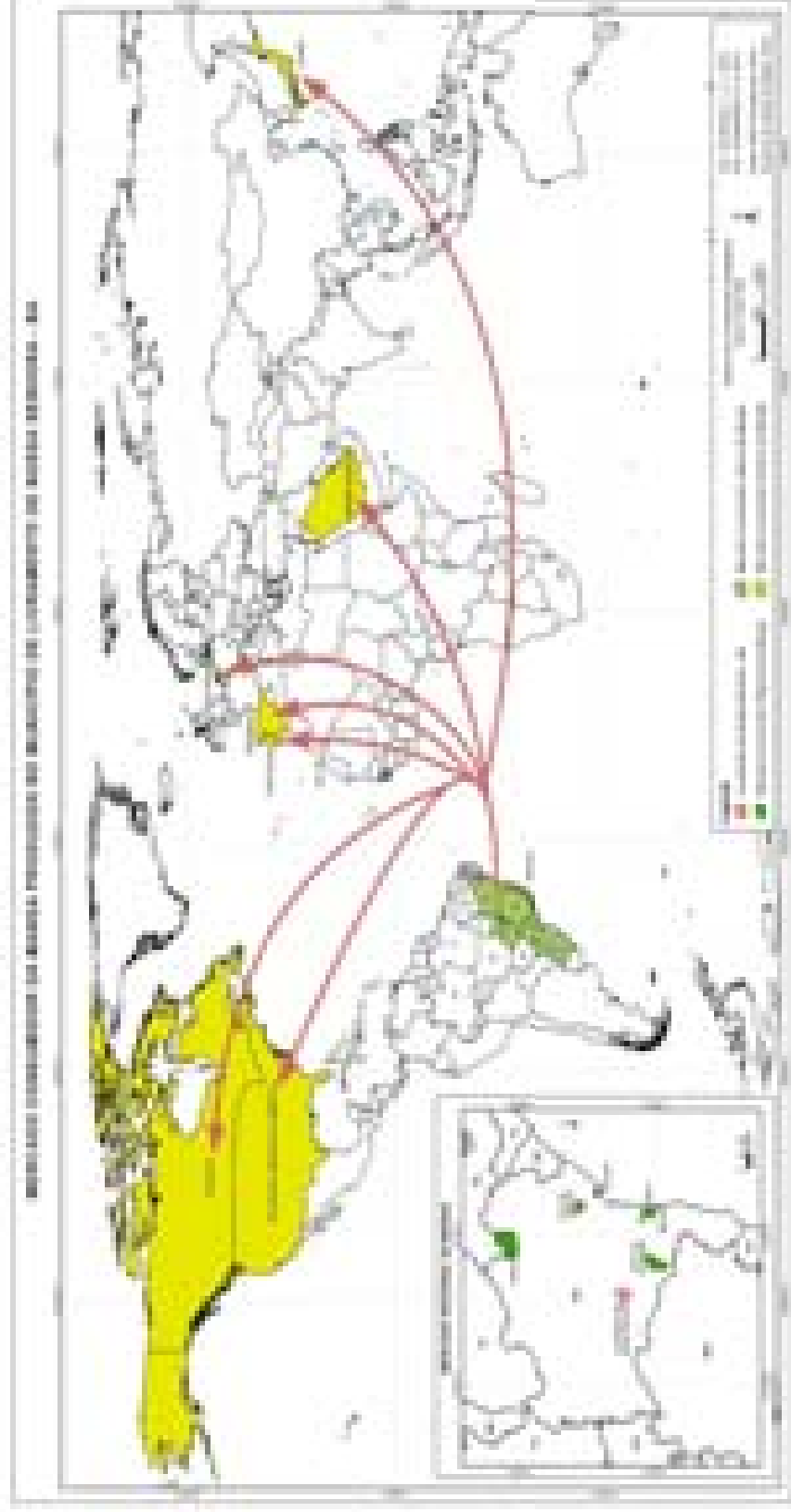


Figura 12 – Mercado consumidor da manga produzida no município de Livramento de Nossa Senhora (BA)

Organização: DOURADO, J. A. L. (2010).

Elaboração Cartográfica: GUIMARÃES, A. A.

Fonte: IBGE/CODEVASF Sistema de Coordenadas Geográficas DATAM SAD69

Entre os obstáculos encontrados pelos produtores para a comercialização com o mercado externo estão as normas fitossanitárias e a exigência do selo de certificação *GLOBALG.A.P*¹¹⁶ (anteriormente conhecido como *EUREPG.A.P*) que atualmente funciona como um aval de que o produtor passou por inspeção anual e sua produção atende a uma série de requisitos, estando o produto (manga) apto a ser comercializado. O custo para o produtor para que a empresa certificadora faça a inspeção é de aproximadamente R\$2.000, segundo informação de um dos produtores entrevistados.

Os produtores chamaram a atenção durante a pesquisa de campo para o fato do mercado da fruticultura ser extremamente instável, pois enquanto em uma semana o valor pago pelo quilo da manga atinge o patamar de R\$1,80, na semana seguinte esse mesmo valor pode chegar a menos de R\$0,15. Em se tratando das transações comerciais com outros países (Gráfico 5), a comercialização da manga é feita por consignação, ou seja, o preço e o pagamento da carga recebida estão condicionados à demanda de mercado, bem como, à qualidade do produto. Os custos com aluguel de *containers*, transporte marítimo, taxas alfandegárias e portuárias ficam todos sob a responsabilidade do produtor de manga. Se, eventualmente, a carga chegar ao seu destino com algum tipo de avaria, como frutas estragadas, os possíveis gastos com a devolução ou até mesmo incineração do produto. Essa é uma forma dos compradores se resguardarem em relação a possíveis prejuízos.

¹¹⁶ GLOBALG.A.P é uma organização privada que estabelece normas voluntárias para a certificação de produtos agrícolas em todo o mundo. O objetivo é estabelecer uma norma de Boas Práticas Agrícolas (BPA) que inclui diferentes requisitos para os diferentes produtos e que possa ser adaptada a toda a agricultura mundial. GLOBALG.A.P é uma norma dita “pre-farm-gate” (antes de saída da unidade de produção) o que significa que o certificado abrange toda a cadeia de produção, começando pelos insumos, como, por exemplo, forragens ou plântulas e todas as etapas agrícolas, e terminando com o momento em que o produto deixa o local de produção. Disponível em: www.globalgap.org Acessado em 13/12/2010.

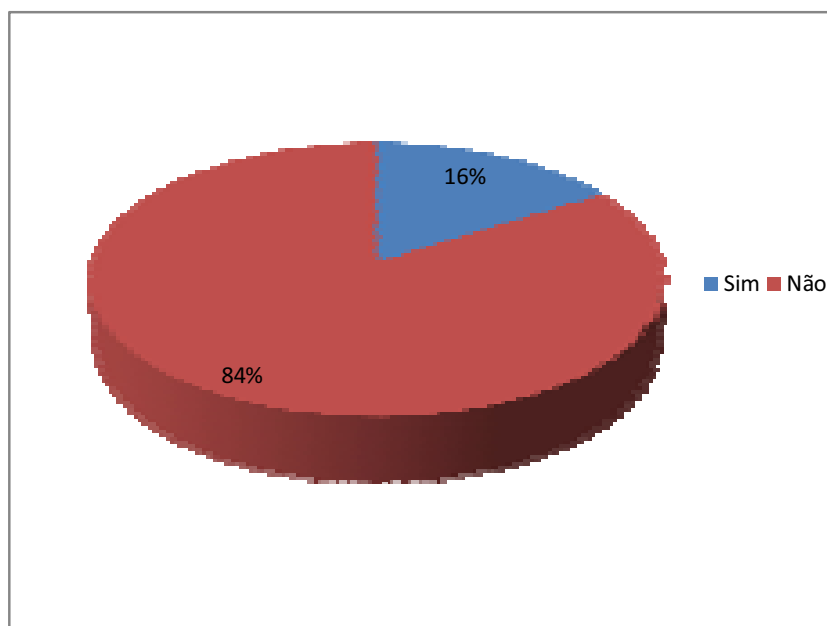


Gráfico 5 – Quantidade de produtores que exportam a produção. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 23 produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Dos produtores entrevistados, 84% afirmaram que não exportam a produção. É prática comum entre os grandes produtores que possuem licença para exportar, a compra da produção dos pequenos e médios produtores, exportando-a como se fosse produção originada de uma área certificada. Além do selo *EURAPG.A.P.*, os produtores ainda têm que apresentar o certificado de área livre da Mosca-das-Frutas¹¹⁷, uma das principais pragas da fruticultura mundial, e um dos principais entraves para a exportação de fruta “in natura” para mercados com restrições fitossanitárias como é o caso dos países membros da União Europeia e do Japão, este último com normas rígidas de controle, constituindo um dos mercados de mais difícil acesso.

Com a consolidação do agronegócio da manga, Livramento de Nossa Senhora (BA) sofreu profundas transformações espaciais devido ao crescimento econômico, fato expresso pela instalação de diversas casas comerciais de móveis, eletrodomésticos, supermercados, revendedoras de materiais de construção, lojas, postos de combustíveis e agências bancárias¹¹⁸. Antes da mangicultura, eram apenas dois postos de combustíveis

¹¹⁷ Na Bahia o controle da Mosca-da-Fruta é feito pela ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia) nas regiões de Juazeiro, Itaberaba e Livramento de Nossa Senhora.

¹¹⁸ Atualmente o município conta com três agências bancárias (Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e uma unidade de atendimento em casas lotéricas.

enquanto que atualmente são 7. O crescimento urbano tem gerado um intenso processo de especulação imobiliária, com a elevação do preço dos terrenos, principalmente nas proximidades da Rodovia BA-148, que serve como via de acesso aos principais meios de escoamento da produção até os mercados do Centro-Sul do país e portos, onde a produção é embarcada para os mercados externos. A construção de galpões e *Packing houses*, nos quais as frutas são preparadas para a comercialização, foi outro desdobramento verificado com a expansão da mangicultura.

Atualmente a economia do município de Livramento de Nossa Senhora (BA) possui uma forte dependência da produção de manga, realidade essa evidenciada durante a pesquisa de campo, quando os trabalhadores entrevistados afirmaram que a produção de manga vem se transformando na única oportunidade de trabalhadores desempregados conseguirem um emprego. No período de safra, a pressão social da massa de trabalhadores devido à falta de postos de trabalho tende a se reduzir de modo expressivo, pois cria-se a falsa ideia de que não há desemprego na cidade. O ideário do emprego acessível e abundante escamoteia a ausência de políticas eficazes de geração de emprego e renda pautadas no cumprimento da legislação trabalhista, como alternativa ao trabalho na produção de manga em que, na maioria das vezes, não se respeitam as prerrogativas da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT), submetendo-se os trabalhadores a condições aviltantes.

Embora a fruticultura tenha passado por uma intensa crise desde 2008, como desdobramento da crise mundial¹¹⁹, 60% dos produtores entrevistados (Gráfico 6) afirmaram ter a intenção de aumentar a área plantada. Porém, estes mesmos produtores destacaram que o maior impedimento a isso é a falta de recursos hídricos, pois a Barragem Luís Vieira, que abastece o Perímetro Irrigado do Vale do Rio Brumado, já opera acima de sua capacidade devido à expansão desordenada da mangicultura tanto em Livramento de Nossa Senhora (BA) quanto no município vizinho de Dom Basílio (BA), cujas áreas também são irrigadas com a água da mesma barragem, já que a Barragem do Rio do Paulo, construída especificamente para abastecer aquele município, ainda não acumulou um volume de água capaz de irrigar as lavouras desenvolvidas.

¹¹⁹ Segundo Mészáros (2009, p. 32), “[...] o capitalismo experimenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários”.

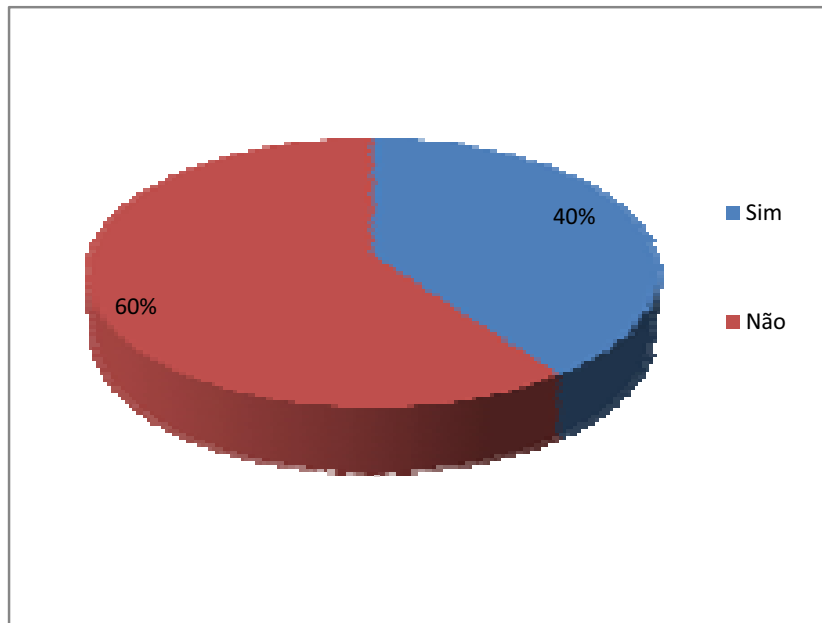


Gráfico 6 – Pretende ampliar a área plantada com a lavoura de manga nos próximos anos Amostra referente a 23 produtores entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Dois dos 23 produtores entrevistados afirmaram ter projeto para ampliar a área de produção (Gráfico 6), adquirindo terras na região do Vale do Rio São Francisco, embora, segundo eles, os custos de produção naquela região sejam mais elevados que em Livramento de Nossa Senhora (BA) porque no Perímetro Irrigado do Vale do Rio Brumado a irrigação é feita totalmente por gravidade, com custo zero de bombeamento, enquanto que no Vale do São Francisco os custos com bombeamento são relativamente elevados.

Em função das possibilidades de exploração de novos nichos de mercados, acredita-se que a mangicultura continuará tendo a sua área ampliada em Livramento de Nossa Senhora (BA), já que novas áreas estão sendo incorporadas ao processo produtivo ao passo que antigas plantações estão sendo exterminadas e, em seu lugar, estão sendo plantados novos pomares, agora com a variedade *Palmer*. Nesse sentido, novas estratégias para melhorar a produção e a busca por novos mercados devem assumir a pauta de discussão entre os produtores da região para os próximos anos, com atenção para a questão da escassez de recursos hídricos que deverá ser colocada como prioridade, caso contrário, a produção poderá entrar em colapso se ocorrer um período longo de estiagem, como o verificado em 2010, quando a Barragem Luís Vieira atingiu níveis críticos em seu reservatório.

A seguir serão abordados aspectos relacionados à precarização do trabalho no agronegócio da manga. Serão apresentadas informações sobre os trabalhadores tanto do

campo (lavouras) quanto da cidade (galpões e *Packing houses*), de modo a demonstrar as contradições que envolvem a modernização do território em Livramento de Nossa Senhora.

3.3 O sabor amargo do desenvolvimento: a precarização do trabalho na produção de manga

Fazer uma “leitura” da práxis social do ser que trabalha, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no universo simbólico e na subjetividade do trabalho, tornou-se condição necessária para a apreensão dos conflitos que vive a classe trabalhadora, no campo e na cidade, cuja raiz “[...] está sediada nos rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2008). No campo, a territorialização do agronegócio é, em muitos casos, acompanhada da monopolização do território pelo capital, processos esses respaldados pelos poderes midiático e político empenhados em convencer a população sobre os seus benefícios e importância para a regulação das desigualdades sociais. Para alcançar tais propósitos são utilizados os mais variados discursos, inclusive, o do aumento da renda e de empregos, promessas quase sempre não cumpridas, pois o agronegócio busca a produção máxima com o mínimo de mão-de-obra, em virtude do elevado grau de mecanização e do uso intensivo de agroquímicos.

Com a expansão do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA), este passaria a representar uma das poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho para um contingente significativo da população local, tanto do campo quanto da cidade. Em se tratando dos trabalhadores da produção de manga naquele município, é possível verificar a existência de um amálgama de sujeitos, cujas realidades estão imbricadas de elementos e significados que refletem a flexibilização, a precarização e a terceirização do trabalho, enquanto estratégias arquitetadas pela ordem metabólica do capital.

Analisando as tradições dos trabalhadores da manga, tanto a dos que exercem funções nos galpões quanto a daqueles ocupados com as atividades nas lavouras, verifica-se que 83,64% dos entrevistados são oriundos de famílias com tradição no trabalho na agricultura (Gráfico 7), ou seja, a sobrevivência da família estava/está associada ao trabalho coletivo. Estes dados revelam as dificuldades enfrentadas pelo campesinato para permanecer na terra e dela retirar sua reprodução, ocorrendo, em determinados casos, a sua migração para a cidade como alternativa à expulsão explícita ou recoberta pelo eufemismo presente na expressão “êxodo rural”. Esses dados trazem indícios que permitem fazer uma reflexão

aprofundada sobre a incapacidade e pouca abrangência das políticas públicas de apoio à agricultura camponesa no Nordeste semiárido, fato que tem determinado cada vez mais a migração de famílias camponesas para as periferias das cidades. Como se verifica, as famílias ainda continuam retirando o seu sustento do trabalho na terra, porém, agora em uma outra condição, a de um trabalhador diarista, sua participação no processo produtivo dar-se apenas como força de trabalho, já que perdeu os meios de produzir, como a terra.

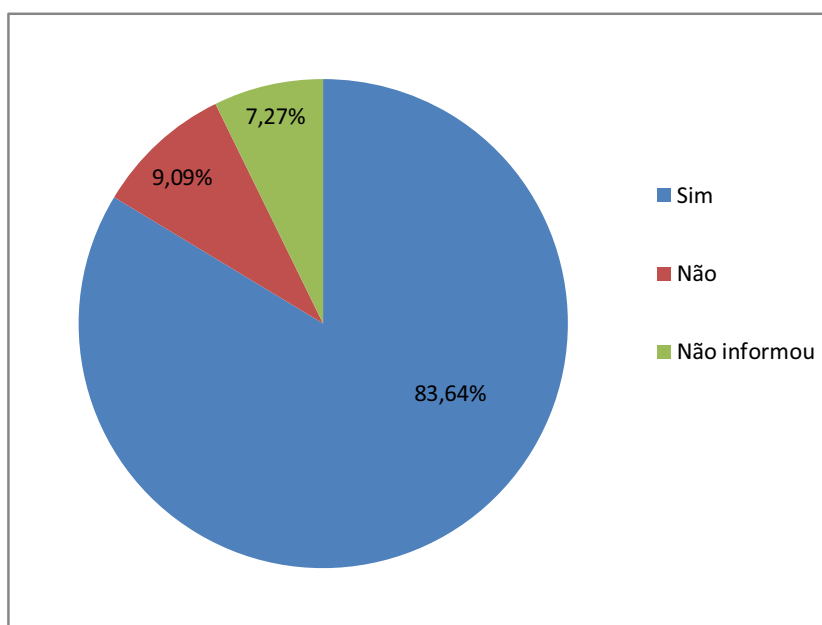


Gráfico 7 – Tradição da família dos trabalhadores da manga com o trabalho na agricultura. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

A maioria das pessoas atualmente empregadas na produção de manga possui uma relação muito próxima com o campesinato, pois ao serem perguntados sobre qual tipo de trabalho era desempenhado por suas famílias, 81,82% dos trabalhadores entrevistados (Gráfico 8) afirmou que a família dedicava-se ao cultivo de lavouras para o autoconsumo, como feijão, arroz, milho, mandioca, abóbora, além de alho, cebola, tomate, melancia, algodão, cana-de-açúcar e fumo.

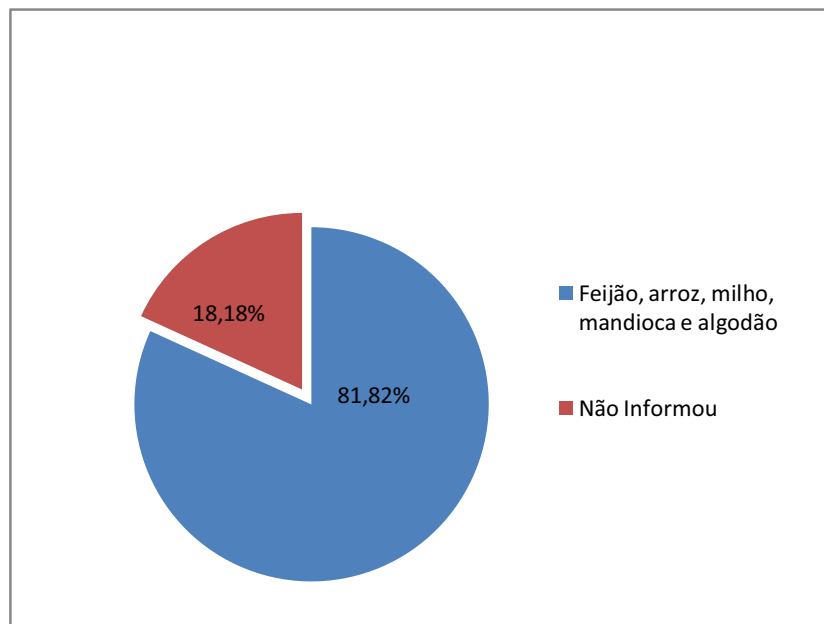


Gráfico 8 – Lavouras cultivadas pela família dos trabalhadores da manga antes da implantação do Projeto de Irrigação. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010.
 Org.: DOURADO, J. A. L.

Outro aspecto importante é o fato de os trabalhadores afirmarem que suas famílias costumavam trabalhar em outras propriedades com disponibilidade de recursos hídricos durante a maior parte do ano, em virtude do acesso à água ser bem mais restrito que à terra. Assim, os membros desdobravam-se entre as atividades nas terras da própria família e em terras arrendadas, ou ainda, como parceiros e meeiros. Em sua maioria eram pequenas lavouras, cujos excedentes produzidos eram destinados à feira local e aos armazéns da cidade, que assimilavam a produção. Os contratos, predominantemente verbais, entre as famílias de meeiros, parceiros, agregados e os proprietários das terras, eram os mais variados: o pagamento pelo uso da terra era feito por meio do pagamento em espécie, em trabalho ou ainda em produto, com predominância deste último. Segundo Oliveira (1986),

Essa forma de renda, evidentemente redefinida pelo próprio capital, está presente na agricultura brasileira através das diferentes formas de parceria: a meação, a terça, a quarta etc. Ela nada mais é que do que a renda-em-trabalho convertida em produto. (OLIVEIRA, 1986, p. 77).

Em outros casos os camponeses sem terra ou donos de pequenas propriedades buscavam no assalariamento temporário (OLIVEIRA, 1986, p. 69), principalmente nos períodos de estiagem, uma alternativa para não migrar para outras regiões, principalmente a

Região Sudeste, destino de milhares de famílias camponesas vitimadas pelo modelo agrário concentrador e excludente predominante no município. Muitos dos entrevistados afirmaram que, na busca por novas oportunidades de sobrevivência nas grandes cidades, se transformavam em mão-de-obra barata para a construção civil e setor de serviços, enquanto tantos outros dirigiam-se para as regiões produtoras de cana-de-açúcar e laranja, no estado de São Paulo, fenômeno que ocorre até hoje, pois há um intenso fluxo de trabalhadores em direção às regiões canavieiras do país.

Chamou a atenção em relação ao tempo de trabalho na produção de manga, o elevado índice de pessoas com menos de um ano de trabalho. Partindo de uma análise rápida e superficial, poder-se-ia afirmar tratar-se de um fluxo “natural” de inserção de mão-de-obra jovem no mercado de trabalho, o que talvez não seria de tudo um erro, porém podem haver outros elementos aí camuflados, visto que esse dado é um desdobramento dos rearranjos do capital, cujos rebatimentos são sentidos nos mais longínquos lugares. Com a intensificação da mecanização do corte de cana, há a redução da quantidade de trabalhadores rurais migrantes dos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Brumado, Caetité e Rio do Antônio assimilados pelo setor sucroalcooleiro, o que têm obrigado, cada vez mais, os trabalhadores a buscarem trabalho nas regiões vizinhas, já que não há mais a demanda por mão-de-obra como há 5 anos atrás. Durante a pesquisa de campo, foi entrevistado um jovem trabalhador da manga que não foi contratado para o corte de cana porque tinha a “carteira branca”¹²⁰. Segundo esse mesmo trabalhador, “nos últimos tempos os empreiteiros tão muito exigente. Cobra até comprovante de que tá quite com a justiça”. (D. A., 18 anos. Trabalhador da lavoura de manga). O entrevistado refere-se ao atestado exigido pelos empregadores que comprova que o trabalhador não está respondendo a nenhum processo judicial, medida adotada pela agroindústria canavieira como mais um instrumento de seleção dos trabalhadores. Muitos acabam não sendo contratados porque ainda não possuem experiência no corte de cana.

Em função do processo de arrefecimento das condições de trabalho na agroindústria canavieira¹²¹, é que se verifica o número significativo de trabalhadores principiantes na produção de manga. Outra questão importante é que, em função da crise por

¹²⁰ “Carteira branca” refere-se ao fato de o trabalhador nunca ter desempenhado função empregatícia com registro na carteira de trabalho. Em virtude disso, os empregadores não têm referências sobre o trabalhador.

¹²¹ Durante a pesquisa de campo, em setembro de 2010, foram visitadas duas casas alugadas por trabalhadores da manga oriundos da zona rural do município de Lagoa Real. Em uma das casas estavam alojados 12 homens, dentre eles quatro menores que haviam abandonado a escola em busca de trabalho na manga. Entre os trabalhadores, cinco já haviam trabalhado no corte de cana no Centro-Sul do país, sendo que um deles relatou que não volta mais porque teve problemas de convivência nas usinas onde trabalhou.

que passou a fruticultura entre 2007 e 2008, o número de trabalhadores empregados na produção de manga com tempo de serviço entre um e dois anos apresentou o segundo menor índice, ficando abaixo apenas dos trabalhadores com tempo de trabalho acima de 15 anos.

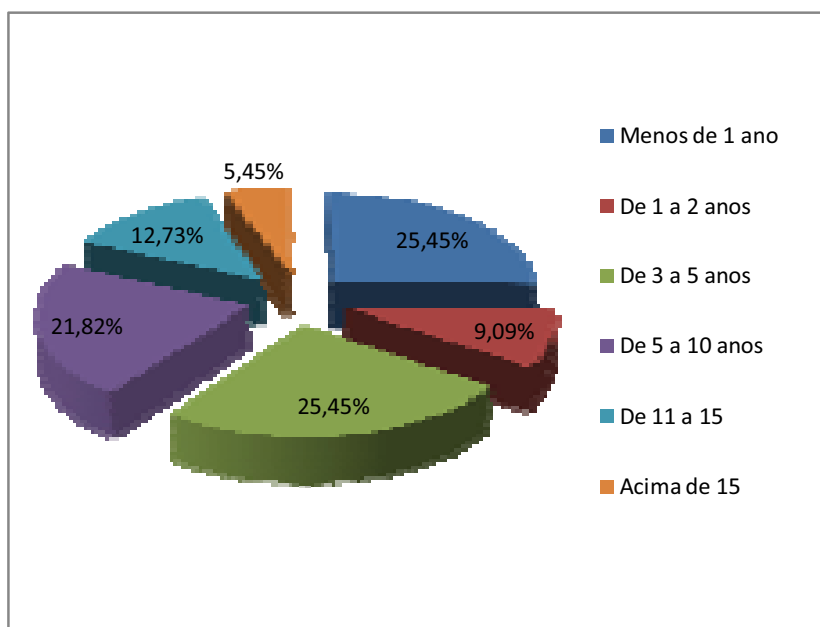


Gráfico 9 – Possui quanto tempo de trabalho o trabalhador na produção de manga o trabalhador possui. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Somados os grupos que trabalham na produção de manga a menos de um ano e aquele que possui entre três e cinco anos, o total atinge 50% do contingente da massa trabalhadora. Com a retomada do mercado em 2010, mesmo em índices abaixo do esperado, a mangicultura vem apresentando indícios de melhoria junto ao mercado consumidor, realidade essa evidente pelo retorno das contratações temporárias. A mobilidade do trabalho é um dos grandes problemas para os trabalhadores da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) porque, a cada semana, eles prestam serviços para um produtor diferente. Essa realidade contribui para o fortalecimento da falta de identidade e consciência de classe entre os trabalhadores do agronegócio da manga, já que não se estabelecem vínculos com o emprego nem com as pessoas.

As análises sobre os sujeitos que trabalham no agronegócio da manga não devem partir da suposição de que tratam-se apenas de proletários, urbanos ou rurais, caso contrário, incorre-se no erro de descaracterizar e simplificar a sua historicidade. As pesquisas de campo

permitiram fazer uma “leitura” dos trabalhadores da manga a partir das contradições do metabolismo do capital, de modo a evidenciar as várias formas de trabalho no campo em Livramento de Nossa Senhora (BA), com destaque para as diferentes modalidades do processo de precarização e subproletarização (boias-frias, temporários, *part time* e por produção).

Muitos destes trabalhadores (homens, mulheres e adolescentes) estão sujeitos à dupla exploração, em virtude da existência de empreiteiros “gatos” que atuam diretamente como intermediários com os médios e grandes produtores, agenciando os camponeses e proletários urbanos para o trabalho nas lavouras. Os empreiteiros chegam a descontar da diária dos trabalhadores até R\$5,00 como forma de pagamento pelo transporte que é fornecido para o trabalhador. Geralmente, entre o contratante, nesse caso o produtor de manga, e o empreiteiro “gato” é feito um acerto em relação à quantia paga pela empreitada. Por sua vez, o empreiteiro faz nova negociação com os trabalhadores ganhando, além da taxa cobrada pelo transporte, mais uma parcela que pode chegar a 30% do valor da diária. Quando o trabalhador faz hora-extra esse valor pode chegar a 40% da diária.

Cada empreiteiro tem uma turma com um número de trabalhadores que oscila de acordo com a demanda. Em períodos de safra há empreiteiros que chegam a comandar turmas com até 150 homens, mulheres e adolescentes, que ficam separados de acordo com as demandas de cada produtor. A distribuição é feita quando o empreiteiro passa pelas propriedades, sendo corriqueiro o trabalhador só saber onde vai trabalhar e o que vai fazer no momento em que desce do transporte¹²². As equipes de trabalho são geralmente compostas por 10 trabalhadores, sendo que um deles tem a função de fiscalizar o trabalho dos demais enquanto o empreiteiro estiver ausente. Essa é uma forma bem sucedida de controlar os trabalhadores e aumentar a produtividade, já que quem está na condição de fiscal geralmente é alguém da confiança do empreiteiro e que recebe um pouco mais para exercer tal função.

O valor da diária¹²³ paga aos trabalhadores pelos empreiteiros varia entre R\$18,00 e R\$23,00, a depender do sexo e do serviço desempenhado. As mulheres recebem R\$18,00 podendo chegar a R\$20,00 trabalhando na lavoura enquanto os homens recebem entre R\$20,00 a R\$23,00, podendo chegar a R\$25,00 se a função desempenhada for a de pulverização dos pomares. Cabe destacar que, em sua maioria, a pulverização dos pomares é feita de forma mecanizada. Para ganhar R\$18,00 uma mulher deve fazer a limpeza e poda de 30 pés de manga ao dia e se, após terminada a sua empreitada esta desejar fazer a limpeza de

¹²² Situação semelhante foi encontrada por Thomaz Júnior (2002) no setor sucroalcooleiro paulista.
¹²³ Valor com base no salário mínimo R\$510,00 em vigor no Brasil no ano de 2010.

mais 15 pés de manga recebe ao final de um dia de trabalho R\$30,00. (Gráfico 10)

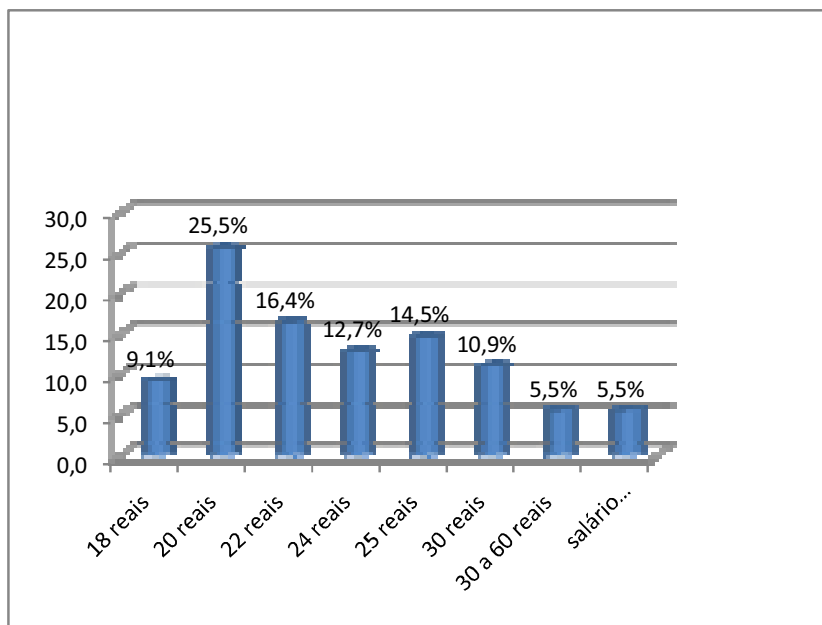


Gráfico 10 – Remuneração recebida pelo trabalhador da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Organização: DOURADO, J. A. L.

Os valores pagos pela diária não levam em consideração se o trabalhador possui ou não escolaridade. Durante as pesquisas de campo foram encontrados trabalhadores que haviam completado o Ensino Médio e por falta de opção estavam trabalhando na produção de manga. Se, um dos fundamentos do agronegócio é a geração de emprego, vê-se que tal discurso torna-se insustentável e contraditório porque a mecanização do processo produtivo significa a redução dos postos de trabalho. Atrelado a isso, há a precarização do trabalho, no qual trabalhadores urbanos e camponeses são submetidos a jornadas de trabalho excessivas, cujo trabalho é mal remunerado

O agronegócio se constitui em um forte elemento causador de mobilidade do trabalho, porque cada vez mais complexifica os fluxos e as contradições, no campo e na cidade, passando os camponeses a vivenciar a separação entre o lugar do viver e do trabalhar. De acordo com dados da RAIS 2009¹²⁴, a produção de manga gera 235 empregos diretos com carteira assinada (Quadro 6).

¹²⁴ Os dados da RAIS/MTE referem-se apenas aos trabalhadores com carteira assinada. Os trabalhadores sem registro na carteira não comparecem nas estatísticas.

Quadro 6 – Número de postos de trabalho com registro em carteira no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Número de trabalhador	Remuneração (com base no salário mínimo vigente em 2009)					
	Meio salário	1 salário	1 a 1 e meio	De 1 e meio a 2	De 2 a 3	Ignorados
	1	180	39	9	1	5
Total	235					

Fonte: RAIS/MTE, 2009.

Organização: DOURADO, J. A. L.

Assim, pode-se questionar os discursos que atribuem ao agronegócio a responsabilidade e capacidade de reduzir as desigualdades sociais no campo e na cidade, pois, trata-se de trabalho temporário, mal remunerado e sem nenhuma garantia legal para o trabalhador, pois a quantidade de trabalhadores com carteira assinada é insignificante diante da expressividade que o agronegócio da manga representa para Livramento de Nossa Senhora (BA). Nesse sentido, há que se repensar os privilégios e incentivos governamentais dados ao agronegócio no Brasil, em detrimento da agricultura camponesa, pois o modelo agroexportador concentra terras, explora mão-de-obra mal remunerada e acumula riquezas. Na maioria dos casos, os dados da RAIS/TEM referem-se aos trabalhadores que exercem funções de secretaria, finanças, gerência de campo, supervisão em galpão e/ou *Packing house* ou motorista. Respaldo pela pesquisa de campo, afirma-se que, os *camponeses caatingueiros* nem os trabalhadores urbanos não comparecem nos dados da RAIS/MTE, visto que estes não possuem registro na carteira. Geralmente estes trabalhadores possuem o Ensino Médio. Em relação aos trabalhadores das lavouras, galpões e *Packing house* o fato de ter o não maior escolaridade não interfere no valor da diária paga. (Gráfico 11).

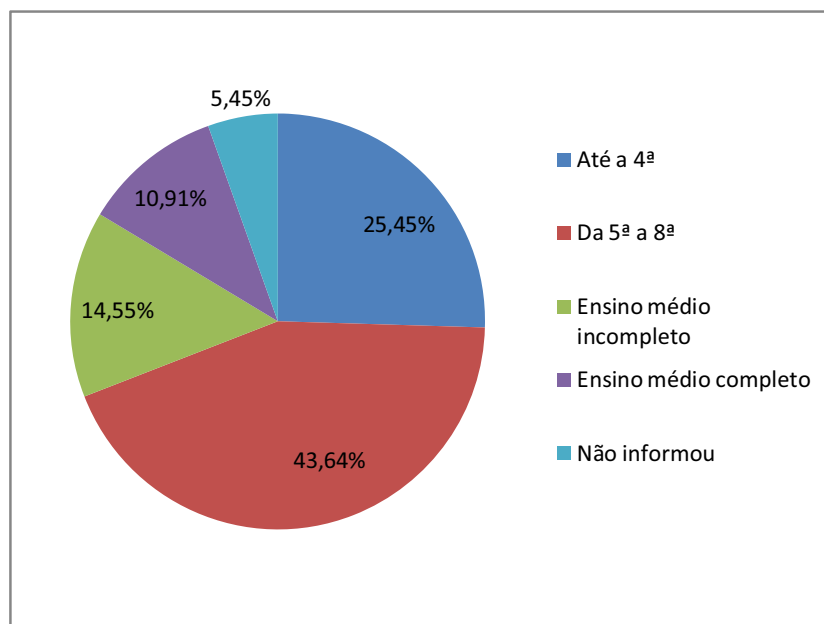


Gráfico 11 – Nível de escolaridade dos trabalhadores da produção de manga. Livramento de Nossa Senhora. Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Somados os trabalhadores que frequentaram a escola somente até a 4ª série¹²⁵ com a parcela daqueles que foram além mas não conseguiram completar o Ensino Fundamental chega-se a aproximadamente 80% dos entrevistados. Isso permite fazer uma análise profunda sobre as bases em que está estruturado o agronegócio em Livramento de Nossa Senhora (BA), aproveitando-se da infraestrutura cedida pelo Estado e da exploração de mão-de-obra barata, de fácil acesso e sem experiência de organização sindical, pois não há nenhuma associação ou sindicato que represente a categoria no município. Geralmente os trabalhadores com Ensino Médio completo possuem idade inferior a 30 anos.

Foi constatada também a presença de muitos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos trabalhando na produção de manga, tanto nas lavouras quanto nos galpões, sendo estes de diversos lugares da zona rural e da periferia da cidade. Alguns haviam abandonado a escola justamente para trabalhar durante a colheita de manga, fato que revela total desrespeito às leis em vigor no país, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estado tem um papel importante nesse processo, pois, diante do problema, furta-se a buscar uma solução para a grave situação em que se encontram os adolescentes-trabalhadores da manga. Ao visitar

¹²⁵ Série referente ao 5º ano do Ensino Fundamental.

uma casa onde estavam alojados 12 trabalhadores, identificou-se que cinco destes eram menores de idade, todos vindos da zona rural do município de Lagoa Real (BA) que faz fronteira com Livramento de Nossa Senhora (BA). Os motivos que haviam levado os jovens a buscar trabalho na produção de manga foram o longo período de estiagem e a dificuldade em encontrar serviço nos lugares onde moram, não havendo assim, outra alternativa senão complementar a renda da família trabalhando como diaristas. Os adolescentes afirmaram que antes de trabalhar na produção de manga estavam acostumados a trabalhar como diaristas na lavoura, inclusive na colheita de algodão nas fazendas do Vale do Iuiú, grande região produtora de algodão da Bahia, localizada no município de Iuiú, na mesorregião Centro Sul-Baiano. Vê-se que às famílias camponesas depauperadas da região da Serra Geral restam apenas a alternativa de vender a força de trabalho explorada principalmente nas monoculturas de algodão do Vale do Iuiú, nas usinas e canaviais do Sudeste do país ou na fruticultura irrigada do Vale do Rio Brumado. Ante o exposto, percebe-se que a mobilidade do trabalho é também a mobilidade do capital que, ao territorializar-se, coloca novos conteúdos para a leitura do território, em função das relações impositivas estabelecidas em seu processo de reprodução. Para Thomaz Júnior (2007)

[...] a intensa mobilidade do trabalho, diante do movimento constante de sua desrealização não tem sido entendido, porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes e desprivilegiam a práxis histórica, social e ontológica do trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 24).

A divisão social do trabalho, observada na produção de manga, demonstrou haver um campo delimitado de atuação representativo que separa os trabalhadores em trabalhadores dos galpões e trabalhadores das lavouras. Os primeiros são ocupados, em sua maioria, no processo de seleção, embalagem e carregamento de caminhões, ao passo que os trabalhadores da lavoura são encaminhados para a lide nos pomares, uma forma de aproveitar a sua experiência com os tratos culturais, uma vez que, em sua maioria, são *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*. Em relação às funções ocupadas por homens e mulheres nas lavouras, cada vez mais as mulheres estão desempenhando as funções que antes eram exclusivas dos homens, como a poda das árvores que exige força para manusear o serrote e o alicate¹²⁶. Esta atividade oferece riscos acentuados para o trabalhador, devido a possibilidade do mesmo cair da árvore, estando sujeito a fraturas pelo corpo (Foto 17).

¹²⁶ Ferramenta semelhante a uma tesoura usada para podar as pontas dos galhos e os talos das mangas que foram colhidas.



Foto17 - Trabalhador fazendo a poda da mangueira. Livramento de Nossa Senhora (BA).
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: DOURADO, J. A. L.

Sobre a diferença do valor pago pela diária, a trabalhadora A. R. (20 anos) disse: “Acho um preconceito isso! (pausa) Uma exploração! Porque a gente desempenha o mesmo papel dos homens e recebe menos. É claro que um homem vai ter mais força que nós, mais isso não pode ser motivo para a gente ganhar menos”. As mulheres que trabalham na lavoura estão em uma situação de forte exploração porque têm desempenhado funções que exigem força, além das que são comumente direcionadas a elas, jeito exigem “jeito”. Nesse sentido, as mulheres estão conquistando espaços na produção de manga que eram “territórios” masculinos, porém isso não representa avanços em relação à questão de gênero, haja vista que as mulheres ainda recebem menos ao desempenhar as mesmas funções que os homens. Todavia, a concorda-se com Antunes (2007, p. 200) quando defende que “a incorporação da mulher ao mercado de trabalho é, por certo, um momento importante da emancipação parcial das mulheres, pois anteriormente esse acesso era muito mais marcado pela presença masculina”. Esta parece ser uma estratégia do capital para pressionar os homens a aumentar a

produtividade, sem ter que implantar inovações técnicas e tecnológicas.

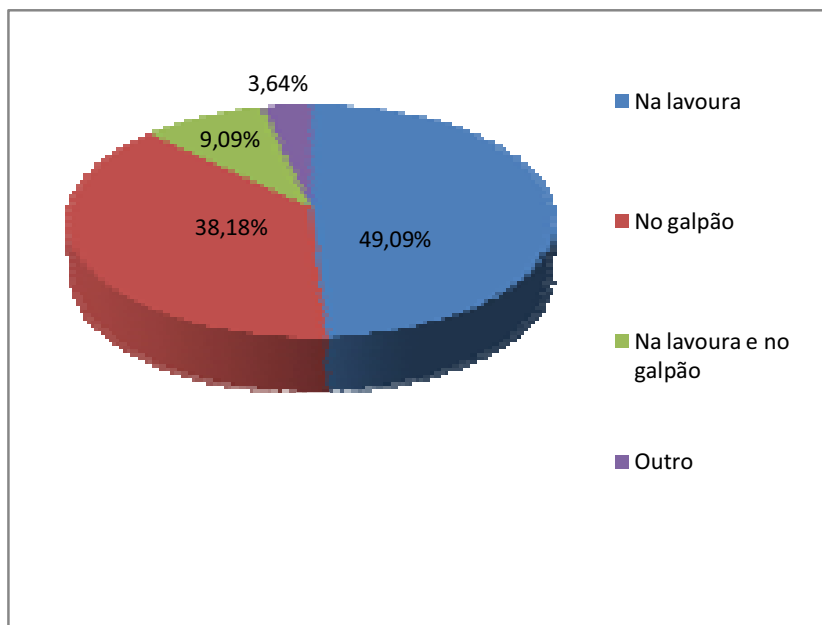


Gráfico 12 – Lugar de ocupação dos trabalhadores da produção de manga. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

Há certa diferenciação e segmentação entre os trabalhadores da lavoura e os trabalhadores dos galpões (Gráfico 12). Quando perguntados sobre onde preferiam trabalhar, os trabalhadores dos galpões afirmavam que o lugar onde trabalhavam era melhor porque não tomavam sol e poderiam ganhar mais ao passo que os trabalhadores das lavouras afirmaram que o fato de não estar com o patrão por perto o tempo todo os deixavam mais à vontade. Há nessas falas alguns elementos que devem ser analisados porque trazem em si processos de diferenciação entre os próprios trabalhadores. Existe certa resistência dos trabalhadores que residem na cidade em realizar algumas tarefas na lavoura, como a capina, a aplicação de agrotóxicos, a limpeza de regos, pois acreditam que as funções desempenhadas nos galpões são mais nobres que as atividades desenvolvidas nas lavouras. Quando os trabalhadores da lavoura afirmam que o patrão não está próximo, demonstram não ter consciência de que o oficial de turma acaba por incorporar em si o discurso do “dono” e passa a exigir maior eficiência do trabalho, mantendo o “controle individualizado da produtividade dos trabalhadores” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 208).

O agronegócio, de modo abrangente, e neste caso específico, o agronegócio da

manga, se sustenta, entre outras formas, pelo discurso da geração de emprego, porém, observa-se que o maior número de empregos gerados com carteira assinada pelo agronegócio da manga está concentrado em funções de secretaria, gerência de campo ou caseiros, ou seja, um número relativamente reduzido de vagas, que não justifica a sua defesa como sendo a solução para o desemprego no campo. Os funcionários com vencimentos mais expressivos no trabalho na mangicultura recebem em média um salário mínimo e meio.

O trabalho nos galpões e *Packing houses* (Fotos 18 e 19) ocorre pro menos tempo que o trabalho nas lavouras, que, geralmente, inicia-se em maio e perdura até novembro ou dezembro, a depender do volume da safra e do mercado, enquanto as *Packing houses* somente funcionam entre três e quatro meses, período em que as frutas atendem aos padrões estéticos e de qualidade exigidos pelo mercado externo.



Foto 18 - Trabalhadores embalando manga no galpão. Livramento de Nossa Senhora (BA).

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Autor: DOURADO, J.

O trabalho nos galpões exigem menos formalidade, embora pode-se, verificar

diferenças significativas em relação à forma de organização dos galpões, visto que em alguns os trabalhadores usam uniformes, touca, e avental, principalmente as mulheres e homens que trabalham na parte de seleção e embalagem da fruta. Já os trabalhadores que fazem a arrumação da carga nos caminhões trabalham, muitas vezes, sem camisa e não utilizam nenhum tipo de uniforme, pois, trabalham por empreitada, de modo que não ficam trabalhando fixo com um único dono de galpão.

Quando chega no galpão, a fruta é descarregada do caminhão, colocada em bancas, com trabalhadores dispostos em cada um de seus lados, que fazem a seleção, de acordo com o tamanho, e embalam da manga. O fechamento das caixas e a marcação da quantidade de frutas existente em cada uma é feita geralmente por mulheres. Após essa etapa as caixas, são empilhadas separadamente, considerando a quantidade de manga em seu conteúdo, trabalho geralmente feito por homens. Há ainda trabalhadores responsáveis por montar as caixas de papelão para acondicionar as mangas, tarefa executada, em sua maioria, por mulheres e adolescentes. Há, ainda, o “batedor de caixa”, nome como é conhecido o trabalhador que coloca a manga na banca para ser selecionada, umas das tarefas mais cansativas, segundo os próprios trabalhadores, visto que nos dias em que há a liberação de carga, este trabalhador chega a pegar em média 15 mil kg de manga¹²⁷.

Após os desdobramentos da crise de 2008, muitos empresários passaram a focar o comércio da produção no mercado interno, e em função disso, desativaram parte das máquinas dos *Packing houses* como uma medida de reduzir custos, já que o mercado interno não possui as mesmas exigências que o mercado externo, para o qual as frutas devem ser lavadas, secadas, enceradas e mantidas refrigeradas. Com o foco no mercado interno, as exigências em relação aos trabalhadores diminuíram, pois quando a produção é destinada à exportação os funcionários não podem usar anéis, esmalte, unhas grandes, roupas curtas, cabelos soltos. Todos são obrigados a usar avental, toca e luvas. O trabalho no *Packing house* (Foto 19) assimila-se ao modelo de produção fordista com mesclas do *toyotismo*. Os funcionários ficam parados em frente às máquinas entre oito e nove horas, fazendo a embalagem das mangas que são selecionadas automaticamente. Nos períodos de safra o trabalho é intensificado, havendo a necessidade dos trabalhadores fazer horas-extras para atender à demanda do produtor, de modo que este possa atender aos contratos firmados, uma espécie de *just in time*.

¹²⁷ Geralmente esse é o peso da carga despachada nos caminhões que fazem o transporte da manga até os centros consumidores.



Foto 19 – Trabalhadoras na linha de embalagem de manga de uma *Packing house*. Livramento de Nossa Senhora BA)
Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: DOURADO, J. A. L.

Do ponto de vista da infraestrutura, estes estabelecimentos oferecem melhores condições de trabalho para os funcionários em relação aos galpões porque dispõem de sanitários, espaço apropriado para alimentação, ambiente com boa ventilação, situação não verificada em muitos dos galpões visitados. No tocante ao ritmo de trabalho, nas *Packing houses* são as máquinas que determinam a intensidade do trabalho, havendo a necessidade de cooperação entre os funcionários quando um deles se ausenta de sua função. Em determinados galpões, a turma de embaladores é composta apenas por homens que trabalham por produção, recebendo R\$0,10 por caixa de manga embalada. Apenas um único dono de *Packing house* afirmou não contratar mão-de-obra feminina para trabalhar com registro em carteira, apresentando como justificativa a inadequação do trabalho para o sexo feminino, por se tratar de atividades que demandam força física. Segundo informações do gerente de campo desta empresa, as mulheres são empregadas apenas como boias-frias quando o serviço é feito por empreita, estando os trabalhadores sob a responsabilidade dos empreiteiros.

Nos demais galpões e *Packing houses* visitados, as mulheres são contratadas para fazer a seleção das mangas, embalagem, montagem das caixas de papelão e paletizar¹²⁸. Os homens são contratados para colocar manga na banca, carga e descarga de frutas, além de também trabalharem na seleção de manga e na paletização. É cada vez mais interessante para o empregador contratar trabalhadores que desempenham várias funções, pois assim podem ser aproveitados entre os intervalos em que falta manga nos galpões para ser embalada. Segundo relato da trabalhadora J. P. S (35), “quando eu trabalhava na Frutex e faltava manga a gente ia lavar banheiro, catar jornal, limpar o galpão. A gente fazia de tudo, mas não ficava parada”. É comum os trabalhadores serem contratados para uma função, mas executarem outras atividades, como é possível verificar pelo relato da trabalhadora. Quando o trabalhador tem a sua carteira de trabalho registrada, o vínculo empregatício é feito, na maioria dos casos, como serviços gerais, o que possibilita ao empregador a utilizar o empregado nas mais variadas funções a depender das necessidades.

Entre os trabalhadores da manga é grande a presença dos trabalhadores camponeses, principalmente aqueles que residem em áreas onde não há a possibilidade de cultivar lavouras durante os meses de estiagem, restando-lhes buscar no trabalho assalariado temporário os meios de reprodução da família, o que demonstra a complexidade que envolve o ser camponês no Brasil.

Assim, não se estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama social que caracteriza a comunidade camponesa, que de forma mais intensa em países como o Brasil, vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa a condição para manter sua realidade/identidade camponesa. (THOMAZ JÚNIOR, 2005a, p. 158)

Políticas agrícolas e agrárias que atendessem às necessidades dos camponeses, garantindo-lhes as condições adequadas para sua permanência no campo, reduziriam sobremodo a presença destes sujeitos no trabalho assalariado da manga. A atuação do Estado e do capital no campo tem como desdobramentos uma realidade cada vez menos favorável ao campesinato. Quando é tomada alguma medida de que os camponeses e *trabalhadores da terra* poderão vir a ser beneficiados, esta traz em si um componente político-ideológico muito

¹²⁸ “Paletizar” é empilhar as caixas de acordo com a quantidade de manga que cada uma contém.

forte, como é o caso do PRONAF¹²⁹.

No tocante às mulheres, estas se encontram ocupadas de maneira mais presente no processo pós-colheita, cujo período de duração é relativamente curto. Dessa forma, há, nos meses de entressafra, a necessidade de buscar outra ocupação, sendo mais comum o trabalho como domésticas ou auxiliar de serviços gerais no setor de serviços. Como essa forma de trabalho é pouco remunerada, logo que se inicia o período de safra, as mulheres deixam o trabalho como domésticas e retornam ao trabalho na produção de manga. A preferência pelo trabalho nos galpões e *Packing houses* se deve ao fato de receberem mais, pois geralmente o salário de uma empregada doméstica fica em torno de R\$250,00 e R\$300,00, bem abaixo do que a trabalhadora da manga pode vir a ganhar, entre R\$450 e R\$550,00, somados os acréscimos de horas-extras.

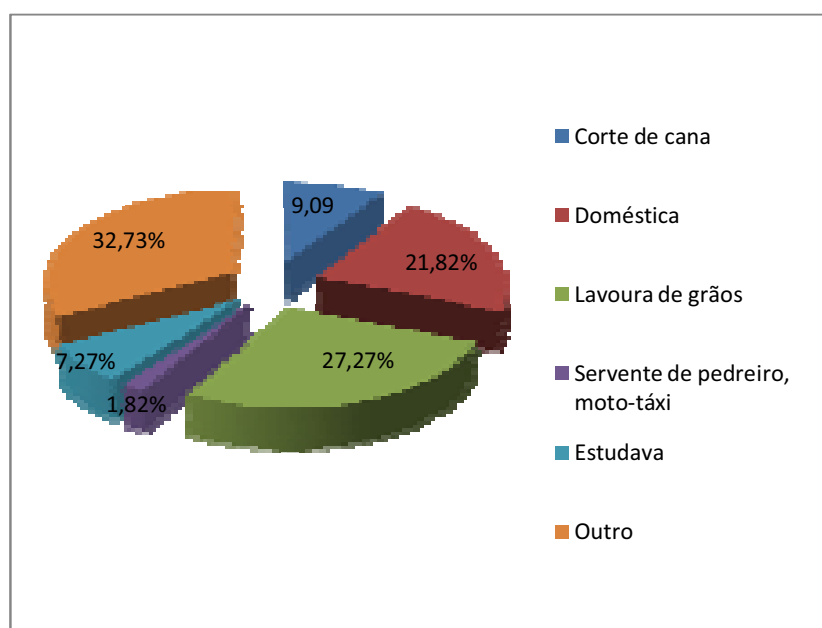


Gráfico 13 – Ocupação antes de trabalhar na produção de manga. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente a 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

O trabalho em Livramento de Nossa Senhora apresenta grande plasticidade (Gráfico 13), porque o trabalhador ora encontra-se ocupado na labuta no campo, nos galpões e

¹²⁹ De acordo com Thomaz Júnior (2006, p. 21) “Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra e da Reforma Agrária, que atingiu, no início dos anos 1990, ponto de destaque, e logo foi abafada pelas ações repressivas do Governo Collor para, na sequência, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais, já na segunda metade desta década”.

Packing houses ora se transformam em moto-taxistas, trabalhadores da construção civil, marceneiros, instrutores de academia, empregadas domésticas, padeiros, entre tantas outras ocupações. As pesquisas de campo permitiram verificar a plasticidade e mobilidade dos trabalhadores do agronegócio da manga, visto que nos períodos de entressafra, estes têm que buscar outras ocupações e, quando não encontradas, vão engrossar os índices de desemprego no município. Nessa perspectiva, a relação campo-cidade deve ser repensada, pois o trabalhador assalariado do agronegócio da manga não pode ser genericamente classificado como rural, tampouco como urbano. Essa realidade não pode ser compreendida se a pluralidade que envolve estes sujeitos não for posta sob o crivo de uma crítica severa e radical. As reconfigurações da dinâmica do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA), a partir da expansão do agronegócio da manga, são evidenciadas pela separação entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho, pois enquanto os moradores da periferia da cidade deslocam-se para o trabalho nas lavouras de manga verifica-se um processo parecido entre os camponeses que deslocam-se 20, 30 km, havendo casos em que esta distância pode chegar a 50 km, demonstrando assim a fragmentação existente no universo do trabalho. Para Thomaz Júnior (2005)

[...] essa complexa trama de relações requer para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que a compõem (por exemplo, se no campo, se na cidade). Caso contrário, não conseguiríamos entender as formas de ser do trabalho como intrínseca do metabolismo social do capital, sob o foco da Geografia. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 11).

A maioria dos trabalhadores da produção de manga não tem os direitos trabalhistas respeitados, pois não possui registro em carteira (Gráfico 14), os contratos são informais. Como não há nenhuma garantia legal, os trabalhadores sofrem forte controle dos empregadores, sendo constante a rotatividade dos trabalhadores entre os galpões. Essa flexibilidade é utilizada pelo dono de galpão como uma medida para evitar possíveis ações judiciais trabalhistas, tendo em vista que os trabalhadores não ficam mais que uma safra trabalhando fixo em um mesmo galpão. Durante as pesquisas de campo muitos trabalhadores mencionaram que um dos aspectos negativos do trabalho na produção de manga é a falta de carteira assinada. Embora seja muito comum adolescentes trabalhando na produção de manga, não há por parte do poder público local ações efetivas no sentido de coibir essa prática entre os menores. Em relação ao desrespeito aos direitos trabalhistas não há conhecimento sobre ações do Ministério Público no município no sentido de obrigar os empregadores a regularizar

a situação dos trabalhadores. Quando a comercialização da fruta com o mercado externo estava em alta, os trabalhadores das *Packing houses* recebiam melhores salários, e na maioria dos casos, tinham registro em carteira devido às exigências de certificação (*Selo EURAPG.A.P.*).

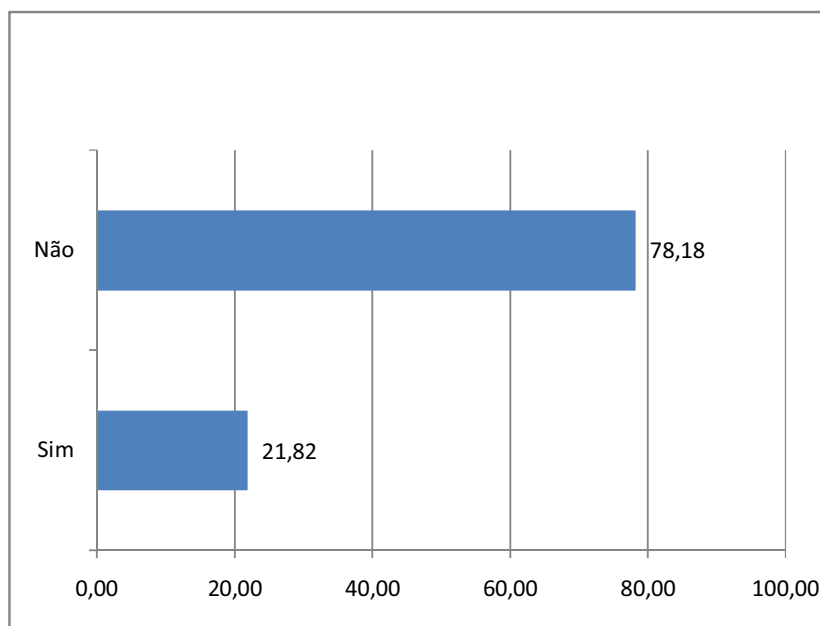


Gráfico 14 – Trabalhadores da produção de manga com carteira assinada. Livramento de Nossa Senhora (BA). Amostra referente à 55 trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.

Elaboração: DOURADO, J. A. L.

A questão posta para discussão é: qual o tipo de emprego está sendo gerado pelo agronegócio da manga? A realidade não é simples de ser analisada porque atualmente o município é dependente dos postos temporários de trabalho gerados durante o período de safra, já que não existem, na cidade, outras atividades capazes de assimilar o contingente de desempregados ou subempregados que buscam no agronegócio da manga uma oportunidade de trabalho. Mas, a produção de manga assimila parte dos desempregados ou subempregados apenas por um período entre quatro e seis meses, pois trata-se de uma lavoura que exige um número reduzido de mão-de-obra na maior parte do ano, tendo em vista que os tratamentos culturais são, em sua maioria, mecanizados, como pulverização, roçagem, aplicação de fertilizantes, restando apenas atividades de curta duração e que demandam pouca mão-de-obra.

No decorrer dos últimos anos, de acordo com os trabalhadores entrevistados, algumas mudanças vêm ocorrendo na produção de manga. A primeira delas é que a demanda

por mão-de-obra vem se reduzindo a cada ano e o valor pago pela diária é mantido o mesmo desde 2008, não acompanhando os índices de inflação, fato que reduz o poder de compra do trabalhador. Com a figura do agenciador “gato”, os trabalhadores da periferia da cidade passaram a enfrentar forte concorrência com os camponeses.

Considerando a realidade vivenciada pelos camponeses e trabalhadores da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA), faz-se necessário pensar as contradições e processos que envolvem a implantação do Projeto de Irrigação no Vale do Rio Brumado naquele município, de modo a trazer para o debate as formas de apropriação e uso dos perímetros irrigados. Assim, para além do desenvolvimento econômico, há que se refletir sobre os desdobramentos da Política de Irrigação implementada no Nordeste semiárido para a classe trabalhadora, visto que essa região vem passando por transformações espaciais significativas em função da expansão do agronegócio baseado na fruticultura irrigada. Os benefícios decorrentes das ações do Estado voltadas para modernizar o Semiárido brasileiro têm contribuído, sobretudo, para que *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra* sejam expulsos de seus espaços de morada e de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço reinterpretaivo intentado nesta pesquisa fundamenta-se em um campo teórico e metodologicamente oposto ao da concepção o Nordeste brasileiro como “região-problema”, naturalmente apta e predestinada à pobreza e à miséria. Não se trata, de antemão, de negar as dificuldades enfrentadas pelos *camponeses caatingueiros* por conta das peculiaridades edafo-climáticas, mas exatamente, de reconhecê-las e, a partir delas, criar condições favoráveis à autorreprodução das famílias de *camponeses caatingueiros* e *trabalhadores da terra*.

Ao se debruçar sobre a realidade dos camponeses e trabalhadores do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA), foi possível sair do plano do “olhar superficial” para o aprofundamento do conhecimento em relação a questões que têm sido colocadas como a solução dos problemas para acabar com as desigualdades sociais no Nordeste Semiárido e modernizar o campo. Estas ações, desencadeadas pelo Estado e pelo capital financeiro, assumem o caráter “civilizatório” porque a elas são atribuídas funções e resultados que, na verdade, não atendem as necessidades das populações que teoricamente deveriam ser beneficiadas. As pesquisas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, desde o século XIX, esboçavam certa preocupação em relação aos resultados que esse fenômeno poderia acarretar sobre os sujeitos que vivem na/da terra. Os estudos sobre campesinato desenvolvidos no Brasil possuem grande influência dos escritos de Marx e seus seguidores do final do século XIX e início do século XX, importante contribuição para as pesquisas voltadas para compreender o que se passa no campo. Este é um aspecto relevante porque traz a necessidade de buscar incorporar a essas teorias elementos decorrentes das transformações ocorridas no campo em virtude do processo de reestruturação produtiva do capital, cujos efeitos são percebidos no campo e na cidade.

Nesta pesquisa *Modernização da agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)* defendo ser necessário fazer novas “leituras” do campo brasileiro e, particularmente do Nordeste semiárido, para que as singularidades do contexto sócio-histórico atual sejam incorporadas nas interpretações do universo camponês. É preciso reconhecer que o “sujeito camponês” não pode figurar no cenário social como um ser isolado do universo, blindado pelo lugar onde vive e pelas atividades que pratica, mesmo porque as tramas que envolvem a relação campo-cidade tornaram-se mais complexas dando-lhe novas funções após a reestruturação produtiva do capital. Considerando as implicações que tal concepção traz em

si, foi possível demonstrar os desdobramentos da Política de Irrigação implantada no Nordeste semiárido para a agricultura camponesa praticada pelos *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*, colocando em evidência o fato de os projetos de irrigação serem transformados em territórios do agronegócio, exemplificando como o grande capital se reproduz a partir da apropriação da infraestrutura disponibilizada pelo Estado.

A expansão do agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA) tem ocasionado a redução das áreas plantadas com lavouras voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade, muito embora isto não signifique que o campesinato não esteja presente e em constante disputa pelo domínio de frações do território no Projeto de Irrigação. Isso demonstra a dinâmica do processo de criação e recriação camponesa no contexto do contraditório desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Embora o campesinato tenha apresentado evidências de recriação, constatou-se que as relações não capitalistas de produção como parceria e meação, importantes para a permanência e acesso dos camponeses à terra, foram praticamente extintas ao passo que as relações baseadas no assalariamento assumiram papel de destaque. Os camponeses que não foram contemplados com a doação de lotes pelo DNOCS ou não tiveram condições de adquirí-los por meio da compra do direito de uso da terra acabaram transformando-se em mão-de-obra para a produção de manga. Assim, prova-se que os benefícios decorrentes da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado ficam restritos a uma parcela pouco representativa da população de Livramento de Nossa Senhora (BA).

A partir do momento em que o município assume a confortável posição de segundo maior polo frutícola da Bahia, tem-se a propagandeação dos seus benefícios, como a geração de emprego e renda para a população local. Mas esses “benefícios” tornam o município dependente, atrelado ao capital financeiro e industrial em função do agronegócio da manga, o que em caso de crise pode se tornar trágico. A população local, principalmente das periferias da cidade e de alguns povoados onde a agricultura de sequeiro predomina, encontra-se desamparada pelo poder público local que não dispõe de uma política efetiva de combate ao desemprego. Os moradores das periferias passam entre quatro e cinco meses ociosos à espera de uma nova safra da manga para que possam se inserir, mesmo que de forma precarizada, no mercado de trabalho.

Muitas famílias de camponeses buscam no trabalho nas lavouras de manga uma alternativa para não migrarem para outras regiões do país ou até mesmo para a cidade, uma estratégia para permanecer na terra. Frente à realidade desnudada, há “dois campos” em

Livramento de Nossa Senhora (BA) – um onde impera o moderno, a opulência financeira, e outro onde a seca se faz presente, como nos escritos tão bem conhecidos que propagam as agruras do fenômeno climático. Muito mais prejudicial não é a seca, são as “cercas” criadas pelo Estado para definir quem pode ou não ter acesso à água e à terra, à disposição dos produtores de manga o ano todo. Por isso, a Política de Irrigação implantada pelo Estado mais serve a uma pequena, porém influente classe dominante local, que utiliza do discurso da geração de empregos para justificar e propagar que o modelo de desenvolvimento fruticultor agroexportador adotado para o campo de Livramento de Nossa Senhora (BA) é o único e viável caminho a ser seguido rumo ao “progresso” e à superação das desigualdades.

Não aparece nas estatísticas do agronegócio da manga no município a quantidade de jovens, do campo e da cidade, menores de 16 anos que abandonaram a escola para buscar melhores condições de vida neste setor da produção agrícola. Esse fato mostra que o Estado é omissos em relação à proteção que deve oferecer a sua população e à violação dos direitos dos trabalhadores da produção de manga de Livramento de Nossa Senhora (BA), porque tanto esses adolescentes deveriam estar nas escolas quanto não deveriam existir as condições extremamente precarizadas de trabalho que os trabalhadores da manga enfrentam, explorados de todas as formas. De sua posição confortável e servo do capital, o Estado não demonstra qualquer reação para que o agronegócio da manga passe a efetivamente oferecer melhores condições de trabalho.

A implantação do Projeto de Irrigação e o modelo de desenvolvimento adotado para o campo em Livramento de Nossa Senhora (BA) não foi adequado porque é contraditório e incoerente falar em desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social porque uma parcela significativa da população do campo e da cidade ainda encontra-se em condições de extrema exploração nas lavouras de manga, galpões e *Packing houses*. Na verdade, o agronegócio da manga se transformou em um engodo para a sociedade local, de modo em geral, e de modo mais específico, para os trabalhadores da manga, fazendo-lhes acreditar que para esta realidade, não há alternativa e que ela assim deve continuar em virtude da falta de oportunidades.

O desenvolvimento econômico do município de Livramento de Nossa Senhora (BA), em função da fruticultura irrigada, tem um “sabor amargo” para os *camponeses caatingueiros* e trabalhadores urbanos em virtude da exploração a que estão sujeitos. Acrescida a essa realidade ainda há a total falta de perspectiva de que tal situação possa vir a melhorar, pois estes trabalhadores são convencidos cotidianamente de que não dispõem de

mecanismos para mudar sua realidade. São muitos os “Severinos” e “Fabianos” do Nordeste semiárido que metamorfosearam-se, porém ainda continuam merecendo “olhares” atentos para que estes não sejam incluídos apenas nas estatísticas que camuflam a realidade em que vivem, colocando-os como beneficiados quando, na verdade, estão servindo para a reprodução ampliada do capital. O universo do trabalhador na produção de manga apresenta a mobilidade e plasticidade não como características positivas, mas, negativas porque dificultam a formação de consciência de classe e a luta por seus direitos, inclusive o acesso à terra. É a condição imposta ao trabalho pela reestruturação produtiva do capital, sem a qual diminuiria a sua acumulação. Fragmenta-se a classe trabalhadora, mas não se pode prescindir dela e, assim, ela resiste.

Com forma de enfrentar e contestar essa lógica expansionista do agronegócio no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, os camponeses buscaram, através da ocupação de terras, chamar a atenção para as contradições que perpassam a implementação da Política de Irrigação no Nordeste, visto que o Estado, mediante investimentos públicos, disponibilizam infraestrutura para a territorialização do capital. Os camponeses do Assentamento do Bloco II em Livramento de Nossa Senhora (BA) têm contribuído para desconstruir a concepção de que o agronegócio é o responsável pela produção de alimentos no país, visto que enquanto os lotes ocupados pela mangicultura do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado produzem apenas manga, os lotes do Assentamento ocupados pelos camponeses são cultivados com diversas lavouras, demonstrando o potencial, a capacidade de produzir alimentos e a importância da agricultura camponesa.

Mesmo tendo suas formas de reprodução rechaçadas, os camponeses, em algumas situações subordinadas a interesses econômicos, se recriam por meio de práticas sócio-culturais que evidenciam as contradições que perpassam a sua existência no contexto da reestruturação produtiva do capital, ora como camponês ora enquanto trabalhador proletarizado. A complexa trama de relações que recobre o tecido social no final do século XX e início do século XXI coloca como desafio a compreensão do campesinato enquanto classe classe trabalhadora, de modo que a dicotomia campo-cidade possa ser superada, já que a luta pela terra não se reduz apenas pela posse de um pedaço de chão. O que está em evidência é a potência emancipadora do trabalho e o fortalecimento da consciência de classe, como forma de impor resistência contra as investidas do capital. A realidade revela que o camponês, e aqui, especificamente, o *camponês caatingueiro* é um sujeito dinâmico e que esta sujeito à vivenciar as formas sócio-histórico-geográficas da precarização do trabalho, o que

por sua vez, não o descaracteriza, fazendo-o deixar de *ser camponês*. Ao contrário, demonstra que o camponês de hoje é muito diferente em sua dimensão objetiva e subjetiva em relação ao passado, o que exige novas leituras para que as urdiduras que perpassam a sua recriação sejam compreendidas em suas dimensões conceitual, ideológica e política.

Nesse sentido, a disputa por territórios entre campesinato e agronegócio no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, revela a capacidade que o campesinato tem de criar-se e recriar-se, mesmo que em situação desfavorável, desmistificando os discursos enviesados que defendem o seu desaparecimento. A luta dos camponeses do Assentamento do Bloco II pelo acesso à terra e à água conta com elementos culturais que revelam as possibilidades de convivência do *camponês caatingueiro* com o Semiárido, demonstrando que os discursos vitimizadores apenas contribuem para a manutenção do *status quo* das classes que historicamente detiveram o poder sobre a terra e a água.

Em função da complexidade e dinâmica próprias deste tema, as pesquisas que abordam as disputas por território entre campesinato e agronegócio nos Projetos de Irrigação no Nordeste semiárido constituem um amplo e profícuo campo de debates a ser explorado, para que as contradições que envolvem a implantação da Política de Irrigação sejam compreendidas em suas tramas e processos, para que assim sejam combatidas, já que de tempos em tempos a “indústria da seca” é ressuscitada sob o discurso centrado no *slogan* “água para quem tem sede” que, na verdade, significa água para o agronegócio e, conseqüentemente, para os latifundiários que, através, das medidas assistencialistas do Estado mantém suas estruturas de poder consolidadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 2007. 275 p.
- ALMEIDA, M. G. de. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia; Alternativa, 2003. 236 p.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p.
- ANDRADE, M. C. de. **O homem e a terra no Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 2005. 334 p.
- _____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. 287 p.
- _____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular. 2004. 416 p.
- _____. **Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002. 199 p.
- ADIB. **Associação dos Irrigantes do Distrito Irrigado do Rio Brumado**. Livramento de Nossa Senhora, 2010.
- ASA. **Associação do Semiárido**. Disponível em: www.asabrasil.org.br. Acesso em: 05/11/2010.
- BAHIA. **Agência Agropecuária da Bahia (ADAB)**. Levantamento da destinação das frutas de Livramento de Nossa Senhora (BA) – Relatório Final da Produção de 2009. Gerência de Livramento de Nossa Senhora (BA), 2009.
- BAHIA. Jornal A Tarde. **Reação em Livramento ao Projeto do DNOCS**. Quinta-feira 19/jun./1980.
- BAHIA. Jornal A Tarde. **DNOCS quis inaugurar obras em Livramento para José Sarney ver**. Caderno Municipal. p. 2. 14/agos./1987.
- BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)**. Cidades da

Bahia. Salvador: SEI, 2005.

BAHIA. **Empresa Baiana de Desenvolvimento** (EBDA). Agrícola. Disponível em: www.ebda.gov.br. Acessado em: 22/07/2010.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172 p.

BLOCH, D. **As frutas amargas do Velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 117 p.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: _____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.

_____. Pesquisa participante: um momento de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, jan./dez. de 2007, p. 51-62.

_____. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. (IBGE). Censo Agropecuário da Bahia, 1970.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Agropecuário da Bahia, 1975.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Agropecuário da Bahia, 1980.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário da Bahia, 2006

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Demográfico, 1970.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Demográfico, 1980.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Demográfico, 1991.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Demográfico, 2000.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Censo Demográfico, 2010.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo. Petrópolis: Vozes, 1985.

177 p.

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1988. 505 p.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 247 p.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome.: o dilema da fome: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 361 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Trad. Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972. 342 p.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007).** 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CODEVASF. **Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).** Acesso em 16/03/2010. Disponível em: www.codevasf.org.br/projetosirrigação.

CODEVASF. **Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).** Brasília (DF), 2009.

COELHO NETO, A. S. COELHO NETO, Agripino S. **As repercussões espaciais das políticas de irrigação no Vale do São Francisco: uma análise do Perímetro Irrigado Formoso no município de Bom Jesus da Lapa (BA).** 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. Políticas territoriais e impactos socioespaciais e econômicos: a irrigação pública na Região do Médio São Francisco baiano. In: **Anais... II Encontro de Economia**, set./2006.

CUNHA, E. da. **Os Sertões: campanha de Canudos.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1991. 363 p.

DEMO, P. **Pesquisa participante: mito ou realidade.** Rio de Janeiro: SENAC/DN/Dir. Planejamento/Coord. de pesquisa, 1984.

DNOCS. **Levantamento cadastral para desapropriação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado.** Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. 4ª Diretoria Regional. Salvador, 1977. 19 p.

DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Acesso em 16/03/2010. Disponível em: www.dnocs.gov.br/perímetros.

DNOCS. Perímetro Irrigado do Rio Brumado. **Relatório do Conselho Administrativo da 4ª Reunião da Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.** Livramento de Nossa Senhora, 23 de jun. de 1988. 06 p.

- ELOMAR, F. Arrumação. **Cantoria 2**: Kuarup, 1985.
- FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.
- _____. O sujeito e o objeto na geografia. In: **Espaço Plural**. Ano VI, nº 12, 1 semestre de 2005. p. 12-13.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.
- _____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005. p. 14-34.
- _____. **M. S. T.** : movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999. 285 p.
- _____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.
- FIGUEROA, M. **O problema agrário no Nordeste brasileiro**: análise e proposições. Recife: Hucitec, 1977. 272 p.
- FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 34-41
- GEOGRAFAR. **Geografia dos Assentamentos Rurais**. Acesso em 10/10/2010. Disponível em: www.geografar.ufba.br?biblioteca.html.
- GERMANI, G. I. **Cuestión Agraria y asentamiento de plobación em el área rural**: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). 1993. 665 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Espanha.
- GONZALES, E. N.; BASTOS, M. I. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: Departamento de Economia Rural da UNESP-Botucatu. **Mão-de-obra volante na agricultura**. CNPq/UNESP/Polis. São Paulo, 1982. 337.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 256 p.

- _____. **Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro:** Civilização Brasileira, 1986. 249 p.
- _____. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 227 p.
- _____. **As origens agrárias do estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004, 255 p.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Acesso em 26/04/2010. Disponível em www.inpe.br.
- JOHNSTON, R. J. **Geografia e os geógrafos:** a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986. 359 p.
- KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Boletim paulista de geografia.** São Paulo, 2006, n. 84, p. 93-104
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1968. 329 p.
- KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LAMARCHE, H. A. **A agricultura familiar:** comparação internacional, II: do mito a realidade. Campinas, Unicamp: 1988.
- LENIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** Tradução de José de Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.
- LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 304 p.
- KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Boletim paulista de geografia,** n. 84, jul./2006, São Paulo. p. 93-104.
- LIMA, H. S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITACKER, D. C. A . **Sociologia Rural;** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 143-149.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. v. 1. Trad. de Marijane Vieira Lisboa e Otto Rich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 220 p.
- MALVEZZI, R. **Semi-Árido:** uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p.
- MARCO, V. de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia,** n. 84, jul./2006, São Paulo, p. 105-136.
- MARQUES. M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista NERA.**

Presidente Prudente, ano 11, nº 12, jan./jun. 2008. p. 57-67.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1990a.

_____. **Cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990b. 157 p.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. 174 p.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Boletim de Geografia Teorética**, v. 10, n. 19, 1980, p. 31-47.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política, livro I. São Paulo: Difel, 1983. 579 p.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C de L; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. **A seca no Nordeste**: um falso problema – a política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Petrópolis: Vozes, 1988. 161 p.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 163 p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **A questão regional e o campesinato** – a alhicultura em Catalão. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Sociedades Agrárias) Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970. 203 p.

MENEZES, S. O. De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho. 2007. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS-NPGeo.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**: um caso em Catalão (Goiás). 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

_____. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses. 2001. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

São Paulo.

_____. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. In: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, jan/jun. 2008, p. 127-148.

_____. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do Cerrado brasileiro? o agro/hidronegócio comeu! In: **Anais... IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Novembro de 2009.

MÈSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.

_____. **A crise estrutural do capital**. (Tradução de Francisco Raul Cornejo). São Paulo: Boitempo, 2009a. 133 p.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2009b. 296 p.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Estudo de viabilidade técnico-econômica de aproveitamento hidroenergético da Bacia do Rio de Contas**. Salvador, s./d. 16 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: WWW.mte.gov.br. Acessado em 20/12/2010.

MORIN, E. **Reformar o pensamento** : a cabeça bem feita. Lisboa : Instituto Piaget, 2004

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI J. C. **Geografia agrária e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 164 p.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In.: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. 45-67 p.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo, 1989. 101 p.

_____. **Barbárie e modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Terra Livre, São Paulo, n. 21, p. 113-156, 2003.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K.; CHRISOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. H.; GEIGER, P. P. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. p. 280-306.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial,

2003. 150 p.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes.** São Paulo: Paz e Terra, 1981. 137 p.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2010. 107 p.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campeinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 353 p.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2000. 188 p.

QUEIROZ, R. Sertão, sertanejo. In: _____. **Caatinga, sertão e sertanejos.** Rio de Janeiro: Editora Alumbamento, 1994. P. 57-66.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993, 269 p.

RAMOS, G. **Vidas secas.** São Paulo: Record, 1994. 155 p.

ROSA, J.G. **Grande sertão: veredas.** 20º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 568 p. .

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. IN: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de geografia fluminense.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92 p.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Livraria Nobel, 1985. 88 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. 174 p.

SANTOS, J. C. dos, PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do Oeste Paulista: o universo dos trabalhadores entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: _____.(Org).**Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 123-138.

SANTOS, R. M. dos. **Trajétoria: reportagens sobre Livramento de Nossa Senhora.** Salvador; Egba, 2009. 223 p.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SHANIN, T. La clase incomoda. Alianza Editorial: Madrid, 1972.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 p.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso hegemônico”do capital á atualidade da luta de classes no campo brasileiro**: camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) São Cristóvão: UFS-NPEGEO.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaviira paulista. São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2002. 388 p.

_____. **Trabalho de campo**: o laboratório por excelência do geógrafo. Geografia passo a passo. Ensaios críticos dos anos 1990. Disponível em www.google.com.br . Acessado em 14/06/2010

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In: **Revista Pegada**. Dossiê, vol. 4, nº 2, nov. 2003. p. 5-21.

_____. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (Repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil. In: **Revista Pegada**. Dossiê, vol. 7, nº 1, jun. 2006. p. 7-40.

_____. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. In: **Revista Pegada**. Dossiê, vol. 5, nº 1e 2, nov. 2004. p. 9-28.

_____. Se camponês, se operário! limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editora Centelha, 2005a.

_____. “Leitura” geográfica da práxis social do trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n. 5, 2005b.

_____. Trabalho e território em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-352

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In: **Revista Pegada**, vol. 4, n. 2. Nov. de 2003. Disponível em www.ceget.com.br/pegada. Acesso em julho de 2010.

_____. Movimentos sociais e o mundo do trabalho: diálogos, rupturas e tensões emancipatórias. In: **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. COELHO NETO, A. S., SANTOS, E. M. C., SILVA, O. A. da (Org.). Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 201-266.

_____. **Trabalho mutante e territórios em disputa** (Para não dizer que eu não falei das flores). Presidente Prudente 2007.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 385

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sistemas do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995. 336 p.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Ed. UNB: Tempo Brasileiro, 1990. P. 11-73

ANEXOS



II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O pesquisador elabore este modelo de TCLE, em parte individualmente e depois a ser preenchido para áreas que sejam legitimadas (TCLE a ser assinado pelo responsável), de modo a garantir a liberdade de expressão e a privacidade dos dados, e a ser preenchido antes de iniciar qualquer atividade em nome do projeto. Antes de iniciar, o participante deve ser informado sobre o propósito da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, bem como os benefícios e os riscos envolvidos, garantindo uma escolha consciente por parte dos entrevistados.

III - Parecer do CEP

Salvo entendimento em contrário por parte dos membros do CEP, o parecer é pelo aprova do Protocolo, acompanhado pelas seguintes recomendações:

1. **Realizar** das cabeçalhos dos ROLs os nomes "Comitê de Ética da UFPA", "Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)", "Ministério da Saúde" etc. Como documento é de caráter e natureza responsabilidade do pesquisador. O cabeçalho deve conter somente a identificação da instituição a qual a pesquisa está sendo desenvolvida (Universidade Federal de Goiás - campus Goiânia, Programa de Pós-Graduação e Gestão etc.)
2. Se houver, entre as atividades de ensino de campo a serem realizadas individualmente com vínculo formal de trabalho com a empresa de agronegócio, é necessário elaborar um **Termo de Análise**, a ser assinado por alguém da empresa (Diretor de RH, Gerente, Proprietário, Presidente etc.) autorizando a realização de entrevistas junto aos trabalhadores. Deve-se proceder da mesma forma caso se entre as atividades, outras funções (mesmo não-formais) com vínculo formal a alguma empresa de ensino de campo.

IV - Data de reunião: 07/10/2020

Assinatura do(a) relator(a):

Assinatura do(a) Coordenador(a) CEP/UFPA:

[Assinatura]
 Eliete Costa Gomes
 Coordenadora do CEP/UFPA

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. Não deve ser divulgado para terceiros sem a devida autorização. É de uso exclusivo do Comitê de Ética em Pesquisa.



MINISTERIO PÚBLICO NACIONAL
DE ECONOMÍA Y FINANZAS DE URUGUAY
COMITÉ DE FISCALÍA Y PRESUPUESTO



Nota N° 10000

OPORTUNIDAD DE FINANCIAMIENTO DE PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN, DESARROLLO Y TRANSFERENCIA DE TECNOLOGÍA

I.- Introducción

- Este documento describe y analiza de manera pormenorizada el programa de apoyo al desarrollo de tecnologías de punta en Uruguay.
- El programa "Investigación y Desarrollo Científico" (IDC) es el eje central del programa.
- El programa "Transferencia de Tecnología" (TT) es el eje central del programa.
- El programa "Transferencia de Tecnología" (TT) es el eje central del programa.
- El programa "Transferencia de Tecnología" (TT) es el eje central del programa.
- El programa "Transferencia de Tecnología" (TT) es el eje central del programa.

II.- Objetivos del Programa (definición del documento estratégico)

El objetivo del Programa es apoyar el desarrollo de nuevas tecnologías y procesos de punta en Uruguay, a través de la financiación de proyectos de investigación, desarrollo y transferencia de tecnología. El programa se enmarca en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT) y en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT).

III.- Tipos de proyectos

- Proyectos de investigación y desarrollo de punta.
- Proyectos de transferencia de tecnología y desarrollo de punta.
- Proyectos de transferencia de tecnología y desarrollo de punta.
- Proyectos de transferencia de tecnología y desarrollo de punta.
- Proyectos de transferencia de tecnología y desarrollo de punta.

El programa se enmarca en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT) y en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT). El programa se enmarca en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT) y en el Plan Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PNDCYT).

Este documento describe y analiza de manera pormenorizada el programa de apoyo al desarrollo de tecnologías de punta en Uruguay.



Goiania, 09/08/2017

TERMO DE ANUACÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA, INTERVENÇÃO OU ATIVIDADE DE EXTENSÃO

1 - Identificação

- Título do(a) Projeto/Programa/Componente e justificativa de inclusão e para a aprovação do(a) Projeto no Conselho de Ética em Pesquisa
- Nome do(a) Pesquisador(a) Principal e Contato
- Endereço: Rua da Universidade de Goiás
- Departamento/Instituição: Rua da Universidade de Goiás
- Telefone: para contato e envio: Programa de Pós-Graduação em Filosofia do UFG - Caixa Postal
- Data de aprovação do CEP/CAE: 09/08/2017
- Data de vigência: aprovação do CEP/CAE: 09/08/2017
- Data Exatidão: 09/08/2017

1 - O presente documento tem validade por um período de 12 meses a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa, para a realização de atividades de pesquisa, intervenção e extensão de acordo com o protocolo de trabalho em vigor no Conselho de Ética em Pesquisa (CEP). Caso não haja nenhuma alteração no Projeto, o prazo é por aprovação de alteração.

2 - O presente documento tem validade por um período de 12 meses a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa, para a realização de atividades de pesquisa, intervenção e extensão de acordo com o protocolo de trabalho em vigor no Conselho de Ética em Pesquisa (CEP).

3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O consentimento livre e esclarecido do Projeto em vigor no CEP para realização de pesquisa de 12 meses, e em qualquer caso, o presente termo, não impede a realização de pesquisas adicionais, desde que sejam aprovadas pelo CEP em conformidade com o presente termo.

4 - Prazo de CEP

Caso haja alteração no conteúdo por parte dos membros do CEP, o prazo é por aprovação das alterações propostas.

5 - Data de validade: 09/08/2017

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Assinatura do(a) Coordenador(a) CEP/CAE

Este documento tem validade por um período de 12 meses a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* em GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Roteiro de entrevista com os produtores de manga no perímetro irrigado do Rio Brumado em
Livramento de Nossa Senhora (BA)

Data __/__/__

- 1 Nome do Produtor
- 2 Idade?
- 3 Onde reside?
- 4 Situação civil?
- 5 Qual origem da família?
- 6 A família tem tradição na agricultura?
- 7 O senhor possuía terras na área onde está localizado o projeto de irrigação?
- 8 Quantos lotes o senhor possui atualmente?
- 9 Como foi que adquiriu os lotes?
- 10 Tem algum funcionário morando em sua propriedade?
- 11 A quantos anos produz manga?
- 12 Quantos hectares de manga plantadas o senhor possui?
- 13 Quantidade produzida em 2009?
- 14 Como o senhor comercializa a produção?
- 15 Além da manga cultiva outro lavoura em sua propriedade?
- 16 Utiliza algum tipo de financiamento para produzir manga?
- 17 Quantos trabalhadores fixos o senhor emprega em sua propriedade?
- 18 E quantos temporários?
- 19 Qual é a forma de pagamento dos trabalhadores?
- 20 Valor médio diário pago ao trabalhador?
- 21 Possui algum trabalhador com carteira assinada em seu lote?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* em GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Roteiro de entrevista com os camponeses expropriados pelo DNOCS em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Data __/__/__

- 1 Nome do camponês?
- 2 Idade?
- 3 Onde reside?
- 4 Qual origem de sua família?
- 5 Número de filhos?
- 6 Na época da implantação de projeto de irrigação quanto tempo tinha que o senhor morava na propriedade?
- 7 Como adquiriu suas terras?
- 8 Qual o tamanho da área desapropriada?
- 9 Recebeu indenização? O valor recebido foi um valor justo? Por quê?
- 10 Havia agregados ou meeiros nas suas terras?
- 11 O que o senhor produzia em suas terras?
- 12 Como era seu modo de vida da implantação do projeto de irrigação?
- 13 Como era organizado o trabalho da família?
- 14 Após a desapropriação o senhor continuou morando na área de irrigação?
- 15 Em sua opinião, o que mudou na agricultura com a implantação do projeto de irrigação?
- 16 Em sua opinião, o projeto de irrigação melhorou a vida dos agricultores?
- 17 Qual sua ocupação hoje?
- 18 Tem alguma pessoa da sua família que trabalha na produção de irrigação hoje?
- 19 Como o senhor avalia sua vida depois da saída de sua terra por conta da expropriação da DNOCS?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* em GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Roteiro de entrevista com os trabalhadores da manga no perímetro irrigado do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora (BA)

Data __/__/__

- 1 Nome do trabalhador?
- 2 Idade?
- 3 Onde reside?
- 4 Qual origem de sua família?
- 5 Sua família tinha tradição de trabalhar na agricultura?
- 6 Na época da implantação do projeto de irrigação quanto tempo tinha que o senhor morava na sua propriedade?
- 7 Tem algum membro de sua família que trabalha na lavoura da manga?
- 8 É fácil encontrar emprego na produção de manga? Você fica empregado durante o ano todo?
- 9 Há quanto tempo trabalha na produção de manga?
- 10 Antes de trabalhar na produção de manga qual era sua ocupação?
- 11 Porque escolheu trabalhar na produção de manga?
- 12 Fica empregado durante o ano todo?
- 13 Qual é a forma de pagamento?
- 14 Possui carteira assinada?
- 15 Quantas horas você trabalha por dia?
- 16 Costuma fazer hora extra?
- 17 Os trabalhadores da produção de manga pretende mudar de trabalho?